Anais 2

I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural

Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão - Ouro Preto - MG | 2009

VOLUME 2

Anais 2

I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural

Sistema Nacional de Patrimônio Cultural
Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão - Ouro Preto - MG | 2009

VOLUME 2

Iphan | Ministério da Cultura

Créditos

Presidenta da República do Brasil
Dilma Rousseff

Ministra de Estado da Cultura
Ana de Hollanda

Presidente do Instituto do
Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Luiz Fernando de Almeida

Diretoria do Iphan
Andrey Rosenthal Schlee
Célia Maria Corsino
Estevan Pardi Corrêa
Maria Emília Nascimento Santos

Coordenação editorial
Sylvia Maria Braga

Edição e revisão
Letra Guia/Grace Elizabeth e Rosalina Gouveia

Projeto gráfico e diagramação
Raruti Comunicação e Design/Cristiane Dias

Fotos
Arquivo Iphan

Coordenação do I Fórum Nacional do
Patrimônio Cultural – Iphan
Weber Sutti
Honório Nicholls Pereira
Mônica Cristina de Souza

Apoio à Coordenação do I Fórum Nacional do
Patrimônio Cultural – Iphan
Sila Rodrigues Silva

Comissão de Organização
Antônio Fernando A. L. Neri
Claudia Feierabend Baeta Leal
Dalmo Vieira Filho
Érica Cristina Castilho Diogo
Honório Nicholls Pereira
José Rodrigues Cavalcanti Neto
Juliana Ferreira Sorgine
Marcelo Brito
Márcia Rollemberg
Márcia Sant´Anna
Maria Clara Migliacio
Maria Emília Nascimento Santos
Maria Regina Weissheimer
Mônica Cristina de Souza
Sônia Rampim Florêncio
Weber Sutti
Wivian Diniz
Yole Milani Medeiros

I59p Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural : Sistema Nacional de Patrimônio Cultural : desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ; coordenação, Weber Sutti. -- Brasília, DF : Iphan, 2012.

328 p. ; 24 cm. -- (Anais ; v. 2, t. 2)

ISBN: 978-85-7334-213-0

1. Patrimônio Cultural. 2. Política Cultural. 3. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. I. Sutti, Weber. II. Título. III. Série.

CDD 363.69

Apresentação

Desde 2007 o Iphan empreende esforços para a construção do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC), coordenando a realização de diversas ações na área de gestão do patrimônio cultural, tais como: reorganização da Associação Brasileira de Cidades Históricas (ABCH); apoio à pactuação do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura (FNSDEC) para a criação do SNPC; criação do Grupo de Trabalho do Patrimônio, que reúne o Iphan e os órgãos estaduais do patrimônio; realização da I Oficina de Patrimônio; elaboração do quadro do patrimônio nos Estados; realização de oficinas regionais para discutir o quadro do patrimônio e a construção do SNPC; participação dos seminários de estruturação do Sistema Nacional de Cultura no subsistema de patrimônio cultural; participação da organização da II Conferência Nacional de Cultura; e elaboração dos Planos de Ação para Cidades Históricas.

Como parte do processo de construção do SNPC, o Iphan realizou, em parceria com a ABCH e o FNSDEC, o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural na cidade de Ouro Preto, entre os dias 13 e 16 de dezembro de 2009. O objetivo do Fórum foi a discussão, a reflexão, a construção e avaliação conjunta da Política Nacional de Patrimônio Cultural. Espera-se que o Fórum se torne um evento bienal e que seja sempre realizado no município que presida a ABCH.

Procurando atender ao critério de democratização das ações governamentais, as inscrições para o Fórum foram gratuitas e realizadas através do sítio eletrônico do Iphan. Efetivamente compareceram ao Fórum 351 participantes ouvintes e 119 convidados – conferencistas, debatedores, comunicadores, coordenadores, relatores e expositores –, chegando ao número total de 470 pessoas presentes durante os quatro dias do evento.

Durante o Fórum foram realizadas quatro conferências de abertura, duas conferências temáticas; quatro mesas-redondas e dez sessões temáticas. Contamos com a presença de seis conferencistas, 11 debatedores, 109 comunicadores e 34 expositores de pôsteres, além de vários convidados.

O Fórum também ofereceu espaços e momentos para a realização de importantes reflexões e discussões públicas, como a palestra sobre a II Conferência Nacional da Cultura – CNC e o Fórum da ABCH.

Particularmente em relação ao Fórum da ABCH, ressaltamos a aprovação do seu Estatuto e a recondução de Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, prefeito de Ouro Preto, à presidência da ABCH, diante de expressivo comparecimento de representantes municipais.

Com o objetivo de registrar e tornar disponíveis, para consulta pública, as discussões e os resultados do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, o Iphan edita esta publicação em três volumes assim divididos:

Volume I – Três conferências de apresentação; uma conferência magna; duas conferências temáticas; e quatro mesas-redondas e seus relatórios.
Volume II – Sessões temáticas de 1 a 5 e seus relatórios.
Volume III – Sessões temáticas de 6 a 10 e seus relatórios, e sessões de pôsteres.

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA
Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Abril 2012

Sumário

03 APRESENTAÇÃO

SESSÃO TEMÁTICA 1
Patrimônio arqueológico

07 Patrimônio arqueológico
Maria Clara Migliacio

10 O patrimônio arqueológico urbano: desafios atuais para a gestão patrimonial
Fernanda Tocchetto

17 Projetar o futuro para a arqueologia brasileira: desafio de todos
Paulo Eduardo Zanettini

28 Arqueologia em Ouro Preto – a valorização do patrimônio soto-posto
Alenice Baeta e Henrique Piló

34 A pesquisa arqueológica nas intervenções urbanas: o caso das cidades tombadas de Goiás
Gislaine Valério de Lima

39 A arqueologia nas cidades amazônicas atuais e os sítios arqueológicos pré-coloniais
Eduardo Góes Neves

46 Aspectos singulares do patrimônio arqueológico: sítios arqueológicos étnicos e sítios de arte rupestre como objeto de socialização
Maria Clara Migliacio

51 Patrimônio arqueológico étnico: o caso das áreas sagradas dos grupos indígenas do Alto Xingu
Erika Marion Robrahn González

64 Arte rupestre como patrimônio cultural: situação atual e perspectivas de futuro
Loredana Ribeiro

71 Relatório síntese

SESSÃO TEMÁTICA 2
Bens móveis e integrados

81 Bens móveis e integrados
Wivian Diniz

85 Uma proposta de organização gerencial para restauração das pinturas decorativas do Theatro Municipal do Rio de Janeiro de autoria de Eliseu Visconti
Humberto Farias

89 Gestão e conservação de acervos documentais
Mauro Domingues

95 A conservação preventiva e a sustentabilidade da preservação de bens móveis e integrados
Luiz Antônio Cruz de Souza

104 Atuação da Polícia Federal na repressão ao tráfico ilícito de bens culturais
Tatiana Alves Torres

111 Uso e possibilidades tecnológicas na documentação de bens culturais
Marcos Gonçalves

115 Relatório síntese

SESSÃO TEMÁTICA 3
Educação patrimonial

127 Educação Patrimonial: perspectivas de interação e ação nas comunidades
Sônia Rampim Florêncio

133 Casa do Patrimônio de Iguape (SP)
Carlos Alberto Pereira Junior

137 Fundação Casa Grande e a Arqueologia Social
Rosiane Limaverde Vilar Mendonça

142 Programa Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania
Juca Villaschi

155 Patrimônio cultural como ferramenta para pedagogia social da inclusão
Heloísa Helena Fernandes Gonçalves da Costa

166 Programa de Educação Patrimonial João Pessoa, Minha Cidade
Josilane Maria do Nascimento Aires

173 Projeto Re(vi)vendo Êxodos: uma vivência em patrimônio identidade e meio-ambiente na escola pública
Luis Guilherme Baptista

180 A Casa do Patrimônio e a Jornada do Patrimônio Cultural de Recife
Frederico Almeida

185 Relatório síntese

SESSÃO TEMÁTICA 4
Paisagem cultural e patrimônio natural

191 Paisagem cultural e patrimônio natural: conceito e aplicabilidade
Carlos Fernando de Moura Delphim

202 O papel indutor do Serviço Geológico do Brasil na criação de geoparques
Cássio Roberto da Silva e Carlos Schobbenhaus

224 A paisagem cultural e os Roteiros Nacionais de Imigração
Maria Regina Weissheimer

233 Paisagem cultural do Rio de Janeiro
Rafael Winter Ribeiro

239 Novos instrumentos de proteção: a chancela da paisagem cultural
Juliana Santilli

250 A paisagem cultural do Vale do Ribeira, São Paulo
Flávia Brito do Nascimento e Simone Scifoni

261 Relatório síntese

SESSÃO TEMÁTICA 5
Patrimônio edificado

269 Financiamento para recuperação de imóveis privados pelo Programa Monumenta
Éricka Diogo

280 El modelo de financiamiento de la recuperación del centro histórico de Quito
Dora Arizaga Guzmán

292 A reestruturação de áreas urbanas centrais – o Programa Morar no Centro
Margareth Matiko Uemura

302 Novos procedimentos de fiscalização para o patrimônio edificado
Sandra Rafaela Magalhães Corrêa

311 O papel do fiscal e a capacitação de agentes
Jair Schmitt

320 Marco legal da fiscalização
Heliomar Alencar

324 Relatório síntese



Patrimônio arqueológico

*Maria Clara Migliacio**

Resumo

O texto abre as discussões em torno das contribuições que o setor de patrimônio arqueológico pode dar para a implementação do Sistema Nacional de Cultura. Evidencia, inclusive, a importância do fórum de discussões promovido pelo Iphan, para o entendimento do potencial da pesquisa arqueológica em meio urbano, sobretudo, no momento em que se anuncia o PAC das Cidades Históricas.

Palavras-chave

Patrimônio arqueológico, Pesquisa, Obras urbanas.

*Diretora do Centro Nacional de Arqueologia – Depam/Iphan

Acredito que o Fórum tem sido muito útil para revelar o quanto estamos trabalhando na construção de um Sistema Nacional de Cultura, do qual o patrimônio arqueológico está fazendo parte. Trata-se de um esforço desenvolvido com a iniciativa do Ministério da Cultura, na qual o Iphan também está englobado. Um esforço de compartilhamento da gestão e da fruição do patrimônio cultural brasileiro. Nós entendemos que é um momento muito especial, porque vai provocar, digamos, certa mudança das políticas e das instituições públicas federais, já que prevê o compartilhamento, inclusive, de suas atribuições com Estados e municípios e com a sociedade como um todo.

Todas as apresentações que vimos levam a pensar de que forma esse Sistema Nacional de Cultura pode, na área do patrimônio cultural, tirar o Iphan do seu "encastelamento", digamos assim. Na verdade, trata-se de um "encastelamento" que tem caracterizado a atuação do Iphan, sem nenhum demérito nisso, porque acho que todos nós concordamos que o Iphan foi, nestes 70 anos de existência, uma espécie de baluarte em relação ao patrimônio cultural brasileiro. Mas, é chegada a hora de um compartilhamento de sua atribuição. Por isso, vamos tentar trabalhar, nesse momento, para ver como podemos construir, no setor de patrimônio

arqueológico, essa nova política e essa nova visão em relação à parte de patrimônio que nos cabe.

A mesa de hoje foi formada a partir de uma iniciativa, aproveitando a oportunidade desse anúncio do PAC das Cidades Históricas que, em princípio, causou certa preocupação, porque a questão do patrimônio arqueológico urbano ainda não está bem resolvida, inclusive, pelas instituições responsáveis por esse patrimônio. Há certo descompasso entre a maneira como se trata o patrimônio pré-colonial no Brasil e o patrimônio arqueológico histórico. O Iphan ainda vem relutando em adotar uma postura clara diante do patrimônio arqueológico, principalmente, no que se refere ao histórico.

Estamos entendendo que no momento em que se anuncia o PAC das Cidades Históricas, que vai acarretar obras em mais de uma centena de cidades ditas históricas, como áreas tombadas ou em processo de tombamento federal, configura-se uma oportunidade ímpar para enfrentar verdadeiramente o desafio de adotar uma postura clara em relação a essa parte do patrimônio arqueológico. Desenvolver normas específicas para esse patrimônio, superar as dificuldades e os desafios e estabelecer a forma de compartilhamento com as outras instâncias governamentais, além da sociedade.

É com esse intuito que abro esta discussão, para que possamos construir juntos uma diretriz ou, quem sabe, sairmos daqui com uma minuta de um termo de referência ou de recomendações muito claras para o Iphan e para o patrimônio arqueológico. Quem sabe, saímos daqui com algo mais concreto para oferecer como nossa grande colaboração, nesse início da inserção e do tratamento do patrimônio arqueológico nas políticas atuais do Governo Federal, no que tange ao patrimônio cultural como um todo.

De maneira geral, acredito que fica bastante evidente a importância, o interesse e o potencial da pesquisa arqueológica em meio urbano para obtenção de referências sobre a história das cidades e dos grupos humanos que a habitam, habitaram, construíram e continuam construindo as cidades. Inclusive, os grupos étnicos que foram impactados. Já foi evidenciado que há uma possibilidade de compatibilização de obras e pesquisas. Esse, talvez, tenha sido o grande receio, inclusive, da parte dos governos, o de assumirem, de uma vez por todas, a necessidade da prática da pesquisa arqueológica nas intervenções urbanas e nos bens edificados.

Aquele receio de que não houvesse possibilidade de compatibilizar obras com as pesquisas.

Foi evidenciada, ainda, a grande contribuição da arqueologia em meio urbano para fornecer referências sobre toda a trajetória das cidades. Sem contar a assunção dos vestígios materiais como elementos físicos, passíveis de se tornarem peças para o patrimônio museológico, configurando-se, portanto, num elemento muito importante e de um potencial muito grande para a socialização do patrimônio.

Agora, vamos abrir para o debate, lembrando a todos que o objetivo principal é contribuirmos para a Política Nacional de Cultura e para a inclusão do patrimônio arqueológico no Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. Então, agora, a bola está conosco para começarmos, pelo menos, a esboçar algumas diretrizes, algumas recomendações, que poderão ser levadas à frente, posteriormente, num trabalho contínuo de amadurecimento.

O patrimônio arqueológico urbano: desafios atuais para a gestão patrimonial

*Fernanda Tocchetto**

*Coordenadora de Arqueologia Urbana da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre

Resumo

A arqueologia urbana ainda é um tema muito recente no Brasil, onde os primeiros artigos sobre o assunto surgiram, apenas, na década de 1990. Isso gerou um atraso no processo de reconhecimento do potencial arqueológico nos contextos urbanos. Somente a partir de processos de licenciamento ambiental que detectaram vestígios materiais de ocupação pré-histórica em cidades como São Paulo, Porto Alegre e Curitiba é que a arqueologia passou a ganhar relevância, sendo vista com maior seriedade. O estudo arqueológico passou a ser, inclusive, condicionante do licenciamento ambiental, o que determinou nova frente de trabalho nas cidades, a partir da perspectiva de uma arqueologia urbana preventiva.

Palavras-chave

Patrimônio arqueológico urbano, Gestão pública do patrimônio, Legislação.

Bem, vou abordar o tema da gestão do patrimônio arqueológico em áreas urbanas no Brasil, o qual ainda é um desafio para os profissionais e para os órgãos preocupados com a pesquisa e a preservação. Faz pouco mais de uma década que reflexões e trabalhos sobre arqueologia urbana começaram a estar presentes em encontros científicos, mais precisamente, em congressos e nas sociedades de arqueologia brasileira, carecendo ainda de um maior debate e aprofundamento teórico e metodológico, direcionados à realidade das nossas cidades.

O uso intenso do solo impactando a superfície e o subsolo dos núcleos urbanos e suas periferias, bem como a pouca visibilidade dos vestígios arqueológicos, provocam um descrédito em relação à preservação e atribuição de significados à cultura material remanescente das cidades. Os

primeiros artigos publicados sobre o assunto foram de Lúcia Juliane e Miriam Caseta, na década de 1990, demonstrando a defasagem da arqueologia brasileira com relação à arqueologia urbana desenvolvida em outros países.

Eu teria aqui, portanto, um contexto de onde veio toda essa visão arqueológica, mas não vou abordar, dizendo apenas que, já nas décadas de 1960 e 1970, na Europa, estava se fazendo uma chamada "arqueologia urbana" e, principalmente, no pós-guerra, quando o processo de reconstrução das cidades estabeleceu um vínculo da arqueologia urbana, com arqueologia de salvamento. Isso quer dizer que, já nos anos 60 e 70, os Estados Unidos, bem como a Europa, começaram a repensar a arqueologia, conferindo a esse setor uma nova direção. Foi nesse contexto que uma arqueologia mais preventiva começou a ser desenvolvida. A cidade passou a ser considerada um corpo unificado significante de recursos culturais, conforme definiu Dickins Crims.

O resultado desses trabalhos pioneiros da Europa e dos Estados Unidos é o reconhecimento de que os meios urbanos apresentam altas densidades de estruturas e artefatos, além de que remanescentes materiais pré-históricos e históricos estão sobre as superfícies, sob as sucessivas camadas do solo, dos lotes, sob os pátios das casas e sob as vias públicas.

As constantes transformações das paisagens urbanas através de construções e demolições que promovem desfigurações dos terrenos originais, os aterros, terraplanagens, instalação de redes, metrôs, entre outros, colocam em risco o patrimônio arqueológico, com todo o potencial de estudo sobre a história das cidades e de habitantes de seus territórios. A cidade é composta por uma especialidade expressa, por uma rede trincada de manifestações tangíveis, onde se desenvolvem vários processos e fenômenos sociais. A cidade, para o arqueólogo, pode ser entendida como uma construção estratificada, a qual deve ser lida da mesma forma como lemos uma estratigrafia numa escavação, interpretando sucessivas camadas de história, ali depositadas, sob o solo e o subsolo.

Ressalto essa questão por compor o tema central de uma discussão que teremos de fazer. Para o cidadão, a cidade pode ser lida através das marcas gravadas em forma de casas, ruas, praças, monumentos, jardins, e os bens arqueológicos, então, nessa perspectiva, valiosos instrumentos que funcionam como âncora da memória coletiva. No Brasil, grande parte das pesquisas arqueológicas em áreas urbanas é realizada em sítios arqueológicos

pontuais e estudada a partir de objetivos e de problemáticas acadêmicas ou, muitas vezes, vinculados a projetos de restauração de bens edificados.

A ênfase nas áreas urbanas está em sítios históricos; apenas recentemente houve um reconhecimento do potencial arqueológico nos contextos urbanos e, com a recuperação de evidências materiais de ocupação pré-histórica, através dos processos de licenciamento ambiental, passou-se a afirmar a existência de sítios pré-históricos preservados como, por exemplo, temos em São Paulo, Porto Alegre e Curitiba. O estudo arqueológico como condicionante do licenciamento ambiental, tem se configurado, então, como uma nova frente de trabalho nas cidades, com a exigência da aplicação da legislação relativa aos empreendimentos causadores de impacto ambiental. E, tendo em vista então a vulnerabilidade dos vestígios arqueológicos, a implementação de um processo de tutela faz-se urgente e necessária.

Aparece, portanto, um elo, inseparável, entre arqueologia urbana e gestão pública do patrimônio, a qual prioriza uma tutela ativa, baseada no desenvolvimento de uma arqueologia preventiva, apoiada em meios jurídicos apropriados ao patrimônio arqueológico urbano. Sendo assim, a arqueologia urbana não pode estar dissociada da gestão pública, considerando que cabe ao poder público implementar estratégias de proteção no nível administrativo e jurídico no sentido de mitigar os impactos e preservar o patrimônio arqueológico. Questões relacionadas ao potencial arqueológico, como risco de destruição, instrumentos de preservação, o que e onde pesquisar, relação com a sociedade e com a cidade, entre outros, devem estar na pauta das reflexões e encaminhamentos.

Esse tema tem demandado muitos debates, proposições, estabelecimento de estratégias que minimizem os impactos causados aos elementos materiais que estão sobre e sob as camadas de solo. Buenos Aires, não sei se vocês conhecem, é pioneira na America Latina, tanto em relação a uma legislação para o patrimônio arqueológico urbano da cidade, quanto com a preocupação com a salvaguarda do seu patrimônio arqueológico, e com a redação de um projeto de lei para regular a proteção e gestão dos bens da cidade autônoma de Buenos Aires.

Tal discussão do projeto levantou vários temas, foi muito polêmica, inclusive, em Buenos Aires, com todos os arqueólogos envolvidos. Além de vários outros temas, foram contempladas discussões sobre a elaboração de

um plano de potencial arqueológico e de zonificação da cidade, voltadas para o estudo de avaliação de impacto arqueológico. Acredito que essa é uma legislação que a gente pode, até, tomar como apoio e inspiração para pensarmos as nossas leis, em nível municipal. Recentemente, no congresso lançado em Belém, nós tivemos um debate sobre os sítios e acervos arqueológicos urbanos, no qual foram apresentadas questões bem cruciais e que vêm ao encontro de reflexões que temos feito em Porto Alegre, a partir de nossas experiências.

Apenas para esclarecer, sou coordenadora de um Programa de Arqueologia Urbana do Museu Joaquim Felizardo, que é um órgão da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre. Finalmente, indo para a nossa questão, quais são os desafios para uma gestão do patrimônio arqueológico urbano? Em primeiro lugar, voltado àquilo que já coloquei, consideramos que é fundamental que sejam estruturados mecanismos de gestão em nível municipal, ou seja, que tais mecanismos estejam estruturados no interior de órgãos gestores do patrimônio cultural dos municípios. Que tenham caráter preventivo, incorporando formas compartilhadas de ação com órgão do meio ambiente e do planejamento urbano. Que a gestão compreenda a pesquisa, a preservação e a socialização do patrimônio arqueológico, adequadas à necessidade de cada cidade. Que orientações, de caráter mais geral, norteiem esses órgãos gestores, através de parcerias com as instâncias municipais e estaduais, visando traçar e executar planos de gestão locais adaptados a cada realidade.

Já sabemos que essa questão da gestão do patrimônio arqueológico é uma área que, ainda, não é reconhecida ou valorizada pelos próprios profissionais da nossa área da arqueologia e, tão pouco, pelos administradores públicos. Um levantamento que realizei, há algum tempo, juntamente com Lúcia Juliane, revelou que tínhamos, na época, em torno de oito a dez profissionais de arqueologia no Estado. Ou seja, em nível estadual e municipal nós temos em torno de dez arqueólogos, que não estão trabalhando, necessariamente, com gestão. Então, temos exemplos como São Paulo; Porto Alegre; Rio de Janeiro; Joinville, Jacareí, em São Paulo; Minas Gerais, Distrito Estadual de Fernando de Noronha, Curitiba; Santo Ângelo, que é no Rio Grande do Sul, onde existem profissionais, em sua maioria, exercendo funções de arqueologia, mas não com cargos de arqueólogos. Inclusive, em São Paulo existe uma lei instituindo esse cargo, mas nunca foi feito concurso para que um profissional pudesse assumi-lo.

Na nossa experiência, porque eu vou tentar sempre fazer um paralelo com ela, a partir de um programa de arqueologia urbana elaborado em 1997, em função das demandas que fomos desenvolvendo e atendendo, o museu acabou assumindo um papel de gestor do patrimônio arqueológico municipal. Mas, não como resultado de uma ação oficial, mas de uma condução do próprio trabalho e de envolvimento profissional. O reconhecimento do órgão gestor oficial viabilizaria as pesquisas arqueológicas, no âmbito de projetos de intervenção urbana, de forma mais organizada e sistemática como, por exemplo, na criação de políticas e propostas de legislação voltadas ao licenciamento ambiental.

Outro desafio é que esses órgãos gestores utilizem como instrumentos para gestão os inventários, a legislação, as cartas arqueológicas, a definição de zonas de interesse arqueológico e sistemas de informação, entre outros. Não vou trabalhar sobre todos os instrumentos, mas acredito que vale a pena nos debruçarmos, um pouco, sobre a legislação. Na maior parte do trabalho, em algumas cidades, como São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro, Santos e Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, já existem mecanismos preventivos na forma de legislação, voltados para a exigência de estudos arqueológicos dos processos de licenciamento ambiental e/ou em obras de intervenções urbanísticas nas áreas de interesse histórico. Com relação aos centros históricos, existem para os municípios de São Paulo e Santos, artigos que protegem seus patrimônios arqueológicos, por indicação de medidas de preservação.

Esses exemplos, embora ainda parciais na sua abordagem, demonstram uma preocupação crescente quanto à preservação do patrimônio arqueológico urbano no Brasil. Cabe verificar a eficácia dessas regulamentações se, efetivamente, estão sendo cumpridas pelo poder público. Mas, isso revela que já há uma intenção, um movimento, embora não saibamos até que ponto está sendo efetivado. Com a municipalização dos licenciamentos ambientais, os órgãos do setor, em cada município, são obrigados a incorporar nos seus processos a exigência de estudos arqueológicos dos Estudos de Impacto Ambiental – Eias. A resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama exige tais estudos, mas somente para empreendimentos de grande e médio porte, deixando sem amparo aquelas áreas que sofrem impactos por obras de pequeno porte. Nesse sentido faz-se necessária a elaboração de uma lei municipal específica, voltada para medidas mais restritivas.

Em função do tempo vou deixar para outro momento a discussão mais aprofundada em torno da legislação. Quero citar apenas que fizemos algumas conquistas no nosso plano diretor, em Porto Alegre, e lembrar as cartas arqueológicas existentes no Brasil, as quais, embora já elaboradas, não foram, efetivamente, implantadas com vistas à preservação. Pelo menos, não tenho conhecimento de alguma que já esteja funcionando. Quero citar, também, que estamos implantando um sistema de gestão de informações arqueológicas, com fins de gestão do patrimônio municipal de Porto Alegre.

Para fechar essas questões de legislação, há dois problemas evidentes que ainda não foram resolvidos e que dizem respeito ao patrimônio arqueológico urbano, histórico mais especificamente, sobre as quais gostaria de chamar a atenção: de um lado, o confronto dos projetos de preservação com os interesses econômicos das cidades, e isso é muito forte porque existe aquela pressão, diretamente com o prefeito. Esse é um impasse com o qual convivemos cotidianamente. De outro lado está o problema da falta de legislação específica para tratar dos sítios arqueológicos históricos, o que os torna vulneráveis, sem proteção legal. Sobre esse ponto consideramos que é necessário pensarmos sobre o que pesquisar, o que preservar, tendo em vista a complexidade de uma arqueologia urbana que seja exequível, que possa ser contemplada num plano de gestão. Trago algumas propostas: estabelecimento de critérios para determinar as prioridades, considerando o direito das gerações futuras sobre o patrimônio cultural. Como é impossível pesquisar e preservar tudo o que está na superfície e no subsolo das cidades, devemos priorizar estudos sobre sítios ou áreas que apresentem potencial e, aqui, ressalto: para a construção de conhecimento sobre a história da cidade e seus habitantes. Isso é crucial, priorizar aqueles projetos que, realmente, vão possibilitar a construção de conhecimento. E que eles estejam orientados por problemáticas bem definidas, possibilitando a sua apropriação pela sociedade.

Outra questão é a seleção desses critérios e significâncias que orientem o que devemos pesquisar, salvar e preservar, bem como priorizar contextos arqueológicos bem definidos, capazes de contribuir para a construção do conhecimento. No final, ficamos dando ênfase a áreas de aterros ou áreas com material deslocado, as quais são muito comuns nas áreas urbanas, então, é algo que devemos priorizar. Devemos, ainda, considerar que as estruturas edificadas, situadas sobre a superfície em cota positiva, como Paulo Tadeu gosta de dizer, sejam compreendidas como artefatos

arqueológicos, como parte do sítio e não só do que está no subsolo. Vejo que é nossa responsabilidade, na qualidade de arqueólogos, considerar a edificação como parte do sítio arqueológico.

Ao listar critérios para a definição de parques arqueológicos, teremos alguns embates pela frente. Definir o que é parque arqueológico histórico, urbano, considerando a possível significância científica, étnica, sem nos deter num elemento cronológico, já que não há limites temporais para se pensar o que vem a ser arqueológico ou não, segundo as novas tendências contemporâneas. Então, os planos de gestões municipais de caráter preventivo deveriam privilegiar as áreas e acervos que considerassem mais relevantes.

Os critérios de significância e as possibilidades de execução, de preservação deveriam ser definidos segundo a história das cidades. Devem ser priorizados os contextos arqueológicos de maior significância, bem como reflexões e revisões contínuas desses critérios e orientações. E, para não deixar de fora algo que é fundamental e que dá o sentido do nosso trabalho, devemos priorizar, sobretudo, o desenvolvimento de ações educativas para uma arqueologia pública ativa, contínua e sistemática, capaz de propiciar a apropriação do patrimônio cultural e a construção de identidades e memórias coletivas. Essa é, para nós, a própria razão de existência da arqueologia

Projetar o futuro para a arqueologia brasileira: desafio de todos

*Paulo Zanettini**

Resumo

A conjuntura econômica criou, neste início de milênio, condições ímpares para o crescimento exponencial da arqueologia no Brasil. Nesse contexto, multiplicaram-se as oportunidades e os desafios a serem superados, sob o risco de assistirmos a um processo de mercantilização irrefreável, com consequências desastrosas para o patrimônio arqueológico e perdas irreparáveis para a sociedade brasileira como um todo. Tal qual vem sendo engendrado em outros países, acreditamos que a única alternativa viável para a superação desse dilema seja a formulação de um planejamento estratégico capaz de gerar uma equação de futuro para a arqueologia brasileira. A fim de estimular o debate a respeito, oferecemos um breve diagnóstico a respeito da situação atual.

*Diretor da Zanettini Arqueologia, empresa voltada à gestão de recursos culturais

Palavras-chave

Arqueologia de contrato, Planejamento estratégico, Políticas públicas.

Introdução

A consolidação da legislação ambiental, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, impulsionou sobremaneira o crescimento da arqueologia em solo brasileiro. Na esteira dos acontecimentos, acabou por se configurar o *arqueobusiness*, hoje modalidade francamente hegemônica, no que se refere à práxis, produção e disseminação da informação arqueológica no país. Nesse contexto, a expansão do mercado criou inúmeras oportunidades e desafios.

Diante desse quadro, planteamos que muitos dos entraves vivenciados por pesquisadores, gestores e instituições só poderão ser superados mediante a elaboração de um planejamento estratégico, o que implicará a aproxi-

mação, no envolvimento e aprimoramento das relações entre os diversos atores que integram a chamada cadeia produtiva da arqueologia.

Cientes de nossas limitações para lidar com a temática, propomos, de imediato, traçar um breve diagnóstico a respeito da situação atual, tendo como objetivo contribuir para o estabelecimento de um marco lógico, rumo à formulação de uma equação de futuro para a disciplina como um todo (Castro 2002).

Para a modelagem do cenário atual valemo-nos de fontes diversas, como testemunhos de profissionais; consultas a instituições; participação em seminários; e dados primários, de natureza diversa, em processo contínuo de sistematização.[1]

Partilhando informações

O ritmo acelerado de crescimento

Conforme mencionado, a arqueologia brasileira vive um crescimento sem precedentes, impulsionada pela conjuntura econômica e social atual.

Para a avaliação de desempenho valemo-nos, como um dos indicadores, do número de autorizações de pesquisa concedidas a arqueólogos pelo Iphan/MinC, órgão responsável pela gestão e fiscalização dos recursos arqueológicos, bens da União.

Vale esclarecer que a concessão de autorizações de pesquisa é regulada pela Portaria nº 7 de 1988. Assim, para realizar suas pesquisas, os arqueólogos devem, necessariamente, submeter ao Instituto o projeto científico que tencionam desenvolver, acompanhado de outros documentos que comprovem a idoneidade do proponente, os meios de custeio para sua realização e a destinação final dos acervos gerados pela pesquisa.[2]

A sua vez, a regulação dos procedimentos para a realização de pesquisas arqueológicas voltadas ao licenciamento de empreendimentos potencialmente geradores de impactos ao meio sociocultural, no qual se insere o patrimônio arqueológico, passou a contar com outra normativa específica a partir de dezembro de 2002 (Portaria Iphan nº 230/02). Nesse sentido, a própria norma constitui, a um só tempo, espelho e reflexo das transformações recentes vivenciadas pela arqueologia nos últimos anos.

Para o período circunscrito entre janeiro de 2003 e início de dezembro de 2009, obtivemos um total de 3.354 portarias, validando uma gama

1. Muitos dos dados apresentados provêm de Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Iphan e a Zanettini visando à formulação de mecanismos de gestão e uso público dos recursos arqueológicos no Estado de São Paulo, estudo desenvolvido a título de voluntariado a partir de 2007.

2. Para mais informações sobre a legislação e normas brasileiras referentes à gestão do patrimônio arqueológico ver www.iphan.gov.br. Ver também Coletânea de Leis sobre a Preservação do Patrimônio (Rio de Janeiro: Iphan, 2006); BASTOS, R & SOUZA, Marise C. Normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico (São Paulo: Iphan, 2008).

bastante diversificada de projetos voltados, em sua grande maioria, ao atendimento de demandas geradas pelo mercado (licenciamento ambiental), tais como diagnósticos, programas de prospecção e resgate de porte diverso, ações de monitoramento, renovações de permissões, além, obviamente, das pesquisas de cunho eminentemente acadêmico, hoje em número reduzido (menos de 10% do total).[3]

Obteve-se, a partir de 2004, um crescimento médio da ordem de 17%-20% ao ano, notando-se no biênio 2007/2008 um pico de crescimento de 34%. Essa alta está diretamente relacionada ao anúncio e *start,* pelo Governo Federal, de seu Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê, até 2010, a implantação de mais de 1.800 empreendimentos de porte diverso, tais como hidrelétricas, termoelétricas, rodovias, ferrovias, portos, linhas de transmissão, obras de saneamento básico e outras iniciativas de relevância econômica e social, envolvendo investimentos da ordem de US$593 bilhões.

Muito embora tenhamos sofrido alguns impactos em decorrência da repentina crise econômica mundial (fenômeno ocorrido entre 2008 e 2009), não observamos maiores reflexos no desempenho da curva de crescimento da arqueologia. Assim, é possível afirmar que o total de portarias deverá ultrapassar, em 2009, o montante atingido em 2008. Em 2010, talvez venhamos a assistir a um novo *boom*, sobretudo, se levarmos em conta que apenas 50% das verbas alocadas para o PAC do Governo Federal foram efetivamente utilizadas até o momento.

Em linhas gerais, podemos afirmar que nos últimos 80 meses o Iphan autorizou pelo menos um projeto de pesquisa diariamente. Há que se registrar que não constam desse levantamento pareceres e diagnósticos realizados sem a portaria acima mencionada (trabalhos realizados a partir de fontes secundárias, por exemplo), o que certamente duplicaria ou mesmo triplicaria o total de pesquisas realizadas no período.

Diante do exposto, cabe, aqui, pontuar algumas questões, em relação a essa *performance* meteórica da chamada arqueologia preventiva ou consultiva.

- Existe compasso entre quantidade e qualidade?

Em alguns aspectos as opiniões convergem a respeito. Para muitos profissionais, não há paridade entre quantidade e qualidade, devido a diversos fatores: sob a ótica da academia (responsável pela formação de

3. A consolidação e as análises pormenorizadas dos dados obtidos serão aprofundadas em tese de doutoramento em construção, a cargo da arqueóloga Camila Wichers (MAEUSP).

novos quadros de pesquisadores), o óbice se assenta na completa falta de embasamento teórico-metodológico de boa parte dos pesquisadores envolvidos no processo. Do ponto de vista da arqueologia empresarial, os reclames se dão em relação ao despreparo técnico de boa parte dos profissionais que ascendem ao mercado. Tais posições, embora convergentes, exprimem, por outro lado, a clara falta de sintonia e desconexão entre alguns dos atores que integram a cadeia produtiva arqueológica. Apesar dos diversos cursos criados, conta-se com um déficit de profissionais aptos a exercerem suas atividades em consonância com as demandas colocadas pelo mercado.

É fato e não cabe aqui aprofundar esse tema, e tampouco as suas implicações. Acreditamos que o abismo/disjunção entre teoria e práxis constitui um dos obstáculos mais difíceis de serem transpostos rumo ao desenvolvimento pleno da arqueologia no país. Entretanto, conforme postulado, a superação de obstáculos dessa natureza exigirá o aprimoramento e intercâmbio de informações ao longo da cadeia produtiva como um todo, através de um planejamento estratégico que permita estabelecer prioridades e programas de ação, *standards* de qualidade, metas e prazos para a superação de deficiências, bem como mecanismos permanentes de controle e avaliação de desempenho.[4]

Nesse sentido, cabe aqui ressaltar que o mercado tem sido a mola propulsora para a experienciação (mais de 90% dos projetos arrolados) que, em muitos casos, é a principal motivação para que pesquisadores busquem, de forma concreta e objetiva, a superação de suas limitações e deficiências. Mesmo porque, os cursos existentes dão pouca ênfase à realidade apresentada por esse mercado. Porém, que fique claro: não estamos de modo algum falando em subserviência do conhecimento científico aos ditames do mercado, postura no mínimo anacrônica.

Nunca se escavou tanto (bem ou mal), nunca se publicou tanto (com ou sem substância), nunca se divulgou tanto a arqueologia, nas mais diversas plataformas da sociedade, como nessa última década. Em adição, inúmeros são os campos de investigação que encontraram solo fértil para lançarem suas raízes. Falamos do debate em torno da arqueologia pública, da arqueologia forense, da arqueologia subaquática, do turismo arqueológico, da socialização do conhecimento, dentre outros. Ampliou-se, igualmente, o debate em torno de temas capitais para a disciplina, como a preservação e a destinação de acervos e a educação, constituindo, estas, algumas das

4. Para uma síntese a respeito da evolução da disciplina no Brasil ver BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. Revista USP, p. 32-51, dez, jan, fev, 1999-2000, São Paulo.

linhas de ação/reflexão surgidas e/ou ampliadas no contexto de expansão do mercado.

Entretanto, cabe a nós indagar em que medida o capital destinado à preservação dos recursos arqueológicos e à socialização dos resultados vem contribuindo para o efetivo desenvolvimento de uma visão em torno da disciplina, para além do progresso material dos profissionais.

Conhecemos o montante de verbas destinado às obras de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento econômico do país, porém, desconhecemos qual a parcela que, efetivamente, é revertida para a arqueologia e recursos arqueológicos, quer no campo da mitigação, quer na compensação diante dos danos irreparáveis, que vêm sendo imputados ao patrimônio arqueológico e cultural da nação, entendido pela tecnocracia, via de regra, como empecilho ao desenvolvimento.

Uma coisa é certa: a arqueologia conta hoje, potencialmente, com recursos inestimáveis, que superam, em muito, as escassas verbas disponibilizadas outrora pelas agências de fomento à formação, pesquisa e capacitação de pessoal.

Concluímos este tópico, ressaltando que dispomos, hoje, de bases materiais suficientes para promover uma transformação de substância, restando congregar os diversos agentes sociais envolvidos na cadeia produtiva para a elaboração de um projeto em torno do futuro desejado para a arqueologia, o que certamente indicará a melhor e mais eficaz forma de gerir recursos, em favor da consolidação da disciplina, e preservação do patrimônio, em favor da sociedade como um todo, aqui entendido com elemento indissolúvel para o desenvolvimento pleno da sociedade num amplo senso.

Espacialização da pesquisa arqueológica em território brasileiro

Constitui uma das máximas da arqueologia preventiva (ou arqueologia de contrato, de resgate, devotada ao mercado, arqueologia no meio empresarial, dentre outras denominações que vem assumindo) ter assegurado a dilatação do raio de ação do arqueólogo *versus* a recobertura geográfica, propiciada pela pesquisa acadêmica no território brasileiro, nos anos precedentes. Trata-se de um fato incontestável (Zanettini 2006/2007).

Entretanto, a íntima relação, mantida entre essa modalidade de arqueologia e o capital, propicia alguns questionamentos a respeito.

De longe a arqueologia devotada ao mercado – apesar de seu crescimento acelerado, vem dando conta, de forma equitativa e equilibrada, de amplas porções do território brasileiro e sua dimensão subcontinental. Observa-se a concentração de forma acentuada, tanto das pesquisas, como da produção de conhecimento em zonas economicamente dinâmicas, em detrimento das demais, permanecendo os grandes vazios, o que em última instância acentua as desigualdades sociais, no que tange ao direito de acesso ao patrimônio arqueológico por amplas parcelas da população.

A título de exemplo, o Estado de São Paulo, responsável por cerca de 40% do Produto Interno Bruto (PIB), apesar de concentrar 21% das licenças de pesquisa, emitidas para o território nacional no período estudado, conta, igualmente, com enormes vazios de conhecimento, destituindo milhões de cidadãos do direito de acesso pleno à cultura, assegurado por nossa Carta Magna.

Cabem aqui novas perguntas: De que maneira reduzir tais discrepâncias e distorções? Vêm sendo pensadas políticas públicas capazes de dar conta desse desequilíbrio? A quem cabe essa tarefa?

A cadeia produtiva da arqueologia: um primeiro esboço

Dado o dinamismo do mercado, torna-se extremamente difícil fornecer dados precisos, do ponto de vista quantitativo, a respeito de alguns grupamentos sociais que compõem a cadeia produtiva da arqueologia (geograficamente dispersos e apresentando funções distintas). Tampouco os elementos a seguir apresentados dão conta do enfoque, necessariamente sistêmico, que se deve dar a essa questão.

Pesquisadores

No tocante ao número de arqueólogos atuantes no Brasil hoje, não há números exatos. A Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), criada em 1980 e principal organização de caráter científico no país, conta com 353 afiliados.

A sua vez, nossos levantamentos indicam 304 profissionais figurando como coordenadores de projetos licenciados pelo Iphan, no período analisado (*heads*). Esse número se amplia significativamente se acrescentarmos à lista o batalhão de recém-formados, que atuam nos mais

diversos regimes de trabalho (de forma temporária ou permanente). Computados os jovens arqueólogos, atingimos facilmente a marca dos 600 profissionais em atividade no país, ressalvando que a profissão não foi ainda reconhecida em território brasileiro.

Não podemos nos esquecer de computar os pesquisadores de áreas afins, igualmente envolvidos no desenvolvimento de projetos de porte, como historiadores, geógrafos, sociólogos, educadores e assim por diante. Do mesmo modo, não podemos nos esquecer dos inúmeros colaboradores engajados no atendimento das demandas colocadas pelo mercado, desenvolvendo tarefas de administração, logística, produção de materiais de apoio à pesquisa, comunicação e na extroversão dos resultados. A título de exemplo, contamos, na região Sudeste (Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo), com 19 empresas de arqueologia, de porte diverso, em atividade, congregando de dois a uma centena de profissionais.[5]

Assim, sob uma perspectiva conservadora, podemos estimar um total de 2.500/3.000 indivíduos envolvidos diretamente na atividade. Algo impensável à época da criação da Sociedade Científica, na década de 1980, surgida da reunião de 19 arqueólogos doutores.

5. Ver CALDARELLI, Solange. Arqueologia em grandes empreendimentos: a importância e o desafio de manter um controle de qualidade científica. Trabalho apresentado no VI Encontro Regional da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB Sul). 2008. Disponível no site www.scientiaconsultoria.com.br.

Gestores e fiscalização

O Iphan, responsável pela gestão do patrimônio cultural brasileiro, conta em seu corpo técnico, atualmente, com cerca de 40 profissionais, distribuídos em sua sede administrativa, localizada em Brasília e superintendências estaduais, Brasil afora, devotados à fiscalização e gestão.

Criado em 1937 para gerir o patrimônio cultural, o órgão mantinha, na década de 1980, em seu quadro de pessoal, cerca de seis profissionais arqueólogos voltados para a gestão arqueológica, situação que se modificou apenas recentemente, em função das demandas colocadas pela arqueologia de mercado.

Embora, do ponto de vista dos recursos humanos, o Governo tenha somado esforços objetivando suprir tal demanda, no que tange aos recursos materiais necessários à gestão e fiscalização, os investimentos são ainda insuficientes (Schaan e Bezerra 2009).

É certo, o Iphan tem estimulado de diversas formas o debate em torno da arqueologia e da preservação do patrimônio arqueológico, incentivando

encontros, apoiando e patrocinando congressos e publicações. Porém, tais ações não estavam inseridas no bojo de um planejamento estratégico de longo alcance, constituindo iniciativas ainda atomizadas e desconexas, quadro que começa a mudar, se levarmos em conta a realização deste Fórum Nacional, onde a arqueologia tem assento tornando possível o delineamento de uma política púbica a respeito.[6]

Já no âmbito dos Estados e municípios, não observamos reflexos ou grandes avanços, salvo raríssimas exceções no que tange à gestão dos recursos arqueológicos, tema abordado no evento e que, certamente, deverá constituir linha de investigação/discussão/ação sob a ótica da gestão, permitindo o rebatimento das leis federais em escala local.

6. Tampouco acreditamos no momento atual que a arqueologia deva constituir foco exclusivo dos gestores encarregados da cultura no campo institucional. Cabe aqui propormos a incorporação na cadeia produtiva de profissionais das instituições governamentais das áreas de C&T, economia, planejamento, educação, cidades, assuntos estratégicos, relações internacionais.

Instituições de ensino, pesquisa e apoio à preservação do patrimônio arqueológico

Contamos hoje, no Brasil, com 10 cursos de graduação, seis cursos voltados para a especialização (*latu sensu*), além de seis cursos universitários devotados à formação *stricto sensu*, (mestrados e doutorados). É importante ressaltar que, desse total, 11 cursos foram criados nos últimos dois anos.

Os levantamentos realizados apontam a existência de 159 instituições, tais como museus universitários, fundações púbicas e privadas, órgãos da administração estadual e municipal, ONGs, apresentando perfis amplamente diferenciados, recebendo os acervos gerados pelas pesquisas, muitas das quais sem nenhuma tradição e condições para tal. Essa foi a solução encontrada, a título precário, pelo mercado, diante da carência de locais/instituições para guarda do patrimônio arqueológico gerado, que cresce de forma igualmente exponencial.[7]

7. Para uma discussão ver BRUNO, Maria Cristina de O. & ZANETTINI, Paulo. O futuro dos acervos. Simpósio realizado no XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, na cidade de Florianópolis, em 2007.

Aporte de capital

O financiamento à pesquisa, até a década de 1980, permanecia restrito às agências de fomento em nível federal e estadual. Conforme pontuado, na atualidade, o quadro apresenta-se completamente modificado, com centenas, para não dizer milhares, de empreendedores voltados para a obtenção de licenças ambientais para seus empreendimentos. Assim, a arqueologia hoje, como área estratégica, conta com um aporte de capital significativo.

Imersos em seus afazeres cotidianos, a fim de atender às múltiplas demandas que ora se apresentam, arqueólogos, gestores e instituições de

ensino, pesquisa e salvaguarda não contam em suas agendas, tampouco demonstram aptidão para articular-se num projeto coeso destinado à construção de um futuro para a arqueologia. Ou melhor, estamos despreparados para lidar com o fenômeno para além da "disputa por um lugar ao sol" diante das armadilhas que o crescimento econômico nos coloca.

Considerações finais

Em nota datada de 2002, a então Presidência da Sociedade de Arqueologia Brasileira tornava expressa sua apreensão em relação ao crescimento da modalidade da arqueologia de mercado, em detrimento da pesquisa básica. Do mesmo modo, vivenciava-se, à época, uma crise sem precedentes entre pesquisadores e gestores, gerada pelo mercado insurgente.

Passados sete anos, embora as tensões de outrora tenham praticamente sido superadas, graças ao aprimoramento das relações entre pesquisadores e gestores, continuamos a assistir a depoimentos muito similares, em relação à situação que ora se coloca. Fala-se, igualmente, em "apreensão" e "inversão de valores"!

A manutenção de discurso torna evidente, no plano das mentalidades, a impotência de parte dos pesquisadores, na condução dos problemas e, sobretudo, no estabelecimento de um projeto coeso em compasso com as demandas geradas pela contemporaneidade. De nada adianta a apreensão (o temor). Precisamos definir objetivos e metas, planos de ação concretos e encadeados, submeter os resultados e processos a permanente avaliação, em sintonia com a sociedade, estabelecer padrões de qualidade e procedimentos de pactuação de forma participativa, nos quadros de um ambiente democrático, tal qual ocorreu em outros campos do conhecimento e/ou mercados como o setor da informática, área ambiental, e o *agrobusiness* para citar alguns dos exemplos mais recentes.

Definitivamente, os encontros promovidos por entidades científicas (bienais, como no caso da SAB), com suas salas cada vez mais abarrotadas, tendo de sobrepor simpósios, comunicações e apresentações em cronogramas enxutos não constituem o espaço adequado, tampouco o fórum exclusivo e apropriado para a discussão em torno do avanço da arqueologia no Brasil. Quando muito, há espaço para aprofundar temas específicos de natureza eminentemente científica. Suscitou-se a criação de

uma sociedade profissional tal qual se observa no contexto norte-americano, proposição no mínimo interessante.

Por outro lado, multiplicam-se os encontros regionais, setoriais e temáticos de cunho científico, mas estes igualmente não mantêm, via de regra, o foco direcionado rumo à discussão de questões de natureza estratégica.

Dentre inúmeros aspectos a serem devidamente aprofundados no que concerne à cadeia produtiva, conforme mencionado, defendemos como indispensável o aprimoramento da comunicação entre os diversos elos que a conformam, rumo à criação de instrumentos de valoração e validação do conhecimento a ser compartilhado, mediante um processo contínuo de avaliação da cadeia *per se*, a fim de se promover o desenvolvimento científico e a preservação efetiva dos recursos arqueológicos dentro de uma perspectiva sustentável e responsável em oposição à mercantilização irrefreável. Segundo Castro (2005), a forma como a informação é produzida flui e é apropriada pelos diversos componentes da cadeia produtiva constitui um fator preponderante no seu desempenho. Esse conhecimento torna-se essencial para desenvolver estratégias de gestão de informação na cadeia. Para desempenhar suas funções com eficácia, necessita-se de informação teórica, tecnológica, gerencial e de mercados, de fatores e de produtos gerados interna e externamente à cadeia produtiva.

Urge estabelecer *standards* mínimos a serem acordados pelos atores, bem como padrões de qualidade desejáveis a serem buscados e aplicados às múltiplas situações e escalas de projetos surgidos no bojo do mercado, assuntos que extrapolam aos justos limites estabelecidos pela academia no seu âmbito de atuação (ensino-pesquisa).

Por fim, devemos nos debruçar urgentemente na formulação de políticas públicas para a arqueologia brasileira, para além das leis e normas que a regem na atualidade, insuficientes diante da complexificação gerada pelo mercado.

Canadenses e portugueses e outros tantos países conseguiram criar espaço em suas agendas para tal. E nós sul-americanos?

Referências

CALDARELLI, S. *Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural*. Repercussões dos Dez Anos da Resolução Conama nº 001/86 sobre a Pesquisa e Gestão dos Recursos Culturais no Brasil. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 1997.

CASTRO, A. M. G. Estratégia de P&D para melhoramento genético em uma época de turbulência. Simpósio de Gestão e Tecnologia, 22, Salvador, nov. 2002. *Anais*... São Paulo: FEA/USP, 2002.

CHAWICK, A. Post-processualism, professionalization and archaeological methodologies. Towards reflective and radical practice. *Archaeological Dialogues*, Cambridge University Press, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo & ROBRAHN-GONZALEZ, Erika. Ética, capitalismo e arqueología pública en Brasil. In: ACUTO, Felix; ZARANKIN, A & ANDRADE LIMA, Tânia. *Sed non Satitata II*: acercamientos sociales en la arqueología latinoamericana. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2008, p. 81-91.

IPHAN (9SR) & ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Termo de Cooperação Técnica*: Relatório 1. (DATALOGRAFADO). 2008.

JOHNSON, B. B. Projetos para a mudança estratégica em instituições de P&D. In: Simpósio Nacional de Gestão da Inovação Tecnológica, 17, São Paulo, 1992. Anais... São Paulo: FEA\USP, 1999.

MENESES, U. T. de B. Arqueologia de salvamento no Brasil: uma avaliação crítica. Texto apresentado no Simpósio S.O.S Preservação. Rio de Janeiro: PUC, 1998.

SCHAAN, Denise & BEZERRA, Márcia. *Construindo a arqueologia no Brasil*: a trajetória da sociedade de arqueologia brasileira. Belém: GK Noronha, 2009.

SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. *Anais do Simpósio*: A Arqueologia no Meio Empresarial. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, IGPA, 2002.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Arqueólogos de volta à metrópole. Patrimônio*: atualizando o debate. São Paulo: Iphan, 2006/2007, p. 221-232

Arqueologia em Ouro Preto – a valorização do patrimônio soto-posto

*Alenice Baeta**
*Henrique Piló***

Resumo

Este artigo pretende apresentar dois modelos de pesquisas arqueológicas desenvolvidas no centro histórico de Ouro Preto, propondo novas abordagens e perspectivas, além de uma política cultural voltada para o monitoramento, evidenciação e valorização do patrimônio arqueológico soto-posto, existente nas cidades históricas e em seu entorno.

*Arqueóloga/ pesquisadora da Artefactto Consultoria Ltda

**Arqueólogo/ pesquisador da Artefactto Consultoria Ltda

Palavras-chave

Arqueologia, Urbano, Patrimônio.

Introdução

Discutir a implantação de uma política cultural relativa ao patrimônio arqueológico em ambiente urbano, em um evento realizado na cidade de Ouro Preto, nos obriga a pensar o que vem sendo realizado a respeito desse tema no Estado de Minas Gerais, sobretudo em seus principais núcleos históricos.

Neste artigo, será dado um enfoque a dois modelos de pesquisa arqueológica, que foram desenvolvidos nos centros históricos dos municípios de Ouro Preto e Mariana. O primeiro focaliza um estudo realizado no contexto de um projeto de Restauração e Revitalização de um logradouro, no caso, o quintal da Casa da Baronesa. Atualmente, essa edificação abriga o Escritório Técnico do Iphan. Na ocasião da pesquisa, sediava também o escritório do Programa Monumenta/BID em Ouro Preto. A segunda situação apresentada trata de pesquisa arqueológica atrelada à obra de infraestrutura de Rede de Distribuição Subterrânea (RDS), realizada em Mariana, na rua Dom Silvério.

Arqueologia em obras de restauração e revitalização

O projeto paisagístico da Casa da Baronesa, construída no início do século XIX, situada na atual praça Tiradentes, fez parte do plano integrante do Programa Monumenta/BID. Esse projeto propôs o resgate, a revalorização e a integração das áreas livres dessa edificação, com a proposta de restauração do bem cultural e sua utilização no conceito de sustentabilidade do Programa Monumenta/BID.

Na esteira dessa proposta foi, então, prevista a pesquisa arqueológica em sua etapa inicial, por se tratar de um sítio histórico de grande importância patrimonial, conjugando, assim, cultura material, com levantamento de fontes escritas e orais, estabelecendo possíveis diálogos entre os atores sociais e os vestígios arqueológicos e arquitetônicos.[1]

O quintal da Casa da Baronesa sofreu inúmeras reformas e intervenções, sobretudo no século passado, de maneira que a informação preestabelecida, por parte de moradores locais e agentes patrimoniais, era a de que havia poucas chances de se encontrar alguma estrutura arqueológica soterrada, pois as mesmas já teriam sido destruídas ou retiradas.

Antes de tudo, foi realizada capina e retirada do entulho recente que impediam a visibilidade do quintal. Muitas das vezes, o entulho, muito comum de ser encontrado nos fundos de lotes em Ouro Preto, oblitera estruturas bem antigas do imóvel, mas, por outro lado, resguarda registros diferentes desse imóvel, bem como elementos da evolução urbana e da paisagem onde esta se insere.

Iniciaram-se as prospecções, ou sondagens, nas localidades que sofreriam alterações maiores, como instalação de caixa d'água, rebaixamento de pisos e implantação de muros de arrimo, como previstas no anteprojeto.

Foram elucidadas, primeiramente, algumas estruturas do final do século XIX e XX, tais como canteiros, muros de arrimo antigos, galerias subterrâneas, além de drenagens superficiais, utilizadas para o transporte de água limpa para aguagem dos canteiros, hortas e pomares, bem como para o tratamento de animais e outras atividades domésticas. Os pisos, compostos por lajes, e parte do muro, que estava desabando, comprometido por incrustação de vegetação, foram copiados ou decalcados, visando ao registro detalhado de seus componentes, subsidiando a sua restauração,

1. Integraram a equipe técnica a arquiteta Vanessa Braide, autora do projeto paisagístico do Jardim da Casa da Baronesa, como também a historiadora Rosa Cristina Basílio e o designer gráfico Emile Albert Scharlé Júnior.

mantendo, dessa maneira, o padrão decorativo e a mesma técnica construtiva da época.

Em um dos locais destinados à instalação de uma grande caixa d'água, foi encontrado, por meio de sondagens, alicerces de cômodos construídos ainda no século XVIII, no caso, parte da edificação que abrigou a sede da antiga Santa Casa de Misericórdia.

Ainda nessa grande sondagem, foi evidenciado um passeio que interligava o antigo logradouro do morro de Santa Quitéria, hoje praça Tiradentes, ao beco do Pilão, que faz divisa com o fundo do lote.

Com a evidenciação dessas estruturas foram realizadas novas sondagens-teste, visando à indicação do melhor local para a instalação da caixa-d'água.

Com a pesquisa arqueológica feita antes da obra do novo jardim, ficou comprovado que esse estudo minimizou ou impediu a destruição de patrimônio soto-posto, de grande importância para a história e conhecimento da evolução urbana da cidade.

Caso não tivessem ocorrido as prospecções arqueológicas, a integridade das estruturas, mencionadas acima, teria sido comprometida. Mesmo com a presença de arqueólogos na fase inicial da obra é imprescindível a formação e a orientação dos operários e técnicos nela envolvidos, sobretudo alertando sobre a importância de não destruir estruturas e cultura material que apareçam durante o revolvimento e intervenção no solo. Essas instruções são necessárias em uma obra desta natureza.

Em primeiro lugar, o anteprojeto deve prever, em uma etapa inicial, prospecções arqueológicas, pesquisa histórica detalhada e treinamento dos operários, para que, em um segundo momento, possa ser definido o projeto definitivo de revitalização e restauração do logradouro ou da edificação. Para isso, os profissionais da área de arquitetura que atuam na área patrimonial deveriam fazer essa previsão em seus projetos e cronogramas de obra, ampliando os diálogos e as possibilidades de leituras multidisciplinares do bem cultural, juntamente com arqueólogos, restauradores e historiadores.

Arqueologia em obra de infraestrutura

Projetos que visam à despoluição visual das fachadas nos centros históricos, com a retirada de postes e fiações aéreas, vêm ocorrendo em algumas cidades históricas de todo o país.

No entanto, com o objetivo de despoluir as fachadas das edificações (o que é deveras importante em uma política patrimonial), pode-se destruir, em contraposição, estruturas soterradas, contidas naquele logradouro, quando da abertura das valas por retroescavadeiras, visando à instalação dos novos canos, em obras de Rede de Distribuição Subterrânea (RDS). Atualmente, esta vem sendo uma grande preocupação dos arqueólogos que atuam em ambientes urbanos – a preservação das estruturas soto-postas. Esse tipo de patrimônio, tais como estruturas de canalização, galerias, caixas de distribuição de água, pisos, alicerces de antigas edificações, dentre outros, ainda é muito pouco valorizado e compreendido, no contexto patrimonial de uma cidade histórica, pois tem baixa visibilidade, estando, sobretudo, abaixo dos atuais pisos ou pavimentações. Esse tipo de patrimônio vem sofrendo sérios riscos de parcial ou total destruição, durante obras dessa natureza.

No município de Mariana, por exemplo, vizinho de Ouro Preto, foi possível identificar, por meio de um projeto de monitoramento arqueológico de RDS,[2] um sistema de canalização do século XVIII, confeccionado em cantaria, de extrema importância, sendo que parte dele foi destruída, dias antes, por uma obra de canalização de esgoto, realizada sem pesquisa e sem monitoramento arqueológico que a instruísse. Infelizmente, muito já se perdeu, sobretudo durante obras, nos últimos decênios, mas ainda foi possível salvar e preservar alguns trechos de canais dos séculos XVIII e XIX, identificando várias técnicas construtivas do sistema de canalização. Os mais antigos sistemas eram compostos por peças de cantaria de pedra-sabão, encaixados no sistema "macho-fêmea" e forrados por lajes de quartzito. Parte da canalização do século XIX já era constituída, sobretudo, por um sistema de canaletas em cerâmica, no interior de galerias, formadas por quatro lajes de quartzito encaixadas, que as protegia. A água canalizada era, por sua vez, distribuída para os chafarizes e, mais tarde, para algumas edificações por intermédio de caixas de distribuição, sendo as mais antigas constituídas por grandes peças esculpidas em pedra-sabão, exemplares raros da antiga técnica de cantaria na região mineradora.

No contexto de um núcleo urbano minerador, o provimento de água era fundamental para o seu desenvolvimento, sendo que a sociedade girava em torno dessa rede de distribuição. As políticas públicas, ligadas à Câmara Municipal, eram centralizadas nessa atividade, havendo um controle rígido relativo ao provimento de água. Infelizmente, por esse sistema se encontrar no subterrâneo das cidades históricas, muitas vezes essas relíquias correm

2. Participaram ainda desse projeto as historiadoras Denise Ribeiro Tedesh, Tatiana Mol Gonçalvez e o designer gráfico Emile Scharle Júnior.

sérios riscos de se perder e de forma irreversível. É comum ouvir nas ruas de moradores locais, que durante antigas obras de infraestrutura muitas peças de pedra-sabão foram destruídas por máquinas, ou mesmo extraídas das valas para serem reaproveitadas na confecção de objetos de artesanato, como esculturas, cinzeiros e outras peças.

Outro ponto importante a ser abordado é que, no caso da implantação do sistema de eletrificação e de telefonia, o cano utilizado é o canaflex, um conduto flexível, sendo possível contornar estruturas arqueológicas, impedindo a sua destruição, além de permitir sua manutenção *in loco*. No caso de obras de água e esgoto, a pesquisa e o monitoramento vão exigir uma sondagem prévia, relativa ao trajeto proposto dos canos; e por meio de furos teste, prevenir que estruturas que porventura estejam no trajeto possam ser destruídas, propondo um novo caminhamento para os tubos.

Depois dessas obras, o mapeamento dos trechos e das estruturas de interesse histórico e arqueológico já identificadas são fundamentais para o planejamento de futuras obras de infraestruturas no local.

Outro ponto que merece ser mencionado é o desperdício ou a substituição indevida ou desnecessária de lajes ou peças pétreas de boa qualidade visual e de boa resistência, seja em obras de revitalização ou de infraestrutura. Muitas vezes, pisos (de ruas, passeios, praças e pátios) constituídos por blocos rochosos são inteiramente substituídos, sendo que poderia ter ocorrido, de preferência, uma higienização, tratamento e restauração, no contexto dessas obras, sem a necessidade de sua extração. Muitas das vezes, todas essas peças são descartadas como entulho durante a obra, sem nenhum tipo de controle. A nosso ver, essa situação toca em dois aspectos fundamentais: um voltado para a questão ambiental, pois em uma obra deveria se aproveitar, ao máximo, os recursos não renováveis, ou mesmo, haver um plano prévio, se justificado, para a sua realocação ou aproveitamento em outra obra no mesmo município. Por outro lado, toca em parâmetros patrimoniais, já que antigos pisos são considerados estruturas de interesse histórico-arqueológicas, devendo ser objeto de proteção e inventário.

Considerações finais

As ruínas no jardim da Casa da Baronesa, em Ouro Preto, que foram evidenciadas pela pesquisa arqueológica, bem como as demais estruturas,

foram incorporadas ao projeto paisagístico e de revitalização definitiva do jardim. Durante a realização deste Fórum, integrando o projeto Casa do Patrimônio, foi implantado na unidade de Ouro Preto um circuito expositivo[3] que focaliza, dentre outros temas, a história do bem cultural, bem como a evolução urbana do logradouro onde este se situa. Por meio de painéis, *banners* e vitrines foram apresentadas, dentre outras informações, as etapas da pesquisa arqueológica ali desenvolvida, bem como os seus resultados. Amostras de fragmentos de objetos ali coletados foram expostos. As ruínas e demais estruturas antigas podem ser visitadas na área externa, como parte desta exposição.

3. O projeto museológico do Circuito Expositivo da "Casa do Patrimônio" do Iphan de Ouro Preto foi de autoria de Janine Ojeda.

Por fim, considera-se fundamental que projetos voltados para a restauração, revitalização ou obras de infraestrutura estejam comprometidos com a proteção e valorização dos diferentes tipos de bens culturais existentes porventura nas localidades onde vão ser desenvolvidos, incluindo, também, os de baixa visibilidade, soto-postos e imateriais.

Referências

BAETA, A.; PILÓ, H.; BASÍLIO, R. C.; BRAIDE, V. & SCHARLE JÚNIOR, E. A. *Resgate do patrimônio arqueológico remanescente no quintal onde se situa o imóvel Casa da Baronesa, praça Tiradentes, Ouro Preto, MG*. Relatório Final. Ouro Preto: Total Engenharia-Artefactto Consultoria-Iphan/Programa Monumenta/BID, 2008.

BAETA, A.; PILÓ, H.; TEDESH, D. R.; MOL, T. & SCHARLE JÚNIOR, E. A. Monitoramento arqueológico de RDS e proteção de estruturas remanescentes de canalização de água em Mariana – MG. (Encel – Engenharia de Construções Elétricas Ltda. / Prefeitura Municipal de Mariana) In: *Anais do 3º Simpósio de Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais – SAP*. Carangola: Resumos (MAEA/UFJF), 2008.

BASTOS, R. & SOUZA, M. (org.). *Normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico*. 2ª ed. São Paulo: 9ª SR/Iphan, 2008.

FUNARI, P. P. A. (org.). Cultura material e arqueologia histórica. Campinas: Unicamp, 1998.

MIGLIACIO, M. C. *O caráter público do patrimônio arqueológico*: algumas questões para reflexão. Fronteiras. Campo Grande, MS, p. 59-78, 2001.

NAJJAR, R. *Manual de Arqueologia Histórica*. Brasília: Iphan, 2005.

PILÓ, H.; BAETA, A. et al. As ruínas soterradas do morro de Santa Quitéria: Ouro Preto antes da Inconfidência Mineira (Iphan/Programa Monumenta/BID – Ouro Preto) In: *Anais do XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB*. Belém: Resumos, 2009.

A pesquisa arqueológica nas intervenções urbanas: o caso das cidades tombadas de Goiás

*Gislaine Valério de Lima**

*Coordenadora do Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás

Resumo

Trata-se de um relato sobre a experiência desenvolvida na cidade de Goiás, onde uma série de pesquisas arqueológicas foi realizada, juntamente com o processo de instalação de obras de infraestrutura da cidade, tais como a rede de esgoto, telefonia e rede elétrica. O texto revela o desafio de compatibilizar os trabalhos arqueológicos com a construção de obras fundamentais para o desenvolvimento urbano. Tal desafio exigiu uma permanente negociação que garantiu, inclusive, a utilização do projeto de engenharia das obras para o planejamento de escavações arqueológicas. A metodologia utilizada pela equipe arqueológica configurou-se numa experiência positiva, com a realização de 450 sondagens na cidade de Goiás e o resgate de 150 mil fragmentos arqueológicos.

Palavras-chave

Pesquisa arqueológica, Obras urbanas, Compatibilização.

Estou na cidade de Goiás desde o ano de 2000 acompanhando as obras de implantação da rede de esgoto, bem como a implantação das redes subterrânea de telefonia e elétrica. A rede de esgoto está sendo implantada há dez anos e, por ser uma obra eminentemente política, nunca termina. Como professora da Universidade Estadual de Goiás, acompanho também as obras. Procurarei ser o mais sucinta possível, trazendo à discussão as contribuições do meu trabalho em cidades históricas, as quais são cidades relativamente pequenas. Se compararmos Ouro Preto, por exemplo, à realidade vivida por Paulo Zanettini, acredito que conseguimos estabelecer uma relação de gestão, talvez, mais eficaz do que em cidades maiores. Trabalhei, também, na cidade de Natividade, em Tocantins, mas vou me deter à cidade de Goiás porque foi o local dentre os quais trabalhei que

sofreu o maior número de impactos e não foi em função de um período mais longo de tempo.

Não entrarei em discussões teóricas, apesar de acreditar que elas são extremamente pertinentes para definir estratégias metodológicas, principalmente, ao abordar a maneira como o arqueólogo vai atuar na cidade. Pensei, todavia, em apresentar algumas estratégias metodológicas, nas quais procurei viabilizar, compatibilizar a pesquisa arqueológica e as obras que, de qualquer maneira, são importantes para a qualidade de vida da população. Obras as quais não podem sofrer um atraso em demasia por causa do patrimônio arqueológico. O meu desejo, a todo o momento, foi realizar uma boa pesquisa e, ao mesmo tempo, compatibilizá-la ao tempo dessas obras e acredito que, de certa forma, nós conseguimos realizar isso.

Outra questão é a discussão já apresentada tanto por Fernanda Tochetto, quanto por Paulo Zanettini, sobre a importância da pesquisa em centros urbanos, por isso não vejo a necessidade de abordar, novamente, essa questão. Além de arqueóloga, sou historiadora de formação e nesses doze anos em que venho trabalhando em centros históricos, não tanto em arqueologia como quanto em história, pude perceber pelos arquivos de minhas pesquisas, tanto no Brasil quanto em Portugal, que há uma série de elementos sobre essas cidades históricas que as fontes escritas não são capazes de resolver. Principalmente, pesquisas ligadas à população desses centros históricos onde a presença da população escrava foi muito forte. É que esses indivíduos não tiveram oportunidade de registrar sua história e a arqueologia vem atender essas discussões. Mas não é só nesse âmbito, dos indivíduos que viviam nesses centros, inúmeras questões, por exemplo, ligadas à cidade de Goiás, considerada durante o século XVIII, principalmente no século XIX, uma cidade isolada, com dificuldades de comunicação com outros centros do litoral brasileiro. A arqueologia vem demonstrando que isso, de fato, não aconteceu. A população recebeu inúmeras mercadorias e sua oferta era muito grande, a comunicação era contínua, o que só a arqueologia pôde evidenciar. A historiografia goiana vem debatendo nessa discussão sobre o isolamento de Goiás, e a arqueologia vem demonstrar exatamente o contrário. Então, acredito ser fundamental a pesquisa, por uma série de razões.

Venho orientando monografias de final de cursos de graduação e pós-graduação e, em todos esses trabalhos apresentados nos últimos cinco anos, tenho dado maior ênfase às orientações de pesquisas voltadas para

a população negra. Não pelo volume que a cidade de Goiás apresenta nessas discussões, mas pelo interesse dos alunos. Tenho, portanto, voltado minha atenção para orientações específicas dessa temática e, a todo o momento, a grande dificuldade que se tem em orientar os alunos da graduação em história é a dificuldade de acessar informações sobre esses grupos, especificamente, na documentação escrita. Estou apenas reforçando esse fato.

Durante minha pesquisa na cidade de Goiás, de toda a gama de escavações realizadas, recolhemos, aproximadamente 150 mil fragmentos arqueológicos, entre cerâmicas, metais, ossos, etc. A principal questão é compatibilizar obra e acompanhamento arqueológico.

Na maioria das vezes, a equipe de arqueologia trabalha simultaneamente à realização da obra. Esse cenário dificulta bastante o trabalho, apesar de não ser impossível, mas seria mais profícuo que a gente realizasse essa pesquisa com certa antecedência, antes do início da obra. O projeto de engenharia da própria instalação da rede elétrica e de telefonia subterrânea apresenta a possibilidade de termos uma amostragem da cidade. É possível então, com esse projeto, planejarmos escavações nas áreas onde vão ser implantadas as caixinhas de manutenção que, normalmente têm 70 x 80cm, outras de 120cm. Portanto, você tem uma sistematização de implantação dessas caixas que possibilitam a amostragem das áreas na cidade.

A partir do segundo mês de acompanhamento da obra, nós reformulamos a metodologia devido à quantidade de embates que tivemos com o empreendedor. A todo o momento aconteceram problemas, sem falar em situações, por exemplo, em que estoura um cano de água e inunda toda a escavação arqueológica. São problemas que exigem permanente adequação da pesquisa à dinâmica da obra. A própria equipe de arqueologia começou a se antecipar à chegada efetiva da obra, assim, uma semana antes da obra chegar nessa rua, começamos a fazer a pesquisa e, com isso, conseguimos definir, inclusive, onde a empresa deverá deslocar as suas intervenções. Vejo que, nessa perspectiva de gestão, a antecipação favorece.

Encontramos uma série de estruturas e, nessa perspectiva de fazer as sondagens anteriores à intervenção da empresa, pudemos planejar, juntamente com o empreendedor, como deveria ser a sua intervenção nesses locais. Durante nossas intervenções localizamos calçamentos antigos e definimos, posteriormente, as estratégias ideais para o empreendedor.

A empresa queria implantar a rede de esgoto ao lado da igreja matriz de Goiás. Tentamos manter uma negociação permanente com seus responsáveis para que essa intervenção fosse feita em outro local, o que não foi aceito. Iniciamos, então, essa intervenção antes deles, numa tentativa de convencê-los de que o local em questão não seria viável para as obras. Tiraram-se os bloquetes para marcar onde seria a vala e começamos a descer um pequeno trecho até que os esqueletos começaram a surgir. Parecia loucura, as duas arqueólogas espremidas na vala, mas caso abríssemos um centímetro a mais para cada lado, surgiria um novo esqueleto, de forma que decidimos ficar apertadinhas ali mesmo, manter a forma para conseguirmos terminar.

Então, somente a partir daí os empresários ficaram convencidos e decidiram pela intervenção em outro local. É fato que ao redor das igrejas vamos encontrar ossadas humanas e essa experiência faz com que possamos estabelecer para o empreendedor que suas intervenções deverão ocorrer de outra maneira. Portanto, essas intervenções realizadas com antecedência pela equipe de arqueologia viabilizaram, inclusive, em algumas áreas, a realização de outras intervenções, além daquelas previstas pelo empreendedor, obtendo, consequentemente, um maior número de informações.

Outro exemplo na cidade de Goiás refere-se a um pequeno núcleo urbano chamado Bacalhau. Essa área era utilizada como higienizador, ou seja, a população que chegava de fora tinha de ficar nesse local até ter certeza de que não estava trazendo nenhum tipo de doença para, depois, entrar na cidade. Numa parte desse núcleo foram realizadas escavações arqueológicas, levantamentos e, posteriormente, o monitoramento. A princípio, foi pensado somente no monitoramento, para Goiás, o que se demonstrou inviável, logo na primeira semana, pelo volume de sedimentos, por uma série de impactos que a obra causava. Havia, na realidade, a necessidade de prospecção e resgate arqueológico antes da chegada da intervenção do empreendedor.

Apresento agora um pequeno balanço do que fizemos na cidade. Foram realizadas escavações em 47 ruas, todas do centro histórico. Realizamos escavações, também, fora do centro histórico, com a metodologia específica de prospecção, com abertura de escavações maiores somente no caso da ocorrência do material arqueológico. Foram realizadas, aproximadamente,

450 sondagens nas ruas da cidade de Goiás e detectamos que dentro do centro histórico o perfil urbano da cidade mudou significativamente. As áreas de maior depósito de material arqueológico eram fundos de quintais, dos séculos XVIII e XIX, transformados em vias públicas. Por causa da declividade do solo, a rede de esgoto adentrou 87 quintais e nós realizamos, então, trezentas sondagens. Como eu disse no início recolhemos, até o momento, aproximadamente, 150 mil fragmentos.

Finalizando, o trabalho na cidade de Goiás tornou evidente a necessidade do levantamento anterior à chegada da obra, embora tal antecedência não precise ser muito grande. É possível compatibilizar, é viável a gestão do patrimônio nesse contexto de obras. As redes de esgoto, telefonia e elétrica viabilizam a realização de um mapa de potencialidades arqueológicas dessas cidades. Assim, podemos promover um gerenciamento mais de perto, garantindo o cuidado com áreas que são importantes, do ponto de vista arqueológico, e áreas em que não foi detectado material arqueológico. Isso permite, de certa forma, que esse empreendedor possa realizar as suas intervenções mais livremente.

A arqueologia nas cidades amazônicas atuais e os sítios arqueológicos pré-coloniais

*Eduardo Góes Neves**

Resumo

O texto é um relato do trabalho arqueológico que tem se desenvolvido há quinze anos na região de Manaus, onde aconteceu um grande esvaziamento demográfico como consequência da conquista europeia. O trabalho revela ainda os desafios da arqueologia num país como o Brasil, onde comunidades nativas vivem em regiões sem condições mínimas de infraestrutura, e a política de patrimônio garante visibilidade para obras construídas em períodos de exterminação e violência, como o ciclo da borracha, em regiões amazônicas. Evidencia, ainda, a necessidade de regulamentação da categoria e de regras que legitimem o trabalho arqueológico, além da importância de um trabalho em rede, unindo profissionais, o Iphan, empresas e a sociedade.

*Professor do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e presidente da SAB

Palavras-chave

Arqueologia amazônica, Esvaziamento demográfico, Colonização.

Apresentarei, rapidamente, um estudo de caso baseado em trabalhos realizados na cidade de Manaus, apesar de que algumas das questões podem se aplicar a outros contextos urbanos da Amazônia. O exemplo que citarei, neste momento, no entanto, vem mais de Manaus e gostaria de terminar fazendo algumas reflexões referentes não apenas à área da arqueologia no contexto urbano. Ao contrário de todos que apresentaram seus trabalhos nesta mesa, não sou um especialista nesse tipo de arqueologia, sou aquele da zona rural e de vez em quando acabo caindo em contextos urbanos. Vejo que existem algumas questões que são mais amplas, as quais não dizem respeito à arqueologia nesse contexto específico, dizem respeito até a prática da arqueologia hoje em dia no Brasil, e entendo ser interessante que, de certa maneira, elas sejam incorporadas a esse documento.

A principal hipótese para a arqueologia amazônica contemporânea é a de que a região foi densamente ocupada no passado e que as populações pré-coloniais criaram paisagens culturais. Acredito que paisagem cultural é até um pleonasmo, uma vez que a minha concepção de paisagem implica a natureza modificada pela atividade humana. E essa implicação entre natureza e cultura dificulta muito a operação esquemática entre patrimônio cultural e natural. Uma boa parte do que é patrimônio natural na Amazônia hoje em dia, também, é patrimônio cultural. Um exemplo são as matas de castanhal que têm, obviamente, uma origem antrópica, mas há outros exemplos que não cabe enumerar neste momento.

Sabemos que a ocupação na Amazônia é muito antiga, tem mais de onze mil anos, como revelou a caverna da Pedra Pintada, escavada por Anna Roosevelt na região de Monte Alegre, no Pará. Falarei rapidamente, porque todos já conhecem o patrimônio arqueológico na Amazônia, que é muito rico e diversificado. Temos a Ilha de Marajó, região, também, do baixo Amazonas; região de Oriximiná; Santarém, que é uma cidade que, provavelmente, está em cima de outra cidade, um exemplo interessantíssimo também.

Um pouco dessa riqueza cultural se revela, por exemplo, na diversidade de línguas indígenas faladas até hoje nas terras baixas da América do Sul. Para mim, isso é uma representação da diversidade cultural que deveria prevalecer na Amazônia pré-colonial, inclusive, porque a arqueologia tenta entender essa diversidade, de maneira muito lenta ainda porque as escalas são muito amplas.

De qualquer modo, gostaria de chamar atenção para esse contexto de natureza "antropizada", da ideia de modificação da natureza pela atividade humana, responsável por criar uma situação muito interessante, a qual não é exclusiva da Amazônia, mas que é muito forte naquela região. Principalmente porque lá é comum a ocupação de sítios em consequência das modificações antrópicas, associadas às atividades de ocupação humana. Então, é comum que um sítio cerâmico a céu aberto, na Amazônia, passe por três ou quatro ocupações sucessivas. Isso acontece no Amazonas, no Pará e em Rondônia. E, nesse princípio, é comum, ainda, que os sítios estejam, hoje, localizados sobre cidades ou comunidades no interior. Santarém é um exemplo clássico disso, a cidade de Manaus é outro exemplo.

Em Manacapuru existe um sítio de grandes dimensões que está embaixo da cidade. Hoje em dia, ali perto de Parintins, tem uma grande quantidade

de cacos de cerâmica furando a superfície, o que é muito comum nas cidades ou comunidades amazônicas. Outro fator recorrente são os sítios arqueológicos históricos, ruínas sobre sítios arqueológicos pré-coloniais por causa do Paricatuba, que foi um antigo leprosário, uma hospedaria de imigrantes cujas ruínas estão sobre um sítio Guarita.

Às margens do rio Negro, perto de Manaus existe uma tampa de uma urna funerária Guarita. Ali, foram retiradas urnas funerárias, durante a construção de uma rede de água e esgoto. Temos um sítio, realmente, preservado embaixo dessa comunidade. Outro exemplo é o sítio Lago Sodré, uma comunidade que fica perto de Coari, já no rio Solimões, a uns 300 quilômetros acima de Manaus. Esse sítio tem uma coleção, em ótimo estado de conservação, de vasos da fase Guarita, ou seja, do início do segundo milênio da era cristã, no baixo Amazonas. Quem conhece a Amazônia, já andou por lá, sabe que em qualquer comunidade é comum encontrar fragmentos de cerâmica, as crianças brincam com elas, nas cidades. Eu li certa vez, que no município de Tefé, no rio Solimões, na construção do Banco do Brasil o pessoal coletou terra preta e tinha uma grande quantidade de caquinho de cerâmica, isso é muito comum nas cidades amazônicas, em geral.

Voltando à nossa apresentação, nos dois primeiros séculos da colonização, percebe-se que houve um esvaziamento demográfico na Amazônia, principalmente, nas áreas adjacentes, nas planícies do Amazonas e seus principais afluentes. Trata-se de uma história muito conhecida, quer dizer, muitos detalhes ainda não são conhecidos, mas, em linhas gerais, as populações indígenas não tinham imunidade às doenças trazidas pelos europeus, e a consequência foi a dizimação dessas populações que viviam nas áreas de contato imediato com os colonizadores. No entanto, a arqueologia mostra que essas áreas eram densamente ocupadas, antes do século XVI d. C. Em qualquer lugar na beira do rio Amazonas, do rio Solimões, rio Madeira, rio Negro, está cheio de sítio arqueológico. Atualmente, todavia, se voltarmos o olhar para as terras indígenas na Amazônia o que encontraremos? Uma coisa interessante é que a maior parte das terras indígenas da Amazônia está localizada na periferia da bacia Amazônica. É o caso dos Ianomâmis, no alto rio Negro, Alto Xingu. Os grandes escritórios indígenas da Amazônia, hoje em dia, estão longe do eixo principal do rio Amazonas. Isso tem a ver com o que? Com a conquista europeia, tinha muita gente ali, obviamente, e não existe mais ninguém.

O caso de Manaus é um exemplo dessa região da área de conflitos entre os rios Negro e Solimões, onde podemos notar esse padrão de esvaziamento demográfico consequente da conquista europeia. Porquanto, a gente trabalha nessa região há quinze anos. Trata-se de um projeto essencialmente acadêmico, mas que teve também uma obra, um gasoduto que a Petrobras construiu atravessando a região. Até o momento, registramos um total de nove mestrados e quatro doutorados defendidos no âmbito desse projeto. Existem, hoje, mais cinco doutorados e sete mestrados em andamento, somente com a arqueologia dessa região. Serão vinte e cinco trabalhos acadêmicos em pós-graduação, relacionados à arqueologia local. Enfim, estamos fazendo um mergulho vertical na arqueologia, naquela região do país, e o que temos mostrado, de fato, entre outras coisas, é que tinha muita gente vivendo ali em contextos arqueológicos muito bem preservados, com feições encontradas nos sítios arqueológicos, sepultamentos, a céu aberto, em sítios à beira do rio Solimões.

É importante ressaltar o grande investimento que temos feito na formação de jovens arqueólogos, através de sítios-escolas, realizados anualmente. São atividades de educação patrimonial no âmbito da arqueologia acadêmica, não de arqueologia de contrato, em parceria com a Prefeitura de Iranduba, município onde trabalhamos mais intensamente, que inclui visitas a sítios arqueológicos. Temos feito algo mais interessante que são laboratórios no campo. Tem uma estagiária que trabalha conosco fazendo a conservação do material arqueológico no próprio campo, além da publicação de materiais e divulgação científica.

É relevante o que percebemos olhando para a arqueologia dessa região que está muito próxima a Manaus. Ela revela que esse processo de esvaziamento demográfico, ocorrido na Amazônia no período colonial, seguiu de maneira mais ou menos descontínua desde o início da colonização, mas atingiu o seu apogeu no final do século XIX e início do século XX, com o ciclo da borracha e sua "economia do terror". Refiro-me ao antropólogo inglês Michael Taussig que trabalhou com essa questão, quando se criou o termo "economia do terror". Não poderei falar mais aprofundadamente sobre isso, mas sabemos que essa época corresponde a de maior trauma na história recente dos povos indígenas da Amazônia. Os relatos, as tradições indígenas são cheias de referências à violência associada à época da borracha.

O que chama atenção, no entanto, mais especificamente em Manaus, porque existe cidade mais antiga que Manaus, é que em muitas cidades

amazônicas os meios justificam os fins. O patrimônio urbano edificado que se pretende praticar, e me refiro a Manaus, vem exatamente nesse contexto político, econômico e cultural da época da borracha. É o Teatro Amazonas, o Teatro da Paz, a *belle époque* da Amazônia, que é uma obsessão de vários intelectuais amazônicos, até hoje. Essa época, de fato, deixou um patrimônio arquitetônico belíssimo, mas o preço social disso foi muito alto e pago em proporções indignas pelos caboclos que ali viviam. Isso gera uma contradição muito forte na questão de saber o que pode e deve ser preservado, nesse contexto.

E o que está acontecendo na Amazônia, hoje em dia? Ocorrem dois processos contemporâneos que não são, mutuamente, exclusivos, mas responsáveis por um campo de conflitos a partir dessa visão mais escolástica ou mais formal de patrimônio. O que isso representa? Primeiro, a emergência ou reemergência de grupos étnicos em contextos rurais e urbanos. Isso quer dizer que é muito comum, hoje, na região do rio Solimões, várias populações, antigamente vistas como caboclas, se reapresentando como indígenas. E mais do que isso, migrações indígenas nas cidades. Ninguém sabe o número ao certo, mas existem mais de 30 mil índios que vivem nas áreas de Manaus. Não sei como é isso em Belém, mas esse processo está acontecendo em várias cidades amazônicas.

Para ilustrar uma consequência dessa realidade, gostaria de relatar rapidamente o caso da praça Dom Pedro, em Manaus. Trata-se de um projeto de um monumento que foi instalado há alguns anos, naquela cidade, cuja ideia era refazer essa praça como era na época da borracha. Hoje, ela está localizada numa zona de meretrício, de consumo de drogas, enfim, numa região degradada do centro velho de Manaus. E o que aconteceu? Para fazer esse trabalho, usamos uma escavação que contou com a participação ativa de várias organizações indígenas. Foram encontradas várias urnas funerárias nessa região central de Manaus. O trabalho teve a participação colaborativa entre Iphan, populações indígenas e de uma equipe de arqueólogos que estava sob minha coordenação. Poucos dias após o término do trabalho, recebemos do Iphan uma carta com uma denúncia feita por organizações indígenas, a respeito de atividades de destruição de um sítio sagrado, de ocupação milenar, localizado no centro da cidade. A primeira reação foi de um profundo desapontamento, mas o impasse me fez pensar sobre algo que considero interessante e que está acontecendo em Manaus.

É importante ressaltar que estamos falando de uma cidade cujo crescimento vem acontecendo num processo muito rápido e que, hoje, está com quase dois milhões de habitantes, ou seja, Manaus vem se transformando numa das maiores cidades do Brasil. O exemplo da praça Dom Pedro me fez questionar onde está a raiz desse problema, na Amazônia. Isso vale para o Brasil inteiro, na verdade. As populações indígenas urbanas têm pouca visibilidade ou força política. Em Manaus, hoje em dia, os índios moram onde? Na periferia da cidade, nas favelas, em áreas sem nenhum tipo de infraestrutura, em condições mínimas de habitação. E as políticas oficiais para o patrimônio correm o risco de valorizar monumentos associados a períodos traumáticos da história indígena regional. Temos, portanto, uma situação de pobreza contemporânea, de desassistência com relação a grupos indígenas e, ao mesmo tempo, uma política patrimonial que chama atenção, por exemplo, para a importância da época da borracha. E, nesse contexto, os conflitos são inevitáveis, porquanto a posse de objetos ou monumentos confere a visibilidade política a grupos que normalmente não a têm.

Quando houve aquela movimentação da Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – Coiab, reclamando sobre o trabalho de arqueologia realizado pelo Iphan e pela equipe de arqueólogos na praça Dom Pedro, era a intenção dessa instituição, na verdade, ganhar visibilidade, uma força política que, normalmente, não costuma ter. Não sabemos que monumento, patrimônio, nós criamos ao longo das últimas décadas, mas sabemos que o controle do discurso, a própria posse física desses recursos culturais conferem poder e visibilidade a grupos que normalmente não os possuem. Acredito ser esse o caso da praça Dom Pedro.

Creio que os arqueólogos serão, cada vez mais, parte desse tipo de conflito. Não só na Amazônia, que é, hoje, a "bola da vez" na arqueologia de contrato. É provável que isso aumente muito, uma vez que a periferia sul da Amazônia, uma área onde temos muitas terras indígenas, virou a "bucha de canhão". É ali que esses processos de ocupação econômica estão ocorrendo agora. E os arqueólogos estarão, cada vez mais frequentemente, envolvidos nesses conflitos porque eles têm assumido o papel de definir o que é patrimônio e, consequentemente, o que deve ser protegido ou preservado. E quem, muitas vezes, define isso não somos nós que estamos aqui nessa oficina, mas os nossos alunos ou ex-alunos, ou ainda funcionários com pouca experiência, que estão num contexto complicadíssimo,

trabalhando com a máquina ao seu lado. E vejo que esse problema é amplificado não diretamente pela arqueologia de contrato, mas pelo contexto que gera esse tipo de arqueologia. Então, a minha pergunta é a seguinte: será que estamos preparados para esse desafio? Acredito que não.

Agora, vamos exercitar o meu lado "Pollyanna" e olhar sob um enfoque positivo. Nós, do Iphan, e a comunidade de arqueólogos temos de reconhecer o tamanho e a gravidade desse problema para percebermos que não se trata de um impasse específico de grupos também específicos de pesquisa, ou universidades. É um problema geral de todos nós, brasileiros, e, somente a formação de parcerias, de fato orgânicas, entre o Iphan, as universidades, outras instituições e as empresas poderá nos ajudar. Temos de trabalhar, verdadeiramente, em rede, não se trata de uma questão retórica, caso contrário, não conseguiremos dar conta desse problema.

Acredito que esse desafio vá passar pela missão de disciplinar a prática da arqueologia. Quer dizer, é importante que o Iphan e os arqueólogos se reúnam e passem, de fato, a desenvolver parâmetros que ajudem tanto os arqueólogos do Instituto e de outras organizações, a disciplinar, definir o que pode e o que não pode ser feito sem força de lei. Talvez, estabelecer novas regras, um código bem assentado, bem definido para a prática da arqueologia e, paralelamente, continuar brigando pela regulamentação da profissão.

Aspectos singulares do patrimônio arqueológico: sítios arqueológicos étnicos e sítios de arte rupestre como objeto de socialização

*Maria Clara Migliacio**

*Diretora do Centro Nacional de Arqueologia – Depam/Iphan

Resumo

O texto faz um resumo do papel da arqueologia nas políticas de recuperação e preservação do patrimônio cultural brasileiro. Utiliza-se, para isso, dos marcos legais (como a Carta Patrimonial de Veneza), que apontam a importância de estudos arqueológicos e históricos para o trabalho de restauração de um bem cultural. Apresenta, ainda, índices que revelam porque a arqueologia ainda não se utilizou suficientemente da ferramenta do tombamento para proteger os sítios arqueológicos. Sem contar, o fato de que grande parte dos projetos arqueológicos realizados está no âmbito do licenciamento ambiental.

Palavras-chave

Pesquisas arqueológicas, Marcos legais, Tombamento.

Como o Brasil é um signatário da Unesco, percebemos que sempre uma Carta Patrimonial acabou sendo seguida, na sequência, por um instrumento de legislação brasileira. Temos, por exemplo, a Carta de Atenas de 1931, e o Decreto-Lei nº 25 de 1937; a Carta de Nova Délhi, que é mais focada no patrimônio arqueológico, em 1956; e a Lei Federal nº 3.924, em 1961. Só a Carta de Lausanne (1990) ainda não teve um acompanhamento de legislação mais atualizada, a qual ainda está para ser feita, embora não tenha nem perspectiva de que isso aconteça.

A própria Carta de Veneza recomenda, no artigo 9º, que "a restauração será sempre precedida e acompanhada de estudos arqueológicos e históricos". Isso quer dizer que o estudo histórico não elimina a necessidade do estudo arqueológico. E, no artigo 15º, que os trabalhos de escavação serão executados segundo normas definidas pela recomendação que é específica do patrimônio arqueológico. Porquanto, temos todo o arsenal, digamos assim, de legislação e de recomendação internacional que nos apoia nas recomendações voltadas para a esfera da arqueologia. Sem contar o Decreto-Lei nº 25, que contempla também o patrimônio arqueológico, e cria, inclusive, um Livro do Tombo específico.

Acredito que temos feito pouco uso do tombamento de sítios arqueológicos e que devemos estar mais atentos a esse tipo de coisa, a esse tipo de proteção, porque sabemos que a Lei nº 3.924 não protege, totalmente, os sítios arqueológicos da destruição física. Ela é uma proteção relativa e, feito o estudo, acaba, praticamente, ameaçada de perdas. Então, vamos usar mais essa ferramenta, é um apelo que fazemos, usar mais esse instrumento. Vamos bombardear o Iphan com pedidos de tombamento de sítios arqueológicos. Especialmente de alguns desses temas que serão trazidos para o debate.

A arte rupestre é um tipo de patrimônio que está muito exposto e que tem um potencial para socialização muito grande, assim como os sítios arqueológicos que estamos chamando de "sítios arqueológicos étnicos", por terem significado cultural e sagrado para etnias vivas. Vamos dar atenção especial para a conservação definitiva desses sítios, maior do que aquela que a Lei nº 3.924 oferece.

Os caminhos para pedir o tombamento são os mesmos dos demais patrimônios, através do Iphan. Se chegar a uma superintendência estadual do Iphan, esta deverá enviar para a área central, se chegar ao Centro Nacional de Arqueologia – CNArq/Iphan, este também enviará para área central para que seja feito todo o percurso que está definido. Embora o Iphan tenha a finalidade institucional de proteger o patrimônio cultural brasileiro, a Constituição também coloca a União, Estado, Distrito Federal e municípios como coparticipantes, e corresponsáveis nessa gestão, nessa proteção.

Na gestão do patrimônio arqueológico, temos 15.000 sítios registrados, o que vem crescendo exponencialmente com a implantação da Política

Nacional de Meio Ambiente, no bojo da qual cinco pesquisas foram licenciadas, em 1991. Hoje, o número de pesquisas licenciadas cresceu para mais de 800, o que requereu do Iphan um esforço muito grande para fazer frente a essa demanda. Enquanto, em 1991, tínhamos cinco arqueólogos na casa, responsáveis pelo licenciamento e acompanhamento das cinco pesquisas arqueológicas, hoje temos cerca de 30, contando com os das superintendências, gestores, e não arqueólogos gestores, para dar conta de 800 projetos. Isso, já contando com os do Programa de Aceleração do Crescimento, porque foi também um elemento que elevou bastante o número de pesquisas. Dessa forma, enquanto o número de técnicos cresceu em seis vezes, o número de projetos que estão sendo acompanhados pelo Iphan cresceu em 160 vezes.

Quando examinamos esses números percebemos o quanto está defasada a nossa capacidade de fazer frente a toda essa atribuição. Sem contar outros aspectos do trabalho de gestão, outros elementos que não estão podendo ser atendidos a contento como, por exemplo, a socialização dos sítios arqueológicos. É que o esforço do Iphan, hoje, está muito concentrado no licenciamento. Diante disso, uma das tarefas que teremos nos próximos anos, com a criação do CNArq, e com um pouco mais de estrutura, como veremos um pouco à frente, é tentar modificar esse quadro. Sair dessa situação, vamos dizer, desesperadora, diante de um volume tão grande de trabalho e de acompanhamento de projeto a fazer.

Fizemos um gráfico dos sítios arqueológicos cadastrados por Estados e percebemos que a maior quantidade é do Rio Grande do Sul, sendo que no Distrito Federal quase não aparece nada, embora tenha alguma coisa lá; e em Roraima, por exemplo, aparecem apenas dois. Isso mostra, também, a falta de pesquisa em alguns Estados.

Sobre a criação do Centro Nacional de Arqueologia, podemos dizer que ele acabou sendo criado no bojo dessa falta de evidenciação, dessa falta de estrutura do Iphan para a demanda dos trabalhos de arqueologia. Acabou sendo criada uma estrutura um pouco maior, embora ainda represente muito pouco frente a essa demanda. Foram criados apenas quatro cargos e não tivemos nenhum reforço na área técnica, pelo menos até agora. Teremos um pequeno reforço na área técnica com esse concurso de 2009. Serão quatro pessoas da área administrativa, dois arqueólogos para a área central e mais seis para as superintendências. Quer dizer, é irrisório, ainda, e com todo esse esforço e a pressão da sociedade para ver uma melhor estruturação do órgão.

Elencamos alguns dos desafios e das perspectivas que temos daqui para frente. Por exemplo, treinamento e capacitação continuada dos novos técnicos; revisão de normas e procedimentos relativos à proteção e preservação do patrimônio arqueológico, inclusive, na área do licenciamento; definir as questões da arqueologia histórica; atender as demandas da arqueologia forense, uma vez que o Iphan tem recebido até reclamações ou denúncias de que o órgão não está acompanhando algumas questões forenses, as quais poderiam ser acompanhadas pela arqueologia, embora o Instituto não tenha, ainda, uma posição definida sobre isso, além das questões da arqueologia subaquática. São, todos, temas sobre os quais Iphan não tem posições definidas ou, se tem, como é o caso da arqueologia subaquática, o processo não foi finalizado para que o quadro atual seja transformado numa situação mais adequada. Temos ainda as questões que envolvem o licenciamento; educação patrimonial; guarda de material arqueológico; socialização e uso de sítios arqueológicos e a consolidação do sistema de informação e gerenciamento, que hoje é o Sistema de Gerenciamento de Projetos e Atividades – SGPA. Enfim, é um rol muito grande de trabalhos a desenvolver. Teremos de buscar uma estratégia um pouco diferente daquela que o Iphan utilizou até hoje, sempre procurando definições internas. E, realmente, lançar, criar possibilidades e oportunidades para uma participação mais efetiva. Talvez, através de câmaras técnicas ou de grupos de trabalho, dos quais participem a Sociedade de Arqueologia ou especialistas em determinados temas. É uma estrutura que está sendo pensada para que consigamos avançar mais rapidamente em alguns temas que estão, há muito tempo, no Iphan para serem resolvidos. O Centro Nacional de Arqueologia tem um corpo técnico muito enxuto, são cinco técnicos fazendo a parte de acompanhamento dos projetos de pesquisa, sendo que três deles atuam nas coordenações. Temos, também, o SGPA e duas pessoas no apoio operacional e administrativo.

Chegamos ao Plano de Aceleração do Crescimento sobre o qual farei um resumo. O PAC aplica hoje um montante de 640 bilhões de reais. Estão sendo realizados empreendimentos de logística, energia elétrica, além de empreendimentos de alcance social e urbano, com modalidades que vão de usinas hidrelétricas a estradas.

Gostaria de mostrar alguns números do licenciamento arqueológico, a partir das sínteses realizadas na antiga Gerência de Arqueologia e, hoje, Coordenação de Licenciamento. Os dados revelam o crescimento dos

projetos de pesquisas autorizadas de 2002 a 2008. A arqueologia preventiva representa 87,1% dos projetos licenciados, enquanto que a acadêmica representa 5,9%. São números expressivos que mostram o peso da arqueologia preventiva. É que os projetos de pesquisa se concentram, hoje, no licenciamento ambiental. Outro fato interessante é que a arqueologia histórica não aparece nos índices, enquanto a acadêmica representou 1% do total de pesquisas. Somando-se a arqueologia histórica em todas as modalidades acadêmicas ou a preventiva, ela soma 5%, mais ou menos, do total de pesquisas realizadas. Quer dizer, ainda é muito pouco, isso revela o quanto a arqueologia histórica está sendo pouco realizada. No gráfico que fizemos, ela representou 0,2%.

Se fizermos uma análise ano a ano veremos que não mudou muita coisa, com o licenciamento ambiental produzindo a maior parte das pesquisas. Em 2002 foram 87%, em 2003, variou de 73% a 90%. Isso é reflexo do fato de que, ao longo dos anos, a arqueologia passou a ser praticada no âmbito dos projetos de licenciamento ambiental. Já com relação aos tipos de empreendimentos que produziram um maior número de pesquisas, encontraremos o setor de geração de energia como o maior produtor de pesquisas arqueológicas.

Finalizamos lembrando que o Brasil é signatário, na Unesco, das Recomendações de Paris (1964/1968/1972) e da Carta de Lausanne (1990). Temos aí a responsabilidade pela proteção e pelos estudos do patrimônio arqueológico.

Patrimônio arqueológico étnico: o caso das áreas sagradas dos grupos indígenas do Alto Xingu

*Erika Marion Robrahn González**

Resumo

O texto parte de questões conceituais sobre a arqueologia étnica para falar sobre os desafios de uma prática arqueológica comprometida com resultados sociais. Para isso, propõe programas arqueológicos em que a definição de patrimônio seja uma junção da visão tradicional científica, e aquele que é identificado por essas comunidades como patrimônio. Essa definição, obrigatoriamente, tem peso igual na pesquisa, principalmente, porque os arqueólogos estão lidando com um patrimônio de comunidades vivas e, geralmente, em situações conflituosas. Para ilustrar, o texto relata a experiência desenvolvida com os indígenas do Alto Xingu, onde o Iphan desenvolve um trabalho com 14 etnias, para identificar áreas sagradas passíveis de tombamento.

Palavras-chave

Arqueologia étnica, Alto Xingu, Atendimento a demandas das comunidades.

*Coordenadora do Núcleo de Estudos Estratégicos em Arqueologia Pública – Unicamp

O desenvolvimento dos programas arqueológicos é um tema que suscita, de fato, uma série de reflexões, especialmente no campo de procedimentos e ético. O tema foi intitulado "Arqueologia Étnica", o que considerei até bem interessante. Começarei com algumas questões de procedimentos conceituais, e depois vou apresentar um exemplo. Temos desenvolvido alguns trabalhos ligados à arqueologia étnica e trarei um exemplo que contou com a participação de várias pessoas no desenvolvimento desses trabalhos com os grupos xinguanos, no Estado do Mato Grosso.

Embora eu vá falar especialmente da arqueologia étnica, que é ligada a grupos indígenas, eu entendo que uma série de premissas e conceitos e de desafios que vão ser apresentados aqui não se aplicam somente a comunidades indígenas, mas também ao que é definido por populações tradicionais. Embora ao se falar em uma população tradicional, possamos perguntar o que é uma população tradicional. Precisamos, primeiro, começar com essa discussão. O que é cabível em termos conceituais, porque população tradicional abrange um leque muito grande de possibilidades.

Para abordarmos aquela que é mais ampla, nós consideramos aqui populações tradicionais como as comunidades que detêm estilos de vida locais, em ambientes específicos e com dinâmicas próprias desse manejo de meio ambiente. Portanto, tanto a arqueologia étnica como sua aplicação em grande escala a comunidades tradicionais são indissociáveis do meio ambiente. Por que a tradicionalidade pressupõe uma forma de relação de compreensão de uso e de manejo de um meio ambiente específico? E aí temos várias categorias, castanheiros, babaçueiros, quilombolas, ribeirinhos, quer dizer, eles não são populações indígenas, porque populações indígenas, pela legislação brasileira, têm uma figura específica. Então, são dois tipos de populações específicos.

Quando falamos nessas populações, isso pressupõe um contato ainda mais profundo desse arqueólogo com as comunidades envolvidas. Obviamente porque estaremos lidando com um patrimônio que lhes cabe, que lhes afeta de diversas maneiras, na maior parte das vezes em situações de conflito. São, portanto, situações muito delicadas de trabalhar, as comunidades querem ter uma resposta, e elas têm um relacionamento de uma forma abrangente.

Não adianta você chegar e dizer: eu sou arqueólogo, portanto, lido com patrimônio cultural. Não, eu sou geógrafo. Quer dizer, é necessário ter um tratamento, ainda que seja necessário em todas as instâncias da pesquisa arqueológica, quando se está lidando com essas comunidades. Existe uma necessidade ainda maior de uma abordagem holística, um tratamento integrado dos diferentes itens que são subdivididos, ainda que por alguma metodologia ou tratamentos, na pesquisa arqueológica. Desde o patrimônio arqueológico cultural material, imaterial e patrimônio paisagístico.

Sempre digo que, geralmente, a pesquisa arqueológica trabalha com duas visões específicas de patrimônio. Uma é a visão legal, institucional, que é a

visão das leis, do que é definido como patrimônio, o que é protegido por patrimônio, os procedimentos que são definidos na pesquisa; e o outro é o tripé científico, que se define como patrimônio, nesse caso é necessário colocar mais uma perna: o que é considerado por essas comunidades como patrimônio.

Em paralelo, como se define patrimônio em termos legais e institucionais, o que se define como patrimônio em termos científicos para aquela comunidade. Essa definição, obrigatoriamente, tem peso igual na pesquisa, afinal de contas, estamos lidando com um patrimônio de comunidades vivas e, geralmente, em situações conflituosas. De forma que as perguntas clássicas de se trabalhar com arqueologia pública são: qual passado merece ser resgatado e quem merece ser resgatado do passado. E ela atinge uma coloração mais gritante, no que se define como arqueologia étnica ou arqueologia de populações tradicionais.

Dentre tudo isso, a exclusão dessas comunidades quando se está desenvolvendo um projeto de pesquisa que lida com comunidades indígenas ou tradicionais, ou seja, a exclusão delas próprias na equipe de pesquisa e a exclusão da sua conceituação de patrimônio, aproxima perigosamente a prática arqueológica científica – e científica entre aspas, para eles não é – da pilhagem ou da destruição. Portanto, aos olhos dessas comunidades não há muita diferença de uma máquina destruindo um sítio arqueológico e um arqueólogo desenvolvendo o que eles entendem por "resgate".

Muitas vezes, vemos, aqui, na área do Ministério Público, algo que se repete ao longo do tempo. Você obedece à legislação e desenvolve pesquisas, cientificamente estruturadas, mas não atende às demandas das comunidades e, portanto, o projeto não atingiu, ele é socialmente incompleto. Ele pode ser cientificamente completo, mas é socialmente incompleto e não atingiu o seu objetivo principal.

Quais são os procedimentos que definem uma pesquisa arqueológica, quais são os grandes passos definidos pela Portaria Iphan nº 230/2002, para qualquer projeto de pesquisa, de uma forma geral? Fazer levantamento, pedido de portaria, prospecção, resgate, análise de laboratórios, os passos clássicos. E como é a abordagem da comunidade nacional, eu chamei assim, e a abordagem da comunidade indígena?

Se na comunidade nacional a primeira coisa que se pede é uma portaria de pesquisa para o Iphan, e se entende que com essa portaria se tem o direito

de entrar na terra indígena ou no território tradicional indígena, executar as pesquisas de abordagem das comunidades indígenas, é necessário ter a concordância da comunidade, porque se não tiver a concordância da comunidade o arqueólogo e a Portaria nº 230 do Iphan são nada.

Trata-se, portanto, de outros elementos, o que não quer dizer, obviamente, que nós estamos desconsiderando a nossa parte, institucional e científica. Nesses contextos existem especificidades que precisam ser consideradas. A definição de uma área geográfica de pesquisa que todos fazem, de uma ou outra maneira, seja pela delimitação da obra, seja por uma conceituação científica, tem de ter definição nas áreas de interesse que as comunidades étnicas ou tradicionais dão à pesquisa.

São vários os exemplos de determinadas porções de terreno, áreas, em que as comunidades não permitem que outras pessoas entrem. Não se trata nem da questão que não se pode fazer pesquisa, é que não se pode transitar naqueles lugares. De forma que a modelagem da área de pesquisa precisa estar associada à definição de interesse e permissão. Não a permissão de "eu deixo você entrar", mas uma permissão cultural de ser possível desenvolver algum tipo de coleta de mapeamento ou outras práticas normais da pesquisa arqueológica. A própria definição de intervenção que determina escavação ou coleta inviabiliza, muitas vezes, a permissão por considerar como pilhagem cultural.

O registro documental, aqui, no nosso espaço, no caso de abordagem de comunidade indígena, precisa incorporar outros sentidos de documentação; a tradição oral, por exemplo, é uma documentação extremamente importante, e o arqueólogo lida mais com uma documentação como fonte de pesquisa, especificamente. Existem outras fontes, mas são documentações cujos registros não são da prática normal da pesquisa arqueológica e que precisam ser inseridas. Tem, por exemplo, a questão da paisagem, do simbolismo da paisagem, da compreensão, da história oral.

A questão da guarda do acervo, instituição reconhecida pelo Iphan, é uma delas para se instituir uma portaria, e no caso de tratar com comunidades indígenas, na maior parte das vezes, eles querem que esse acervo fique com a comunidade. Eles entendem que aquilo é um acervo pessoal deles, no sentido de pertencimento, mesmo que não sejam vestígios associados a eles culturalmente, fazem parte do universo de percepções. E, portanto, já cria, nesse aspecto, uma questão a ser discutida pelo Iphan, que

a guarda; não vai ficar em instituições e sim com seus legítimos herdeiros culturais.

A questão da educação patrimonial é outro passo; incluir novas visões do passado, presente, e futuro. Em muitas comunidades indígenas essa questão de tempo não existe. Você vai falar de educação patrimonial do que ocorreu no passado. Mas como o que aconteceu no passado? Está acontecendo aqui e agora. As nossas formas de contar a história, nossas formas de diálogo com essas comunidades, necessariamente, precisam transitar com outras esferas.

Quanto à produção de conhecimento científico que encerra a pesquisa e que, na verdade, precisa ter uma aplicação requer um resultado. Trabalhar com arqueologia étnica, além do resultado, um contrato ou o resultado de um problema científico de investigação, exige ter um resultado social, um resultado político. É, primordialmente, uma atividade de cunho social, político e econômico. Então, por mais que um cientista vá desenvolver seu trabalho, essa é a questão a ser desenvolvida com as comunidades. Volto a dizer que, na maior parte das vezes, eu tratei com comunidades indígenas e o início da pesquisa derivou de uma situação de conflito. Então, o arqueólogo está lá para resolver o conflito. E ele deve estar preparado, naquele momento, para responder a essa situação, não adianta dizer que a arqueologia não está preparada para isso, é necessário estar bem preparada.

E quais são as duas vertentes teóricas sob as quais desenvolvemos esses trabalhos, como forma de dar uma sustentação conceitual para os tipos de perguntas ou desafios, e de questões a serem desenvolvidas? Em primeiro lugar, o que chamamos, enfim, de paisagem cultural é justamente buscar ter a percepção da paisagem. Como eu disse, essas comunidades, seus usos tradicionais, seus valores são indissociáveis da paisagem. Portanto, é necessário partir de um conhecimento, de uma caracterização de paisagem cultural, para inserir os conhecimentos tradicionais, as práticas de manejo e todos os elementos relacionados a isso.

Muitas vezes essas atividades estão delimitadas a território de ocupação, da ambiência do patrimônio paisagístico, é a pedra fundamental para atrelar os conhecimentos dentro disso. E, por outro lado, nos baseamos no que é conhecido como Arqueologia Colaborativa, que é justamente o procedimento de pesquisa que tem como pedra fundamental a incorporação de pessoas da comunidade nas equipes de pesquisa, definindo agenda de

pesquisa, definindo procedimentos, definindo resultados numa situação hierárquica de trabalho.

Dessa forma, não estou trabalhando com o indígena como braçal e nem como informante, estou trabalhando com ele como um cientista pesquisador. Temos conhecimentos diferentes, o conhecimento científico, mais o conhecimento tradicional. Eu não vou prescindir da minha condição de cientista, porque estou ali por isso, quer dizer, em nenhum momento vou abrir mão. Mesmo que seja conflitante o meu resultado com o que a comunidade está apresentando, isso é a minha situação, vamos dizer jurídica de cientista, mas entendendo que existem diferentes interpretações e diferentes maneiras de trabalhar a tradição. Ou seja, os conhecimentos científicos aliados aos conhecimentos tradicionais. Esse é o grande desafio da arqueologia étnica. Portanto, cada atividade que é definida num programa de pesquisa em uma ação científica que busque um resultado científico precisa ser rebatida, num envolvimento da comunidade. Não existe qualquer ação nessas pesquisas que não tenha o braço cientifico *vis-à-vis* com o braço das comunidades tradicionais. Só assim, de fato, se consegue uma arqueologia simétrica, uma arqueologia colaborativa ou participativa.

A arqueologia colaborativa define, justamente, o estabelecimento de relações não assimétricas ou hierárquicas entre os participantes, que é a equipe científica, e a comunidade indígena, garantindo uma efetiva participação e gerenciamento no conjunto dos trabalhos. O objetivo é a construção de uma história crítica produzida conjuntamente com as partes interessadas e com perspectivas alternativas de discursos. É o que se chama hoje na arqueologia social latino-americana de arqueologia útil e a arqueologia inútil. Quem está acompanhando a arqueologia latino-americana, de um modo geral, sabe que, hoje, a tônica é o que se discute. Para as comunidades desses países ou a arqueologia lhe serve ou não lhe serve, e não é mais aprovada. Existem muitos conflitos na questão da América Latina, justamente, por conta disso.

Uma das tônicas muito importantes desses trabalhos é, exatamente, a transparência. E se essa transparência é uma tônica nos projetos de licenciamento, nos projetos envolvendo o Ministério Público e outros órgãos com quem já trabalhamos, a tônica da transparência já é presente há mais tempo. Então, temos um sistema de gerenciamento através do qual todas as comunidades recebem uma senha para acompanhar, passo a passo,

a evolução do projeto, com gráficos, em que momento está a pesquisa, quem é o envolvido, quem é a equipe. Trabalhamos com um programa GP3, que é uma ferramenta de gestão e institucional, com senha fornecida pelo Ministério Público, de forma que, através dela, é possível acessar e acompanhar o projeto. Essa senha é dada às ONGs, ao Iphan. Quer dizer, geralmente, trabalhamos isso em projetos normais para o Iphan, mas entregamos para todos os *players* envolvidos, e se vocês acreditam que comunidades indígenas não têm acesso à internet, vocês estão enganados. Inclusive o pessoal do Xingu, etnias que não falam o português, que estão numa terra enorme, têm ponto de internet implantado pelo governo Lula colocados em cada aldeia. Eles entram, mandam recado, participam e isso é bastante gratificante.

Agora, vou passar para um caso específico ligado à questão do Xingu. Foi em 2004 que começou esse trabalho, quando nós tivemos a terra do Xingu, o início dela. E ela continua e entra para o Pará, às margens do rio Xingu, dos formadores do Xingu, o rio Kuluene, e no início da terra indígena fica o centro da Funai, que define a necessidade de trabalhos antropológicos, se o empreendimento está a 10 km de distância linear.

Estamos falando de 200 km onde estava sendo construída uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), no rio Kuluene e as comunidades indígenas alto-xinguanas entraram em contato com o Ministério Público porque elas indicaram a possibilidade dessa PCH estar sendo construída em cima do local do mito de origem deles, local onde ocorreu o primeiro Kuarup. Fomos chamados a esse local que se chama Sarirenho e que estaria localizado numa cachoeira porque é onde o rio forma uma corredeira. As comunidades indicavam a possibilidade dessa corredeira ao longo do rio Kuluene estar sendo destruída por conta da PCH.

Depois, foi inserido outro lugar que é o Kamukuaká por solicitação do Iphan, até porque o Kamukuaká está no rio Batovi, também. São duas áreas sagradas ligadas ao mito de origem das 14 etnias alto-xinguanas e que ficaram de fora quando o parque foi delimitado na década de 60. Então, nós tínhamos uma questão adicional, onde tudo era plantação de soja.

Desde a década de 1960 quando o parque foi criado, essas comunidades indígenas não tiveram acesso, especialmente ao Sarirenho. Com acesso, tem-se o mito do Kuarup e tem-se o rito, é como o Papai Noel e o dia de Natal; o Papai Noel é o mito e o dia de Natal é o rito. Assim, se você não ritualiza o seu mito, ele acaba saindo do seu imaginário. Foi o que aconteceu, em

grande parte, e não se retifica isso através de uma atividade retornando ao local, e essas comunidades não iam mais lá, desde a década de 60. O que fez com que essa lembrança se tornasse muito tênue, precisando ser resgatada pelas comunidades.

Começamos então, em 2004, um trabalho que ainda está em andamento e, portanto, esse projeto tem cinco anos. Durante um ano e meio desenvolvemos esse trabalho em várias equipes, como digo sempre, você tem de tratar os patrimônios de uma maneira integrada. E, obviamente, contando com antropólogo desenvolvendo trabalho com as comunidades indígenas, geógrafos, arqueólogos, enfim, todos os tipos de pessoas, em paralelo a um trabalho feito com as 14 etnias indígenas alto-xinguanas, inicialmente.

Depois, essas 14 etnias indicaram duas etnias que são os grupos Kalapalo e os grupos Waurá, como tendo a propriedade de falar desses mitos. Porque o sistema alto-xinguano é um sistema onde eles dividem todos os elementos, ele é característico por isso. Mas o trabalho foi, no princípio, feito com 14 etnias para buscar estimular o resgate dessa memória e, a partir do resgate dessa memória, conferindo com dados arqueológicos identificados em campo registros arqueológicos, batendo com registros geográficos, geológicos.

Ou seja, todos os elementos das paisagens culturais que o mito informava nós pudemos reidentificar. Esse trabalho foi feito de uma forma totalmente colaborativa. Ou seja, todo o material está em português, o Kalapalo e o Waurá. Todo documento que saiu foi traduzido, de forma que o projeto foi desenvolvido para que as comunidades tivessem um acesso e uma compreensão total. De cada grupo Kalapalo, apenas uns 10 falam português, e entre os Waurá, apenas uns cinco, para se ter uma ideia. Isso quer dizer que com a comunicação, essas partes ganham confiança, buscando, justamente, a tangibilidade desse passado. Isso quer dizer onde eu consigo indicar a existência e comprovar perante um processo em andamento no Ministério Público.

Depois de um ano e meio de trabalho com vários cientistas envolvidos, com essa memória, foi o momento em que levamos essas comunidades a campo, de volta aos lugares para que elas reconhecessem; nós já tínhamos várias hipóteses científicas, pontos-alvo, como chamamos. Eram as hipóteses científicas dos lugares mais prováveis onde era esse Sarirenho e as comunidades indo ao lugar e passando por todos os nossos pontos-alvo. Obviamente, sem dizermos nada para que eles reidentificassem esse trabalho de memória.

Foi desenvolvida o que chamamos de cartografia indígena e cartografia científica. A cartografia xamânica é feita por eles: o local e todos os lugares com seus significados, enfim, todos os vestígios materiais relacionados a eles que pudessem indicar a materialidade e a comprovação do que a nossa ciência chama de elementos.

O arqueólogo tem como uma das suas prerrogativas a tangibilização do passado, conseguindo algo que está na memória; você consegue alcançar um sentimento e a cartografia científica com todos os elementos indicados na paisagem e, obviamente, a produção de milhares de mapas em todas as dimensões possíveis.

Esse material, como eu disse, precisa ser aplicado; é uma das áreas de atuação do arqueólogo, onde a questão da ciência aplicada é a mais gritante. É necessário ter um resultado, transformar o que chamo de "nuvens de conhecimento" no que, normalmente, uma pesquisa arqueológica resulta. São os acervos arqueológicos, acervos de depoimentos, inventários, documentários, caracterização de paisagem, banco de imagens, mapas, cadastro de sítios arqueológicos. Digo que são nuvens de conhecimentos, porque temos acervos informativos, só que precisamos fazer com que isso se aplique através do projeto científico, através de fatores do empreendimento com os quais se está trabalhando e de materiais que "tangibilizem" isso para as comunidades. Assim, podemos constituir um retorno positivo para os nossos anseios, para as demandas que estamos apresentando para a sociedade nacional. Porque essas demandas são para a sociedade nacional.

Fizemos uma plataforma multimídia de forma que, como disse a vocês, todo esse material está o tempo todo disponibilizado, em especial, para as comunidades indígenas. Estão em *sites* que eles sabem mexer, e mexem muito bem, em Waurá, em Kalapalo e em português. O material todo está disponibilizado em *sites*, plataforma de multimídia, de gestão de conhecimento.

Desenvolvemos um *blog* com o todo material e todo resultado das oficinas culturais. Esse material, a pesquisa e o desenvolvimento do trabalho, baseou-se em encontros presenciais. Obviamente, eram oficinas culturais onde desenvolvíamos toda prática de trabalho para que essas memórias pudessem ser sistematizadas, pudessem vir à tona. As oficinas reuniram pajés, caciques, sempre obedecendo às regras que existem entre eles.

Criamos esse recurso porque o *site* é mais institucional, e o *blog* tem uma série de ferramentas que permite receber coisas das comunidades de uma maneira mais dinâmica. Através dele, as comunidades podem postar elementos, comunicar-se de forma mais ágil e simples, promovendo uma troca entre cientistas e comunidades. O *blog* é, portanto, uma ferramenta muito mais dinâmica que permite essa interação, exatamente o que queremos desse trabalho. No *blog* da oficina Xingu, por exemplo, estão todos os trabalhos desenvolvidos, como as logomarcas que as comunidades indígenas criaram para esse trabalho, uma questão conceitual, contexto, uma parte dos objetivos da pesquisa. Tem uma série de coisas voltadas a outras pessoas que se interessem em entrar no *blog*. Reúne, por exemplo, todos os vídeos que foram desenvolvidos. E os participantes têm cada um desses vídeos porque precisávamos entregar a eles para que pudessem mostrar na aldeia.

As oficinas, muitas vezes, foram feitas fora das aldeias, até porque, algumas vezes, significava viajar 2.000 km de barco para fazer uma oficina. Era um tempo muito grande, trabalhávamos com representantes e eles levavam para as aldeias e mostravam o desenvolvimento. Existem dezenas de vídeos. Registramos todas as comunidades indígenas que se cadastraram e todas as reuniões que ocorreram, inclusive, os pareceres das comunidades indígenas, o que eles colocam na aldeia. Tem uma série de outras pessoas e atividades envolvidas que foram registradas. Eles escrevem em Waurá, em Kalapalo e em português, enviando mensagens, dando recomendações para o trabalho, indicando elementos que eles gostariam que fossem aprofundados. Dessa forma, o *blog* é uma ferramenta que nós trabalhamos e que se mostrou muito boa para garantir, perpetuar e otimizar, além das atividades presenciais, atividades virtuais que ampliem essa integração.

Só que nós tínhamos uma questão: essa comunidade indígena ganhou, em 2008, o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do Iphan, pela iniciativa de preservação de patrimônio indo-institucional. Esses indígenas entregaram o resultado desse trabalho para tombamento, então, as áreas do Sarirenho e do Kamukuaká correm num processo de tombamento lento dentro do Iphan. Em uma reunião foi indicado, inclusive, para candidatura a patrimônio mundial na Unesco.

Só que estávamos muito confortáveis num trabalho; se pensávamos que tombar uma área que fica a 200 km de distância, ia ser muito bacana, como resultado, efetivo, para as comunidades se reapropriarem desse lugar, vai

servir muito pouco. Quer dizer, o tombamento garante a preservação, mas não aquilo que para as comunidades é mais caro que é poder perpetuar o mito de origem, fazer visitas e assim por diante.

Agora estamos desenvolvendo a segunda etapa do projeto que é a definição de um corredor cultural, percorrendo esses 200 km do rio Kuluene até sair do limite da terra indígena e alcançar o Sarirenho, um pouco mais de 6 km depois e o Kamukuaká. Esse trabalho está sendo feito com o uso da ferramenta Google, através da qual estamos mapeando, com as comunidades, todas as áreas. Por exemplo, localizamos o Kamukuaká e todas as áreas que eles indicam como áreas culturais, ao longo desses 6 km do Batovi, e ao longo dos 200 km do rio Kuluene. Esse trabalho foi realizado a partir do Google, porque o trânsito nessas áreas de fazendeiros de soja era muito complicado, e eles reconheceram cada curva de rio, cada praia, cada árvore e se acharam no Google assim, na primeira vista. Esses pontos identificados por eles estão ali, no Google, vistos de cima. Obviamente, para termos referência, começamos das aldeias e subimos o rio, para que eles fossem se lembrando. Na região existem 14 etnias, e estamos trabalhando com nove delas. As outras também querem mapear seus lugares sagrados. Essas etnias reúnem quatro grupos linguísticos.

Desenvolvemos um mapa que identifica, por exemplo, os rios Batovi e o Kuluene e inserimos pontos com explicações, de forma que, ao clicar ali, você terá a explicação do que é o local para as comunidades indígenas. Eles foram explicando e nós inserimos, quer dizer, colocamos apenas uma síntese, porque eles contaram toda a história de cada um desses lugares. Eles têm esse material, já saíam do nosso encontro com esse material na mão, com esse arquivo para levarem para as comunidades, porque esse é um conhecimento deles. Não se trata, portanto, de um conhecimento para que eu faça uma publicação científica, embora esteja, obviamente, prevista uma publicação conjunta com as comunidades. Mas isso é material de trabalho, eles chegavam às aldeias e mostravam todo o lugar.

Muitas vezes um mesmo lugar tem dois significados, com dois nomes diferentes e esse material está todo registrado. Trabalhamos com essa questão dos "percorrimentos" e temos toda essa documentação porque as comunidades querem que tombe o rio e o processo de tombamento já está correndo – da região do Sarirenho e do Kamukuaká. Mas existe um corredor cultural sendo finalizado e será apresentado ao Iphan, em fevereiro de 2010.

Todo o material desenvolvido e que foi apresentado a vocês é resultado de um trabalho multidisciplinar. É patrimônio arqueológico, patrimônio histórico, patrimônio cultural, tudo dando fundamentação a um pedido de tombamento e a um retorno de conhecimento das comunidades. Publicações científicas também estão previstas, mas são construções coletivas, assim como os pedidos de tombamento entregues ao Iphan, foram escritos por eles. É óbvio que damos um apoio para a estruturação de texto, mas isso é tudo material que eles produziram.

Está sendo escrito um plano de manejo para esse patrimônio, integrando o projeto de esfera local, municipal, estadual e federal. O pedido de tombamento será, portanto, entregue com um plano de manejo, no qual vemos as sinergias que existem, as possibilidades de integração desse patrimônio, com iniciativas desse andamento previstas. Com previsão de cenários de 15-30 anos, de forma que é um plano de manejo propriamente dito com todas as sinergias de planejamento econômico, nas esferas locais, municipal, estadual e federal.

Cultura, turismo, para que? Para que isso seja um instrumento da comunidade, quer dizer, depois que o arqueólogo vai embora, ele precisa ter alguma coisa que permita não apenas a comunidade, mas aqueles que serão os gestores, como o próprio Iphan, demais interessados, Ministério Público, ONGs, a fazer a gestão desse patrimônio a partir de outras possibilidades de trabalho. Porque sempre estamos focando numa possibilidade, por isso estamos entregando a data-base e estamos trabalhando com plano de manejo e corredor cultural definidos pela Unesco, pela Associação Internacional de Avaliação de Impacto (IAIA). Existem experiências na Austrália muito boas de corredores culturais para que sejam produtos.

Como considerações finais, essas ferramentas de integração, que abrangem tanto dinâmicas de trabalho em grupo como ferramentas multimídia de gestão de conhecimento, visam garantir ou permitir uma sustentabilidade do projeto. Porque além de identificar o local do Sarirenho, eles precisam que isso funcione de alguma maneira para eles. Receber um papelzinho "está tombado" vai ser bacana no dia da festa, mas depois a questão prática da reapropriação fica comprometida.

Volto a dizer que a tônica é a comunidade como parceira do projeto, através da valorização e da promoção da sua diversidade cultural, soluções e aplicações específicas para cada contexto. E volto a dizer, também, que

estamos desenvolvendo outros trabalhos com comunidades indígenas ou comunidades tradicionais. Cada uma é uma experiência diferente, não existe uma receita de atuação, o que existe é o compromisso de tentar entender a ferramenta que é mais prática para aquela comunidade, a sensibilidade melhor. Não existe um projeto do Oiapoque ao Chuí para ser desenvolvido com comunidades étnicas e comunidades tradicionais. A questão central é que o arqueólogo necessita olhar, cada vez mais, de maneira ampla para o seu tema de estudo.

Vemos, hoje, que a arqueologia, antes ligada a uma questão muito técnica, abrange uma pluralidade porque transita entre os tempos, entre as disciplinas. Lida com a possibilidade de tangibilização do passado, ou seja, a arqueologia é uma disciplina que detém ferramentas muito importantes para, juntamente com outros patrimônios, permitir um tratamento e atendimento integrado a demandas da comunidade. Fazendo com que seu estudo seja tanto científico quanto socialmente completo. Caso contrário, não conseguirá atingir seus objetivos. Nessa perspectiva, a arqueologia tem de ser pluralista, na sua essência, já que o passado abrange uma diversidade e uma complexidade de mensagens. Abrange o reconhecimento desses valores atribuídos à herança cultural, incluindo a científica. Isso quer dizer que a científica é uma das formas de reconhecimento desses valores.

Dois outros *blogs* estão sendo criados como ferramentas de comunicação de comunidades tradicionais. Um deles, no projeto Jirau, desenvolvido no rio Madeira. O outro é voltado para duas obras do PAC de Santos, a dragagem e a instalação de perimetrais. O *blog* tem sido uma ferramenta muito útil nesse projeto porque estamos tendo uma grande interação com a comunidade.

E, para finalizar, gostaria de lembrar que, embora tenha dado uma tônica ligada à questão étnica, não podemos deixar de pensar nas comunidades tradicionais.

Arte rupestre como patrimônio cultural: situação atual e perspectivas de futuro

*Loredana Ribeiro**

* Pesquisadora do Museu de História Natural

Resumo

O texto aborda as políticas de preservação da Arte Rupestre a partir de dois aspectos: os licenciamentos ambientais e a falta de conhecimento de especialistas diante dos atuais usos e significados sociais e simbólicos dos sítios rupestres. Chama atenção para o fato de as relações afetivas estabelecidas entre comunidades atuais, sejam elas indígenas ou não, e os sítios precisarem ser levadas em conta na avaliação de impacto sobre o meio humano. A autora defende a ideia de que é preciso compreender esses processos dedicando-lhes estudos específicos para agir com essas comunidades, e não contra elas. O primeiro passo seria insistir no cumprimento das ações locais de educação patrimonial pelos pesquisadores acadêmicos, o que os obrigaria a ter um maior contato com as comunidades.

Palavras-chave

Arte rupestre, Licenciamentos ambientais, Comunidades atuais.

Escolhi falar de arte rupestre a partir de dois tópicos que considero importante discutir na elaboração de políticas públicas de preservação, que é o que nos une aqui. E como eu fui incumbida de falar especialmente dessa arte, escolhi discuti-la em dois aspectos: na questão de como está a arte rupestre nos licenciamentos ambientais, na verdade nos grandes empreendimentos econômicos e, associado com isso, existe o problema da falta de conhecimento que nós especialistas temos dos atuais usos e significados sociais e simbólicos.

Só que falarei, especialmente, sobre comunidades não indígenas. Começarei pela questão do licenciamento ambiental. Acredito que a arte rupestre tem uma especificidade muito grande e que precisamos discutir

mais. Talvez estejamos precisando começar a discutir como salvamos um sítio de arte rupestre, como mitigamos a destruição de um sítio de arte rupestre.

Esses sítios não se definem apenas por suas figuras, mas também pelos suportes escolhidos e rejeitados, pelo entorno imediato dos painéis, o abrigo, a beira de rio, por exemplo. Enfim, pela paisagem cultural da qual participa e pela história de sua formação progressiva ao longo de séculos e milênios. Posto que a arte rupestre seja um artefato em si, a não ser que todo sítio seja removido do lugar e reinstalado num local próximo, o que quase nunca é possível, estamos perdendo os acervos rupestres e no seu lugar estamos mantendo apenas registros subjetivos, cópias, cuja elaboração é sempre norteada pela perspectiva de quem coordena o resgate. Sem possibilidades futuras de datações, por exemplo. De análise de pigmentos, do monitoramento de agentes naturais de degradação, estudos que não fazemos ainda aqui no Brasil. Sem possibilidades de estudos futuros que contemplem questões que não foram formuladas hoje. E a gente também não conhece as proporções de perda da arte rupestre que é outra coisa que a gente precisaria discutir.

Porquanto, é preciso colocar em discussão se as mitigações correntes da perda do patrimônio rupestre são suficientes. E isso põe em discussão, também, que temos de estabelecer mecanismos mais eficientes de controle de destruição desses sítios, impedindo que alguns deles sejam destruídos. De fato, acredito que precisamos de estratégia de preservação de sítios de arte rupestre para pesquisas futuras. Algumas medidas que poderiam ser tomadas, e concordo com Maria Clara Migliacio quando citou o tombamento. Antes disso, inclusive a exigência para viabilizar esses tombamentos. Creio que o estudo mais sério e detalhado sobre a significância dos sítios rupestres em áreas afetadas contempla não apenas os aspectos científicos, mas aspectos históricos e sociais, e o incentivo ao tombamento seria uma boa medida, considerando que representa um reforço específico à proteção imanente do patrimônio arqueológico, pelo Estado.

É claro que o tombamento sozinho não vai garantir a presença dos sítios, pelo contrário. De 1940 a 2001, tivemos seis sítios arqueológicos pré-coloniais tombados pelo Iphan. Desses seis sítios, quatro são sítios de arte rupestre e, desses quatro sítios tombados, apenas um, que não é um mais um conjunto muito grande de sítios que é a Serra da Capivara, tem

condição de visitação, tem pesquisa continuada, publicação continuada, uma estrutura muito bacana e tem uso social. Os outros estão em estado diferenciado de abandono, entre eles, a Pedra do Ingá, por exemplo, que foi o primeiro a ser tombado, até 2007 o terreno não tinha sequer sido desapropriado.

Outro aspecto a ser levado em conta no licenciamento de sítios rupestres diz respeito aos impactos sociais causados pela destruição desses sítios. O que tratamos, hoje, por sítio rupestre foi produzido ao longo do desenvolvimento de práticas humanas, repletas de significados. Os sítios não dizem respeito apenas às comunidades originais de produtores e consumidores. Eles, muitas vezes, continuam participando da produção de significados simbólicos por outros grupos. As relações afetivas estabelecidas entre comunidades atuais, sejam elas indígenas ou não, e os sítios de arte rupestre precisam ser levadas em conta na avaliação de impacto sobre o meio humano. O que geralmente não ocorre.

Na verdade, essas relações precisam ser levadas em conta em qualquer situação que vai muito além do licenciamento arqueológico. O que me leva ao segundo ponto dessa contribuição. Entre os sítios do Alto Xingu, um deles, o de Arte Rupestre, está em processo de tombamento. Além dos grupos do alto Xingu, temos os Macuxis de Roraima, os Crenaques, os Xacriabás, em Minas Gerais, e vários outros grupos indígenas. As comunidades não indígenas que vivem no entorno, ou próximo aos abrigos de arte rupestre, mantêm relações, quase sempre, muito específica com eles. Essas comunidades indígenas têm conceitos de arte rupestre que estão nos seus territórios. Algumas vezes são abrigos pintados ou gravuras a céu aberto que, inclusive, são locais de peregrinação cristã, motivadas por figuras ou gravuras ou por formações rochosas sugestivas, e tal.

Quem é dessa área ou está acostumado a transitar pelos sertões do Brasil sabe que é muito comum ouvir relatos sobre supostas riquezas, tesouros guardados nos sítios de arte rupestre. Isso, até hoje, motiva ações de caçadores de tesouro. Existem inscrições, desenhos e até textos inteiros realizados nos últimos séculos, podem ser encontrados em abrigos arqueológicos, isso sem falar dos locais que ainda são usados como moradias ou acampamentos. De certo, algumas dessas práticas são extremamente danosas aos sítios e devem ser evitadas, como as escavações em busca dos tesouros, além da atual e urbana prática das pichações, mas, algumas

práticas podem esconder significados que pouco ou nada têm a ver com vandalismo. Esses significados variam enormemente de comunidade para comunidade, o que impede ou deveria impedir as generalizações.

Muitas vezes, os sítios de arte rupestre, por conta da sua visibilidade e de questões estéticas, são contemplados nos processos atuais de simbolização do mundo material, e as implicações nesses processos afetam ou deveriam afetar todas as relações relativas ao patrimônio, sejam de pesquisa ou de gestão. Esses procedimentos não deveriam se restringir aos sítios de arte rupestre, mas estender-se aos sítios arqueológicos em geral, porque algumas vezes esses sítios também são inseridos nos processos atuais de simbolização do mundo material. Precisamos conhecer esses usos e significados expressivos da arte rupestre para trabalharmos juntos pela preservação, compatibilizando entendimentos e demandas acadêmicas, profissionais e locais, e imediatamente condenar e proibir atividades cujos significados desconhecemos.

Escolhi explorar um exemplo que é radical desses significados locais, que é uma parcela da população reassentada da barragem de Sobradinho, do começo dos anos 70. Analisar a relação dessa população com os sítios de arte rupestre da Serra do Ramalho, local de destino do deslocamento compulsório. Vou sintetizar uma análise do papel desses sítios e do empreendimento econômico na memória social dessa população de atingidos.

As dezenas de sítios de arte rupestre da Serra do Ramalho são locais, em geral, evitados, tidos por amaldiçoados, assombrados e, quando são visitados, os resultados podem ser danosos, segundo esses colonos, ou seja, os assentados de Sobradinho. Eles foram deslocados para a barranca do rio São Francisco, para uma área rochosa e semiárida. Há muitos abrigos escavados e muitas narrativas da retirada de material arqueológico, inclusive, sepultamentos. Os abrigos escondem grandes riquezas atrás das suas paredes.

Há água, normalmente é subterrânea, nas cavernas castiças, em fendas verticais. E há ouro. As pinturas e as gravuras são atribuídas aos Pancarus, uma comunidade indígena que se instalou na Serra do Ramalho, nos anos 50 ou 60. Logo depois, teve seu território bastante restrito para dar lugar aos colonos do Incra. Os abrigos rupestres são identificados com dois passados expropriados. Os dos beiradeiros, do rio São Francisco, e dos

Pancaru. A arte rupestre, na narrativa dos reassentados, parece sempre representar algo que foi perdido. Ela marca os locais onde a água e o ouro foram escondidos dos colonos. As figuras foram feitas pelos índios que, por sua vez, perderam aquelas terras e foram expulsos de boa parte de seu território.

Nessa paisagem que os reassentados estão construindo desde 1970, os sítios de arte rupestre ajudam a manter viva a lembrança da imposição do deslocamento territorial. Na relação simbólica dos colonos com os sítios, são atualizados os mecanismos de resistência e recusa aos processos sociais que lhes foram impostos. Então, os caçadores de água da Serra do Ramalho estão vandalizando e destruindo os sítios arqueológicos. Mas eles também estão impedindo que uma ferida social seja cicatrizada. Não somos apenas nós, especialistas em patrimônio e em sítios arqueológicos, que observamos e interpretamos os vestígios do passado; as pessoas que vivem próximas aos sítios fazem isso também e, às vezes, expressam materialmente suas interpretações.

As intervenções posteriores nos painéis de arte rupestre começaram a acontecer já na pré-história, depois da realização das primeiras figuras. Nós conhecemos centenas, senão mais de milhares de abrigos onde grafismos e estilos foram representados sucessivamente uns sobre os outros. Figuras foram voluntariamente apagadas, obliteradas por sobreposições e tintas por exemplo.

A questão material é que a arte rupestre como testemunho material do passado é um recurso simbólico que pode ser invocado para ajudar a compreender o presente, para criar e suportar identidades de grupos. E mais, precisamos compreender esses processos dedicando-lhes estudos específicos para agir com essas comunidades, e não contra elas, na preservação dos sítios.

O primeiro passo, por exemplo, seria insistir mais intensivamente no cumprimento das ações de educação patrimonial locais pelos pesquisadores acadêmicos porque, pelo menos, forçam um contato maior com elas. Sabemos que esse contato, essa comunicação é muito mais comum nos licenciamentos e não costuma afetar tanto assim a pesquisa acadêmica.

Ao concluir gostaria de retomar o assunto do licenciamento para militar não só em favor da preservação dos sítios arqueológicos, mas também dos territórios tradicionais. As comunidades locais, tradicionais ou não, e os

sítios arqueológicos são extremamente vulneráveis aos, hoje corriqueiros, empreendimentos econômicos que implicam o deslocamento de populações e destruição de vestígios arqueológicos. Podemos considerar que os ocupantes de uma região atribuem significados próprios aos sítios nelas existentes. Essas populações delineiam paisagens culturais singulares, nas quais locais e artefatos pré-coloniais ganham um sentido atual nas experiências e nos desejos dessas pessoas.

A compreensão dessas relações de comunidades locais com os sítios arqueológicos pode não só reforçar o valor do patrimônio numa outra esfera que não é científica, na esfera social, como pode ajudar a destacar os direitos desses grupos, e a propriedade da terra em que vivem.

Citando alguns sítios tombados, o Parque Nacional da Serra da Capivara, sem dúvida nenhuma, apesar de não ser o mais antigo e nem o mais recente, é o mais importante desses tombamentos que temos pelo fato de serem trinta anos de pesquisas continuadas. Além de divulgação dessas pesquisas, tem laboratórios, museus e uma grande infraestrutura para visitação.

O sítio mais recente foi a Ilha do Campeche, em Florianópolis, tombado em 2001, não sei muito bem se estão sendo considerados cada local da ilha como um sítio, mas enfim, uma ilha inteira. Tem vários pontos com gravuras, pelo que sei, sem nenhuma estrutura, ou programa de socialização, mas tem monitores treinados que são disponibilizados para a visita na ilha.

Outro sítio tombado é a Lapa da Cerca Grande, em Minas Gerais, Estado com um grande número de sítios. A Lapa da Cerca Grande foi tombada em 1962 e já teve um plano de manejo para visitação que não foi implementado. Na verdade, são mais numerosos os casos de sítios de arte rupestre importantes, inclusive, que estão em áreas privadas, sejam empresas ou pessoas físicas, que têm algum tipo de manejo, com algum tipo de exploração. O melhor exemplo deles, sem dúvida, é o Costão do Santinho, em Santa Catarina. Sobre suas figuras foi colocado um filtro para protegê-las, para filtrar a incidência da luz. Existe ainda uma passarela para visitação. Outro exemplo é a Lapa do Ballet, um sítio muito importante de Minas Gerais, situado numa reserva particular de uma grande mineradora. O sítio foi musealizado e nele foi instalada uma passarela para condução das visitas ao abrigo. Existe um portão trancado com o cadeado para controlar o acesso. Eles não têm nenhuma informação de conteúdo arqueológico sobre

o sítio, não sabem o que falar para os visitantes, mas recebem público de escolas cadastradas da região. Pesquisadores que desejam visitar o sítio, que é o mesmo caso de Cerca Grande, têm acesso, desde que avisando o Iphan.

Podemos citar ainda Santana do Riacho, em Minas Gerais, outro sítio muito importante com arte rupestre e datações extremamente antigas. Foi muito pesquisado e se localiza em propriedade particular, mas sem nenhuma estrutura. É fechado à visitação, inclusive para público de escola.

Existe também, a Gruta das Araras, em Goiás, localizada nos fundos de um hotel, os hóspedes podem frequentá-lo; tem um pequeno museu e passarela.

E, finalmente, gostaria de citar a Pedra do Ingá, na Paraíba, acredito que seja o mais antigo dos tombamentos e o caso mais triste porque o local não foi desapropriado. Em 2007, o Ministério Público fez uma reunião entre órgãos municipais e federais de patrimônio e turismo, para discutir a elaboração e implementação de medidas urgentes de preservação desse sítio. Não consegui ter notícias sobre o andamento dessa questão. Havia o "Seu Renato" que em algum momento no passado foi contratado pela Prefeitura local para trabalhar como zelador do sítio, porque tentaram criar um parque por lá, não sei se era municipal ou estadual. O fato é que por alguma mudança política e, sem nenhuma infraestrutura, construíram uma lanchonete e alguns banheiros. O "Seu Renato" continuou, por conta própria, como zelador da Pedra do Ingá. Acho que ele não cobra pela visitação, mas conduz os visitantes, dá informações sobre o sítio, não deixa tocar e mantém as pessoas a uma distância segura; vende camisetas com a temática do sítio.

Um dos agentes humanos de degradação desse sítio, considerado um dos mais comuns, é a retirada da vegetação, algo sempre complicado porque aumenta a insolação e a infiltração. Existem outros agentes humanos que interferem, aceleram e se somam aos agentes naturais. Existe, por exemplo, uma gravura que foi reforçada por objeto metálico, fato que se vê com muita frequência; pinturas que têm manchas de óleo, por exemplo, ou que foram muito borrifadas com água para aumentar o contraste; gravuras que são reforçadas com giz ou com outras coisas, essa é um tipo de visitação, especialmente, danosa.

Patrimônio Arqueológico

Subtemas

Patrimônio arqueológico em ambiente urbano: desafios e perspectivas

Aspectos singulares do patrimônio arqueológico: sítios arqueológicos étnicos e de comunidades tradicionais e sítios de arte rupestre como objeto de socialização

Coordenadora: **Maria Clara Migliacio** (CNA/Iphan)

Relatora: **Fernanda Tocchetto** (Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre) e **Érika Marion Robrahn González** (Núcleo de Estudos Estratégicos em Arqueologia Pública/Unicamp)

Comunicações

O patrimônio arqueológico urbano: desafios atuais para a gestão patrimonial, **Fernanda Tocchetto** (Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre)

A arqueologia nas cidades coloniais e a construção de instrumentos de gestão urbana, **Paulo Eduardo Zanettini** (Arqueoz)

O patrimônio arqueológico na revitalização do jardim da Casa da Baronesa em Ouro Preto, **Alenice Baeta** e **Henrique Piló** (Artefactto Consultoria Ltda)

A pesquisa arqueológica nas intervenções urbanas: o caso das cidades tombadas de Goiás, **Gislaine Valério de Lima** (Narq/UEG)

A arqueologia nas cidades amazônicas atuais e os sítios arqueológicos pré-coloniais, **Eduardo Góes Neves** (SAB)

A ação governamental na gestão do patrimônio arqueológico: desafios e potencialidades, **Maria Clara Migliacio** (CNA/Iphan)

Patrimônio arqueológico étnico: o caso das áreas sagradas dos grupos indígenas do Alto Xingu, **Erika Marion Robrahn González** (Núcleo de Estudos Estratégicos em Arqueologia Pública – Unicamp)

Arte rupestre como patrimônio cultural: situação atual e perspectivas de futuro, **Loredana Ribeiro** (Museu de História Natural)

Relato

Considerações iniciais

Considerando a busca do desenvolvimento sustentável voltado à integração dos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais da sociedade brasileira;

Considerando a agenda elaborada para a construção da política nacional de patrimônio cultural;

Considerando que o patrimônio arqueológico constitui integra o patrimônio cultural como um todo;

Considerando as demandas colocadas pelo PAC das Cidades Históricas e seus reflexos sobre os recursos arqueológicos de base finita, presentes nos sistemas urbanos;

Considerando que o patrimônio arqueológico em meio urbano contém referências e informações sobre a trajetória das cidades, e que a arqueologia é um instrumento privilegiado e singular de acesso a essas referências, contribuindo sobremaneira para o conhecimento e enriquecimento dos significados dos bens culturais, inclusive os de caráter urbano;

Considerando que o patrimônio arqueológico é um bem finito da matriz cultural brasileira, constituindo-se como recurso não renovável, além de devidamente protegido pela legislação e pelos instrumentos normativos do Iphan/MinC;

Considerando a necessidade de propor soluções capazes de compatibilizar as demandas relativas ao desenvolvimento e à preservação dos recursos arqueológicos, visando harmonizar o desenvolvimento e a preservação do patrimônio ambiental urbano e o nível de conhecimento disponível sobre o seu patrimônio arqueológico;

O grupo constituinte das mesas *Patrimônio arqueológico em ambiente urbano: desafios e perspectivas para a gestão patrimonial* e *Aspectos singulares*

do patrimônio arqueológico: sítios arqueológicos étnicos e sítios de arte rupestre como objeto de socialização indica a necessidade de ampliar e incrementar o tratamento ao patrimônio arqueológico na Política Nacional de Patrimônio Cultural e no Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, e ainda, em especial, no PAC das Cidades Históricas.

Este pode se constituir um espaço para a definição e a consolidação de uma política cultural brasileira voltada ao patrimônio arqueológico em meio urbano. Com vistas a contribuir com o Fórum Nacional de Patrimônio Cultural, o grupo indica como desafios, potencialidades, parcerias e estratégias:

Desafios para a formulação da política nacional

- Desenvolver um planejamento estratégico para a arqueologia brasileira, em sintonia com os pressupostos científicos, técnicos e jurídicos relativos à gestão do patrimônio arqueológico;
- Elaborar, em caráter emergencial, um protocolo que defina procedimentos específicos de pesquisa e salvaguarda dos recursos arqueológicos presentes nas cidades históricas diante das obras previstas pelo PAC;
- Assegurar a prática da pesquisa, da preservação e da socialização dos recursos arqueológicos urbanos, considerando as premências de atuação nas cidades históricas, em atendimento ao PAC;
- Dar visibilidade ao patrimônio arqueológico brasileiro, incluindo o patrimônio arqueológico do meio urbano;
- Elaborar e implementar mecanismos e instrumentos específicos para proteção de sítios e áreas que envolvam patrimônio arqueológico, com especial atenção para os sítios étnicos (relacionados a áreas sagradas para populações indígenas e/ou comunidades tradicionais) e sítios com arte rupestre;
- Garantir a participação das comunidades locais no tratamento, pesquisa e gestão do patrimônio arqueológico brasileiro, através de fóruns participativos e colaborativos;
- Garantir o tratamento integrado e articulado do patrimônio arqueológico em suas interfaces com o patrimônio imaterial, paisagens culturais, patrimônio edificado, bens móveis integrados,

ações educativas, patrimônio ferroviário e sítios urbanos;

• Garantir o reconhecimento das estratégias milenares e das experiências históricas e culturais do passado, expressos no patrimônio arqueológico, para o tratamento e proteção da diversidade do patrimônio cultural brasileiro.

Desafios para a estruturação do SNPC

• Garantir o tratamento integrado e articulado do patrimônio arqueológico brasileiro com políticas e parceiros nacionais e internacionais de gestão de patrimônio cultural;

• Assegurar as condições de infraestrutura ao pleno desenvolvimento do planejamento estratégico para a arqueologia brasileira, incluindo sua articulação e transversalidade entre as diversas instâncias governamentais, em níveis federal, estadual e municipal, e outros segmentos da sociedade civil;

• Fomentar a absorção de arqueólogos nos quadros técnicos dos órgãos gestores de patrimônio em níveis federal, estadual e municipal, estabelecendo canais de diálogo e contribuição com a Associação Brasileira de Cidades Históricas, e outras correlatas;

• Fortalecer os sistemas vigentes de informação e gestão do patrimônio arqueológico em níveis federal, estadual e municipal, bem como criar sistemas complementares e/ou outros que ampliem e aprimorem a organização de dados, com garantia de acesso e de interface com outros sistemas patrimoniais de informação mais amplos;

• Fomentar a criação de leis e conselhos estaduais e municipais que tratem da preservação e da pesquisa do patrimônio arqueológico e que contemplem, inclusive, as áreas urbanas como um todo e seu entorno;

• Estimular a constituição de órgãos gestores do patrimônio arqueológico em níveis estadual e municipal, em consonância com o órgão federal, incorporando formas compartilhadas de ação com órgãos de meio ambiente e de planejamento;

• Estimular, por meio do Conselho das Cidades, que os órgãos gestores, em todos os níveis, criem instrumentos preventivos de gestão

do patrimônio arqueológico, tais como cartas arqueológicas, inventários e sistemas de informação, e o tratamento e integração deste patrimônio em instrumentos de controle mais amplos, tais como planos diretores, zoneamento territorial, leis de parcelamento e uso do solo, entre outros;

• Promover e agilizar o tombamento de um maior número de sítios e áreas arqueológicas, com especial atenção para sítios étnicos (relacionados a lugares sagrados para populações indígenas e/ou comunidades tradicionais) e sítios de arte rupestre, visando ampliar a preservação da diversidade de contextos pré-históricos e históricos nacionais;

• Garantir a integração harmônica da pesquisa arqueológica em projetos de restauração de bens edificados históricos, tombados ou não, bem como nas intervenções urbanas de qualquer porte em áreas consideradas de potencial arqueológico;

• Ampliar a rede de instituições habilitadas para guarda de acervos, valorização e apoio à pesquisa arqueológica, bem como regular suas atividades e procedimentos.

Potencialidades para a formulação da política nacional

• A existência de um rico e diversificado patrimônio arqueológico, presente na totalidade do território nacional, entendido como recurso cultural em benefício da sociedade, a ser incorporado à memória e à ampliação de seus aspectos identitários;

• A crescente demanda da sociedade brasileira pelo conhecimento, valorização e fruição do patrimônio arqueológico;

• A existência de sociedades científicas, instituições de ensino, pesquisa e fomento, bem como de um corpo de profissionais e de conhecimento científico produzido, para a proposição e implementação da Política Nacional no que tange ao patrimônio arqueológico.

Potencialidades para a estruturação do SNPC

• A existência do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA) e de seu banco de memória, contendo a documentação básica e conhecimento produzido sobre o patrimônio

arqueológico brasileiro;

• A existência de secretarias de cultura, departamentos de patrimônio, conselhos de cultura e outras instituições e organizações civis, em níveis estaduais e municipais, constituindo uma potencial rede de difusão e ampliação na gestão do patrimônio arqueológico brasileiro;

• A existência de instituições de ensino e de pesquisa, empresas especializadas e entidades civis, voltadas ao patrimônio arqueológico, em todo o território nacional;

• A disposição e mobilização dos arqueólogos brasileiros para qualificação e inserção do patrimônio arqueológico no conjunto do patrimônio cultural brasileiro.

Parcerias estratégicas para a formulação da política nacional

• Unesco; MinC/Iphan; Ministérios; Funai; Ibama; ICMBio; Sociedade de Arqueologia Brasileira; agências de fomento; comunidade científica e outras entidades correlatas; instituições de ensino e pesquisa; empresas especializadas e sociedade civil.

Parcerias estratégicas para a estruturação do SNPC

• Centro Nacional de Arqueologia (CNA/Iphan); órgãos gestores de patrimônio cultural; órgãos de licenciamento ambiental; órgãos de planejamento, agências de fomento; comunidade científica Sociedade de Arqueologia Brasileira, empresas especializadas; outras sociedades científicas e sociedade civil.

Objetivos para os próximos dois anos (2010-2011)

• Desenvolver programa para visibilidade do patrimônio arqueológico; dar início a uma campanha de valorização e preservação do patrimônio arqueológico brasileiro; promover ações coordenadas de comunicação e informação sobre o patrimônio arqueológico;

• Elaborar e implementar, em caráter emergencial, um Subprograma Nacional de Arqueologia Urbana inserido no planejamento geral do PAC das Cidades Históricas e, em um segundo momento, ampliá-lo para as demais cidades não contempladas;

• Garantir a integração da pesquisa arqueológica em projetos de

restauração de bens edificados históricos, tombados ou não, bem como nas intervenções urbanas de qualquer porte em áreas consideradas de potencial arqueológico;

• Elaborar e implementar um Programa Nacional do Patrimônio Arqueológico, com especial atenção ao fomento da gestão dos sítios étnicos e de comunidades tradicionais, sítios com arte rupestre e sítios históricos, através de subprogramas;

• Estimular os órgãos gestores, em todos os níveis, a criarem instrumentos de gestão preventivos, tais como legislação, cartas arqueológicas, inventários e sistemas de informação, e a integrarem o patrimônio arqueológico em instrumentos de controle mais amplos, tais como planos diretores, zoneamento municipal, leis de parcelamento e uso do solo, entre outros;

• Fomentar a estruturação de unidades organizacionais de gestão do patrimônio arqueológico em níveis federal, estadual e municipal, incorporando formas compartilhadas de ação com órgãos de meio ambiente e de planejamento;

• Fomentar a criação de leis, normas e diretrizes estaduais e municipais relativas à preservação e pesquisa do patrimônio arqueológico, e que contemple as áreas urbanas como um todo e seus entornos;

• Articular a participação e cooperação dos órgãos envolvidos na gestão do patrimônio arqueológico, incluindo o Iphan através do CNA e das Superintendências Estaduais, órgãos gestores de patrimônio cultural, órgãos de licenciamento ambiental, órgãos de planejamento, agências de fomento, comunidade científica, Sociedade de Arqueologia Brasileira, empresas especializadas, outras sociedades científicas e sociedade civil.

Ações estratégicas que devem ser implementadas nos próximos cinco anos (2010-2014)

• Adequação da Lei Rouanet ao perfil específico de aplicação ao patrimônio arqueológico e fomento a outras leis de incentivo;

• Criação de um Grupo de Trabalho (GT) para elaboração de um

Plano Estratégico Emergencial voltado à articulação e transversalidade entre as diversas instâncias governamentais e outros segmentos da sociedade civil, visando à implementação de políticas públicas e de gestão do patrimônio arqueológico;

• Criação de um Grupo de Trabalho (GT) para elaboração e acompanhamento de um subprograma voltado aos sítios arqueológicos com arte rupestre, especialmente aqueles com usos turísticos formais ou informais, para análise de situações de risco, usos e estado de conservação, voltado para implementação de uma política específica de gestão, regulação e socialização;

• Atualização do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, inclusive com a inserção dos sítios arqueológicos urbanos;

• Estabelecimento de parcerias para a capacitação de profissionais com especialização voltada a atuação da arqueologia, em ênfase na questão da arqueologia urbana;

• Promoção da criação de sistemas de informação e de gestão sobre o patrimônio arqueológico, em níveis federal, estadual e municipal;

• Criação de um comitê gestor local e/ou regional que inclua todos os atores e instâncias para a definição de políticas locais e discussão de projetos e ações estratégicas voltadas ao patrimônio arqueológico;

• Incremento de ações compartilhadas de identificação, proteção e difusão do patrimônio arqueológico, desenvolvidas pelas três instâncias federativas, suplementares à incumbência legal do Iphan no licenciamento ambiental;

• Previsão, nos planos de ação, de percentual designado para avaliação de potencial e implementação de programas arqueológicos;

• Inserção, no planejamento estratégico referente ao SNPC, do quesito específico e explícito sobre o patrimônio arqueológico, em todas as fases do projeto.

Ações estratégicas que devem ser implementadas em 2010

• Elaboração e edição de instruções normativas a serem oficializadas por meio de portarias do Iphan para: 1) sistematização de procedimentos de referência para constituir protocolos de atuação,

em especial diante das obras do PAC de Cidades Históricas; 2) normatização da realização de pesquisas patrimoniais em terras indígenas tradicionais (demarcadas ou não), a partir das especificidades técnicas, éticas e operacionais que lhe são intrínsecas; 3) normatização da realização de uso turístico e socialização de sítios arqueológicos; 4) regulamentação da guarda de acervos arqueológicos;

• Elaboração e implementação, em caráter emergencial, de um Subprograma Nacional de Arqueologia Urbana, inserido no planejamento geral do PAC das Cidades Históricas;

• Elaboração e implementação de um Programa Nacional do Patrimônio Arqueológico, com especial atenção ao fomento da gestão dos sítios étnicos e de comunidades tradicionais, sítios com arte rupestre e sítios históricos, através de subprogramas;

• Fomento à estruturação de unidades organizacionais de gestão do patrimônio arqueológico em níveis federal, estadual e municipal, incorporando formas compartilhadas de ação com órgãos de meio ambiente e de planejamento;

• Fomento à criação de leis, normas e diretrizes estaduais e municipais relativas à preservação e pesquisa do patrimônio arqueológico, contemplando as áreas urbanas como um todo e seus entornos;

• Garantia da integração da pesquisa arqueológica em projetos de restauração de bens edificados históricos, tombados ou não, bem como nas intervenções urbanas de qualquer porte em áreas consideradas de potencial arqueológico;

• Promoção de formas de articulação, participação e cooperação dos órgãos envolvidos na gestão do patrimônio arqueológico, incluindo-se o Iphan através do CNA e das Superintendências Estaduais, órgãos gestores de patrimônio cultural, órgãos de licenciamento ambiental, órgãos de planejamento, agências de fomento, comunidade científica, Sociedade de Arqueologia Brasileira, empresas especializadas, outras sociedades científicas e sociedade civil;

• Desenvolvimento de estudos e levantamentos para identificação e proposição de formas de fomento e financiamento de projetos de valorização e socialização do patrimônio arqueológico.



Bens móveis e integrados

*Wivian Diniz**

Resumo

O texto propõe uma metodologia de discussão sobre a área de bens móveis e integrados, como parte do processo de construção de diretrizes nacionais e ações estratégicas para a política do patrimônio cultural. Foram apontados, como itens centrais para o debate, o processo de identificação dos bens móveis e integrados, com a elaboração de inventários e documentação; a sua segurança; proteção e reconhecimento, além da gestão e promoção, ou seja, desenvolvimento e incentivo de rede, processos e controle de qualidade. O trabalho chama atenção, inclusive, para a necessidade de se ampliar a significância do patrimônio reconhecido pelo Iphan, além da necessidade de identificação da problemática e de soluções para a área de bens móveis, com vista à estruturação do Sistema Nacional de Cultura.

*Coordenadora geral de Bens Móveis e Integrados – Depam/Iphan

Palavras-chave

Bens móveis e integrados, Ações estratégicas, Política de patrimônio cultural.

Gostaria apenas de destacar alguns pontos, diante do que já foi apontado, sobretudo, por Weber Sutti, acerca do principal objetivo do fórum que é discutir e avaliar a política do patrimônio. Neste momento, tentaremos responder a essas demandas focando, especificamente, a área dos bens móveis e integrados. Vamos construir juntos essa discussão, tentando, exatamente, estabelecer diretrizes nacionais e ações estratégicas em relação ao setor de bens móveis e integrados e à atuação do Iphan, nesse sentido. Foi determinado, ainda, que trabalhássemos com quatro linhas de instrumentos porque, posteriormente, na elaboração do documento final, teremos de arrolar nossas argumentações, nosso discurso, enfim, as propostas em relação a esses quatro instrumentos.

Além disso, teremos os trabalhos apresentados pelos comunicadores, os quais servirão de base para a discussão, através dos macroprocessos, cuja atribuição, atualmente, é da área de bens móveis, no Iphan. Temos, portanto, como principais meios de trabalho, os processos nos quais atuamos, como primeiro ponto de identificação, ou seja, a elaboração de inventários e documentação. Outros participantes do fórum também vão abordar a questão da documentação, contudo, pelo viés tecnológico, ou seja, os recursos tecnológicos que temos à disposição para trabalhar com esses documentos. E, isso, inclusive, servindo ao próprio aspecto da segurança dos bens móveis, principalmente, porque sabemos que a nossa categoria de bens é a única que se desloca. Em seguida, teríamos a proteção e o reconhecimento, então, os meios de acautelamento.

Seria muito interessante, inclusive, que a discussão não se limitasse à arte sacra, por isso, quero evidenciar o espaço para a inserção de pontos relativos à arte moderna, à arte contemporânea e outros tipos de acervos, como arte popular, arte etnográfica, enfim, numa discussão totalmente aberta. Nesse sentido, destaco o segundo ponto que é, exatamente, ampliar a significância do patrimônio protegido, do patrimônio reconhecido pelo Iphan, hoje. E um terceiro ponto que seria a gestão e promoção, ou seja, desenvolvimento e incentivo de rede, processos e controle de qualidade. Um dos principais problemas que enfrentamos atualmente é a sustentação dos processos de restauração desenvolvidos ao longo do país.

Essa é a metodologia para direcionar a discussão sobre os bens móveis e integrados. O documento de referência que pretendemos produzir terá como estrutura, primeiramente, a formulação da política nacional em torno de desafios, potencialidades e parcerias. Isso evidencia a importância de que levantemos não só a problemática, mas sugestões e indicações de soluções, pensando, inclusive, na estruturação do Sistema Nacional, no que tange aos bens móveis e integrados. É fundamental que busquemos determinar objetivos de curto e de longo prazo, que consigamos, estrategicamente, definir essas metas.

Apresentarei, agora, como mote principal da discussão, um documento elaborado num evento no qual estive presente, que aconteceu em outubro de 2009, na cidade de Salzburg, na Áustria. O evento reuniu 32 países, com 60 especialistas em conservação e restauração, oferecendo uma amostragem muito interessante, uma vez que estavam representados desde países

africanos a países sul-americanos, como o Brasil, além dos Estados Unidos e da Europa. Tínhamos, portanto, uma amostragem bastante peculiar e representativa de pessoas que atuam na área de preservação de bens móveis em todo o mundo. Durante o Seminário Global de Salzburg, esses especialistas trocaram experiências focando, sobretudo, a sustentabilidade do patrimônio. Essa discussão resultou em um documento que será colocado à disposição dos interessados, e que eu gostaria que servisse como o mote de nosso debate. Principalmente, porque vejo que ele vai em direção às propostas de discussão apontadas por Weber Sutti, por ocasião da primeira conferência do Fórum do Patrimônio Cultural.

A assembleia reconhece, antes de tudo, que nosso patrimônio cultural global fortalece a identidade, o bem-estar e o respeito em relação a outras culturas e sociedades. Segundo, afirma que o patrimônio cultural é uma ferramenta poderosa para envolver as comunidades positivamente e, como tal, é uma força motriz para o desenvolvimento humano e da criatividade. Reafirma que a valorização da diversidade do patrimônio cultural e sua continuidade para gerações futuras promovem o entendimento mútuo entre as pessoas, comunidades e nações.

Reconhece algo que considero muito importante, ou seja, que, embora muitos avanços tenham sido conquistados no âmbito da educação, infraestrutura, novas tecnologias e parcerias, o patrimônio cultural global tem sido ameaçado por deteriorações contínuas e perdas resultantes da falta de conservadores qualificados, além de prevenção de emergências, tanto naturais quanto artificiais. Sem contar a ameaça determinada pelos riscos ambientais, mudanças climáticas e pelos investimentos insuficientes.

Recomenda, ainda, que os governos e organizações não governamentais, o setor de patrimônio cultural, as comunidades e outros interessados trabalhem juntos para integrar projetos de conservação com outros setores, para promover um desenvolvimento social e econômico, comprometendo-se a aumentar o engajamento das comunidades e o aumento da consciência pública em relação aos riscos ao patrimônio cultural, além de aumentar o investimento em pesquisa, redes de colaboração, oportunidades educacionais e a troca de conhecimentos e recursos globais. Recomenda, igualmente, a promover parcerias responsáveis e avanços sustentáveis para as políticas de conservação nacional e/ou regional e estratégias, incluindo o gerenciamento de riscos.

Considero essa questão do gerenciamento de riscos muito importante. Vemos, atualmente, tomadas de decisão focadas, sobretudo, em dados muito técnicos e objetivos. O que, por exemplo, numa aplicação muito clara desse gerenciamento de riscos, é a questão dos seguros. Os bens móveis, para saírem do país, têm de receber um seguro. Quem trabalha com isso sabe que conseguir uma empresa de seguro que aceite fazer esse serviço já é uma tarefa árdua. E, quando isso acontece, na maioria das vezes, esses seguros chegam a valores absurdamente elevados.

As deliberações para a conservação e preservação do patrimônio cultural, no Seminário Global de Salzburg, estabeleceram uma nova plataforma colaborativa para preservar, mais efetivamente, o patrimônio cultural mundial e focar nos desafios globais atuais e para o futuro. A assembleia agradece o Seminário Global e o Instituto de Museus e Bibliotecas de Washington pela iniciativa, organização, acolhimento e apoio à Conferência. Acredito que, nós, especialistas brasileiros, temos as mesmas preocupações de, praticamente, todos os especialistas e pessoas que vêm trabalhando com patrimônio cultural e, especificamente, com bens móveis. Assim, iniciamos nossos trabalhos, na expectativa de colaborar para o avanço na política do patrimônio cultural.

Uma proposta de organização gerencial para restauração das pinturas decorativas do Theatro Municipal do Rio de Janeiro de autoria de Eliseu Visconti

*Humberto Farias**

Resumo

Este artigo é parte da comunicação transcrita, apresentada no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, realizado em Ouro Preto. A proposta exposta demonstrou eficiência na gestão da restauração, possibilitando aos profissionais das diversas áreas envolvidas nesse processo, trabalharem em suas especificidades.

Palavras-chave

Gestão, Restauração, Eliseu Visconti.

*Conservador/ restaurador associado do Centro de Conservação de Bens Culturais, professor da PUC de São Paulo, membro do Conselho Cultural do Ibeu e pesquisador no campo da conservação de arte contemporânea, atuando em coleções privadas e institucionais

Apresento a seguir a estrutura que foi montada para que se pudesse trabalhar na restauração das pinturas decorativas de Eliseu Visconti no Theatro Municipal do Rio de Janeiro.

Nós temos, no primeiro momento, uma empresa de consultoria que administrou o projeto, a Holos Consultores Associados, indicada pelo Projeto Eliseu Visconti, fundado em 2005 pelo neto do artista e seu diretor-geral, Tobias Stourdzé Visconti. A Holos é uma empresa de direito privado com fins lucrativos, atua com consultoria e prestação de serviços na área ambiental, na área da cultura e na área da educação.

Na área da cultura, a empresa promove e produz exposições, publicações, catalogações de acervo, conservações e restauros. Na área da educação, atuou no trabalho de arte-educação, com as visitas guiadas ao Theatro Municipal.

E quais são as atribuições da Holos nessa estrutura proposta? A partir do momento em que é convidada para realizar a parte administrativa da obra, a Holos formata o projeto, o submete a leis de incentivo, faz o contato com os patrocinadores, apresenta e faz a gestão do projeto, fornecendo o que for necessário para o desenvolvimento do trabalho de restauração, como, por exemplo, a parte administrativa, contratual, trabalhista e de infraestrutura, entre outras.

Toda a parte de formatação do projeto realizada pela Holos é acompanhada pelos consultores, tanto pelos consultores técnicos de restauração quanto pelos consultores das diversas áreas – administrativa, financeira, etc. A empresa pretende, junto com o Projeto Eliseu Visconti, lançar uma publicação técnica, histórica e científica, e para tanto conta com a participação dos consultores Cláudio Valério Teixeira, Edson Motta Júnior, da Ana Cavalcanti, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Escola de Belas-Artes), e da doutoranda Miriam Seraphim, da Unicamp, para fazer todo o levantamento da parte histórica dessas obras. Conta ainda, na pesquisa científica, com a participação de Luís Souza, da Universidade Federal de Minas Gerais (Lacicor). Sendo assim, passamos dessa empresa, que realiza o desenvolvimento da parte burocrática, indo para o Projeto Eliseu Visconti.

O Projeto Eliseu Visconti está ligado a tudo o que diz respeito à obra de Visconti, tendo como alguns de seus objetivos básicos preservar a memória do artista; produzir um catálogo *raisonné*; publicar um livro, pois o último livro sobre o artista foi realizado por Frederico Barata em 1944; e restaurar as obras que integram o conjunto artístico do Theatro Municipal do Rio de Janeiro. No que diz respeito à restauração, o Projeto Eliseu Visconti se preocupou em indicar os consultores para a restauração; indicar os pesquisadores da parte de pesquisa histórica e pesquisa científica; e acompanhar a restauração.

O Projeto Eliseu Visconti também conta com a colaboração da Associação Eliseu Visconti, que foi desenvolvida para dar subsídio jurídico à Comissão de Estudos de Autenticidade. Essa comissão é constituída pela historiadora Christina Penna, por Ana Cavalcanti, pela doutoranda Miriam Seraphim, por Cláudio Valério Teixeira e Edson Motta Júnior.

Na terceira parte, entram os consultores. Segundo informação de Cláudio Valério Teixeira, a proposta de dois consultores com mais de trinta

anos de experiência segue os moldes de uma formatação francesa, na qual se busca uma troca de experiências e de pensamentos. Essa proposta de dois consultores foi pertinente porque as equipes eram formadas por restauradores jovens, e os dois consultores, com todo o conhecimento que têm em restauração, contribuíram muito nas discussões para um bom resultado dos trabalhos e até na formação desses grupos mais jovens. Havia um clima de cooperação e de segurança nas decisões de restauração, pois todas as orientações e discussões eram subsidiadas pelos consultores que, com paciência, espírito de equipe e experiência, transmitiam seus conhecimentos e indicavam a melhor solução para cada caso. Os consultores se reuniam com a equipe do Iphan, responsável pelo trabalho de restauração do Theatro, duas vezes por semana, às quartas e às sextas-feiras. Eles discutiam todos os procedimentos, materiais, técnicas, prazos, e também problemas de todo o contexto da obra de restauração.

Cláudio Valério Teixeira é, atualmente, secretário de Cultura de Niterói, tem uma larga experiência em restauração, que data de mais de trinta e cinco anos, atuando na iniciativa privada. Foi responsável pela restauração dos quadros *Batalha do Avaí*, de Pedro Américo, e *Batalha dos Guararapes*, de Vítor Meireles, pertencentes ao acervo do Museu Nacional de Belas-Artes. Foi coordenador da restauração do conjunto arquitetônico e de bens integrados de Niterói, como, por exemplo, o Teatro Municipal de Niterói, a Igreja São Lourenço dos Índios e o Solar do Jambeiro, entre outros grandes trabalhos.

Edson Motta Jr. também dispensa apresentação. Todos nós conhecemos seu importante papel na formação da Escola de Belas-Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que também data de mais de trinta anos, marcados pela experiência e atuação na restauração de obras emblemáticas de instituições e de particulares. Tem formação acadêmica impecável, com título de doutorado pela Universidade Politécnica de Valência.

Uma das atribuições dos consultores era a de formar chefes de equipes. Havia no Theatro Municipal cerca de seis equipes trabalhando, envolvidas nessa estrutura de gerenciamento. Em um segundo momento, depois da indicação dos chefes de equipes, eles montaram as suas, e encaminharam os nomes para a contratação. Para as equipes, foram selecionados restauradores com formação na área ou com grande experiência de trabalho em restauração. Chamamos técnicos da Fundação de Arte de Ouro Preto

(Faop); técnicos formados pelo curso politécnico da Universidade Estácio de Sá – desta instituição, tivemos duas restauradoras e quatro estagiárias; e da Escola de Belas-Artes (EBA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, duas restauradoras. É importante esclarecer que o curso da EBA não é um curso de graduação em restauração, e sim um curso de formação em artes que tem uma disciplina de restauração que o professor doutor Edson Motta Jr. leciona. Também chamamos uma restauradora de Porto Alegre, com título de especialização, realizado nos anos 1980; e do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (Cecor), da Universidade Federal de Minas Gerais, duas restauradoras especialistas. Então, existia em todas as formações um discurso sobre restauração que todos compreendiam e que facilitava a coesão do grupo.

Por uma ordem técnica e por problemas estruturais, os tímpanos que compõem o *foyer* tiveram de ser removidos dos locais de origem para serem tratados e depois recolocados; essas obras foram deslocadas e tratadas em uma área devidamente preparada para o trabalho de restauração, dentro do próprio Theatro.

As conclusões a que chegamos com essa estrutura é que ela facilitou o diálogo entre os restauradores e os consultores. Os restauradores tinham todo subsídio de infraestrutura, de material e de pesquisa. Havia, à disposição, documentos históricos pertencentes à família do artista, que contribuíram para o encaminhamento e para as decisões no processo de restauração. A pesquisa científica também contribuiu para o desenvolvimento mais seguro do trabalho. Essa estrutura de gerenciamento possibilitou a cada profissional trabalhar em sua especificidade, favorecendo um foco e uma dedicação maiores na sua atividade, ou seja, o administrador administrando, o restaurador restaurando, e assim consecutivamente. Isso possibilitou a otimização do tempo disponível para a execução do trabalho e, dessa maneira, o cumprimento do cronograma.

A conclusão a que eu chego é que essa estrutura de organização gerencial é eficaz. E fica aqui uma proposta para discussão, uma possibilidade de administrar um trabalho de restauro que seja coerente com os princípios éticos e com a realidade econômica em que vivemos. Essa é uma possibilidade e, efetivamente, um trabalho que funcionou.

Gestão e conservação de acervos documentais

*Mauro Domingues**

Resumo

As experiências e os desafios enfrentados ao longo de dez anos de trabalho no Arquivo Nacional é o tema deste trabalho. O texto revela os desafios de conservar um acervo tão amplo e diverso. Relata as dificuldades impostas por funcionar em um prédio construído nos anos 50, bem como os desafios de preservar e recuperar o acervo documental, além do acervo cinematográfico da antiga cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, transferido em 2002 para o Arquivo. O texto é um testemunho da importância do Arquivo Nacional num país onde a preservação de bens materiais ainda carece de recursos humanos e financeiros.

Palavras-chave

Arquivo Nacional, Recuperação, Preservação.

*Coordenador de Preservação do Acervo, Arquivo Nacional

Farei um breve relato sobre o que temos feito nos últimos dez anos no Arquivo Nacional, uma vez que, embora tenha assumido a coordenação recentemente, mais precisamente há cerca de dois anos e meio, esse trabalho é a continuidade de um projeto que já tem mais de uma década. E assim, de uma maneira resumida, falarei sobre o universo dos tipos de documentos e do volume documental existente no Arquivo Nacional.

Trata-se de uma instituição que tem um acervo gigantesco, sendo 80% no Rio de Janeiro e algo em torno de 20%, numa coordenação regional, em Brasília, onde se concentram, basicamente, documentos textuais. Além de volumoso, o acervo do Arquivo Nacional é muito diversificado, o que nos causa muitos problemas. Temos conseguido, nestes últimos anos, separar a área de guarda, da área de trabalho. No Rio de Janeiro, nós conseguimos construir esse processo em 2009 e, em Brasília, estamos em processo de separação.

Temos, aqui, algumas medidas já implementadas no Arquivo Nacional que são significativas. De 2007 para cá, conseguimos compartimentar os depósitos, que eram muito grandes. Tal mudança, inclusive, foi uma necessidade apontada por conta de pressões do Corpo de Bombeiros, no Rio de Janeiro, que detectou perigo, em suas vistorias. Então, compartimentamos todos os depósitos e instalamos um sistema muito interessante. O Arquivo Nacional fica na zona central do Rio de Janeiro, próximo à avenida Presidente Vargas, uma via de grande acesso e próxima, praticamente ao lado, do Campo de Santana, um parque público. Nessa área há muita árvore, água, enfim, é um ambiente, extremamente, favorável ao surgimento de cupins. Sem contar que toda aquela região do Rio de Janeiro, um dia, foi Mata Atlântica e, ali embaixo, nós temos toneladas e toneladas de celulose.

Conseguimos, portanto, identificar na estrutura do prédio, que não chegou aos documentos, a presença de cupins. Temos a nossa equipe de engenheiros florestais que identificou o que chamam de "cupim de solo". Chegamos à conclusão de que não adiantaria adotar o processo tradicional de descupinização com a aplicação de veneno. O que fizemos foi cercar todo o perímetro do Arquivo Nacional com armadilhas, as quais foram eliminando os cupins e criando uma barreira para que eles não chegassem. Já estamos com esse processo há dois anos e seis meses e, depois da implantação, os cupins diminuíram, sensivelmente. No último ano, em cada vistoria feita a cada quinze dias, não tivemos mais a presença de cupins.

Ampliamos, ainda, o sistema de segurança, ou seja, o sistema de monitoramento, através de câmaras e gravação, não somente da área externa, como da área interna, principalmente dos depósitos. Hoje, o acesso a qualquer depósito do Arquivo Nacional é monitorado e gravado, vinte e quatro horas. Criamos, também, um protocolo dentro do Arquivo Nacional para promover uma restrição de acesso; apenas servidores autorizados têm acesso aos depósitos de documentos.

Uma das funções do Arquivo Nacional, também, é o recolhimento da documentação produzida pelo Poder Executivo, principalmente. Até algum tempo atrás, tínhamos um problema muito sério que chamávamos de "recolhimento selvagem", ou seja, os documentos eram, simplesmente, despachados para o Arquivo Nacional, sem qualquer organização no que diz respeito ao processamento arquivístico. Esse problema foi resolvido com uma resolução, através da qual todo recolhimento ao Arquivo Nacional

acontece após o processo de gestão documental, no que se refere à questão arquivística. Implantamos, ainda, a gestão de conservação – os documentos só são recolhidos se tiverem as mínimas condições de conservação e caso não manifestem qualquer ameaça ao acervo já existente. Temos, portanto, uma equipe que vistoria essa documentação no próprio órgão de origem e, a partir daí, planeja esse recolhimento. No caso de documentação já com problemas, por exemplo, de inseto, ou qualquer outro tipo de infestação, nós orientamos, damos toda a assistência para que isso seja eliminado no próprio órgão e, posteriormente, recolhido para o Arquivo Nacional. Esse processo contribui muito para a conservação preventiva, que é nosso foco maior. Posso, hoje, afirmar que gastamos cerca de 90% da nossa energia na conservação preventiva.

Considero muito interessante relatar o fato de termos um laboratório de microfilmagem, porque a reformatação, tanto analógica quanto digital, é uma das ferramentas da preservação e recuperamos toda a prata metálica dos resíduos da microfilmagem. Essa é uma preocupação ambiental, também presente na Casa Civil.

Em seguida, relato algumas medidas que estão em processo de implementação. Temos um sistema de monitoramento ambiental instalado em partes do Arquivo Nacional, principalmente, nas áreas de guarda de documentos que necessitam de climatização, como documentos audiovisuais, sonoros e iconográficos. Sistema que está sendo implantado, também, em Brasília. E as duas capitais, inclusive, ficarão interligadas através de uma rede, que já existe, para monitorar os ambientes de guarda e de trabalho, individualmente. Trata-se de uma rede de computadores que fica *online* vinte e quatro horas, através da qual podemos registrar tudo, da maneira que desejarmos. Podemos, até, planejar através do *software* a retirada e a entrada de documentos nos depósitos. É um sistema bastante interessante.

Iniciamos, também, um processo de aquisição de mobiliário de acordo com as características de cada acervo e, neste momento, estamos começando no setor do arquivo sonoro. Temos, ainda, na coordenação que desenvolve as embalagens, uma área capacitada para produzir as embalagens a partir das características específicas dos documentos, ou seja, criamos protótipos e solicitamos ao mercado a confecção dessas embalagens. Processo que tem tido muito sucesso.

Depois da compartimentação dos depósitos, percebemos que o sistema de refrigeração, que é diferente da climatização, não atendia às nossas necessidades. Diante disso, está previsto toda a reestruturação desse sistema para 2010. O sistema que até então é geral será individualizado, funcionando como um sistema único para cada andar, que abriga seis depósitos. Ou seja, o sistema será dividido em seis sistemas de refrigeração, o que permite a sua regulação isoladamente, através da qual poderemos mexer em cada um, sem alterar os demais. O sistema de refrigeração atual não permite isso, uma vez que atende tanto a área de trabalho, quanto os depósitos. Então, quando os servidores reclamam que está muito frio ou muito calor é difícil fazer alterações porque elas interferem em todo o sistema.

Outra medida é a ampliação da área de climatização. Para quem não conhece o Arquivo Nacional, temos sete andares destinados à guarda de documentos. Apenas parte do sexto andar é climatizada. Agora, vamos climatizar todo o andar, o que significa dobrar a nossa capacidade. Criaremos, ainda, uma área externa ao prédio, que servirá de quarentena para a documentação recolhida. É que, mesmo adotando uma gestão dos documentos ainda na instituição de origem, recebemos muitos documentos com problemas. A falta dessa área externa ao prédio, infelizmente, dificulta o recolhimento dessa documentação, seu tratamento e diagnóstico para depois destiná-la à guarda permanente. Mas, esse problema, já está resolvido, uma vez que as obras dessa ala externa já começaram.

Qual é a nossa ideia principal? Sabemos que o acervo necessita de uma conservação curativa, ao menos, boa parte dele. No entanto, não temos fôlego para isso: nem equipe e nem dinheiro. Então, o nosso investimento continua sendo em conservação preventiva, justamente, para poder ganhar tempo enquanto vamos ao mercado em busca de recursos. Temos conseguido fazer com alguns tipos de documentos, mas temos apostado nisso. Acreditamos que estamos no caminho certo porque o Arquivo Nacional, em 2002, saiu de um acervo cinematográfico de cerca de doze mil rolos para algo em torno de cem mil rolos. Em menos de seis meses, recebemos um volume monumental de filmes que vieram da Cinemateca do Museu de Arte Moderna, do Rio de Janeiro. Enfim, em 2002, houve um problema na Cinemateca do MAM que, simplesmente, afirmou não ter mais condições de guardar aquele acervo de filmes e que todos os produtores deveriam retirar seus filmes do local. Boa parte dos produtores, principalmente os cariocas, não queria enviar os seus filmes para a Cinemateca Brasileira, em São Paulo. Através de uma movimentação política que houve

no Rio de Janeiro, o Arquivo Nacional foi colocado como uma das opções. E essa opção política, tecnicamente, foi um caos para o Arquivo Nacional que acabou recebendo o material.

Tratava-se de um acervo com muitos problemas, eu posso garantir que 60% daquele acervo já apresentava sinais de deterioração bastante visíveis. O que a gente fez nesses sete anos foi dar condições mínimas para que essa deterioração não se acelerasse muito. Quadruplicamos a nossa área climatizada, estabilizamos um processo de deterioração que é irreparável, não há como interromper um processo de deterioração nesse tipo de documento. Pode-se até retardá-lo de maneira bem significativa, mas não interrompê-lo. E percebemos que a conservação preventiva é bem interessante quando se dá condições, tempo para que as medidas possam ser tomadas.

Uma meta para o período de 2010 a 2012 é continuar um projeto de melhoria do próprio prédio do Arquivo Nacional, porque sabemos que o prédio é um agente que contribui, de maneira significativa, para a deterioração do acervo, como um todo. Principalmente porque é um prédio construído nos anos 50, com muitos problemas. As janelas, por exemplo, constituem-se num grave problema, uma vez que são originais, com infiltrações, e que determina grande comunicação entre o ambiente interno e o externo. Por mais que tentemos melhorar internamente, a dificuldade é enorme. Para se ter uma ideia, essas janelas proporcionam, em cerca de 50 centímetros, internamente, uma diferença de até oito graus de temperatura, durante o verão. A nossa proposta é retirá-las, só que tem, em média, quarenta janelas por andar, sendo sete andares, ao todo. São janelas de mais de dois metros de comprimento por dois metros de largura; é um processo que, sabemos, será oneroso, demorado e difícil, uma vez que exigirá muito cuidado com o acervo, mas é uma proposta.

Pretendemos implantar, ainda, um sistema de desinfestação para o qual já temos alguns métodos aplicados, embora mantenhamos um processo permanente de pesquisa para esse trabalho, que tem um caráter curativo.

No acervo audiovisual, temos filmes que já apresentam a síndrome do vinagre, um processo de deterioração característica do filme cinematográfico, principalmente aqueles com acetato de celulose. Esses filmes liberam o ácido acético que é autocatalisador, ou seja, em contato com ele mesmo, acelera seu processo de liberação e esse ácido tem características muito interessantes. O único metal que o ácido acético não consegue

corroer é a platina; ele corrói, praticamente, tudo com o que entra em contato. O filme, então, é muito mais fácil. Como o ácido acético corrói o cobre, por exemplo, de seis em seis meses, o Arquivo Nacional é obrigado a trocar a serpentina do ar condicionado desse depósito. Trata-se de um ácido muito violento, o que gera um problema sério porque esse depósito está no sexto andar do Arquivo Nacional e, antes da obra nos depósitos, percebemos que havia vazamentos para o sétimo e para o quinto andar. Então, o ácido acético estava subindo e descendo e, hoje, conseguimos isolá-lo. Por isso, uma das metas é retirar esse depósito para uma zona fora do prédio, até porque o ácido acético provoca cirrose hepática, destruição de todas as vias aéreas e existem pesquisas que indicam, inclusive, o risco de deformações genéticas.

Outro foco que a gente tenta atender é a questão de formação de pessoal. Essa é uma grande dificuldade do Arquivo Nacional, pela diversidade do acervo de documentos. Temos muitos tipos de documentos e não temos um profissional que possa atender a toda essa diversidade, o que exige uma constante formação. Garantimos isso através de formação de grupos de trabalho, de participação em seminários, o que é meio constante. Temos algumas pesquisas em andamento, algumas metodologias já aplicadas, sempre voltadas para a questão da conservação preventiva.

Abordarei agora um ponto que julgo fundamental: os desafios a serem enfrentados. E a continuidade da formação de pessoal é um desses desafios constantes, inclusive, a formação de parcerias institucionais para projetos de cooperação técnica. Considero essas parcerias uma política fantástica e o Arquivo Nacional está estabelecendo essa parceria com o Iphan, instituição com a qual estamos elaborando o processo de trabalho conjunto.

Outro desafio que me parece igualmente relevante é a formação de um banco de talentos. Há dois meses aconteceu o incêndio no acervo de Hélio Oiticica, no Rio de Janeiro. A família Oiticica admitiu que não sabia, muito bem, a quem recorrer, e o Arquivo Nacional foi procurado, através do Iphan. Acredito, portanto, que essas parcerias podem formar o que eu chamei de banco de talentos, por total falta de outra palavra, justamente, para atender a essas instituições em casos emergenciais, sejam públicas ou privadas. Assim, a sociedade saberá a quem recorrer.

E, por fim, não posso deixar de destacar o desafio da aquisição de recursos para a pesquisa. Esse se configura num grande problema em nosso país que não consegue ter recursos suficientes para esse setor.

A conservação preventiva e a sustentabilidade da preservação de bens móveis e integrados

*Luiz Antônio Cruz de Souza**

*Diretor da Escola de Belas-Artes da UFMG

Resumo

O texto aponta para a necessidade do I Fórum Brasileiro do Patrimônio Cultural produzir um documento de apoio ao programa do Centro de Estudos e Preservação do Patrimônio (Roma), que reúne 126 países. O programa pretende apoiar as sociedades na melhoria de seu bem-estar, através da conservação e uso sustentáveis das diversas formas de expressões culturais da América Latina. O trabalho propõe, ainda, a discussão sobre os bens móveis e integrados, a partir dos tópicos: formação profissional, revisão da Convenção da Unesco de 1972, regulamentação das atividades de restauração, intercâmbio para formação de redes temáticas, educação em ciência e tecnologia, conservação preventiva e controle de qualidade de intervenções.

Palavras-chave

Restauração, Formação profissional, Regulamentação.

Tentei recolher um pouco de material relativo ao tema "A conservação preventiva e a sustentabilidade da preservação". Começarei abordando, rapidamente, a Escola de Belas-Artes da Universidade Federal de Minas Gerais que é onde nós estamos. É um local de criação crítica e preservação, ou seja, num mesmo teto temos tanto a criação, quanto a crítica, quanto a preservação, no sentido mais amplo. Considero importante citar isso porque é raro, num ambiente de universidade, um local que reúna esses três pilares funcionando ao mesmo tempo. E, inclusive, com um laboratório de pesquisa científica na área da preservação, que é o Laboratório de Ciências da Conservação, o qual resultou no que se chama hoje de Política de Ciência e

Tecnologia. Desse setor surgiu ainda o recém-criado Laboratório de Documentação Científica por Imagem. Esse laboratório veio aperfeiçoar a função do fotógrafo, um profissional muito importante nos tempos atuais, diante dos problemas relativos à documentação. O que era atendido, apenas, pelo nosso fotógrafo acabou virando um setor à parte, com uma equipe que, hoje, é coordenada por um engenheiro. Nesse contexto da documentação e dos inventários, apenas um fotógrafo já não é suficiente para atender a todas as necessidades do ponto de vista da gestão da informação.

Gostaria de reiterar a discussão proposta pelo professor Ulpiano de Meneses, durante a solenidade de abertura deste fórum. A propósito dessa tentativa do Iphan de olhar o público, olhar para quem e por que estamos conservando o patrimônio cultural, gostaria de ler trechos de um documento que foi criado em Roma, recentemente, por um grupo de conservadores convidados a discutir um programa para a conservação de patrimônio cultural na América Latina. Eu tive a oportunidade de participar da elaboração desse documento criado no ano de 2007, com uma perspectiva de visão para o ano de 2027, ou seja, de 20 anos.

O teor do documento é o seguinte: o patrimônio cultural da América Latina será base para se celebrar a diversidade cultural da região, propiciando um espírito de integração. Quer dizer, estamos buscando isso pouco a pouco, mas vamos caminhando nessa direção. O patrimônio estará bem conservado. Teremos de batalhar muito por isso, e ele terá de ser apropriado pela sociedade como uma fonte criativa e de identidade, que é exatamente o que estamos discutindo nesse momento. Afirma ainda que esse patrimônio cultural será compartilhado pela nossa região, América Latina e Caribe, com o mundo.

O documento aponta, ainda, que as políticas públicas incorporarão o patrimônio com um eixo para o desenvolvimento humano sustentável, ou seja, sem a necessidade de destruir para se manter, deixar para as gerações futuras o acesso aos bens culturais e que a gente possa fazer uso deles, de modo, inclusive, a promover o desenvolvimento econômico e social. Ao estar devidamente instrumentadas favorecerão uma gestão integrada, sistemática e transparente, com patrimônio articulado em todos os âmbitos. É o que estamos buscando.

Se eu perguntar quantos arquitetos estão presentes neste I Fórum do Patrimônio Cultural, constataremos, muito provavelmente, que somos uma

pequena parcela. Os arquitetos participantes devem ser parabenizados pela presença, uma vez que o campo dos bens móveis e integrados ainda precisa de maior integração com as questões urbanas e arquitetônicas. A prova está clara neste fórum, exatamente pelo perfil de público presente. Ou seja, apesar de trabalharmos com bens móveis, não estamos, efetivamente, integrados à política de patrimônio de uma forma mais ampla. Temos, ainda, um longo caminho a percorrer.

O documento indica também que a América Latina terá excelência na qualidade de uma educação integrada para o patrimônio, sustentada em uma formação integral científica, técnica, acadêmica e homologável. E por que homologável? Já estamos trabalhando em nível de Mercosul Cultural, mas os nossos estudantes de graduação da UFMG ainda têm dificuldades de se locomover. Enfim, foi essa visão que gerou um programa criado no Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais (Iccrom), em Roma, que tem 126 países membros. Considero importante que a gente saia deste fórum com um apoio à execução desse programa.

Como membro do Iccrom, tive a honra de presidir a última assembleia geral, participando da criação desse programa que tem a colaboração de diversos países da América Latina. A ideia, portanto, é que possamos desenvolver o nosso documento, através de alguns eixos temáticos. O nosso programa faz parte de outros programas do Iccrom, como o de Coleções, Patrimônio Construído, etc. Estão previstas conferências da América Latina e Caribe e, finalmente, um fórum marcado para 2010, sobre Ciência e Conservação.

Do que trata esse programa? Inicialmente, havia a perspectiva de 20 anos, mas o programa teve uma redução para 12 anos, com o objetivo de fortalecer a capacidade no campo do patrimônio na América Latina e Caribe. Apoiará as sociedades na melhoria de seu bem-estar, através da conservação e uso sustentáveis das diversas formas de expressões culturais, tanto tangíveis quanto intangíveis, existentes na América Latina. Pelas razões que discutimos, anteriormente: por causa das pressões ambientais, devido ao incremento dos níveis de contaminação; das mudanças climáticas; das pressões do desenvolvimento econômico, ou seja, o crescimento urbano, o turismo, as pressões da globalização, responsáveis por uma perda de identidade regional; além do tráfico ilícito de bens culturais.

Os objetivos desse programa são, portanto, a regulamentação de experiência e a identificação de áreas de ação comum. Quer dizer, a busca de um trabalho conjunto, de uma rede que ainda está em formação, principalmente, porque não temos orçamento definido. Cabe aos países trabalharem na busca de captação de recursos para que possamos levar alguns trabalhos à frente. Eu, em particular, coordeno, na UFMG, o grupo de programas e atividades de educação para a conservação. É muito importante, então, que possamos trabalhar nesse sentido, de modo a promover no Brasil, em colaboração com o Iphan, um evento para discutir a educação na área de conservação. E estou me referindo tanto à educação patrimonial, quanto à educação formal. Precisamos discutir e partir para novas atividades nessa direção.

Enfim, como gestor desse programa no Brasil é muito importante que eu apresente, claramente, essas questões para que saia, dentro das determinações desse grupo, um suporte para que continuemos trabalhando no âmbito do Iccrom, inclusive, para que o próprio Iphan determine a sua vinculação e apoio ao programa.

Outro grupo é o de combate ao tráfico ilícito de bens culturais, como denominam. Wivian Diniz faz parte desse grupo. E há vários outros grupos de trabalho, um deles coordenado pelo professor Sílvio Zancheti, da Universidade Federal de Pernambuco, responsável pelo Grupo de Indicadores de Desenvolvimento Econômico, além do Grupo de Tradução e Produção de Materiais Relacionados com a Conservação.

Gostaria de falar da restauração do forro da Igreja de São Francisco de Assis como um dos primeiros grandes trabalhos do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (Cecor/UFMG). Esse trabalho, ainda é muito útil por causa da questão do modelo de universidade, do Centro de Pesquisa e Formação, trabalhando no seu âmbito. O mercado praticando o possível e o impossível, o permitido e o não permitido e, de outro lado, as instituições de regulação. Ou seja, o Iphan, o Ministério da Cultura, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha), as instituições que vão trabalhar com a regulação. Temos de aprimorar esse modelo de modo a produzirmos conhecimento. Não adianta criarmos uma estrutura na qual se cria o problema, resolve o problema, publicamos e ficamos satisfeitos. Não adianta criar uma legislação sem que possamos trabalhar, em colaboração, para levar à frente os mecanismos de regulação, criados nas

próprias agências. Tudo isso em função de quê? De ter maior controle de qualidade, maior perenidade nas atividades de restauração. E por quê?

Basta que vocês circulem por Ouro Preto e encontrarão muros por aí com inúmeras placas de inaugurações de obras. O período está cada vez menor. A cada oito anos, a cada seis, a cada cinco anos, uma obra é "re-re-inaugurada". E isso acontece por falta de controle de qualidade de materiais. E falamos, batalhamos, mas temos essa chance, nesse momento, de evidenciar a necessidade de mecanismos reguladores no âmbito das agências, para que as pesquisas possam acontecer em função, também, dessa regulação. Para que isso possa, então, ir direto ao mercado. Por outro lado, temos, na UFMG, os cursos de formação; temos o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet), que é o antigo Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), em Ouro Preto; tem o curso da Faculdade de Arquitetura de Ouro Preto (Faop), formando técnicos; tem a UFMG formando bacharéis em Conservação, mas não temos nenhuma regulação. Não adianta. Daqui a alguns anos poderemos chegar à conclusão de que nosso curso de bacharel em Conservação e Restauração deve ser fechado. Por quê? Qual é o nosso público? Qual é o nosso mercado?

Se não houver regulação prevendo uma estrutura de trabalho que possa contar com profissionais graduados, como o bacharel, como os técnicos, que possam, então, ser absorvidos pelo mercado, não avançaremos. Na restauração arquitetônica encontram-se, claramente, essas diferenças de menosprezo por x ou y, de organização da forma do trabalho. Esse modelo antigo das escolas, por exemplo, nas quais a Espanha dava o dinheiro, já não faz mais sentido. Você não chega a um hospital e fala: "todo mundo aqui era menino de rua, agora todo mundo é mundo médico". Isso já vem sendo questionado, já sofreu mudanças e tende a se aperfeiçoar.

O fato é que temos um caminho muito longo ainda, porque agora temos cursos de graduação, cursos de nível técnico e cursos auxiliares, mas nós precisamos que o Iphan trabalhe nessa regulamentação conosco, ou seja, com as universidades, com os centros de formação, para que possamos encontrar uma forma de levar isso adiante do ponto de vista da prática. Sem contar os cursos de especialização que, agora, efetivamente, têm seu lugar. O nosso curso de especialização na Faculdade de Belas-Artes do Cecor, por exemplo, tinha dois anos de duração e fazia o lugar da graduação. Agora, podemos ter cursos de 360 horas, como um curso somente sobre técnica de limpeza de pintura; outro curso somente de

trabalho com restauração de material de arte rupestre. Nesse contexto, eles terão sentido.

Quanto à pós-graduação, já temos curso de mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Arquitetura, no qual leciono, juntamente com outros colegas da graduação. Há, ainda, o mestrado em Artes Visuais, na Escola de Belas-Artes; tem o doutorado em Artes, no qual temos, também, linhas de pesquisa nessa área.

Estamos com vários professores novos por causa do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), do Governo Federal que, daqui a pouco, já estarão orientando em nossa pós-graduação. Temos, inclusive, a oportunidade de inserir no mercado de trabalho, no ponto de vista da pós- graduação, a área de Conservação em Negócios. Já existem grupos trabalhando com o objeto e seu entorno, com controle ambiental, ou seja, controle de umidade, temperatura, iluminação e poluentes. E tudo isso é negócio, gera recursos. As galerias, os arquivos, as bibliotecas privadas, as empresas que fazem os seus centros de memória precisam desse tipo de serviço. Aí, temos a questão da sustentabilidade, no âmbito do que estou falando, para a qual, igualmente, já existe mercado. Nós temos de formar os nossos profissionais para que sejam capazes de trabalhar, também, nessa área. O mercado vai precisar de profissionais que dominem áreas como intervenção restaurativa, restauração mesmo, ou técnicas de intervenção, adesivos, pigmentos, colas, novos materiais. Esses profissionais têm de ser formados para que possamos, então, atender a essas demandas.

A conservação em indústria é uma área na qual, também, temos condições de atuar, com a análise de materiais e técnicas construtivas. Isso quer dizer que já temos possibilidades de integração com a indústria. Diagnóstico por imagem, por exemplo, é uma área que já está tão desenvolvida que o restaurador não precisa mais ter um ateliê de restauração para fazer todo o serviço. Na Europa, isso já acontece. Na Holanda ou na Bélgica, o profissional só faz raio X de documentação, por raios infravermelhos, ultravioleta, como fazemos aqui, no Hermes Pardini, por exemplo, que é um laboratório de análises clínicas. De forma que já existe esse tipo de serviço no mercado.

Há avanços, inclusive, na área de arquitetura; essas grandes mineradoras mineiras, por exemplo, trabalham com firmas que fazem escaneamento a laser das cavas de mineração. À medida que o inventário de bens móveis e

de bens arquitetônicos possa caminhar nessa direção, vamos ter mercado para as pessoas que trabalham com essa tecnologia. Tem ainda a avaliação de performance de matérias, envelhecimento acelerado, propriedades químicas e mecânicas. A indústria automotiva usa esse tipo de conhecimento. A Fiat tem, em Minas Gerais, câmaras de envelhecimento, cuja umidade relativa vai de 10% a 100% e a temperaturas de menos quarenta graus centígrados, fazendo envelhecimento acelerado de materiais. E faz isso para poder manter o mercado mundial de veículos que ela alimenta. Faz envelhecimento dos plásticos e todo o controle de iluminação dos painéis, por exemplo; trabalho realizado por profissionais formado na área da ciência e tecnologia. A área de conservação tem um domínio muito maior de ótica do que os próprios institutos que trabalham com essa matéria em outras aplicações da indústria. Existe essa interface para a formação dos nossos cientistas também.

E, finalmente, a documentação, sobre a qual já citei alguns pontos além da digitalização. Uma questão que vem sendo discutida em todos os fóruns é a divisão das esferas federal, estadual e municipal. Estamos deixando de lado outra divisão que, a partir disso, já aborda a questão da transversalidade, da necessidade de integração que é o patrimônio mundial. Quem pode definir o que é patrimônio mundial? Do ponto de vista legal, é definido pela Convenção de 1972, segundo a qual, patrimônio mundial compreende os sítios e lugares de interesse. E somente isso. E onde é que estão os bens móveis e os bens integrados nisso? Eles não estão porque não foram definidos na Convenção de 72, estão fora. A Convenção não inclui bens móveis e integrados, documentos, bibliotecas e arquivos.

Na verdade, os bens móveis e integrados estão dispersos. Entrem no site da Unesco, façam uma busca. Verão que bens móveis são protegidos pela Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Bens Culturais, ou seja, estão na parte de proteção contra emergências, gerenciamento de risco. Isso quer dizer que bens móveis são protegidos no âmbito da legislação do trânsito de obras e não existe convenção da Unesco que trate da conservação desses bens. Já os documentos estão numa lista de patrimônio que se chama Tesouros do Mundo. Essa lista está fora da área de Cultura da Unesco porque fica na área de documentação. Ela abarca tanto os documentos, como o material de arquivos e bibliotecas.

Então, com essa definição, extremamente restrita do patrimônio mundial, os bens móveis são tão móveis que não encontram lugar, e os

documentos, previstos numa lista fora da área de Cultura. Ou seja, trata-se de um assunto muito sério que tem de ser discutido, algo que não será muito fácil, uma vez que envolve valores. O Brasil, como país-membro do Conselho de Patrimônio Mundial da Unesco, está começando essa discussão. Mas, temos a oportunidade de iniciar o diálogo em torno desse assunto neste Fórum, para apresentar ideias a serem discutidas na reunião do Conselho do Patrimônio Mundial que acontecerá em Brasília, em 2010.

Quero falar ainda sobre os agentes de degradação, do ponto de vista da conservação preventiva tradicional. E quais são eles? A temperatura e umidade incorretas, o fogo, a água, o vandalismo, os roubos, poluentes, desastres naturais, agentes biológicos, radiação e, finalmente, a dissociação que é importantíssima, como agente de degradação. Ela foi incluída, recentemente, no avanço da metodologia de conservação preventiva, o que gerou a migração para o gerenciamento de risco, na qual a questão do valor e da importância do usuário fica muito bem representada. A dissociação é a perda da informação ou da mensagem que o objeto encerra. Uma coleção de objetos arqueológicos perdida numa gaveta, sem identificação, não tem valor nenhum. E isso se configura como um agente de degradação. Depois disso, vem o salto para gerenciamento de risco. Veja, por exemplo, uma imagem de São Sebastião que temos aqui, está danificada e não é por flechas, mas por cupins. Trata-se de uma questão de gerenciamento de risco, não é?

E, com último exemplo, gostaria de apresentar um caso que está aqui do nosso lado, no Museu do Oratório, onde há uma pequena escultura, que está toda branquinha, por sais de chumbo. Trata-se de uma escultura de chumbo policromada que levaram para resolvermos. Arrancamos o cabelo para identificar e disseram: "é a madeira da vitrine". Em seguida: "Ah, então é a cola de silicone que foi usada para colar o vidro porque liberou ácido acético, que atacou o chumbo", mas, em seguida perceberam: "Não, foi usado o ácido acético neutro." Então, fiquei intrigado: qual era o problema? Identificamos que era o material de limpeza. Aqueles produtos multiusos que usavam para limpar o vidro. Limpavam por dentro e fechavam a vitrine, o que se transformava numa câmara de envelhecimento acelerado. Enfim conseguimos descobrir através da análise por espectrometria de raios X portátil, que identificou a presença somente de chumbo, quer dizer, não havia nenhum outro metal na imagem. Uma difração de raios X mostrou o espectro característico do branco de chumbo, que já é o produto resultante da carbonatação do acetato de chumbo.

O que isso quer dizer? Podemos discutir gestão, podemos discutir formação, podemos discutir quebra de barreiras entre federal, estadual e municipal, mas sem discutir a Ciência e Tecnologia, o que o Brasil não fez ainda, não daremos, efetivamente, nenhum passo. Sem pensar a Ciência e Tecnologia como elemento fundamental, como ferramenta de decisão, não chegaremos muito longe. Enquanto isso, outros países já estão desenvolvendo esse setor, inclusive, países da América Latina, em condições muito mais avançadas, apesar de todo esse plantel de Ciência e Tecnologia que temos instalado no país.

Vou finalizar apontando os tópicos que proponho para a discussão: formação profissional, revisão da Convenção de 1972, regulamentação das atividades de restauração, intercâmbio para formação de redes temáticas, educação em Ciência e Tecnologia, conservação preventiva e controle de qualidade de intervenções.

Atuação da Polícia Federal na repressão ao tráfico ilícito de bens culturais

*Tatiana Alves Torres**

*Delegada da Polícia Federal e chefe do Departamento de Repressão aos Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico

Resumo

O texto narra o processo de criação da Divisão de Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, em 2001, pela Polícia Federal (PF) que, dois anos depois, implantou as delegacias especializadas nas capitais do país. O problema é que o Departamento acumula a função de fiscalizar os crimes ambientais e os crimes que ameaçam o patrimônio cultural, demandas incompatíveis com seu quadro operacional. Apesar disso, a Polícia Federal tem tentado desenvolver uma política de segurança, numa ação conjunta com o Iphan, através de projetos voltados para levar informações aos órgãos e à sociedade civil. Entre as medidas a serem tomadas na defesa ao patrimônio, a PF recomenda a realização de um inventário, a criação de uma base de dados, ação rápida no caso de furtos e roubos, e sensibilização da sociedade para a necessidade de fiscalização dos bens públicos.

Palavras-chave

Polícia Federal, Repressão ao tráfico, Sensibilização da opinião pública.

Temos duas delegadas, hoje, em Belo Horizonte, duas escrivãs e três agentes, sendo que a maioria dos policiais é mulher porque temos mais sensibilidade para essa área cultural e de meio ambiente; já reparamos isso dentro da polícia. Falo neste Fórum a pedido do chefe da Divisão de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico da Polícia Federal em Brasília, dr. Álvaro Ricardo Palharini.

O que percebo é que temos muitas ideias e vontade de fazer as coisas, além de pensar em projetos que podem ser implementados, mas nunca vemos essas coisas sendo, efetivamente, implementadas e se desenvolvendo. O meu desejo é que, pelo menos em 2010, comecemos a agir, saiamos do

plano das ideias e de projetos para colocá-los em prática, nem que seja como projetos pilotos. Vamos começar, mesmo que seja errando ou tentando acertar, mas que seja para, um dia, chegarmos ao sistema uniforme e ideal para todos poderem trabalhar em conjunto, evitando maiores danos ao nosso patrimônio.

Falarei sobre a atuação da Polícia Federal na repressão ao tráfico ilícito de bens culturais. É recente, também, a criação desse setor na Polícia Federal; em 2001 foi criada a Divisão de Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, que fica em Brasília. Quando entrei na Polícia Federal, em 2002, já existia a divisão, mas não existiam ainda as delegacias especializadas em cada Estado, criadas, somente, em 2003. Os policiais federais que ficam nas delegacias do interior atuam, conforme costumamos falar, como "clínicos gerais", ou seja, trabalham com tudo. É muito mais difícil montar um corpo específico nessas cidades para atuar nessa área. Na verdade, ainda estamos em desenvolvimento, engatinhando, e acredito muito nas palavras do atual diretor-geral da Polícia Federal, que julga ser esse o momento ideal para combater os crimes ambientais e os crimes cibernéticos. Dessa forma, espero que, no setor de crime ambiental, se desenvolva a questão do patrimônio cultural.

A ideia para 2010 é criar uma Divisão de Meio Ambiente Natural já que, conforme temos falado, o entendimento que devemos ter de meio ambiente deve ser amplo, envolvendo aí ambiente natural, artificial e cultural. Criaríamos, assim, uma divisão só de meio ambiente natural e uma divisão de patrimônio cultural, que é o ideal. Hoje, há na Polícia Federal uma demanda tão grande do meio ambiente natural, que diz respeito a crimes ambientais, que quase não tocamos na área de patrimônio. Sem contar a grande quantidade de papelada e demanda do Ministério Público Federal, do Ibama e dos demais órgãos. O fato é que não sobra tempo para vermos o que está acontecendo na sociedade, no país, no Estado, em relação à área específica do patrimônio cultural. Queira Deus que consigamos criar uma divisão com policiais federais trabalhando somente na delegacia de patrimônio cultural, garantindo o funcionamento das delegacias especializadas em cada Estado.

Mas o que observamos nos crimes contra bens culturais no Brasil? Onde acontecem? Para responder a essa pergunta, apresentamos três vertentes principais. Primeiro, percebemos a existência de muitos furtos, roubos de objetos de arte sacra do período barroco em igrejas e mosteiros; em segundo,

a subtração de gravuras e documentos, especialmente em bibliotecas, museus e acervos universitários; em terceiro, vem roubo e furto de obras-primas dos grandes mestres, como Picasso e Monet registrados recentemente.

Ao analisarmos esses dados nos questionamos sobre as causas e as fragilidades que envolvem a segurança desses bens que, geralmente, são subtraídos em véspera ou durante os feriados, quando os locais estão mais movimentados e a vigilância e a segurança ficam frágeis, facilitando a ação dos criminosos. Podemos citar alguns exemplos, no Museu da Chácara do Céu, no Rio de Janeiro, onde aconteceu um roubo durante o Carnaval; no Arquivo Geral da Cidade, depois do dia Primeiro de Maio; Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro, no Doze de Outubro; no Masp, época de Natal e Ano Novo.

E quais são as dificuldades? A Polícia Federal é acionada depois que o dano já aconteceu. Por isso é que temos discutido a importância das medidas preventivas, precisamos pensar em métodos de prevenção, porque depois de ocorrido o fato fica muito mais difícil encontrar a solução. Tem, inclusive, perito da Polícia Federal que brinca: "O pessoal acha que o perito da Polícia Federal vai descobrir onde aquela moscazinha pousou e onde que ela vai pousar". Às vezes, temos uma estrutura um pouco melhor, que as polícias estaduais, mas está longe de ser o ideal.

E assim acontece, depois da ocorrência, chama-se a Polícia Federal e observamos comentários do tipo: "Ah, se um sistema de segurança mais eficiente tivesse sido implementado, se dirigentes e funcionários daquele museu tivessem sido orientados, ou se as câmaras tivessem em local mais adequado, as obras não teriam sido levadas". Enfim, são coisas simples que revelam a debilidade da segurança. Outro fato recorrente é a demora na percepção da subtração do bem e, depois, a demora na comunicação da subtração.

Às vezes, some a imagem de Nossa Senhora em uma igreja, ou então, algum objeto só percebido pela zeladora ou pelo padre, que não sabem quando a peça foi levada; só nesse momento o comunicado é feito à Polícia Militar, que nem sempre tem certeza se a comunicação deve ser feita ao Iphan ou à Polícia Federal. Em geral, quando o caso chega à PF já aconteceu há seis ou oito meses e sem qualquer testemunha arrolada no Boletim de Ocorrência. É desesperador receber expedientes com essa característica.

Então, é mais fácil prevenir do que perguntar depois. Sabe-se lá onde aquela peça desaparecida pode estar meses depois. Pode estar, inclusive, fora do Brasil. E o que podemos fazer? Nesses momentos, surgem iniciativas como o Projeto Via Rápida que, acredito, foi pensado pela Delegacia de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico (Delemap), em Brasília, que consiste numa comunicação maior entre a Polícia Federal e o Iphan. Ou ainda, o projeto Modernização Institucional, de especialização e aprimoramento dos recursos humanos da PF; e o projeto Museu Seguro, realizado no Rio de Janeiro, para promover campanhas institucionais e educativas com o objetivo de divulgar o Iphan e suas atribuições. Essas campanhas também procuraram apresentar as ações da Polícia Federal e das polícias estaduais no contexto patrimonial nos aeroportos, rodoviárias, leiloeiros, antiquários e embaixadas.

A Polícia Federal começa, nesta semana, a visitar sete museus do Rio de Janeiro para elaborar planos de segurança. Essa estratégia faz parte de um plano que foi apresentado ao Iphan pela Delegacia de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico em conjunto com a Delegacia de Segurança Privada, que atua em segurança de bancos. Nesse plano está o que seria ideal para os museus, visando evitar possíveis roubos e danos aos bens culturais. A ideia é estendê-lo para alguns museus de São Paulo.

A ação da Polícia Federal é maior em aeroportos onde pretende atuar ainda mais. Às vezes, quando um bem é levado, e estou referindo-me a um objeto ou uma imagem, a pessoa pega o carro e transita de São Paulo para Minas Gerais, pelas rodovias e a Polícia Federal não está ali, não está em todos os lugares. Houve, inclusive, um caso em Minas Gerais, que a polícia desconfiou de um veículo e o parou. Viu que no porta-malas havia muitas imagens. O policial achou que era esquisito e, sabendo da existência do Iphan, acionou o órgão. Isso é super importante. Por isso, a Polícia Federal vai atuar mais em aeroportos, com a presença de policiais federais da Delegacia de Migração, pois são eles que fazem as inspeções de passageiros nos aeroportos. Nós da Delegacia Especializada em Meio Ambiente e Patrimônio Histórico não temos essa atribuição. A inspeção de passageiros é regulamentada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Nos aeroportos brasileiros os aparelhos de raios X e os detectores de metais são operados pelos Agentes de Proteção da Aviação Civil, chamados de Apac, treinados pela Infraero e supervisionados pela Polícia Federal. Trata-se de uma pessoa terceirizada que, às vezes, não faz ideia do que está

passando ali. Para fazer um teste, chegamos ao aeroporto com o professor Luiz Souza, da Escola de Belas-Artes da UFMG, e alguns colegas da computação, juntamente com técnicos do Iphan. O professor Luiz Souza levava uma maleta com alguns objetos e uma imagem. Passamos pelo aparelho de raios X e perguntamos a mocinha que estava na inspeção, o que ela via. Ela afirmou: "Um broche!" Essa foi, portanto, a percepção. Agora, imagine uma pessoa que passa com uma mala cheia, é tranquilo demais. Dessa forma, precisamos envolver muitas pessoas e instituições para que esse trabalho seja feito com eficácia.

Certa vez um colega que trabalhou muitos anos Aeroporto Internacional Tom Jobim relatou-me um fato ocorrido em 2007. Havia cinco quilos de cocaína dentro de uma imagem e certamente ao interceptar o traficante o policial já tinha sido informado a esse respeito. Ele estava atento ao tráfico de droga e nem se preocupou se aquela imagem se tratava de um bem cultural tombado ou protegido.

Até inserirmos na polícia essa cultura, é complicado, mas acredito que aos poucos conseguiremos. Temos um cenário em Belo Horizonte, por exemplo, bem mais positivo. Ouvi, no entanto, colegas afirmando que começam a achar o método, a fórmula, muito complicada e que temos de pensar de forma prática. Uma pessoa vai passar pela fronteira com uma imagem e diz: "Comprei em uma feira da Afonso Pena, no domingo". E ele fica em dúvida se prende a pessoa e apreende a obra. Diante disso, um colega nos falou: "Quer saber, se eu descobrisse uma mala, ia falar: coloca isso na mala e vai embora". Ou seja, estamos aqui falando há três dias para nada. Eu não acredito, o colega acha mais fácil deixar para lá. Então, inserir essa cultura na própria polícia é difícil. E é importante pensar que somos obrigados, é nosso dever combater o crime contra o patrimônio e, isso, o colega não percebeu.

Outra situação que vou citar aconteceu no aeroporto da África do Sul, na Interpol. Quando falamos em Interpol, estamos nos referindo à outra polícia, outra coisa, outro país, outro mundo. Trata-se de uma organização internacional das polícias criminais. Todos os países, percebendo que os crimes acontecem no mundo inteiro e de um lado para o outro, se reuniram para tentar implementar métodos de combate aos crimes. Desse modo, é uma reunião das polícias de vários países e, aqui no Brasil, a Interpol é a Polícia Federal que foi eleita para representar essa organização no país.

O problema é que a Interpol elege, em cada país, o que eles chamam de Escritório Central Nacional (BCN) e quando um país quer fazer contato com o outro, liga para o BCN daquele país. Acho injusto, porque o Brasil é muito extenso, entendo que deveríamos ter dois ou três BCNs, um no Rio de Janeiro, onde tem muitos estrangeiros circulando, e outro no Norte. Dessa forma, acredito que, às vezes, a informação fica concentrada em Brasília, dificultando as ações. Cada Estado também tem a representação da Interpol, em Belo Horizonte, por exemplo, temos uma delegada e três agentes federais trabalhando para entrar em contato com a Interpol no Distrito Federal. O que faz a Interpol em relação aos bens culturais procurados? Recebe a informação de todos os países, faz a inclusão no banco de dados e retransmite a informação. São 188 países, é muita gente que pode tomar conhecimento do que está acontecendo com uma obra de arte desaparecida.

A Interpol usa a rede E24-7 que é um site de compartilhamento, que trabalha 24 horas por dia, setes dias na semana, de forma que, quando ocorre um roubo em qualquer país ele é imediatamente publicado na página da instituição e está sendo visto por 188 países. Sem contar uns cartazes de objetos de artes, mas acho meio inócuo porque a cada seis meses divulgam uma nova fotografia. Não é significativo em relação à quantidade de obras de artes incluídas no banco de dados da Interpol; hoje, são mais de 32 mil obras e objetos de artes na base.

Trata-se de um sistema de busca da Interpol que eu admiro por sua facilidade de acesso. Para quem é totalmente leigo no assunto e o policial que está na fronteira, todos têm acesso a essa rede E24-7. Caso o policial desconfie de algum objeto basta inserir suas características no Sistema Interpol, mesmo não sendo um conhecedor de assuntos culturais e de arte. Se a obra ou peça já estiver cadastrada no banco de dados da Interpol, o Sistema vai apontar. Será informado que essa obra de arte foi furtada no país tal, na data tal. Então, ele começa a descrever essa obra, o formato dela, seu material e vai descrevendo a dimensão. Às vezes, apenas duas características são suficientes para a procura e o banco de dados vai dar tudo que ele está descrevendo, nem precisa saber o nome da obra. Acho muito interessante.

Existem casos muito bem-sucedidos através da Interpol, como o que ocorreu em 2003, com a escultura *Pássaro ferido*, do artista francês Alfred Boucher, que estava no Copacabana Palace. Um casal de ingleses viu a escultura, no cantinho, e resolveram levá-la. Mas os funcionários do hotel

perceberam, pois havia câmara, avisaram a Interpol. Essa comunicação rápida foi muito importante. No dia seguinte, o casal que estava indo embora e foi preso chegando ao aeroporto. A escultura foi furtada no dia 26 e no dia 27 já tinha sido recuperada.

Ao mesmo tempo, temos alguns casos mais demorados, por exemplo, um furto ocorrido em abril de 1996, em Portugal. A obra foi identificada por um carabineiro italiano e foi recuperada pela polícia espanhola de Madri, em julho de 2006, dez anos depois. O banco de dados é importante, também, por isso, mantém sob procura por muito tempo, em todo o mundo, um acervo que está desaparecido. Têm uns casos interessantíssimos, de algumas obras serem recuperadas 30 anos depois, como pinturas da Romênia, furtadas em 1968 e recuperadas em 1998 pela aduana dos EUA, através do sistema da Interpol. Tem o caso de cinco pinturas furtadas de uma galeria de arte em Zurique, uma foi recuperada pela polícia alemã, em 1989, dois anos depois; outras três recuperadas pela polícia de Belgrado, em 2002. Outra recuperação feita pela Interpol foi a de duas aquarelas furtadas, em 1966, na Suíça, encontradas em 2001, ou seja, cinco anos depois, identificadas pela Polícia Federal alemã. Tudo isso está no site da Interpol, onde achei uma notícia mais recente de um furto em uma feira de antiguidades da Bélgica, em 21 de novembro de 2009, objeto não encontrado ainda, mas está lá no site.

E quais são as medidas importantes que temos de tomar em âmbito nacional? Um inventário das coleções públicas, utilizando nomes que permitam a distribuição em caso de roubo; desenvolvimento de uma base de dados nos moldes já existentes – temos uma base que precisa melhorar e o próprio Iphan tem um banco de dados; um rápido alerta às autoridades do fato ocorrido; sensibilização da opinião pública sobre a necessidade de proteção do patrimônio público; criação de unidades policiais especializadas; cursos de formação e treinamento, para policiais; e inventário das coleções.

E, para os proprietários de obras particulares: assegurar que os objetos sejam identificados; proteção física do local da coleção; em caso de roubo e furto, comunicar de imediato à polícia; apresentar fotografias do que foi roubado; divulgar pela Interpol; e fazer uma descrição detalhada do bem.

Para os comerciantes de artes: prudência na comercialização; zelar pela segurança da origem do bem sob pena de receptação; negar-se a adquirir qualquer objeto que não esteja acompanhado de documentação confiável sobre sua procedência.

Uso e possibilidades tecnológicas na documentação de bens culturais

*Marcos Gonçalves**

Resumo

Trata-se de uma proposta de criação de um sistema de segurança capaz de proteger o patrimônio cultural através da criação de um banco de dados. A ideia é apresentada a partir da experiência realizada pela Virginia Polytechnic Institute and State University que criou uma biblioteca digital arqueológica integrando diversos sites de universidades envolvidas no projeto de escavações no rio Jordão. Para o autor, existem dois aspectos centrais a serem pensados para que o Iphan consiga desenvolver uma política de segurança para o patrimônio cultural: o inventário, uma ferramenta para garantir a segurança; e os serviços no topo do inventário, uma maneira de ajudar a polícia. O texto evidencia, portanto, que a base para se ter segurança é o conhecimento prévio sobre o patrimônio que se tem.

Palavras-chave

Sistema de segurança, Tecnologia, Banco de dados unificado.

*Professor do Departamento de Ciências da Computação da UFMG

Sou professor da UFMG no Departamento de Ciências da Computação. Fiz uma palestra sobre a questão da disseminação da informação, mas tenho muita coisa a falar sobre segurança e por isso fiz algumas alterações na minha apresentação. Começarei por alguns pontos apontados por Ana Cristina Bandeira Lins sobre a importância do banco de dados sobre patrimônio e a dificuldade para sua criação no âmbito do Iphan, principalmente, quando se trata de dados multimídias. O exemplo que a procuradora deu é muito interessante porque o policial que apreende um bem como uma caneta precisa descrevê-la e tentar localizá-la no banco de dados. O mais interessante seria se essa caneta fosse um bem cultural que tivesse uma foto, assim, na hora que passasse o *scanner*, esse bem poderia ser

reconhecido. Para isso, existe uma tecnologia avançada que exige aprendizado de máquina e reconhecimento de padrões.

Existe outro problema, se você não é detentor desse acervo *a priori*, não tem a imagem e não consegue fazer muita coisa. Vou falar da dificuldade de se criar essa biblioteca digital com itens culturais e objetos digitais de importância cultural histórica. Pegarei outro problema já levantado aqui também: a existência de muitos esforços locais que não são integrados, de forma que a informação fica espalhada, sem ter um ponto de acesso, o que dificulta a disseminação da informação e tudo mais.

Vou inverter a ordem da minha apresentação e usar um exemplo que tenta resolver esse problema. Quando eu estava fazendo meu doutorado na Virginia Polytechnic Institute and State University, instituição especialista em bibliotecas digitais, fomos contratados por diversos grupos da área de arqueologia para criar uma biblioteca digital arqueológica, integrando o conteúdo de diversos sites. Eles faziam as escavações, tinham as informações que estavam espalhadas e não se comunicavam, não tinham um catálogo unificado. Vou mostrar, primeiramente, os exemplos e as potencialidades e discutir as dificuldades práticas de se fazer esse tipo de trabalho.

Tratava-se, portanto, de um conjunto de sites de projetos de arqueologia que faziam as escavações na área do rio Jordão. Fomos contratados por um grupo de universidades, cada uma delas responsável por uma região do rio Jordão, e a ideia era criar uma biblioteca digital unificada, capaz de integrar a informação desses diversos sites. Alguns deles tinham um tratamento de dados heterogêneo, um problema técnico que teria de ser tratado. Pegamos diversos tipos de dados – uma planilha no Excel com um banco de dados chamado Oracle, com texto –, transformamos de uma maneira que esses pudessem ser facilmente acessados pelas pessoas e disponibilizados, por exemplo, para a Polícia Federal. Para isso, existe uma tecnologia nessa área capaz de pegar os metadados dos objetos culturais e compartilhá-los com protocolo de arquivos abertos, o que permite o acesso a vários inventários e bibliotecas digitais. Desse modo, o objetivo era que cada um desses sítios implementasse esse protocolo garantindo o compartilhamento. A polícia poderia, por exemplo, a cada semana, recolher dados do inventário e centralizar no banco de dados os eventos que ocorressem diariamente. Nesse sentido, o protocolo permite fazer a coleta incremental desses eventos.

Considerações do ponto de vista técnico: queríamos criar um sistema de forma que fosse utilizado em outros projetos ou em outras bibliotecas.

Nós, da Virginia Tech, ficamos responsáveis pela parte tecnológica e as outras universidades, pela coleta das informações. Os sítios arqueológicos eram: *Lahav* – uma escavação onde foi encontrado um templo histórico com muitas estatuetas, que precisavam ser armazenadas; e *Megiddo* – uma colina em Israel perto do moderno povoamento de Megiddo onde se situava uma importante cidade-estado de mesmo nome. De acordo com algumas interpretações da bíblia cristã, nesse lugar ocorrerá o Armagedom ou a batalha final entre as forças da luz e as forças das trevas.

O objetivo, portanto, era integrar todas as informações em um repositório e criar a biblioteca digital. Consideramos essa biblioteca um repositório de conteúdo multimídia, com fotos, desenhos e um catálogo prévio, pois sem esse catálogo não há como disponibilizar as imagens do material extraído. Existem ainda alguns serviços que podemos oferecer como busca e navegação e lista pessoal de interesses, de forma que um delegado possa, por exemplo, buscar informações sobre algum item e sobre seu responsável. Há também o serviço de itens recomendados, o que é interessante porque utiliza a similaridade de imagens. Por exemplo, você tem dois dorsos de estatuetas de cavalos e os marca como do seu interesse; o sistema, através de um "casamento" padrão do dorso do cavalo, recomenda outro item de interesse. Isso pode ser feito na hora do escaneamento do objeto. Passamos a imagem, registramos o seu formato e, se coincidir, o sistema pode enviar automaticamente para o delegado. Na UFMG temos tecnologia tanto para a construção da biblioteca digital e do repositório, quanto para serviços de imagens.

A empresa Google da América Latina desenvolveu um serviço de busca de banco de dados que surgiu a partir de uma empresa fundada por um grupo de professores da UFMG do qual faço parte. Através desse banco é possível navegar por um objeto com diversos critérios, pois existem as coleções. Pode-se procurar por sítios arqueológicos, por períodos, por tipo de artefato e por diversos outros temas. É possível cruzar essas dimensões para encontrar o que é do seu interesse. Existe também um *browser* visual que possibilita navegar a partir de um mapa do sítio arqueológico feito durante a escavação. Basta clicar nos pontos e verificar tudo o que foi descoberto no sítio por meio de um mapa fotográfico que mostra a profundidade da escavação. Isso é muito importante para determinar a idade arqueológica daquele objeto. Há ainda o serviço dos metadados que reúne dados sobre o objeto, qual foi o nível de profundidade da escavação e o responsável pelo projeto maior.

Se tivéssemos aqui, neste Fórum, um repositório de caráter multimídia, não haveria necessidade de um dvd; faríamos uma pesquisa *on-line* e a informação estaria disseminada para todos os interessados. A Interpol poderia fazer uma coleta de todos os dados, inclusive com a informação multimídia. A questão é ter a maior quantidade possível de informação sobre determinado acervo, pois quando uma peça é subtraída é importante que o fato seja disseminado o mais rápido possível para os agentes e esse protocolo é uma maneira de disseminar esse conteúdo rapidamente.

O inventário é uma ferramenta importante para garantir a segurança dos bens patrimoniais, pois as informações nele contidas podem ajudar a polícia na localização do bem desaparecido. A conferência da imagem do bem roubado com a imagem no *scanner* é um serviço a mais que o sistema oferece porque faz parte de uma base central. Sem um banco de dados não é possível fazer essa conferência. Assim, a base para a segurança é o conhecimento prévio do que se tem. A ideia é ter um repositório, 24 horas por dia, sete dias na semana, que pode ser o objeto digital, mas o ideal é que se tenha a cópia digital, não só para segurança, mas para garantir o acesso a alguma versão daquele objeto.

Existem tecnologias para garantir a preservação digital, mas para isso é necessário fazer a replicação da informação; é necessário mudar toda a tecnologia, fazer ligação dos bancos de dados, junto com a imagem do objeto armazena-se uma descrição do *software.* Por exemplo, a imagem de um objeto pode não ser de qualidade, mas através do processamento de imagem é possível melhorá-la. Pode-se contar ainda com os serviços de busca e navegação. Com esse tipo de informação multimídia, no qual é possível utilizar imagens ou vídeos, é possível detectar atividades maliciosas em relação à segurança e ao acesso. Segurança de atividades maliciosas significa a possibilidade de, através de padrões de redes sociais, por exemplo, a polícia conseguir detectar quadrilhas, ou vídeos no You Tube, por exemplo. Através da monitoração da atividade de vídeos e de suas correlações é possível detectar as atividades maliciosas de determinados sistemas, pode ser feita alguma coisa similar aqui também. Existem ainda os aspectos da preservação e da sustentabilidade de padrões, aos quais me referi antes, como controle de acesso. Através desse controle a informação está protegida e só quem tem direito àquela informação pode acessá-la. E é válido atentar para o fato de que o reconhecimento de atividades maliciosas requer tecnologia de ponta em computação.

Bens Móveis e Integrados

Subtemas

Desafios da gestão de acervos

Identificação, fomento e segurança

Coordenadora: **Wivian Diniz** (Iphan)

Relatora: **Soraya Coppola** (EBA/UFMG)

Comunicações

Bens móveis e integrados, **Wivian Diniz** (Iphan)

Atuação privada na conservação/restauração de bens móveis: demandas e perspectivas, **Humberto Farias de Carvalho** (Centro de Conservação de Bens Culturais e PUC/SP)

Gestão e conservação de acervos documentais, **Mauro Domingues** (Arquivo Nacional)

A conservação preventiva e a sustentabilidade da preservação de bens móveis e integrados, **Luiz Antônio Cruz de Souza** (EBA/UFMG)

Atuação da Polícia Federal na repressão ao tráfico ilícito de bens culturais, **Tatiana Alves Torres** (Divisão de Repressão aos Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico/Polícia Federal)

Uso e possibilidades tecnológicas na documentação de bens culturais, **Marcos Gonçalves** (UFMG)

Legislação e acesso aos bens culturais, **Ana Cristina Bandeira Lins** (MPF/SP)*

*Devido a problemas de transcrição da gravação esta palestra não pôde ser publicada.

Relato

Desafios para a formulação da política nacional

• Necessidade de estruturação dos procedimentos (protocolos e metodologia de intervenção) para realização de ações de conservação-restauração de bens móveis e integrados;

• Deficiências na normatização e fiscalização permanente das ações em execução;

• Falta de compartilhamento do conhecimento;

• Inadequação das instalações prediais e falta de postura realista em relação ao consumo de energia e mudanças climáticas;

• Falta de integração com outros países para o desenvolvimento de recursos técnicos;

• Falta de adoção e de visão crítica dos instrumentos internacionais em voga;

• Falta de integração com outras categorias de patrimônio (imóvel, imaterial, arqueológico, natural, arquivos e bibliotecas);

• Falta de qualificação de técnicos e fiscalizadores para o acompanhamento da execução de projetos;

• Falta de hierarquização de valores dos acervos;

• Existência de um grande volume de acervos com tipologia diversa;

• Prevalência de decisões políticas em detrimento de fundamentação técnica sobre a forma de recolhimento, gestão e destinação dos acervos;

• Falta de conhecimento sobre os processos intrínsecos e extrínsecos de deterioração dos acervos;

• Falta de integração das estratégias adotadas para os acervos móveis e integrados com as estratégias adotadas para as questões urbanas e arquitetônicas;

• Falta de política de aquisição de acervos;

• Falta de instrumentos internacionais (não existe convenção da Unesco para proteção de bens móveis e integrados);

• Necessidade da participação de associações de classe e falta de reconhecimento das habilitações profissionais no âmbito da conservação-restauração de bens móveis;

• Necessidade do reconhecimento, por parte do governo, de sua atribuição para o desenvolvimento de inventários e de projetos de manutenção para alimentar os dados e atualizar os inventários já realizados (políticas públicas);

• Necessidade de disponibilização de recursos financeiros para investimento em sistemas de segurança para os acervos inventariados, visando à manutenção de sua coesão e integridade física;

• Necessidade da criação de uma política de Estado para a proteção dos bens móveis e integrados;

• Necessidade de sensibilização da opinião pública para a vulnerabilidade dos acervos de bens móveis e integrados diante dos riscos de roubo, furto e vandalismo;

• Falta da abordagem da educação, tanto nas comunidades quanto nos órgãos parceiros;

• Falta de permanência da integração do Iphan com órgãos parceiros como Polícia Federal, MRE, Receita Federal e universidades para a promoção de ações e procedimentos concomitantes e não concorrentes;

• Falta de especialização de setores de repressão para o devido reconhecimento dos bens culturais quando dos procedimentos de fiscalização;

• Falta de revisão da legislação geral e criação de instrumento legal que reconheça horizontalmente os bens móveis e integrados e regulamente os procedimentos referentes à tutela, conservação, etc.;

• Ausência da cobrança e definição de responsabilidades dos proprietários (ex.: igrejas);

• Falta de integração entre as bases de dados nacionais, atualmente diluídas, fragmentadas e desatualizadas.

• Falta de definição de competências técnicas e atribuições profissionais claras quanto à atuação profissional na conservação-restauração de bens móveis e integrados;

• Necessidade de formação acadêmica (graduação) e do reconhecimento da profissão de conservador-restaurador de bens móveis e integrados, com a consequente criação de conselhos de classe;

• Necessidade de viabilização de redes de apoio institucionais que promovam a articulação e a efetivação de projetos voltados para propostas de fomento;

• Necessidade de inclusão de critérios técnicos em processos licitatórios para evitar prejuízos à qualidade por menor preço;

• Necessidade da instauração de RT (Responsabilidade Técnica) legal em projetos de conservação-restauração de bens móveis e integrados;

• Falta de formação e capacitação de técnicos e gestores de bens móveis e integrados;

• Necessidade do estabelecimento de protocolos de fiscalização de obras de conservação-restauração de bens móveis e integrados;

• Ausência de institutos de formalização dos acervos (ato de criação, regulamentação);

• Falta de suporte técnico e científico para elaboração, execução e fiscalização de projetos de conservação-restauração de bens móveis e integrados;

• Falta de inserção da área dos bens móveis e integrados na discussão sobre os marcos legais;

• Dissociação dos acervos como fator de degradação (perda de informação e mensagem que o objeto encerra);

• Necessidade de campanhas permanentes de instrução e capacitação: cursos, treinamentos, simpósios envolvendo Infraero, Anac, MPF, MPs, RF e Iphan; agentes que atuam em aeroportos, portos, rodoviárias, leiloeiros, antiquários e embaixadas;

• Necessidade de efetivação de ações, saindo do plano das ideias;

• Necessidade de desenvolvimento de sistemas de inventários com normas que permitam distribuição de informações através de sistema nacional acessível, seguro e tecnologia de ponta, de compartilhamento de dados digitalmente, em caso de roubo e para a gestão integrada de acervos;

• Falta de visibilidade para a execução de medidas preventivas, o que diminui a capacidade de captação de recursos para sua implementação;

• Necessidade da atribuição de penalização e dolo ao dano e roubo do bem cultural;

• Necessidade da implantação do Comitê Nacional de Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais (inserção de outros bens que não os tombados em banco de bens procurados);

• Necessidade do cumprimento de exigência de documentação confiável sobre a procedência dos objetos a serem adquiridos (cadastro de negociantes);

• Ampliação da significância dos bens móveis e integrados inventariados (outras modalidades de bens culturais);

• Falta de reconhecimento das habilitações profissionais envolvidas com a proteção dos bens móveis e integrados, que impede a valorização e adequação de salários e condições de trabalho;

• Falta de amplo reconhecimento da existência e importância dos acervos de bens móveis e integrados, que implica a negligência e a desvalorização dos bens móveis e integrados em relação a outros bens materiais e imateriais.

Potencialidades para a formulação da política nacional

• Evolução do reconhecimento, pelos órgãos de patrimônio e pela sociedade, dos bens móveis e integrados como elementos fundamentais do patrimônio cultural brasileiro;

• Existência de pesquisa aplicada e grupos de pesquisa brasileiros envolvidos primariamente com a problemática do patrimônio, desde o nível conceitual até o âmbito das engenharias e da ciência e tecnologia para a conservação-restauração de bens culturais;

• Disseminação já consagrada, no Brasil (principalmente nos grandes centros no Sul e Sudeste), de estratégias de conservação preventiva de acervos;

• Inserção econômica da conservação-restauração de bens culturais móveis e integrados como atividade geradora de emprego e renda;

• Plantel de técnicos e cientistas brasileiros com projeção e reconhecimento internacional, que poderiam estar formalmente envolvidos com a formulação da política nacional e sua execução;

• Plantel de ciência e tecnologia já estabelecido no Brasil;

• Órgãos de fiscalização e repressão já estruturados no Brasil (MP, DPF, RF, etc.), que poderiam efetivamente ser integrados em ações e projetos conjuntos;

• Existência no Brasil de um plantel de conhecimento e de infraestrutura de pesquisa em documentação e caracterização científica de bens culturais, que poderia suprir as necessidades de desenvolvimento científico e tecnológico para o aprimoramento de ações de combate ao tráfico e restituição de bens culturais aos seus locais de guarda;

• Declaração de interesse público do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) como recurso de acautelamento;

• Existência de mecanismos de interlocução e de promoção de ações conjuntas internacionais (Mercosul, Latam, Iccrom, Interpol, etc.) para o combate ao tráfico ilícito de bens culturais.

Potencialidades para a estruturação do SNPC

• Existência no Brasil de grupos com experiências bem-sucedidas na preservação de bens móveis e integrados;

• Existência de instituições universitárias e de pesquisa que poderiam compor redes de laboratórios para certificação e controle de qualidade de materiais e intervenções em conservação-restauração de bens culturais;

• Reconhecimento da cultura como setor econômico ativo gerador de emprego e renda;

• Existência de iniciativas de marketing vinculado a ações de preservação, reconhecendo o potencial e a importância dos acervos móveis e integrados;

• Iniciativas de viabilização da autonomia dos responsáveis pela conservação-restauração dos bens móveis e integrados na tomada de decisão quanto aos procedimentos de preservação;

• Exequibilidade da apropriação de informações já identificadas e levantadas pelas instituições de proteção (inventários, diagnósticos, relatórios) para direcionamento e continuidade das ações futuras (pesquisa, conservação, gestão e promoção, restauração, inventários);

• Possibilidade de ampliação do atual sistema de multas, para penalizar negociantes não cadastrados;

• Exequibilidade de concepção e execução de um sistema de buscas único automatizado, que possa interligar os vários bancos de dados e inventários existentes em instituições;

• *Know-how* estabelecido das universidades em relação a sistemas avançados de banco de dados e documentação de objetos culturais.

Parcerias estratégicas para a formulação da política nacional

• Parceria com o MEC (Sesu e Capes): qualificação e formação profissional para a conservação de bens móveis e integrados; integração com instituições de formação na América Latina; produção de materiais e campanhas de educação patrimonial; produção de material didático para os cursos em funcionamento;

• Parceria com o MCT (CNPq/Finep/Ibict): formulação de editais para projetos de pesquisas e redes de laboratórios para produção de conhecimento, compartilhamento de tecnologia e estabelecimento de protocolos de intervenção e de controle de qualidade; promoção de eventos nacionais e internacionais para a disseminação de informações técnico-científicas para os profissionais da área de bens móveis e integrados;

• Parcerias com instituições detentoras de acervos para formulação conjunta da Política Nacional;

• Parceria com o Programa Latam, do Iccrom, para proposição de ações conjuntas, na América Latina, em educação, desenvolvimento

de indicadores em conservação do patrimônio, combate ao tráfico ilícito de bens culturais e promoção de cursos internacionais na área de bens móveis e integrados;

• Atuação integrada com a Rede I-24/7 da Interpol;

• Desenvolvimento de planos de segurança em conjunto com a igreja, a Polícia Federal e museus;

• Parcerias com instituições de repressão e fiscalização para formulação de estratégias conjuntas de ação.

Parcerias estratégicas para a estruturação do SNPC

• Parcerias com o MEC (Sesu e Capes) para criação e fortalecimento da formação e qualificação profissional em preservação de bens móveis e integrados – instituições de ensino básico, profissional, de graduação e pós-graduação; produção de material audiovisual e interativo para a educação patrimonial;

• Parcerias com instituições de pesquisa e prestadoras de serviços técnico-científicos para promoção de assistência técnica e serviços especializados para o mercado;

• Parcerias com instituições reguladoras e associações profissionais para esclarecimento sobre qualificação e competência dos profissionais que atuam na área dos bens móveis e integrados;

• Colaboração com o Conarq para regularização de acervos documentais;

• Parcerias com agências de fomento à produção cultural para indução de editais específicos para a proteção de acervos de bens móveis e integrados;

• Termos de cooperação com órgão de repressão e de fiscalização (Polícia Federal, Receita, Polícia Rodoviária, Anac, Infraero);

• Cooperação com Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), universidades, Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e instituições privadas para compartilhamento de conhecimento e estratégias (envolver responsabilidades e compartilhar atribuições);

• Parcerias com instituições de pesquisa e universidades para desenvolvimento de sistemas avançados de informação, detecção e repressão ao tráfico ilícito de bens culturais.

Objetivos para os próximos dois anos (2010–2011)

• Promoção de cursos de aperfeiçoamento (formação continuada de pessoal técnico de instituições detentoras de acervos) na área de preservação de bens móveis e integrados;

• Campanha de promoção da vulnerabilidade dos bens móveis e integrados e da necessidade de sua preservação e o combate ao tráfico ilícito;

• Promoção de encontro internacional para discutir gestão de acervos e formação profissional em conservação-restauração de bens culturais;

• Execução de projeto-piloto de conservação-restauração de bens móveis e integrados, com equipes qualificadas, colaboração internacional e uso de tecnologias de ponta para o planejamento e execução do projeto;

• Execução de projeto-piloto de documentação e inventário de bens culturais móveis e integrados com tecnologia de ponta em sistemas de documentação, armazenagem e acesso à informação;

• Criar ação integrada de educação patrimonial;

• Discussão e apresentação de propostas que complementem a legislação vigente quanto à proteção dos bens tombados, não tombados, bens arqueológicos e paleontológicos, subaquáticos, bibliográficos, documentos, obras de arte e objetos artísticos;

• Implantar medidas de controle da liberação de obras para exposição no exterior, vetando o deferimento aos países não signatários das convenções internacionais e exigir tomada de semelhante medida pelos países que adotam as convenções;

• Levantamento de discussões quanto ao âmbito legal, nos temas a seguir: inadequação da legislação vigente, dificuldade de execução de sentenças no âmbito penal e civil, e definições das "penalidades, tipificação, prescrição e identificação do dolo", não compatíveis com a realidade dos problemas e sistema de funcionamento da área.

Ações estratégicas que devem ser implementadas nos próximos cinco anos (2010–2014)

• Mapeamento das necessidades de formação de pessoal na área de bens móveis e integrados em função da diversidade de acervos e materiais;

• Concepção e implementação de políticas públicas nas quais os bens móveis e integrados se apresentem como um dos eixos para o desenvolvimento humano sustentável;

• Promoção da ciência e tecnologia como elementos fundamentais para o conhecimento e a preservação de bens móveis e integrados;

• Realizar tratados bilaterais para inibir o tráfico ilícito;

• Criar sistema único de buscas para que os diferentes inventários já existentes possam ser cruzados e acessados;

• Reconhecimento das experiências realizadas pelo Iphan que resultaram em diversas ações exemplares.

Ações estratégicas que devem ser implementadas em 2010

• Articulação de audiência pública no Congresso Nacional para discutir a problemática dos bens móveis e integrados no Brasil;

• Aproximação com as ações do Programa Latam, coordenado pelo Iccrom, promovendo uma integração regional e um trabalho em conjunto com os países da América Latina;

• Discutir e apresentar propostas que possam complementar a legislação vigente no que se refere à proteção de bens móveis e integrados;

• Efetivação de termos de cooperação com instituições públicas e governamentais, para a execução de projetos em colaboração;

• Viabilizar a formação de um grupo de trabalho para discutir as competências e a legislação para atuação na área de bens móveis e integrados, chancelado pelo Iphan;

• Reconhecer a importância dos bens móveis nas tipologias de patrimônio cultural;

• Desenvolver uma política pública clara para a elaboração de inventários;

• Criar um comitê contra o tráfico com a participação de diversos órgãos e instituições nacionais, estaduais e municipais.



Educação Patrimonial: perspectivas de interação e ação nas comunidades

*Sônia Rampim Florêncio**

* Coordenadora de Educação Patrimonial/ DAF/Iphan

Resumo

O texto evidencia o papel da educação patrimonial como um processo permanente para a obtenção de uma política pública democrática, cuja premissa básica é a participação da sociedade. Apresenta, ainda, metas e desafios para a construção coletiva das políticas de identificação, proteção, apropriação e valorização do patrimônio cultural. Somente assim o patrimônio se reposicionará como um elo propulsor do desenvolvimento e da cidadania.

Palavras-chave

Educação patrimonial, Sociedade, Participação.

A partir do princípio que a efetividade de uma política pública em um Estado democrático relaciona-se, diretamente, à capacidade de a sociedade participar, decidir e avaliar as ações e serviços prestados constitui-se estratégia essencial e prioritária, nesse campo de atuação, fomentar e reconhecer a educação patrimonial como um processo permanente para obtenção dessa abordagem dialógica e da construção coletiva das políticas de identificação, proteção, apropriação e valorização do patrimônio cultural.

No atual contexto de articulação, inter e intrainstitucional, para reposicionar o patrimônio como um elo impulsionador do desenvolvimento e da cidadania, gestores, especialistas, educadores, representantes de movimentos sociais e outros cidadãos protagonistas buscam compartilhar experiências, pactuar diretrizes e atuar em redes sociais.

A perspectiva é de somar esforços para que a educação patrimonial conquiste maior inserção na formação escolar, no cotidiano das

comunidades, nas instâncias de decisão – colegiados, conselhos e comitês – e, consequentemente, na postura e espaços das respectivas instituições gestoras.

O presente relato é resultado desse movimento e expressa o conjunto de prioridades, estratégias e recomendações debatidas e destacadas nas mesas temáticas e na plenária do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Registra-se que o debate integra importantes antecedentes ocorridos nos últimos 20 anos, como encontros técnicos, oficinas, pesquisas, publicações e iniciativas de instituições públicas, privadas e da sociedade civil.

Merece destaque, nesse campo, o Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, ocorrido entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro de 2009, em Nova Olinda (CE), promovido pelo Iphan, que articulou essa rede de ações educativas e pactuou a Carta de Nova Olinda. O documento elaborado e legitimado pelo Fórum Nacional expressa a filosofia desse trabalho incorporada em sua essência na presente relatoria.

Potencialidades

Uma primeira potencialidade identificada diz respeito aos antecedentes da reflexão institucional acerca da educação patrimonial.

1. O Projeto Interação entre Educação Básica e os Diferentes contextos Culturais Existentes no País foi uma experiência desenvolvida entre os anos de 1982 e 1985 pela Fundação Nacional Pró-Memória em parceria com a Funarte, o Instituto Nacional de Artes Cênicas, o Instituto Nacional do Livro, e pelas secretarias de ensino do 1º e 2º graus do MEC. O projeto de abrangência nacional buscava apoiar experiências educativas nascidas da iniciativa da sociedade, reativando o estreitamento das relações dos órgãos públicos com as entidades civis.

2. O reconhecimento da educação patrimonial como um processo sistemático e permanente de trabalho com educação, centrado no patrimônio cultural, também se apresenta como potencialidade e foi publicizado por meio da edição e reedição do *Guia de Educação Patrimonial*, que ainda é reconhecido como referência para a prática de educação patrimonial nas escolas.

3. As iniciativas do Iphan para externalizar esse debate com a sociedade por meio de encontros, debates e reflexões foram:

• A Reunião Técnica realizada em Pirenópolis, Goiás, em 2004, reunindo todas as Superintendências do Iphan, considerada o marco institucional, no sentido de tentar organizar e estabelecer uma ação coordenada no campo de ações de educação patrimonial;

• O 1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial (I Enep), realizado em São Cristóvão (SE), em 2005, quando se buscou discutir e propor parâmetros nacionais para ações de educação patrimonial desenvolvidas nas escolas, nos museus e na sociedade;

• A realização de diversos cursos sobre educação e patrimônio cultural, organizados por diferentes universidades do país;

• A Oficina para Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio, realizada em 2008, em Pirenópolis, que resultou na elaboração de diretrizes para atuação nas Casas do Patrimônio e demais ações educativas no Iphan;

• O I Seminário de Avaliação e Planejamento das casas do Patrimônio em Nova Olinda (CE), no período de 27/11 a 1º/12/09, quando foi elaborada a Carta de Nova Olinda com as recomendações para a continuidade das ações educativas nas Casas do Patrimônio.

4. O projeto Casas do Patrimônio surgiu, a partir de todos esses encontros, como principal iniciativa no âmbito do Iphan para a política de Educação Patrimonial. A proposta se fundamenta na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento entre o Iphan, outras instituições federais e a sociedade e os poderes públicos estaduais, locais; informar e dialogar sobre as atividades e rotinas administrativas da instituição; investir em ações de qualificação e capacitação de agentes públicos e privados; promoção e usufruto do patrimônio cultural, como um dos pilares do desenvolvimento sustentável, capaz de ampliar a percepção da sociedade sobre as riquezas e potencialidades de sua identidade cultural.

5. O mapeamento e o intercâmbio entre diferentes práticas e abordagens das ações educativas nas instituições. Essas ações educativas se estruturam a partir de diferentes perspectivas e abordagens e em cujas ações de preservação convivem noções de patrimônio, que, ao mesmo tempo, se confrontam e se complementam, pois estão associadas a um patrimônio considerado nacional e um patrimônio caracterizado como simbólico e identitário; um patrimônio herdado e um patrimônio reivindicado; um

patrimônio material e um patrimônio imaterial; um patrimônio ligado ao Estado e um patrimônio social, étnico ou comunitário.

A partir de todas essas potencialidades e conquistas é importante, também, a identificação dos principais desafios que se colocam nesse processo.

Desafios

1. Necessidade de construção coletiva de um novo protagonismo, entre instituições governamentais e não governamentais, no que se refere à prática da Educação Patrimonial.

2. Privilegiar a formulação de diretrizes básicas de ações educativas, que permitirão ao Iphan mediá-las com a sociedade, resultando na construção de uma noção compartilhada de Patrimônio Cultural que facilite abordá-lo em sua diversidade.

3. Políticas nacionais de educação e formação que articulem os processos institucionais.

4. Articulação entre as diferentes ações educativas implementadas pelos departamentos do Iphan (Depam, DPI, DAF), como, oficina-escola, cursos de capacitação de guias turísticos e taxistas, ações educativas e de fomento às culturas populares do Centro Nacional de Folclore, entre outras.

5. A efetivação de uma gestão compartilhada das Casas do Patrimônio, em consonância com o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, por meio de um envolvimento das instituições educacionais formais e informais nos processos de educação patrimonial.

6. Estímulo aos Estados e municípios para que criem instrumentos legais que garantam maior institucionalidade e participação social continuada nas Casas do Patrimônio.

7. Definição de instrumentos jurídicos e normativos para as Casas do Patrimônio e a criação de Conselhos Gestores e ou Consultivos formados por parceiros, comprometidos com a gestão e manutenção da casa.

8. Construção de um entendimento comum do conceito ampliado de patrimônio cultural no Sistema Nacional de Patrimônio. Para a difusão do entendimento desse conceito é essencial o foco em alguns conceitos, como o da noção ampliada de patrimônio, de museologia social e crítica, de educação dialógica, de arte e cultura, entre outros.

Propostas

1. Instituição de políticas de Patrimônio Cultural, que estabeleçam como princípio que as ações educativas sejam prioritárias e estejam incluídas em todo o processo de elaboração e execução das ações institucionais de gestão do patrimônio, do Iphan e das instituições estaduais e municipais de patrimônio cultural e, também, das demais instituições parceiras no Sistema Nacional de Patrimônio Cultural.

2. Instituir a Educação Patrimonial como tema transversal e interdisciplinar nos currículos escolares; a articulação e aglutinação de ações educativas com a comunidade.

3. Criação de um edital anual de fomento das ações educativas, acompanhadas de pesquisa e divulgação, nas Casas do Patrimônio.

4. Garantia da manutenção do conceito gerador para o fortalecimento da identidade do projeto Casa do Patrimônio.

5. Realização de um seminário nacional, de periodicidade anual, para avaliação das ações educativas da instituição e das Casas do Patrimônio.

As ações emergenciais no âmbito do Iphan devem priorizar a criação de um Programa Nacional de Educação Patrimonial que inclua:

6. Mapeamento dos investimentos e políticas de fomento, consonantes com as noções ampliadas de patrimônio, museologia social, educação dialógica, conceitos ampliados da arte e cultura no Sistema Nacional de Patrimônio.

7. Articulação da rede das Casas do Patrimônio com as redes já estabelecidas, tanto pelo Ministério da Cultura quanto pelos demais parceiros a serem mapeados.

8. Articulação com instituições de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e convênios.

9. Adoção de modelos de gestão do patrimônio cultural que tenham como perspectiva uma proposta de colaboração de saberes.

10. Criação de banco de ações referenciais em educação patrimonial.

11. Qualificação do corpo técnico e administrativo do Iphan para atuação nas Casas do Patrimônio.

Para se levar a efeito as ações educativas e de promoção do patrimônio cultural, e para o sucesso das Casas do Patrimônio, otimizando o uso dos recursos físicos e financeiros, é imprescindível que se aglutinem, em torno de uma proposta de interesse comum, diferentes instituições nas três esferas de poder e organizações da sociedade civil, hoje reunidas no Fórum Nacional do Patrimônio Cultural.

Casa do Patrimônio de Iguape (SP)

*Carlos Alberto Pereira Júnior**

Resumo

Depois de contextualizar o processo histórico do município e pontuar as dificuldades para a gestão do patrimônio histórico local, esta palestra explicita a abordagem diferenciada do Iphan na cidade de Iguape, onde a ação educativa precedeu a reguladora, proporcionando uma relação diferenciada entre o Instituto, a administração local e a comunidade.

Palavras-chave

Casa do Patrimônio de Iguape, Tombamento, Paisagem cultural.

*Historiador, produtor cultural e gestor do Departamento de Cultura, Turismo e Eventos da Prefeitura Municipal de Iguape (SP). Presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Iguape

Gostaria de falar da experiência vivida por Iguape, as dificuldades vivenciadas pela administração local e sua relação com a comunidade, no que diz respeito à gestão do Patrimônio. Iguape é uma cidade fundada em 1538, no Vale do Ribeira, sul do Estado de São Paulo, próxima à divisa com o Paraná e, durante o seu processo histórico, passou por dois ciclos econômicos muito importantes, o ciclo do ouro e o ciclo do arroz – período mais faustoso, do qual grande parte do acervo arquitetônico é remanescente. A decadência econômica vem desse ciclo que findou repentinamente por conta de uma equivocada intervenção, feita no rio Ribeira de Iguape, ligando o rio Ribeira ao Mar Pequeno, por um canal que facilitasse o transporte de mercadorias. Entretanto, não se previu a ação da natureza, que alterou a sua foz 60 km antes da foz original, colocando todo o lagamar em risco, inviabilizando o importante porto, não possibilitando mais que a cidade pudesse escoar a produção de arroz de todo o Vale do Ribeira, como se fazia, e a região entrou em um profundo processo de decadência econômica.

Esse processo de decadência, que perdura até os dias de hoje, colocou em nossas mãos uma população tomada por um sentimento derrotista, impresso na sua fala, no seu jeito, no seu modo de viver, na sua relação com a cidade e, principalmente, nas perspectivas de futuro. Esse é o nosso grande

desafio no momento: reverter essa questão e fazer com que as pessoas possam entender tudo aquilo que ficou preservado, em decorrência desse isolamento econômico: um rico acervo cultural, arquitetônico e histórico, que conta muito da história de São Paulo e do Brasil, inserido no maior remanescente de Mata Atlântica intacta do país, reconhecido pela Unesco como Reservas de Mata Atlântica do Sudeste. A cidade detém em seu território de 1.964 km² quatro unidades de conservação de preservação permanente.

Como tudo isso que resultou desse doloroso processo de isolamento, tão difícil para cidade, pode se transformar em alavanca propulsora de desenvolvimento social e econômico? Como possibilitar às pessoas entender a cidade e pensar que ali vão continuar suas vidas e construir um futuro para seus filhos? Como é que poderíamos fazer para que as pessoas vissem diferencial especial em algo tão cotidiano e tão banal para elas?

Foi quando a Prefeitura iniciou ações para trabalhar essas questões; criou uma lei municipal de tombamento, pela qual a cidade se reconhecia como patrimônio. A cidade já tinha um questionável tombamento promovido pelo Condephaat (órgão regulador de patrimônio do Estado de São Paulo), desde 1969, porém, não se reconhecia como tal. Por isso, trabalhamos na construção dessa lei municipal de tombamento e elaboramos um livro sobre a história de Iguape, para que possibilitássemos aos professores locais um material que os norteasse e, assim, pudessem falar da história, da realidade local e do patrimônio de que nós somos detentores – natural e histórico. Além disso, criamos um conselho municipal de defesa do patrimônio e iniciamos um processo de reestruturação de aparelhos culturais, proporcionando à cidade a reabertura do Museu de Arte Sacra, com um acervo interessante de imaginária prataria dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX, que estavam espalhados por todos os lugares e, com essa matéria, recriamos o museu com a participação da comunidade. A população participou ativamente, até mesmo doando peças que tinham, possibilitando montar um lugar incrível e interessante.

Chegou um momento em que não tínhamos mais fôlego, não tínhamos mais técnicos na Prefeitura capacitados para dar prosseguimento a esse trabalho de forma eficiente, não tínhamos mais recursos e faltavam-nos, inclusive, orientação e conhecimento técnicos adequados. Foi quando a equipe do Iphan/SP desenvolvia, na região, um trabalho de levantamento de dados para o reconhecimento da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira,

que aconteceu o encontro com as "meninas do Iphan", um grupo de funcionários da regional de São Paulo, coordenados por Ana Beatriz Airoza Galvão, composto por Flávia Brito, Simone Scifone, Simone Toji e, mais tarde, Leonardo Falangola e Carina Melo.

Essa era a chance que precisávamos: contar com pessoas para nos auxiliar no prosseguimento dos trabalhos. Eles se empenharam bastante e, a partir desse momento, surgiu a possibilidade da criação de um dossiê para que o Tombamento Federal de Iguape fosse possível.

O Iphan iniciou os trabalhos de uma forma diferenciada, explicitado na implantação da Casa do Patrimônio de Iguape e na possibilidade de uma abordagem diferenciada, utilizando-se da construção coletiva, junto com a comunidade, para conseguir atingir os objetivos. Durante dois anos, 2008 e 2009, o Iphan trabalhou em Iguape criando cartões-postais da cidade, com locais selecionados pela comunidade, entre outras ações. Assim, o Iphan desenvolveu cartões, fôlderes e, com o surgimento da casa de patrimônio, no dia 2 de julho de 2008, esse trabalho começou a "tomar corpo". Todo esse trabalho teve início no começo de 2008 e somente no dia 3 de dezembro de 2009 Iguape veio a ser reconhecida como patrimônio nacional, e a população já estava envolvida.

A ação educativa e a forma de abordagem do Iphan com o município foi muito interessante e se diferenciou do que vinha acontecendo, e teve início dois anos antes do reconhecimento, de fato, de Iguape como patrimônio nacional. Hoje, a cidade é tombada e essa ação foi ansiosamente aguardada pela população, que entende qual é o trabalho do Iphan e construiu conosco tudo isso que temos em nossas mãos. Então, a Casa do Patrimônio, criada a partir da assinatura de um Termo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura Municipal e o Iphan, foi fundamental no processo de abertura da possibilidade de a população se apropriar, de fato, do que é dela, indicar o que tem importância, ou não, na sua vida e para sua vida, e construir o que a cidade espera e quer do seu patrimônio.

O espaço é composto por uma sala de exposições, uma biblioteca especializada em patrimônio, cultura e arquitetura, uma biblioteca infantojuvenil, uma sala de oficinas e uma sala de reuniões, atualmente utilizada pelo Conselho Municipal da Defesa do Patrimônio, ou seja, a casa se tornou referência para as pessoas que querem saber de patrimônio, falar de patrimônio, ouvir sobre patrimônio, discutir essa questão ou mesmo sanar as suas dúvidas.

A casa do patrimônio serve, ainda, como um ponto de encontro e referência, onde promovemos audiências públicas para definições das ações, com a participação direta da comunidade. Definitivamente, essa forma de abordagem que o Iphan construiu em Iguape está se mostrando uma experiência significativa, pois os resultados podem ser apontados como um diferencial, podem ser vistos como uma nova forma de relação entre o Iphan e a comunidade.

O espaço da casa ainda é referência para as universidades, muitas delas se utilizavam da cidade para pesquisa e trabalhos de conclusão que, ao voltarem para a academia, eram esquecidos, porque não havia nenhum espaço que pudesse servir para a reunião dos resultados desses trabalhos. Hoje, tem a Casa do Patrimônio, que já está recebendo muitos trabalhos e disponibilizando-os para o público. Lá, o Iphan mantém um funcionário que trabalha com as questões administrativas e a Prefeitura mantém uma educadora.

O que vislumbramos com toda essa história é que através da educação patrimonial e da abordagem diferenciada com a comunidade, ela se apropria, de fato, daquilo que precisa ser protegido e, só vai ser protegido, de fato, se a comunidade entender a sua importância nesse processo. Podemos nos utilizar desse modelo para trabalhar, também, o passivo negativo entre os órgãos reguladores e as comunidades onde eles atuam.

Uma vez que o indivíduo perceba com clareza a importância de hábitos e atitudes saudáveis, tanto para si quanto para a comunidade, será mais um exemplo para que outros se conscientizem.

Ao desenvolver aspectos de valorização do Patrimônio Histórico e Cultural, de cooperação e de solidariedade somados a uma perspectiva real de futuro, voltaremos a nos integrar espontaneamente com a comunidade e, em consequência, procuraremos preservar cada conquista, pois teremos uma noção clara de que tudo é integrado. Trata-se de uma transformação individual para depois se tornar coletiva.

A educação patrimonial tem se mostrado fundamental em todo o processo, temos conseguido fazer com que ela se transforme em um instrumento muito poderoso. Para nós, iguapenses, foi um processo no qual nos sentimos respeitados e tem sido importante para estabelecer essa relação. A comunidade quer participar e, através das ações educativas, estar junto, construindo junto.

Fundação Casa Grande e a arqueologia social

*Rosiane Limaverde Vilar Mendonça**

Resumo

O texto traz a história da Fundação Casa Grande, criada na cidade de Nova Olinda, no sertão do Ceará, para contar a história do homem Kariri. Relata o processo de formação das primeiras crianças que frequentaram a casa e se transformaram em seus gestores culturais. O trabalho da Fundação parte da ideia de que é necessário haver um despertar para que se reconheça um bem patrimonial, um sentimento de pertença e nada melhor do que a criança para fazer esse despertar, uma vez que ainda está em formação. Por isso, a Fundação está criando o Sítio-Escola Olho D'água, onde implantará a arqueologia social inclusiva, através da qual as crianças poderão participar de uma escavação como descoberta do universo arqueológico.

Palavras-chave

Fundação Casa Grande, Crianças, Apropriação de um patrimônio.

*Presidente do Laboratório de Arqueologia da Fundação Casa Grande

A Fundação Casa Grande é uma casa que está localizada no coração do Nordeste do Brasil, na chapada do Araripe, um lugar singular na paisagem nordestina, região onde a paisagem é, predominantemente, formada pela caatinga, na qual as plantas são adaptadas à seca. A chapada do Araripe, no entanto, representa um diferencial importante nessa paisagem, uma vez que, desde que foi formada, se mantém como ilha de umidade, onde temos a presença de remanescentes de uma floresta tropical, da mata atlântica, do serrado, além da caatinga. Essa chapada, desde a pré-história, foi procurada por bandos humanos, que fugiam da seca, atraídos por essa ilha de umidade, como refúgio em um ambiente, muitas vezes, inóspito. É que, cerca de dez mil anos atrás, o ambiente do Nordeste se modificou muito, de forma que esses homens também tiveram de fugir dessa aridez do sertão, e a chapada configurou-se num desses pontos de refúgio para a permanência humana.

Os pontos de água no Nordeste são um marco simbólico muito forte, porque os nossos rios não correm o ano todo, são sazonais. Esses pontos são, também, referenciais fortes do simbolismo do homem do Nordeste, desde a pré-história. Por isso, as lendas e os mitos desse homem estão ligados a esses pontos de água, sendo comum o sertanejo falar de mitos, de lendas, da mãe d'água, fazendo referências a esses lugares como mitológicos. E a Casa Grande surgiu no caminho das águas porque quando a colonização do sul do Ceará chegou ao interior do sertão veio acompanhada dos indígenas, percorrendo o mesmo caminho indígena e o mesmo caminho dos homens pré-históricos, que era, também, o caminho das águas.

A Casa Grande, restaurada em 1992, foi um marco da civilização do couro, na beira do rio Cariú, nome indígena da região Cariri. Inicialmente, ela foi restaurada com o objetivo de que, em seu interior, fosse contada a história do homem da região. Isso quer dizer que ela surgiu com o propósito de ser o Memorial do Homem Kariri, abrigando não somente um museu de referências sobre a sua pré-história, com todo o acervo arqueológico, mas também como memorial que pudesse registrar e manter viva toda essa herança cultural e material, todas essas lendas, mitos da mãe d'água e, portanto, do homem do Nordeste.

Esse contexto foi muito interessante porque as crianças se identificaram muito com essas histórias, com essa memória. Houve, de imediato, uma empatia das crianças com o que estava, ali, representado. Na verdade, foi fácil que, naquele momento, tanta criançada voltasse o olhar para aquele espaço, localizado numa cidade tão pequena como Nova Olinda, sem opções culturais como cinemas, ou de lazer como shoppings. Trata-se de uma cidade pequenininha do sertão, no interior do Nordeste, com muitas crianças nas ruas, de forma que aquele museu se tornou uma atraente novidade, algo muito novo para elas.

E o que havia ali dentro? Estavam as histórias, as histórias das lendas, as quais começamos a contar para essas crianças. Através dessa contação de histórias, dessas lendas e mitos, as crianças foram compreendendo a importância da machadinha lítica, da pintura rupestre, do acervo cerâmico, ou seja, foram compreendendo que aquilo tudo era importante porque tinha sido importante para o avô delas, para o bisavô, para o tataravô, assim como para o homem da caverna. Elas descobriram que a história da cidade era mais antiga do que elas imaginavam porque não começava com a colonização, não começava com o ciclo do couro, com a pastagem do gado

naquela região, mas começava com aquele homem que pintou aquelas cavernas. Então, iniciamos esses trabalhos na Fundação, contando e cantando histórias. Assim, foi feita a primeira formação dos meninos e meninas da Casa Grande.

Aos poucos, as crianças foram se apropriando desse patrimônio porque foi despertando nelas o seu valor, que já estava ali, naturalmente. Eram, nada mais, que as histórias que eles ouviam dos avós, porque, muitas vezes, as pessoas pensam que o bem patrimonial, esse valor, esse sentimento de pertencimento, nasce de fora para dentro, mas, na verdade, tem de nascer é de dentro para fora, tem de haver um reconhecimento. É necessário haver um despertar para que se reconheça um bem patrimonial e nada melhor do que a criança para fazer esse despertar, porque ainda é aquele ser que está aflorando, está em formação. É, portanto, muito mais fácil despertar um sentimento de pertença de um bem patrimonial em uma criança, do que em um adulto. Assim, formamos essa primeira geração da Casa Grande que, hoje, já é uma geração adulta, com jovens formados ou se formando, entre 21 e 24 anos, uma vez que a casa já tem 17 anos e essa primeira geração chegou com oito ou nove anos. E essa primeira leva, vamos dizer assim, foi dando segmento à formação, porque outras crianças menores foram chegando para brincar e encontrando aquelas crianças que já estavam cativadas, sensibilizadas. Dessa forma, esses jovens é que foram repassando esse sentimento para as demais.

A Casa Grande, portanto, é uma casa aberta, aonde as crianças vão para brincar, chegam a hora que querem, vão para brincar no parquinho, para brincar de bila, como Francisco Alemberg relatou. Vão para a Casa Grande brincar de amarelinha que é a nossa macaca, de boneca, de pula-corda e, aos poucos, vão encontrando esse ambiente onde os mitos e as histórias estão vivas. E, de repente, ela se dá conta de que a machadinha pré-histórica está ali, no museu, para ela ver, algo que ela descobre de forma natural, sem muito artifício, numa linguagem simples, a qual ela tem acesso. Não se trata daquele museu que parece um disco voador, que as pessoas têm medo de entrar. É um museu no qual as crianças entram e brincam dentro dele, mas não o quebram, nem estragam, está lá para conviver com eles, principalmente porque toda sinalização desse museu é feita pelas próprias crianças. São elas que desenham, escrevem a identificação das peças do museu, do nosso memorial. Então, o grande desafio hoje da Fundação Casa Grande é sistematizar, cada vez mais, esse trabalho de formação, de inclusão

social que se iniciou há 17 anos e que, hoje, já envolve famílias, pais, mães. O museu já tem uma cooperativa que desenvolve o turismo na cidade, que trabalha com a geração de renda e já tem jovens se profissionalizando. E continuam chegando crianças que acreditam nesses mitos e dão importância a esse universo de significados.

Em 2006, começamos a sistematizar melhor a pesquisa arqueológica na Fundação Casa Grande e iniciamos a formação dos primeiros jovens para trabalhar nessa pesquisa, sobretudo, na parte de documentação visual e no setor de georreferenciamento. Iniciamos, ainda, em 2006, uma escavação arqueológica no sítio Olho D'água, o primeiro sítio arqueológico escavado na região, na Chapada do Araripe, com a participação das crianças. Trata-se de um trabalho de educação patrimonial que, também, é um trabalho de inclusão da criança, desde a sua participação na escavação. Porque é muito comum se fazer um trabalho de arqueologia e depois fazer cartilhas, ir às escolas, enfim, fazer palestras para informar a população daquilo que foi encontrado, do que foi pesquisado. A nossa intenção, no entanto, é sistematizar uma ação na qual a criança seja incluída desde o momento da pesquisa e, para isso, escolhemos as crianças que atuam como guias no Memorial, as que já têm uma vivência com aquele acervo, já têm uma relação direta com a arqueologia na Fundação. Ou seja, iniciamos um trabalho que estamos chamando de Arqueologia Social Inclusiva, através da qual a criança participa de todos esses processos desde a escavação arqueológica, à análise em laboratório e aos resultados que vai, inclusive, culminar numa tese de doutorado em 2011.

É sobre um trabalho dessa natureza que me chamaram para falar, especificamente hoje, mas que está em um contexto cultural mais amplo porque, para a criança ter acesso a esse universo da Fundação Casa Grande e dar valor, significado a esses assuntos, ela também amplia o seu repertório cultural em outros aspectos. Ela tem acesso à comunicação, ao cinema, à arte, à literatura, a uma série de informações que lhe dá condições de aprendizagem, lhe garante uma ampliação de seu repertório para que tenha a condição de se comunicar com o mundo, além de o mundo se comunicar com ela. É válido lembrar que estamos no interior do Ceará, numa cidade de 12.000 habitantes, com apenas cinco mil pessoas na zona urbana, já que a maioria vive de agricultura. Trata-se, portanto, de famílias muito simples, cujas crianças frequentam a escola pública, uma escola que não tem muita qualidade, porque sabemos que a condição da escola formal do país, não é

esse “balaio” todo, não é? Vamos dizer popularmente: “tem muito ainda que melhorar e pedalar”.

Desse modo, temos na Casa Grande, uma complementação de assuntos como cinema de qualidade, música que vai desde o jazz, ao blues, ao forró de pé de serra, à música caipira das origens, além da música clássica. Isso garante acesso a um leque de conhecimento que faz com que esses jovens se tornem gestores culturais para aquela comunidade, uma referência, e eles têm condições de, dentro da casa, formar outros jovens.

Agora, estamos iniciando uma ampliação desse projeto, adquirimos, através da Prefeitura, uma área no centro da cidade, onde existia uma antiga aldeia indígena e que se chama Parque dos Cajueiros. Estamos transformando esse espaço no Parque Ambiental dos Cajueiros e iniciaremos um trabalho de gestão dessa área com a comunidade. Trata-se de um trabalho mais externo, ou seja, da instituição na comunidade. A gestão ambiental será trabalhada para que se construa uma linha do tempo preservando a casa que foi marco da colonização e a aldeia indígena. Estamos adquirindo, com recursos, da Prefeitura e do Ministério da Integração Nacional, uma área que corresponde àquele sítio arqueológico a que me referi anteriormente, que está sendo escavado. O sítio arqueológico Olho D’água abrigou o homem pré-histórico, os primeiros bandos que ainda habitavam as cavernas. Ele vai se transformar num sítio-escola para que possamos continuar o trabalho de formação dessas crianças e de outras que chegarem em Nova Olinda.

Programa Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania

*Juca Villaschi**

Resumo

O Programa Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania foi estruturado como um conjunto de ações educativas que oferece, regularmente, roteiros sensoriais interpretativos da paisagem histórico-cultural da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, desenhados para moradores permanentes e/ou temporários. Por suas especificidades, tende a desorganizar as práticas cotidianas dos deslocamentos urbanos automatizados e de provocar novos olhares e leituras diferenciadas do passado, do presente e do futuro. Também promove novos comportamentos cidadãos de amorosidade pela cidade, atitudes de valorização e de perspectivas de corresponsabilidade pela proteção do patrimônio cultural e natural.

* Arquiteto, professor pesquisador do Departamento de Turismo na Universidade Federal de Ouro Preto

Palavras-chave

Percepção, Paisagem cultural, Interpretação de patrimônio.

> *Nossos sentidos – visão, audição, olfato, tato, gosto – são todos órgãos de fazer amor com o mundo, de ter prazer nele.*[1]

1. Rubem Alves.

Antes de tudo, não poderia deixar de parabenizar o Iphan pela organização deste I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural e pela feliz escolha de Ouro Preto, cidade encantada pela história desde Vila Rica, para sediar o evento. Também gostaria de agradecer o convite e o espaço que nos cede, na qualidade de parceiros, para poder apresentar e oferecer a vocês o Programa Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania, desenvolvido em Ouro Preto, nos últimos dois anos.

Introdução

Roteiros de visitação urbana, oferecidos como recurso de apresentação de atrativos e produtos culturais, via de regra, são estruturados na premissa do

desconhecimento dos usuários sobre a paisagem a lhe ser apresentada durante visitação dirigida a espaços consagrados pela história. Nem sempre apoiados em guias qualificados, esses roteiros turísticos costumam fornecer grande volume de informações e dados, muitas vezes fantasiosos e questionáveis, se não duvidosos e, por isso, sua absorção pelo público é limitada e sua credibilidade comprometida.

Nesse contexto, os roteiros sensoriais que constituem o Programa Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania se diferenciam quanto ao público-alvo, conteúdo, objetivos, metodologia e controle de resultados, em oposição ao modelo transmissivo de comunicação, de caráter unilateral e simplificador.

O mecanismo relacional da estrutura implantada pelo programa oferece caminhamentos com moradores permanentes e/ou temporários (estudantes), utilizando instrumentos e técnicas de incitação à percepção individual e coletiva, tornando os roteiros uma "guiação assistida" e não uma visitação dirigida, o que pode ser apontado como uma primeira diferenciação do modelo transmissivo unilateral de informações. Nele, não se aponta ou apresenta a paisagem cultural, mas se provoca e instiga a percepção ambiental, promovendo a passagem da contemplação passiva e da recepção unilateral de informações, para a experiência partícipe e dinâmica dos elementos identitários da cultura local.

Dessa metodologia decorre uma experiência pública sempre única, mesclada de informações facilitadoras, de elementos interpretativos da paisagem cultural e, sobretudo, da estimulação à ampla percepção, pelos moradores, por seus sentidos físicos, quando alteram a qualidade da interação com seus espaços de vivência e lugares de memória.

Conforme defende Merleau Ponty,[2] a experiência acontece através da produção e da transferência de conhecimento sobre o mundo e sobre as pessoas, no esquema da representação que suplanta o da apresentação. Para Ponty, a percepção pode ser tão melhorada e aprimorada quanto mais se exercita o que ele denomina *participação sensível*, fundamental a todo e qualquer tipo de experiência que se realiza a partir do próprio corpo: "Meu olho é para mim uma certa capacidade de reencontrar as coisas e não uma tela onde elas se projetam". Nessa abordagem, o ato de perceber se concretiza através da articulação de dois horizontes: o do espaço exterior e o do espaço corporal.

2. Ponty, em sua abordagem epistemológica, foi uma das fontes iniciais da concepção desse Programa, sobre a questão da experiência.

Tanto o espaço como a imagem urbana, socialmente construídos, representam a expressão sempre inacabada do sistema de relações entre usuários e paisagem, corroborando as perspectivas interacionais sobre a determinação recíproca e simultânea das ações e dos ambientes. Nesse sentido, os roteiros sensoriais interpretativos, aqui apresentados, ao promoverem a ressignificação do olhar sobre a paisagem cultural, também a transformam. Como atividade organizante, essa ação altera os sujeitos, os objetos, os ambientes explorados e os sujeitos entre si.

Análises futuras desse programa deverão buscar recursos na epistemologia da complexidade, cujo paradigma quer "religar o que o pensamento disciplinar disjuntou e parcelizou". (MORIN, 1996)

O Programa Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania

Iniciado em 2008, como projeto de extensão universitária do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), esse programa foi ampliado em 2009, em parceria com o Iphan (Simone Fernandes) e a Fundação de Arte de Ouro Preto – Faop (Ana Pacheco), atendendo suas missões institucionais de implementação de ações educativas.

A metodologia construída foi desenvolvida e testada na disciplina Percepção e Interpretação do Patrimônio Ambiental Urbano, obrigatória para os calouros do curso de bacharelado em Turismo da Ufop.

Nas palavras de Rubem Alves, "A primeira tarefa da educação é ensinar a ver, e aprendemos palavras para melhorar os olhos..."

Algumas premissas desse programa incluem a notória carência de planos interpretativos, tanto das cidades como de seus bens patrimoniais e, sobretudo, a lacuna de ações educativas voltadas para a população moradora, constituída por públicos muito diversificados. Nesse cenário, constata-se uma gama de leituras muito difusas da cidade, de sua evolução, de sua gente, sua cultura, sua história e de seus lugares de memória.

Considerando que, para além das formas visíveis, há importantes significados socioculturais impregnados na paisagem, o esvaziamento ou a abstração desses significados, provocados pelo consumo cotidiano da cidade, gera forte diminuição da percepção por parte da população usuária e, consequentemente, de sua valoração e capacidade de preservação.

Por consequência, os órgãos públicos encarregados da educação e da preservação patrimonial se defrontam com um processo acelerado, profundo e nefasto de descaracterização do legado cultural e da própria imagem urbana de Ouro Preto. Daí o imediato interesse das três instituições parceiras, dada a oportunidade que o programa representa para o tratamento daquele processo depreciativo e da objetivação de suas missões.

Outra premissa considera que visitas guiadas, geralmente, ou a vivência urbana cotidiana, pouco ou não referenciada nos ambientes, dificilmente demarcam o valor potencial e único dos lugares. É quando se olha sem ver e se passa sem estar, minimizando a experiência no espaço e ignorando o *genius locci* próprio dos ambientes plenos de significados e representações simbólicas.

Objetivos

Essa problemática acima sintetizada não tem sido alterada em sua essência, ao longo dos anos, apesar de ser objeto de numerosos projetos da denominada educação patrimonial formal, em diferentes níveis e instâncias.

Na perspectiva de impulsionar o processo educativo estruturado em conhecimento amorosidade cuidado preservação, os objetivos desse programa incluem:

- Aprofundar o conhecimento da comunidade ouro-pretana sobre seus lugares de memória;
- Qualificar o diálogo entre cidadãos e instituições voltadas à proteção do patrimônio cultural edificado, humano e imaterial, inter e intra-agentes;
- Despertar novos "olhares" e "sentires" sobre a cidade;
- Sensibilizar moradores permanentes e temporários para a necessidade de atitudes de valorização e corresponsabilidade pela proteção do patrimônio cultural e natural;
- Instrumentalizar os cidadãos para o exercício pleno de sua cidadania, na qualidade de legítimos guardiões de seu patrimônio.

Metodologia

Os roteiros sensoriais interpretativos de visitação assistida pontuam informações sobre arte, cultura, história, arquitetura e particularidades dos elementos identitários do patrimônio cultural e natural, apoiando-se em

dados históricos, mas com ênfase na percepção sensorial ativa da cidade pelo público envolvido.

Subentende-se nas ações desenvolvidas que a fruição e a experiência estética calcadas na apropriação simbólica dos espaços urbanos se diferenciam, radicalmente, da fruição funcional do fazer cotidiano, apregoada pelo movimento moderno, na medida em que ultrapassam o que o domínio da visão é capaz de observar e o que o uso automatizado dos percursos cotidianos pode efetivamente informar, registrar ou fazer compreender.

Para tanto, a metodologia construída para o programa estabelece:

1. Seleção e treinamento rigoroso de monitores orientadores em

• arte, arquitetura, pluralidade cultural, identidade dos lugares de memória social, patrimônio cultural material, afetivo, imagético e humano, técnicas de percepção e interpretação, semiologia, lendas, "causos"

• formação e evolução socioespacial diferenciadas da malha urbana, conforme estudos de Sylvio de Vasconcelos

• políticas públicas de preservação do patrimônio;

2. Oficinas curtas de sensibilização e de expressão, respectivamente no início e na conclusão dos roteiros;

3. Técnicas de desligamento do denominado "piloto automático", a que se recorre ampla e naturalmente no uso cotidiano e mecanizado dos espaços, utilizando exercícios pontuais de acuidade dos sentidos e ênfase nas modalidades não visuais da percepção;

4. Destaque aos detalhes vivenciais, de ordem comunitária, dos lugares explorados e às qualidades das ambiências urbanas: cheiros predominantes, sons próximos e distantes, texturas, luminosidade, ventos, umidade, temperaturas, sensações, usos, fluxos, conflitos, complementaridades, etc.;

5. Criação de "alteradores de percepção" e de estratégias de acuidade sensorial para adensamento das experiências: pop-card vazado, uso de protetor auricular e espelho de bolso para redirecionamento visual, vedação visual, tateamento com mãos e álbum fotográfico para comparação de mudanças e permanências;[3]

3. Não é permitido registro com máquinas fotográficas, celular, etc.

6. Utilização dos recursos e acervos da Casa do Patrimônio – Casa da Baronesa e dos três núcleos da Faop,[4] distribuídos ao longo do Caminho Tronco de Ouro Preto[5] que interliga os bairros do núcleo histórico, primeiros arraiais mineradores da antiga Vila Rica;

7. Disponibilização de ferramentas de comunicação compatíveis com a integração do público jovem: blog e página do Orkut para registros, depoimentos, intercâmbio, informações e agendamentos: www.projetosentidosurbanos.blogspot.com e sentidosurbanosop@gmail.com

4. A Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade comporta o Núcleo de Arte (bairro Antônio Dias), o Núcleo de Conservação e Restauração (bairro do Rosário) e o Núcleo de Ofícios (bairro Cabeças).

5. Termo cunhado por Sylvio de Vasconcelos.

O PÚBLICO-ALVO

Estruturado e oferecido a moradores em geral, o foco do Programa Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania se volta, estrategicamente, em sua primeira fase, para a comunidade universitária, manifestamente promotora de fortes e diversificados impactos socioculturais e ambientais, porque é temporária, não enraizada e desconhecedora da cultura local.

Vale destacar que até mesmo a população permanente, nascida e criada na cidade, apresenta alto grau de desconhecimento de seu legado cultural, seja pela educação formal recente e limitada, seja pelo processo muito diferenciado de sua fixação no território, sem apropriação ou construção do sentimento de pertencimento, já que é pouco ou nada referenciada na vivência da história local. Ocorre que, em níveis históricos, a população de Ouro Preto foi radicalmente substituída em dois momentos singulares da história: quando da decadência da atividade mineradora, em meados do século XIX, e quando da mudança compulsória para a nova capital estadual, Belo Horizonte, em fins daquele mesmo século.

Essa particularidade histórica da formação socioespacial de Ouro Preto, profundamente marcada pela desestruturação funcional, pelo esvaziamento populacional, pela desvalorização estética, pelo abandono e pela pobreza, permite relativizar a máxima legada por Aluísio Magalhães de que a comunidade seja sempre a melhor guardiã de seu patrimônio. Mesmo o tombamento federal em 1938, a declaração de Patrimônio Nacional em 1933 ou o reconhecimento pela Unesco, em 1980, de Ouro Preto como cidade Patrimônio Mundial não encontram eco em grande parte da população, que não reconhece esse valor, porque não se sabe como tal e sequer participou de qualquer desses processos institucionais.

Como o programa foi concebido para moradores, o primeiro desafio foi diversificar as modalidades de captação do público, já que é complexo motivar moradores, nativos ou não, a (re)visitar a própria cidade, já que se acham conhecedores o suficiente. Para tanto, foram mobilizados estudantes, professores e funcionários de instituições de ensino, além de associações de moradores e demais entidades locais. Os veículos de comunicação se encarregaram da divulgação dos roteiros com publicação de inúmeras matérias jornalísticas em mídias escritas, faladas e televisivas que, junto com a criação do site e do blog do programa, têm agregado boa visibilidade ao Programa.

Essas ações reforçam a diferenciação dos roteiros como experiências singulares no contexto cotidiano do consumo e da produção do espaço público, imerso em informações rotineiras que tendem a anestesiar os sentidos ou até a retirar o cidadão da experiência integral da vida social, no seu fazer cotidiano. Assim se abre a perspectiva de requalificação do olhar sobre as próprias origens da comunidade, sobre seu contexto histórico-cultural e sobre a gênese da construção e reprodução das referências simbólicas, dos ícones e dos índices formadores do espaço urbano.

A partir da divulgação, são feitos os agendamentos dos grupos, a vivência dos roteiros e a síntese final coletiva, fundamental para as mudanças previstas e desejadas de comportamentos, o que tem sido fartamente constatado nos depoimentos do público:

> *Se a consciência fosse coletiva o preservar seria diferente. Ao invés de guardar, as chaves serviriam para abrir a vista ao olho nu, sem teleobjetiva, seria só sentir a obra viva. Passado e presente não se aprende, se sente.* (Márcio, profissional da construção civil).

> *O roteiro Sentidos Urbanos me fez parar e observar tudo ao meu redor. Fez perceber que muitas vezes não conseguimos resolver situações simples por não parar e olhar as situações com outro olhar. É muito importante buscar soluções sem perder o foco real da situação, percebendo sempre a capacidade que cada um tem de resolver e vencer obstáculos. Aprendi a olhar para os meus gostos e desgostos.* (Ângela, coordenadora de creche de Santa Rita de Ouro Preto).

> *Fazer o roteiro me fez pensar na importância dos detalhes, do olhar direcionado para as coisas comuns e ao mesmo tempo especiais. Fez pensar*

também o quanto tenho precisado dar uma parada e pensar mais em mim. Um tempo para estar comigo... e me ver, me ouvir, me gostar mais... (Juraci Mendes, diretora da escola de educação infantil de Antônio Pereira – Ouro Preto).

Tem sido registrada a participação de alunos e professores de vários cursos da Ufop, do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG/OP), dos núcleos da Faop, do Núcleo de Pesquisa de Direito do Patrimônio da Ufop, além da Associação das Repúblicas Federais, do Diretório Central dos Estudantes, da Secretaria Municipal de Educação, dos inscritos no Festival de Inverno Ouro Preto-Mariana, etc.

Modalidade de mediação educativa

A mediação que o programa instaura, utilizando-se de linguagem não só verbal, provoca uma interação de mão dupla, de forma relacional, entre o público e os ambientes selecionados. Através de monitores capacitados, sua mediação provoca processos individuais e coletivos de (re)visão, de (re)conhecimento, de (re)encontro e de (re)qualificação do olhar, do sentir, do estar e do vivenciar lugares de memória ou espaços indiferenciados, frequentados automaticamente, em busca de um fazer urbano diferenciado.

Por um lado, a mediação assim estruturada envolve múltiplas dimensões e exige participação integral do público, a acuidade dos sentidos e o envolvimento do público com variados elementos da percepção ambiental, a exemplo da consciência corporal, da disponibilidade à "escuta", à "leitura" e à interpretação do patrimônio e dos ambientes social e historicamente construídos. Por outro lado, é a mediação pelos monitores que proporciona roteiros sempre únicos, cuja especificidade é promovida pela experiência diferenciada provocada em cada cidadão, posteriormente socializada nas oficinas de expressão, no encerramento.

O Programa Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania se consolidou como uma ação educativa que propicia a partilha de experiências e que é reciprocamente referenciada nos sujeitos e nos ambientes visitados, ambos sendo afetados, impactados e transformados. Nessa interação, são compartilhadas a reciprocidade e as significações mentais e emocionais, provocando a reflexividade e a (re)adequação de comportamentos cristalizados pelo uso cotidiano e indiferenciado dos espaços urbanos.

Esse programa reúne um conjunto de operações que incitam a um fazer diferenciado dos moradores em seu universo codificado, esvaziado de sentido. Assim, é (re)ativado o que lhe vem de dentro, de forma imanente, a partir de seu estoque de conhecimento e de seu arsenal de recursos perceptivos mais ou menos desenvolvidos, mediado por exercícios simples de interação e experimentação ambiental, como renovação endógena.

Como essas práticas são estruturadas no diálogo e na relação dos universos interior e exterior do público, como defende Ponty, é oferecida ao próprio sujeito a possibilidade de se (re)construir em suas relações sociais e com o universo físico e simbólico do espaço urbano.

É possível pensar que os impactos e resultados – ainda a serem qualitativa e adequadamente aferidos – se aproximem do que filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas designa por "sujeitos conscientes", ao provocar um desligamento, seja ele pontual ou extensivo, momentâneo ou permanente, dos "pilotos automáticos" utilizados no fazer cotidiano e na utilização mecânica dos espaços urbanos. Essa "inteligência" aguçada amplia o potencial e a vitalidade do fazer social manifesto nas relações e interações, se superpondo às determinações cartesianas do uso dos espaços, potencializando sobremaneira a fruição plena dos lugares, do estar aqui e agora no exercício integral e integrado da troca e da experiência cotidianas.

Vale considerar que a apreensão contemporânea do mundo, além de se efetuar de forma cada vez mais pontual, efêmera e fracionada, também desvinculou as dimensões fundamentais da experiência humana, a saber:

logos – pensamento, razão, objetividade, lógica

páthos – sentimentos, emoção, afetividade

eros – impulsos, pulsações, sedução, corporeidade

mythos – relação do homem com seus mistérios

A versão naturalista da informação trata da correlação permanente que se observa entre as coisas. No cotidiano da vida contemporânea, submetido ao bombardeio de informações e ao ritmo urbano acelerado, o Programa Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania se apresenta como modalidade diferenciada de novas leituras urbanas, através de elementos e estratégias que potencializam essa correlação e otimizam a experiência, (re)qualificando o morador como sujeito ativo de sua história.

Vale destacar a ação singular, coerente e portadora de identidade diferenciada de significados, que os roteiros sensoriais interpretativos desenvolvidos por esse programa representam. O potencial de incitação provocado na vivência dos roteiros, por seu efeito reflexivo e comportamental, se evidencia quando o público é convidado a manifestar e compartilhar suas impressões e (re)descobertas, ao final de cada experiência.

Há que considerar que parte do mérito metodológico do programa se encontra na simplicidade de sua concepção em explorar recursos sensoriais, em oposição à contundência do impacto que provoca nos participantes.

> *O roteiro foi de suma importância para desenvolver melhor o nosso olhar sobre aquilo que está ao nosso redor. Fez com que aprendêssemos a valorizar as pequenas coisas que fazem parte do dia a dia e que muitas vezes passam despercebidas, até mesmo pela falta de tempo. Com o Projeto Sentidos Urbanos conseguimos parar, observar e guardar aquilo que há de melhor dentro de nós. Ouvir os sons, sentir as pedras no chão, olhar as grandes montanhas fez com que eu pudesse parar e refletir sobre as minhas atitudes e minha vida...* (Magda Guida, coordenadora de creche de Antônio Pereira, Ouro Preto).

A análise que já pode ser feita desses roteiros destaca sua característica de desorganizar as práticas cotidianas dos deslocamentos urbanos automatizados e de provocar novos olhares e "fazeres", com leituras diferenciadas do passado, do presente e do futuro, ao potencializar novos comportamentos cidadãos. Essa reação atende ao objetivo do programa de sensibilizar moradores permanentes e/ou temporários para a necessidade de atitudes de amorosidade, valorização e corresponsabilidade pela proteção do patrimônio cultural e natural, problema público de monta nos núcleos históricos.

Pela (re)qualificação do olhar e pelo exercício do estar presente no mundo, busca-se desdobramentos muito diversos sobre a cultura e sobre a vida social mais plena, engajada e consciente, em oposição à robotização da vida contemporânea. Aqui se destaca a possibilidade de provocar reflexões, revisões e mudanças de atitudes de vários tipos e em vários níveis.

A experiência vivenciada nos roteiros

Os roteiros sensoriais interpretativos têm a duração de aproximadamente uma hora e trinta, sob agendamento prévio, com número limitado de até 15 participantes, o que confere a cada grupo uma unidade e similaridade, no interior de sua heterogeneidade. Os grupos, ao partilharem exercícios de sensibilização, acuidade sensorial, conceitos, referências simbólicas, informações históricas, detalhes "invisíveis" da paisagem e estimulações interpretativas, também se submetem à apreciação ambiental de um mesmo ponto de vista, adquirindo características de comunidade estética. Esse compartilhamento e identificação a partir de representações comuns tende a engendrar ou reforçar sentimentos de pertencimento social, cultural e político, e a forjar a consciência do que seja seu real potencial comunitário. Os participantes refletem, selecionam, interagem e intercambiam suas impressões e aquisições, particularmente nas oficinas de encerramento, que disponibilizam diversos suportes artísticos: desenho, pintura, colagem, palavra-síntese, criação de história coletiva, etc.

E não há registro de público que tenha saído ileso desses roteiros, por seu poder de afetação e impacto, correspondente ao modo inusitado com que a experimentação ativa dos lugares é conduzida e arrematada com o compartilhamento daquelas práticas concretas, nos momentos singulares de troca das oficinas de expressão. Nessas oficinas de síntese e socialização de impressões os grupos também se reafirmam como comunidade pelo compartilhamento das vivências individuais, impregnando seus membros de cumplicidade coletiva. É nos registros dessa socialização que se encontra a possibilidade de mensuração qualitativa do nível e do tipo de afetação provocada nos moradores.

É possível avaliar que essa experiência se desloca do universo individual e se torna pública, na medida em que incorpora o ponto de vista do outro, em que permite a discussão mediada e amplia o potencial de ação individual e/ou coletiva sobre a cidade, a história, o patrimônio, o fazer social e a cultura. É que o programa promove, em seu bojo, a alteração imediata e prolongada dos participantes, pela sedução que os ambientes – também modificados pelo olhar ressignificado – provocam a partir dessa visitação consciente à cidade, em outras modalidades e com novos sentidos. No mínimo, esse público é impelido a buscar mais informações, a renovar sua interpretação e a se (re)situar como agente social e parte ativa integrante, e não apenas assistente, da produção daqueles ambientes. É o que pode lhe

conferir rápida e consistentemente o sentimento de pertencimento cultural e o capacitar como ator político. Ao requalificar o conhecimento ambiental a partir dos próprios sentidos, emerge o potencial desse ator social, agora diferenciado com relação ao conhecimento midiático ou à vivência automatizada que detinha até então.

O (re)conhecimento sensorial possibilitado pelos roteiros interpretativos também tende a colocar em xeque a familiaridade que moradores adquirem com as regras do jogo sociocultural, familiaridade esta, relacionada a hábitos enraizados, à capacidade estabelecida de ação e a saberes rotineiros. E sua continuidade vai além dos limites espaciais e temporais, prolongando-se em novas perspectivas de ação social ou de modificação de situações e crenças cristalizadas, no âmbito dos impactos que provoca.

Tanto a memória social quanto a identidade cultural diversificada podem ser mantidas, reforçadas ou alteradas pelo programa, já que são reativadas pela experiência apoiada em sentidos já adormecidos ou entorpecidos pelo fazer cotidiano. Por outro lado, *A experiência da vida insere-se na relação do homem com o mundo, consigo próprio e com os outros. É nas manifestações simbólicas da cultura que o homem preenche o abismo que o separa das coisas, de si próprio e dos outros, acedendo, assim, à consciência reflexiva e à experiência da vida em comum.* (RODRIGUES, 1991)

Considerações finais

Os resultados já obtidos pelo Programa Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania são animadores. Somente entre abril e dezembro de 2009 foram realizados 114 roteiros que contemplaram 963 participantes, além de 858 acessos ao *blog* e 612 acessos ao Orkut. Sem dúvida, uma grande conquista foi o programa ter sido escolhido pelo Iphan como mola mestra da ação educativa da Casa do Patrimônio – Casa da Baronesa, inaugurada na ocasião da realização deste Fórum.

Entretanto, a dificuldade limitadora, ainda em pauta, mas com boas perspectivas de ser suplantada ainda neste Fórum é a formalização do Termo de Cooperação Técnica entre os parceiros – Ufop/Faop/Iphan – tanto para garantia de sua continuidade vinculada à Casa do Patrimônio – Casa da Baronesa, quanto para a viabilidade de aplicação de recursos financeiros.

Por outro lado, o reconhecimento do programa gerou propostas de ampliação através de novas parcerias, em fase de discussão, a exemplo da

Secretaria Municipal de Educação e da TV Ufop para geração de programas educativos.

Para 2010, além de um concurso de fotos e vídeos a ser lançado entre os participantes, objetiva-se publicar a metodologia do programa, seu processo de implementação, os resultados obtidos e o acervo de registros de impressões e expressões, produzidos no final de cada roteiro, em diversas linguagens e suportes artísticos. Essa publicação deverá propiciar, entre outras modalidades de ações, o repasse dessa metodologia para outras comunidades, cuja demanda já está acontecendo.

Para encerrar, há que se considerar que é palmeando as marcas dos tempos da cidade, delineando a alma de seus lugares e tocando a emoção cidadã com curiosidade e afeto, que serão evocados novos olhares, "sentires" e "fazeres", para (re)instalar relações de pertencimento, orgulho e zelo pela memória cultural.

Referências

GUIMARÃES, César G. & LEAL, Bruno S. Experiência estética e experiência mediada. *Intexto*, 2(19):1-14. Porto Alegre: UFRGS, jul-dez 2008.

MORIN, E. *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Europa-América, 1996.

PONTY, Merleau. *Phénomenologie de la perception*. Paris: Gallimard, 1945.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Arte e experiência. *Revista de Comunicação e Linguagem – A Experiência Estética*, nº 12/13. Lisboa: Cosmos, jan 1991.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

Internet

www.projetosentidosurbanos.blogspot.com

sentidosurbanosop@gmail.com

Patrimônio cultural como ferramenta para pedagogia social da inclusão

*Heloísa Helena Fernandes Gonçalves da Costa**

* Professora da Universidade Federal da Bahia

Resumo

O projeto Expedições Patrimoniais tem o objetivo de capacitar 60 jovens de cada município baiano, na faixa etária de 15 a 25 anos, com noções básicas sobre o patrimônio cultural e ambiental. A finalidade é formar Núcleos de Mediadores Culturais para atuarem como animadores e promotores de iniciativas de reconhecimento, conservação, preservação e promoção da identidade cultural da gente da cidade, e da gente do campo, bem como do patrimônio e das manifestações culturais das regiões onde residem. A carência de instrumentos voltados para a formação dos jovens faz parte da realidade brasileira, tendo em vista que os recursos destinados a essa formação, geralmente, se concentram nas capitais e nas grandes cidades. É essencial que haja ações e incentivos voltados para o reconhecimento das riquezas culturais dos municípios do interior do Brasil, em especial no Estado da Bahia por motivos históricos e identitários, já que, em geral, essa cultura tem raízes na história das populações menos favorecidas, muitas delas descendentes de escravos e é expressa através de canções, lendas e mitos significativos para a memória coletiva dos brasileiros. Além disso, é um projeto educativo com metodologia própria e inovadora, estimulando o diálogo entre gerações.

Palavras-chaves

Preservação, Educação, Juventude, Bens culturais.

Introdução

Expedições Patrimoniais é uma iniciativa pioneira no Estado da Bahia, no que se refere à educação para o patrimônio. Em 2009, a equipe desenvolveu atividades em municípios baianos com população menor que

50 mil habitantes, que não tinham nenhum equipamento cultural de médio porte, como teatro, cinema ou museu, mas tinham representações de bens culturais (material e/ou imaterial) e históricos, necessitando de proteção. O projeto recebeu aprovação do Ministério da Cultura para captação de recursos, através da Lei Rouanet (Pronac nº 07.7466). O Instituto Votorantim patrocinou a operacionalização do projeto nos municípios de Rafael Jambeiro, Santo Estevão, Cabaceiras do Paraguaçu e Muritiba.

O objetivo é capacitar, por município, 60 jovens na faixa etária de 15 a 25 anos, de ambos os sexos, que estejam cursando o ensino fundamental e médio em escolas públicas municipais e estaduais. O projeto Expedições Patrimoniais tem características e especificidades que lhes são próprias, a saber:

1. É *itinerante*, vai a diferentes municípios do Estado. O projeto pretende atingir, em 2010, os seguintes municípios: Ipirá, Maragojipe, Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos, Inhambupe, Mata de São João, São Francisco do Conde, Governador Mangabeira e Antonio Cardoso;

2. É *participativo*, porquanto são estabelecidas parcerias com Prefeituras; órgãos do governo estadual; empresas privadas e organizações comunitárias locais;

3. É *interdisciplinar*, pois envolve profissionais de várias áreas do conhecimento como: artistas plásticos, ambientalistas, historiadores, museólogos, pedagogos, turismólogos, psicólogos, engenheiros;

4. É *processual*, pois é desenvolvido em etapas e atividades coletivas que se sucedem ao longo da formação dos Mediadores Culturais.

Sobre a origem e os fundamentos teóricos

A ideia desse projeto começou com um grupo de pesquisadores investigando o vale do rio Paraguaçu. Quando se fez o levantamento patrimonial e sociológico das culturas ribeirinhas, percebeu-se um contingente muito grande de jovens um pouco perdidos, sem saber o que fazer com a sua vida e sempre desejando ir para cidades grandes (Salvador, Feira de Santana, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outras), sonhando com uma vida melhor. Ao perceber essa situação, a equipe entendeu que seria muito importante começar a fazer um trabalho para que esses jovens se fixassem na sua terra, no seu local de origem, claro que respeitando a ideia de que eles possam sair quando quiserem, mas que eles tivessem a

oportunidade de se sentirem felizes no seu local, a partir do conhecimento e do uso adequado do patrimônio cultural; e, como a equipe, defendem sempre a ideia de que patrimônio verdadeiro é o ser humano,[1] nós vamos mostrar um pouco dessa experiência nesta mesa que já está cheia de coisas muito boas.

Um pensamento que deu base às Expedições Patrimoniais foi esse de Hipócrates: "Que o teu alimento seja o teu remédio e que o teu remédio seja o teu alimento". Essa ideia de "nutrição mental" nos leva a introduzir o conceito de "saúde cultural", que entendemos ser a saúde real e verdadeira. Ao pesquisar sobre a vida de pessoas com necessidades especiais por disfunções na saúde física e mental, a equipe começou a ver pessoas com problemas sérios, mas que têm uma saúde cultural fantástica; têm autoestima elevada; e garra para continuar na vida. Então, nós começamos a trabalhar com a noção de que a cultura é um processo permanente de construção de valores, é a memória que a gente quer ter como atores sociais. A cultura é o alimento que nutre as sociedades no que elas têm de mais íntimo e profundo; pode-se dizer que ela é a alma de um povo, portanto é algo de extremo valor que se deve procurar preservar a todo custo, tal qual a saúde física. No caso da saúde cultural, o alimento fundamental é a memória coletiva, afetiva e social. E nós nos perguntamos: que memória esses jovens carentes, jovens em situação de risco, estariam formando nesses locais em que eles habitam, onde nem sempre lhes oferecem oportunidades de desenvolvimento e até despertam muitas frustrações?

Buscamos compreender, também, o conceito de cidade saudável, cuja característica é enfatizar a saúde de seus cidadãos sob uma ótica ampliada de qualidade de vida, e isso implica incluir o direito à cultura, ao conhecimento e ao uso dos bens culturais de uma comunidade. Na maioria dos casos, os gestores e os dirigentes municipais não sabem exatamente o que fazer com o elemento "cultura" nos seus municípios, pensam que é algo supérfluo e correm para atender as áreas da saúde e da educação, que estão nos conceitos tradicionais (oferta de condições básicas), sem promoverem um olhar holístico, transdisciplinar e reflexivo sobre eles.

Outro conceito adotado no projeto é o de "alfabetização cultural". Uma grande parte da população brasileira é analfabeta cultural,[2] e mesmo entre profissionais de nível superior há um grande desconhecimento dos bens culturais que o Brasil tem e da historicidade desses bens.

1. COSTA, Heloisa Helena F. G. da. Um olhar contemporâneo sobre o patrimônio: atribuição de valor. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 40, p. 185-192, 2007.

2. Pesquisas do GREMM-CNPq (Grupo de Estudos em Museologia, Museus e Monumentos liderado pela profª Heloisa Helena Costa) comprovam essa afirmativa. Inúmeros públicos em potencial e indivíduos urbanos entrevistados (2008-2010) sobre patrimônio cultural demonstram desconhecer o tema.

Munidos dessas ideias e conceitos, os doze técnicos que formam a equipe refletiram que adotar hábitos de vida saudáveis e contribuir para estabelecer relações mais solidárias e, ao mesmo tempo, promover saúde e existência. Essa vida saudável passa pela construção e preservação da memória coletiva, que, por sua vez, tem por base a memória afetiva dos cidadãos. Quem tem memória tem existência, não vive apenas por instinto; quem tem memória existe, passa a ter consciência, ter sentido de pertencimento; passa a entender e a valorizar o patrimônio cultural que é carregado da memória dos tempos. Nesse sentido, o ser humano é um grande patrimônio, porque ele tem a capacidade de ter memória, de formar e de reformular memórias, de criar valores e objetos materiais e imateriais que simbolizem os valores criados, adaptados e reformulados. Então, nós trabalhamos intensamente com os jovens e com suas famílias, promovendo um franco diálogo de gerações, um encontro de memórias afetivas e emocionais, visando fazê-los entender o que essa memória traz para as pessoas, fazendo-as sentirem-se melhores com a consciência de suas histórias e de suas contribuições à sociedade, assim como lembramos em conjunto as contribuições da genialidade humana.

Trabalhar as memórias contidas no universo simbólico do patrimônio cultural oferece carga positiva de energia mental e emocional, fortalece a autoestima, favorece a criação de sinapses e as potencializa, estimula aquisição de força e coragem para combater estados depressivos e melancólicos, conforme estudos liderados por psicólogos, neurologistas, museólogos e sociólogos.[3]

3. A exemplo de Ivan Izquierdo, Antônio Damásio, Domênico Di Mazi, entre outros.

Assim, partindo desses pressupostos e à luz de estudos aprofundados sobre a participação da memória, em suas diferentes formas, na vida dos seres humanos, foram elaborados os objetivos das Expedições Patrimoniais.

1. Formar Núcleos de Mediadores Culturais para atuarem como animadores e promotores de iniciativas de reconhecimento, conservação, preservação e promoção da identidade cultural da gente da cidade e da gente do campo, bem como do patrimônio e das manifestações culturais das regiões onde residem;

2. Proporcionar à população das cidades selecionadas, momentos de lazer, entretenimento e maiores conhecimentos patrimoniais, através da exposição itinerante “Descobrindo tesouros culturais”;

3. Oferecer oficinas de Educação Patrimonial para jovens estudantes;

4. Contribuir para o levantamento e a catalogação dos bens culturais dos municípios selecionados pelo projeto Expedições Patrimoniais;

5. Estimular a criatividade, a sensibilidade e o senso crítico dos participantes, através de oficinas de arte, priorizando as manifestações próprias do fazer artístico de cada comunidade;

6. Ampliar o acesso dos jovens às manifestações culturais regionais;

7. Estimular o diálogo entre gerações;

8. Promover a criação de Museus de História das cidades, nos municípios onde o projeto atua.

O projeto Expedições Patrimoniais possui grande dose de ineditismo ao buscar introduzir uma metodologia inovadora – elaboração de um olhar sensível e múltiplo sobre o patrimônio cultural –, e lúdica – promovendo expedições patrimoniais, que relembram de forma contemporânea a aventura e a sagacidade dos bandeirantes, através da criação de trilhas, roteiros culturais e ambientais; associando noções de patrimônio cultural e artístico à literatura e à música; promovendo o resgate do ser humano holístico, no qual arte, natureza, ciência e técnica se encontram e se integram para a melhor compreensão do mundo e dos seres.

As Expedições Patrimoniais pretendem ser um contraponto à teoria da violência simbólica de Bourdieu,[4] mostrando aos jovens que eles são capazes: de desenvolver um novo olhar sobre a cidade; de perceber a cidade e o campo como categorias de extremo valor cultural e de começar a fazer valer seu sentido de pertencimento, sua identificação com o patrimônio local sem que seja necessário ser erudito para conseguir isso. Além disso, cria-se a oportunidade de trabalho nas esferas municipal e estadual, com a formação de pessoal qualificado com noções básicas para identificar e catalogar as representações simbólicas do patrimônio cultural e ambiental.

4. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

O intuito é ampliar o acesso dos jovens às manifestações culturais e, mais que isso, despertar valores, mostrar aos jovens que é possível não viver apenas de interesse imediatista, mas, se usado, o interesse deve ser baseado em valores, princípios e propósitos cidadãos.

Sobre a metodologia

O Método da Percepção Sensível é uma elaboração criativa das museólogas responsáveis por esse projeto: Heloisa Helena Fernandes

Gonçalves da Costa e Irene Soares Santino. Tem por fundamento teórico o conceito de saúde cultural e é sustentado por cinco eixos: apropriação da memória afetiva e coletiva; obtenção de conhecimento através de experiências sensoriais e lúdicas; elaboração intensa de sinapses; uso intermitente da variável da interrogação e incorporação do conceito *homo sapiens delphinus*. Nas Expedições Patrimoniais, o Método da Percepção Sensível proporciona a compreensão e a interpretação do uso do patrimônio cultural para melhorar a qualidade de vida dos usuários, em acordo com a definição de qualidade de vida proposta pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU: "Envolve o bem-estar físico, mental, psicológico e emocional, além de relacionamentos sociais, como família e amigos e também a *saúde*, a *educação*, o poder de compra e outras circunstâncias da vida".[5]

5. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Qualidade_de_vida.

Os jovens absorvem os conteúdos através de um processo de aprendizado extremamente rápido e isso é um diferencial. A equipe trabalha nos fins de semana e essa é uma característica marcante da metodologia. Em paralelo, há uma exposição itinerante, "Descobrindo tesouros culturais", que fica na cidade por 10 dias. Há uma aula inaugural às sextas-feiras, para toda a população, geralmente realizada em amplos espaços; sábado é dedicado às aulas interativas em uma escola pública; domingo são realizadas as trilhas patrimoniais urbanas e rurais; são oferecidas tarefas para realização durante a semana. Fim de semana seguinte, novo encontro na sexta à noite; sábado é destinado à preparação final dos Círculos de Literatura e Arte, cuja apresentação ocorre em praça pública, na noite do mesmo dia; domingo de manhã é tempo de avaliação coletiva e individual, depois tem a eleição dos mediadores culturais, que vão passar a atuar no município com ajuda dos demais participantes, que se tornam guardiões da cultura. Encerra-se a primeira etapa com a solenidade de entrega dos certificados e um almoço coletivo. A partir dessa etapa, iniciam-se as conversas através do *blog*[6] e os jovens participantes seguem consultando a equipe de técnicos sobre as novas ações. Tudo isso resulta, geralmente, na formação efetiva do Núcleo de Mediadores Culturais com parcerias locais e um novo tempo para a juventude, antes carente, agora muito consciente da sua cidadania responsável.

6. Todas as fotos, vídeos e depoimentos registrados durante a realização do projeto podem ser vistos no blog www.expedicoespatrimoniais.com.br

A metodologia na prática é assim: captamos recursos graças à qualidade do projeto, reconhecida pelo MinC (Pronac nº 07.7466). Saímos de Salvador numa van alugada, com motorista, em ambiente muito alegre,

porque a gente vai cantando, brincando e fazendo reflexões sobre o que estudamos durante a semana. Na sexta-feira, a gente se hospeda com apoio da Prefeitura. Ocorre a palestra inaugural para toda a população: pai, mãe, tio, avô, prefeito, esposa de prefeito, secretário de Cultura, faxineiro, dono da loja que vende doce ou que vende produtos de limpeza, quem quiser. A gente avisa pela rádio comunitária, e o espaço fica cheio de gente, porque tudo se torna uma novidade. Nas fotos,[7] vê-se um senhor muito idoso que os jovens identificaram como "patrimônio do saber" da cidade. Os participantes têm, obrigatoriamente, de usar o boné, a camiseta e recebem uma mochila com o material de trabalho: bloco de notas, caneta e garrafa d'água. As aulas interativas são bem dinâmicas, com brincadeiras e sensibilização para novas formas de olhar a cidade, como andar de costas ou de olhos fechados para aprender a enxergar através de outro sentido. A música é um forte componente nas aulas, em especial o som de Paulinho da Viola, que canta "mudo é aquele que só se comunica com palavras". Autores, a exemplo de Rubem Alves que é uma inspiração para o grupo, emprestam suas palavras para nos dizer que precisamos criar mais "escutatórios" e menos "parlatórios"; então, escutam-se muito os jovens em todo o processo e trocam-se muitas ideias. Fernando Pessoa é lembrado para mostrar aos jovens que "em tudo sê inteiro, nada teu exagera ou exclui".

7. Acessar o blog já referido para ver as fotos.

As Prefeituras entram no processo com participação fundamental: oferecer o lanche e o almoço dos participantes; oferecer o espaço (escola, ou buscar parceria com a paróquia local ou o centro de cultura) para o grupo trabalhar; disponibilizar outro espaço para a exposição, na qual, além dos painéis com textos e fotos de diversos bens patrimoniais, há um painel vazio para que os jovens preencham com o patrimônio local descoberto a partir das aulas de educação patrimonial. Como tudo é intenso, em curto tempo há um choque de informação nos participantes, já que provoca muita ansiedade para trocar ideias. Durante o processo, faz-se um passeio pela cidade; primeiro a pé, depois de ônibus, porque o projeto abrange também a zona rural e isso é ótimo porque os jovens participantes vão desvendando o patrimônio ambiental e o material edificado. São eles que informam, quando a equipe pergunta: "Qual é o patrimônio que você identifica?"

Criam-se muitas possibilidades de interligação dos conceitos referidos, quando as dinâmicas são executadas: fazer e desfazer uma teia de fios, por exemplo, que simbolicamente amarra as ideias e depois permite uma libertação das amarras; há risos, há alegria nas atividades lúdicas, como a da

troca de identidade dos jovens, em que são trabalhados conceitos de identidade, de reverência, de respeito à diversidade cultural e de pertencimento. Então, quando um tem de ser o outro, eles têm necessariamente de se identificar no outro.

Nas trilhas, passeando como o *flâneur* de Walter Benjamin, recuperando memórias de infância ao observar olhos d'água, pequenas colinas, quilombos, ruas históricas,[8] vai se construindo uma teia sutil e simbólica de solidariedade, não necessariamente de amigos, porque é muito pouco tempo para tanto, mas de gente que compartilha a cidade e os caminhos, com a segurança de fazer parte de um grupo que constrói sentimentos patrimoniais, quase um grupo de memorialistas.

8. O caráter dialético da cultura consiste precisamente nessa ambiguidade inerente à perda da aura da obra de arte e da natureza. D'ANGELO, Martha. A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin. *Estud. Av.* [*online*], 20(56):237-250. ISSN 0103-4014, 2006.

Em Santo Estevão, por exemplo, os jovens descobriram uma fazenda onde mora apenas o proprietário com a mãe idosa, e depois de tudo que aconteceu de bom entre os meninos e entre esse senhor, ele disse: *Vocês estão me dando vida, porque eu estou me sentindo exatamente como aquela fala de Cristo: "deixai vir a mim os pequeninos, porque deles é o reino dos céus". Eu vivo um pouco isolado aqui na fazenda e agora, com esses jovens vindo aqui, eu me sinto no reino dos céus, porque gosto disso assim: cheio de vida*. A entrega dos certificados dos jovens de Santo Estevão foi realizada durante um belo café da manhã na fazenda, que se tornou um ponto turístico oficial no município.

Outro depoimento marcante foi o da menina que discursou na entrega dos certificados. Ela disse: *Gente, eu detestava Santo Estevão e agora eu não detesto mais; eu achava que não tinha nada para fazer aqui e agora eu quero fazer as trilhas culturais. O meu pai é marceneiro, eu quero que ele faça a sinalização nas ruas, porque a gente vai poder mostrar para as pessoas que aqui tem muito patrimônio*.

E quando ocorre o encontro, no fim de semana seguinte, acontece algo novo; os jovens parecem mais elegantes, mais seguros de si, andam mais eretos e menos caídos, riem mais e brincam mais entre si e com a equipe e, aconteceu nos quatro municípios, ficam à espera da van todos juntos na praça para receberem a equipe com longos abraços e apertos de mãos. Todos se preparam para o Círculo de Literatura e Arte, podendo escolher o que querem fazer nessa apresentação. Em Rafael Jambeiro, por exemplo, arranjaram uns andaimes na construção civil local e montaram uma cena de uma pequena sala; uma das meninas se vestiu de avó, e três colegas fizeram

o papel de netos que ficavam perguntando sobre a história da cidade; à medida que a história era contada, outros colegas, vestidos como personagens de época, desfilavam num tapete vermelho, uma cortina velha que eles arranjaram na casa de alguém, e chamaram (evidentemente é para chamar a população) os pais, os parentes, os amigos, para irem ver o que eles conseguiam fazer como produtores culturais. Se levarmos em conta que essa peça foi criada por eles naquela semana, conseguiremos imaginar que potencial têm esses jovens para desenvolver seus talentos.

É tamanha a quantidade de noções que eles são capazes de processar, em tão curto espaço de tempo, que um aprendizado para a equipe foi o de nunca subestimar o potencial dos jovens participantes. Em Cabaceiras do Paraguaçu descobriu-se que havia uma rivalidade histórica muito grande entre este município e o distrito de Geolândia, antiga sede do município. Durante as Expedições Patrimoniais, os jovens deram um depoimento chamando os pais para a festividade que foi no salão do centro cultural. Eles disseram ter descoberto o patrimônio da amizade, admitindo não quererem mais essa briga e desejando a compreensão dos pais para poderem se reunir entre eles, os jovens de Geolândia com os jovens da sede, para continuar trabalhando e se divertindo juntos.

Dessa experiência de educação patrimonial, plena de bons resultados, fica o exemplo do convite dos jovens de Muritiba para a instalação do Núcleo de Mediadores Culturais, com a posse dos membros escolhidos para a diretoria. É de se apreciar a beleza implícita nesse singelo convite, onde se lê logo abaixo, da parte de jovens da oitava série ao segundo grau: "Sabemos que nessa caminhada têm pessoas dignas, que nos conduzem com respeito e dedicação. São os jovens aos eternos professores do projeto Expedições Patrimoniais".

A intenção de encerrar este texto com o convite dos jovens de Muritiba não é para dizer que os professores das Expedições Patrimoniais são muitos bons. Trazer essa referência tem a intenção de mostrar que o ser humano carrega em si um valor ético e deve ser valorizado como cidadão. Essa experiência das Expedições Patrimoniais vem ensinando que um pouco de estímulo e cuidado com os jovens que estão se sentindo meio perdidos no mundo os torna capazes para desenvolverem aquilo que eles têm de competência pessoal e que uma dose adequada de motivação para o patrimônio cultural os faz irem muito mais além, até mesmo despertando talentos e criando afetos pessoais e coletivos.

Destaques:

Esse projeto colocou em destaque três valores fundamentais:

1. A *generosidade*, da parte deles e da equipe, em trocar, em deixar as famílias no fim de semana para estarem uns com os outros, integrando o projeto. E da parte dos jovens, em especial, por receberem o novo, a aventura, de forma extremamente acolhedora e bondosa, inclusive os professores das escolas públicas e os prefeitos, pois muitos se engajaram.

2. A *esperança* renovada – uma coisa linda para um jovem que vive em um país tão complexo, onde instituições e pessoas são desacreditadas por estarem tão vazias de valores, de princípios, de ética; por serem tão violentas apesar de estarem em pleno século XXI.

3. A força do *empreendedorismo* na formação dos Núcleos de Mediadores Culturais, que a partir da criação do grupo começa a interagir com o Departamento Cultural da Prefeitura ou com a Secretaria de Educação para estabelecerem ações conjuntas. Foi assim, por exemplo, em Muritiba, onde o desfile cívico para comemorar o aniversário da cidade contava, ao longo dos anos, segundo os professores, com a parceria das Forças Armadas e era um desfile quase totalmente militar. Os Mediadores Culturais sugeriram, então, uma mudança: após tomarem conhecimento, nas atividades das Expedições Patrimoniais, de que "brinquedo" é uma categoria incluída na lista de patrimônio mundial da Unesco, no desfile de agosto 2009 o tema foi "Como brincavam nossas avós", em homenagem aos idosos da cidade e ainda para estimular a retomada de brincadeiras tradicionais, participativas, o que resultou em um momento de grande satisfação entre as gerações muritibanas.

Assim, percebe-se que a preservação do patrimônio cultural não serve apenas para cuidar da memória oficial e social, mas é uma ferramenta pedagógica extremamente valiosa para promover a saúde cultural dos cidadãos, serve para cuidar do ser humano que poderá carregar essas memórias de geração para geração promovendo frutíferos diálogos. Essas ações, acreditam os membros da equipe das Expedições Patrimoniais, podem contribuir para se estabelecer uma cultura de paz nos municípios e gerar a possibilidade de uma política cultural entre eles, do tipo cidades-

irmãs, com permanente troca de experiências patrimoniais e culturais, gerando melhor cuidado, atenção e registro dos patrimônios locais.

Nesse sentido, consolida-se a ideia de que o patrimônio cultural é uma ferramenta para a pedagogia social da inclusão quando se permite aos cidadãos terem participação ativa em um processo de educação patrimonial, a exemplo do projeto Expedições Patrimoniais.

Programa de Educação Patrimonial João Pessoa, Minha Cidade

*Josilane Maria do Nascimento Aires**

*Assessora técnica da Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa

Resumo

O trabalho João Pessoa, Minha Cidade resulta da cooperação entre o Iphan e a Prefeitura de João Pessoa, por meio da Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa, e agrega, numa perspectiva de rede de cooperação, outros setores e instituições ligadas à cultura e à educação. O objetivo é implantar uma política pública que consolide o campo da Educação Patrimonial na cidade de João Pessoa, tornando-o tema nas agendas educacionais e nos projetos culturais de forma geral. Oficinas de sensibilização, aulas de campo e oficinas de arte com vistas a favorecer o fortalecimento da identidade cultural pessoense são algumas das estratégias utilizadas nas escolas municipais. Nessa perspectiva, foram promovidas oficinas com professores, gestores e demais profissionais de educação da rede municipal, tendo como resultado a construção de um curso de especialização em Educação Patrimonial, previsto para o segundo semestre de 2010 e a inserção do tema Educação Patrimonial, em caráter transversal, na matriz curricular da rede municipal de ensino.

Palavras-chave

Rede, Educação patrimonial, Formação continuada.

Em primeiro lugar gostaríamos, em nome da Prefeitura de João Pessoa, representada pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural, de agradecer o convite e parabenizar o Iphan por esta iniciativa. Estamos passando por um momento muito favorável, no que diz respeito à preservação do patrimônio cultural brasileiro. Favorável pelas ampliações de conceitos acerca do tema, pelas conquistas já alcançadas e pelo incessante debate entre os atores desse cenário. O Fórum Nacional do Patrimônio Cultural é exemplo vivo: um espaço democrático, que aponta para a possibilidade de articular diferenças

e ideias, um lugar para discutir parcerias, onde assumimos a importância de uma gestão pautada na prática dialógica.

Convém esclarecer o lugar do qual falamos: falamos de uma cidade encantadora chamada João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, Nordeste brasileiro, terceiro sítio urbano do país, que teve o seu centro histórico tombado há dois anos como patrimônio cultural nacional, reconhecido por muitos paraibanos e pessoenses que lutaram por essa conquista.

Algumas palavras-chave presentes nesta conversa: educação e, consequentemente, a educação patrimonial, reconhecendo todas as implicações do tema e seus conceitos; a gestão compartilhada e o conhecimento como atribuição de sentidos são ideias *pedras de toque* para a compreensão e a discussão deste projeto.

Por mais de vinte anos a própria sociedade civil da cidade João Pessoa lutou pela sua preservação e pela valorização do seu patrimônio. Assim, a Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa (Copac/JP) surge como serviço público a partir de um ato reivindicatório, resultado dessa luta da sociedade civil. Nesse contexto, a Coordenadoria, órgão da Secretaria Municipal de Planejamento, nasce como resposta do poder público à sociedade pessoense. A gestão compartilhada, desde o início, foi tomada como princípio norteador das nossas ações, a exemplo da realização de um seminário, com o objetivo de elaborar um Plano de Ação para a Gestão Sustentável e Compartilhada dos Bens Culturais de João Pessoa.

Esse seminário reuniu diversas instituições públicas e privadas, além de organizações não governamentais, historicamente envolvidas nessa luta na cidade. O resultado foi o Plano de Ação e Metas da Copac/JP, a partir da construção coletiva, da pactuação com diferentes instâncias da sociedade e do poder público. A Educação Patrimonial foi apontada, por esse coletivo significativo, como uma das principais ações a ser realizada, enfatizando a importância do cidadão, centrando as ações nas pessoas, guardiãs e detentoras legítimas do patrimônio cultural. É nesse contexto que nasce o Programa de Educação Patrimonial João Pessoa, Minha Cidade, fruto do feliz encontro entre a Prefeitura de João Pessoa, por meio da Copac/JP, e o Iphan/PB. Um programa pautado no processo sistemático, significativo e permanente das ações educativas.

Identificamos, inicialmente, o quão importante seria criar uma rede, compreendermos juntos o significado da Educação Patrimonial e

pactuarmos algumas decisões aplicáveis no âmbito do próprio município de João Pessoa. A estrutura da rede, neste caso, pretende, em primeiro lugar, refletir a dinâmica real e concreta estabelecida, para além de modelos teóricos. Portanto, ela apresenta e reflete o processo; as várias possibilidades de elos entre as instituições envolvidas.

Surge, então, o primeiro movimento: o que representa a articulação interna das Secretarias que compõem a gestão municipal, uma reflexão da própria Prefeitura quanto à política pública e às prioridades, de modo a construir um programa que fizesse sentido para cada um desses órgãos e não somente para a Coordenadoria do Patrimônio Cultural. Reconhecer os saberes e as competências, somar esforços, realizar a abertura para troca e a ruptura de "trincheiras". Esse é continuamente o espaço de construção, é o ponto de partida, não de chegada. Conseguimos estabelecer parcerias: Universidade Federal da Paraíba, através de alguns departamentos – Artes Visuais, Arquitetura, Comunicação, História –; Arquidiocese da Paraíba, através do Centro Cultural São Francisco; Museu da Abolição/Ibram; Iphan; Comissão do Centro Histórico, instituição ligada ao Governo do Estado; e Universidade Aberta do Brasil.

O processo tem ensinado que a relação em rede acontece primeiramente no interior das instituições, a partir do diálogo, das pontes estabelecidas. Envolve também a subjetividade das pessoas. Desse modo, é preciso a aproximação de ideias, de sonhos e planos. No entanto, é fundamental a institucionalização desses processos, em vista da permanência e continuidade de ações, da responsabilidade de uma política pública.

É interessante, também, pontuar alguns dos conceitos e princípios que sustentam a nossa experiência. Compreende-se que as ações educativas são, necessariamente, permanentes, sistemáticas, significativas, compartilhadas e transversais, ou seja, não podem ser confundidas com ações pontuais, como eventos ou oficinas. Ações pontuais não provocam mudanças de paradigmas. O estratégico e o sistêmico são fundamentais para a eficiência e a eficácia da ação.

A opção pela transversalidade reflete a nossa concepção acerca do próprio tema. A Educação Patrimonial perpassa um conjunto conceitual que não circunscreve uma única área; é pensada a partir dos amplos campos conceituais da educação e da cultura. Esse tema envolve e aplica-se a uma imensa gama de possibilidades.

A experiência da Educação Patrimonial traz, em si, todo o acúmulo da área de educação, quanto aos processos de conhecimento e de aprendizagem. A ação educativa é eficaz na medida em que parte da atribuição de sentido e significação de todos os atores envolvidos. Outro aspecto a ser abordado é a aplicação do tema por diferentes áreas de conhecimento. A contextualização da temática pode oferecer elementos didáticos para disciplinas que, aparentemente, não estão vinculadas à ideia da Educação Patrimonial. Para tanto, é de fundamental importância a sua inserção curricular para a institucionalização dos processos e consequente sistematização e permanência como política pública.

O Programa tem como objetivo geral implantar uma política pública de Educação Patrimonial no município de João pessoa de forma compartilhada, favorecendo o reconhecimento, a valorização, a preservação, a apropriação e o uso sustentável dos bens culturais. A nossa meta é consolidar o campo da Educação Patrimonial na cidade de João Pessoa e no Estado da Paraíba, de forma que se torne tema presente nas agendas educacionais e nos projetos culturais de forma geral.

O programa está dividido em dois blocos integrados: Educação Formal e Educação e Comunidade. O primeiro bloco abrange a formação continuada de professores, gestores e especialistas (pedagogos, psicólogos e assistentes sociais escolares), envolve encontros e debates sobre temas como memória, identidade e patrimônio cultural, como também ações diretas voltadas para os alunos da rede municipal de ensino – oficinas de sensibilização, aulas de campo, oficinas de arte-educação e ações voltadas para o apoio às atividades didáticas realizadas nas escolas.

Quanto às oficinas de sensibilização ministradas aos educadores da rede municipal definimos, como estratégia inicial, trabalhar a temática com os gestores municipais de diferentes secretarias e órgãos, tendo em vista as suas funções de poder, de decisão. A meta estabelecida de preenchimento dos espaços de poder objetiva munir de informação, sensibilizando os gestores públicos quanto às decisões que envolvem o tema da Educação Patrimonial.

Conceitos como memória, identidade, bem, valor, patrimônio, cultura, patrimônio cultural, território, tombamento e registro constituem, nessa proposta, questões norteadoras e basilares para favorecer uma mudança de paradigma, quanto ao patrimônio cultural, gerando nova relação com o lugar, com a história, com as vivências individuais e coletivas. Inicialmente,

as oficinas não tiveram como foco o patrimônio cultural de João Pessoa, em si, mas um conjunto de conceitos que reconfiguram as relações com esse patrimônio, de modo mais permanente e sistemático.

A segunda etapa envolveu os professores de história e geografia e nos possibilitou, pela qualidade do diálogo estabelecido, a avaliação e a redefinição do processo realizado e a confirmação de algumas escolhas. Envolveu, também, os especialistas da rede municipal de ensino (psicólogos, assistentes sociais e pedagogos) responsáveis, no sistema de ensino, pelo planejamento, pelo pensar a escola junto com os professores e gestores da rede. Esse segmento é responsável, juntamente com os diretores de escolas, pelas questões cotidianas, no "aqui e agora" da escola, questões que envolvem aspectos administrativos, pedagógicos e humanos. O modo desse segmento tratar as questões relativas ao tema da educação com o patrimônio cultural tem, necessariamente, forte impacto com o lugar que a Educação Patrimonial assume na agenda pedagógica da escola.

Na última etapa, devido a um planejamento já em curso pela Secretaria Municipal de Educação, envolveu-se o professorado do Ensino Fundamental I, que na experiência tratou o tema com maior abertura e flexibilidade. O grupo de professores que atuam no segmento da Educação Infantil não participou dessa etapa do programa, devendo ser inseridos em sua segunda fase, no ano de 2010.

Como resultado desse processo de formação continuada pode-se apontar a necessidade de implantação da Educação Patrimonial no currículo da rede municipal de ensino como tema transversal. A análise, a discussão dessa ação e a consequente elaboração de documento referente tiveram a duração de um semestre, a partir de uma metodologia participativa e de forma compartilhada com todas as pessoas que fazem parte dessa rede.

A inserção do tema da Educação Patrimonial no currículo implica, necessariamente, a produção de material de apoio didático para responder pedagogicamente a essa demanda. É fundamental a produção de material didático diversificado que favoreça a construção dos elos necessários, no tempo fecundo da escola, com o patrimônio cultural. Assim, é preciso oferecer ao professorado material didático de qualidade, adequado a cada faixa de ensino. Parcerias com o Ministério da Educação, por exemplo, para inserção do tema nos livros didáticos, pode ser uma opção interessante.

Ainda como resultado da rede municipal de ensino que vem sendo

construída, pode-se apontar o Curso de Especialização em Educação Patrimonial, parceria firmada com o Iphan, a Secretaria Municipal de Educação, a Universidade Aberta do Brasil e com a UFPB virtual. O curso tem início previsto para o segundo semestre de 2010. Essa experiência coloca em evidência a grande dificuldade e, ao mesmo tempo, o quanto é importante o diálogo interinstitucional: reconhecer que todos têm algo a dizer, construir um diálogo coletivamente, negociar espaços de poder e conflitos.

Com a rede municipal de ensino, realizou-se, ainda, a coordenação de aulas de campo. Essa ação envolve, numa primeira etapa, quatro escolas inseridas no perímetro de abrangência do tombamento nacional. A equipe é composta de estagiários de diferentes cursos da Universidade Federal da Paraíba, além de técnicos do Iphan/PB e da Prefeitura de João Pessoa – Coordenadoria de Proteção do Patrimônio Cultural. A equipe estabelece uma parceria com a escola, realiza oficinas de sensibilização, aulas de campo e, ao término desta, oficinas de artes compõem ainda a ação realizada no espaço da escola, com alunos e professores envolvidos na ação. As aulas de campo acontecem no centro histórico, onde se localizam as escolas envolvidas no projeto, sendo este um primeiro desafio a ser vencido. Muitos alunos participantes do projeto residem próximo à escola, no centro histórico ou no seu entorno, e nosso grande desafio é o de sensibilizar o olhar, é o de alterar o processo de invisibilidade que gera o olhar sem ver, para abrir a possibilidade de ver e reler o sempre olhado e nunca visto.

Essas aulas de campo envolvem também uma oficina de artes, com o objetivo de explorar outras linguagens, como alternativa para comunicar a experiência vivida, o saber construído.

O processo avaliativo encontra-se em construção, sendo necessário, ainda, o monitoramento do impacto das ações desenvolvidas, quanto à mudança de paradigmas e à construção de valores, atitudes, procedimentos e habilidades que indiquem a sua eficiência e eficácia. Entretanto, é interessante destacar nesse processo, de forma espontânea e lúdica, alguns comentários do alunado quando dos momentos de partilha e trocas. Ao comentar sobre o que mais chamou a sua atenção, sobre o que ainda não conhecia no centro histórico uma garota respondeu: "Tudo, eu ainda não conhecia o centro histórico"! Outro aluno, morador do local: "Eu não consegui ouvir muita coisa que falaram, porque achei tudo tão bonito que nem prestei atenção".

A dificuldade de entender a Educação Patrimonial como um processo contínuo e sistemático é ainda um grande desafio a ser vencido, e o processo de troca de experiências, a exemplo deste fórum, tem muito a contribuir. A necessidade de uma maior produção de conhecimento na área de Educação Patrimonial, de pesquisas que tragam a referência da Educação Patrimonial com a mesma consistência das inúmeras teses, envolvendo o patrimônio edificado. É preciso pensar, tomar como objeto a ser explorado, a ser conhecido e, posteriormente, socializar esse material produzido. A ausência do tema da Educação Patrimonial no cotidiano das pessoas, o desencontro entre o tempo da escola e o tempo das instituições, a ausência de material didático de apoio acessível, a ausência de linhas de captação de recursos financeiros para esta área são desafios, entre muitos outros, a serem vencidos.

Uma expressão do mestre Paulo Freire encerra esta comunicação: "Só existe saber na reinvenção, busca inquieta, apaixonada, impaciente que o homem faz do mundo, no mundo e com os outros homens".

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Orientações gerais*: rede nacional de formação continuada de professores de educação básica, 2005.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Fundamental*. História. Brasília: MEC, 2007.

CARTA DE NOVA OLINDA. Documento final do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio. Chapada do Araripe, Nova Olinda – CE, 2009.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GRUNBERG, Evelina. Educação Patrimonial: educação dos bens culturais como recursos educacionais. In: *Museologia social*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2000.

KESSEL, Zilda. *Construção da memória na escola*: um estudo sobre as relações entre memória, história e informação na contemporaneidade. São Paulo: ECA/USP, 2002.

Projeto Re(vi)vendo Êxodos: uma vivência em patrimônio identidade e meio ambiente na escola pública

*Luís Guilherme Baptista**

Resumo

A inserção da educação patrimonial no ensino médio é o tema do texto que narra a experiência realizada desde o ano de 2001, numa escola da Rede Pública de Educação de Brasília. É o depoimento de como a educação patrimonial pode se transformar numa ferramenta para desenvolver a identificação e a autoestima de jovens, através do conhecimento e da valorização da sua história, da história do seu bairro, de seu passado. Revela uma visão humanista do patrimônio como um caminho para se discutir temas como cidadania, cultura e liberdade.

*Professor de história do ensino médio da Rede Pública de Ensino de Brasília

Palavras-chave

Educação patrimonial, Escola pública, Autoconhecimento.

Sou professor de ensino médio de uma escola pública, que fica no Setor Leste, em Brasília, essa cidade dos escândalos, mas não vamos começar por aí, senão não terminamos mais. "Escola pública", para mim, já diz tudo. Já dei aula na UnB, em faculdades particulares, já dei aula na Secretaria de Cultura, já trabalhei com meninos de rua... Mas, hoje, eu sou um professor de escola pública e é nisso que eu acredito. Não acredito em outra coisa. Desculpe quem trabalha em outras coisas, mas é fundamental.

Todo mundo falou coisas maravilhosas e fico impressionado, emocionado por participar do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Queria agradecer ao Iphan por esta oportunidade, mas o que um professor de ensino médio está fazendo num fórum sobre patrimônio cultural, juntamente com pessoas de todo o país, acadêmicos, procuradores da

República, representantes da Unesco e tal? Vim compartilhar uma experiência que criamos em nossa escola e que pode ajudar na discussão do que pode ser educação patrimonial. Vale a pena, pelo menos, abrirmos um pouquinho os nossos sentidos para poder falar disso.

O projeto começou em 2001, a partir da exposição do fotógrafo Sebastião Salgado que muitos, com certeza, viram uma vez que passou pelas capitais e por várias cidades do país. No Distrito Federal, só temos 650 escolas, e muitas, mais de 500, foram ver e a nossa escola foi uma delas.

E os alunos começaram, a partir da leitura da exposição, a trabalhar migração clandestina; violência urbana; êxodos por causa de guerra; guerra na Iugoslávia, no Afeganistão; mulheres do Afeganistão. Daí a proposta foi mostrada: "vamos trabalhar isso, pesquisar conceitual e teoricamente no nosso dispositivo de grade curricular: história, geografia, filosofia e sociologia (ciências humanas)". Eu sou professor de história. E a moçada pesquisou, trabalhou, fez seminário, apresentação. E, depois, propusemos que eles fotografassem.

Nossos alunos acharam e fotografaram, no Distrito Federal, situações como a da guerra da Iugoslávia, a migração clandestina, a mulher do Afeganistão. Guimarães Rosa fala: "o Sertão é do tamanho do mundo", então, o nosso projeto, por incrível que pareça, por menor que seja, é também do tamanho do mundo. E tenho certeza que lá, nós vimos até índio, porque nós ainda temos índios morando dentro do DF. Apesar de ainda estarem tirando alguns remanescentes à força. Então, esse projeto foi muito importante e a exposição foi lindíssima. Outras centenas de escolas nos procuraram para ver a nossa exposição.

No período de 2002 a 2004 éramos oito professores e só eu coordenava projetos com temas como: identidade, cultura e identidade; e depois: expressão cultural política e liberdade. E fui inventando. Porque era necessário colocar esses meninos para se expressarem.

Senhores, a nossa escola fica no Plano Piloto, onde não existe mais o sonho do Lúcio Costa. Acabou. Somente no coração de algumas pessoas, talvez, ainda exista utopia, infelizmente. O sonho da educação de Anísio Teixeira, de Darci Ribeiro, que queriam uma universidade pensante, uma academia pulsante, mais voltada para a sociedade, não existe mais. Perdão se entre os presentes existam pessoas da Universidade de Brasília, mas a universidade está distante desse pensamento e precisamos resgatar isso.

Pensar sistema, pensar tudo é fundamental. Mas o objeto sempre sendo objeto. Qual é o objeto do patrimônio? Qual é o objeto final das coisas? Para mim, como educador, como professor é o ser humano. Qualquer ação só tem sentido se aquele jovem, que está na minha frente, que é da periferia, que mora longe, vem para a minha escola que fica no Plano Piloto for o objetivo. De forma que 75% do meu público são da periferia e são alunos maravilhosos, geniais, inteligentes, criativos e lindos. Mas eles precisam de canais para se expressar. É fundamental, então, abrir esses processos, esses canais para eles poderem criar. Por isso, fizemos o projeto. Em 2004, eu estava cansado, uma vez que trabalho há muito tempo. Há 25 anos leciono, mas, bem antes disso, aos 15 anos, já trabalhava. Foi quando pensamos em fazer uma atividade mais física.

Resolvemos fazer uma caminhada. A moçada descobriu o que é identidade ao descobrir a sua própria que imaginava não existir. Eles nascem numa rua, num bairro, numa cidade que antes era cidade satélite e hoje é "região administrativa"; fica bonito, fica melhor, fica menos feio. Então, ele está lá, picha tudo o que encontra pela frente, porque não tem nenhum sentido de patrimônio; ele não tem sentido de patrimônio pessoal nem sequer identidade. Então, precisamos resgatar e construir tudo isso.

Quando hoje, em 2009, peço para um aluno, do terceiro ano, que se prepara para o vestibular, fazer a sua árvore genealógica, ele acha engraçado, e eu digo: Meu filho, suas raízes são profundas; seus galhos e frutos também podem ser. Vamos lá, vamos trabalhar, vamos pensar onde é que você mora, vamos valorizar a sua casa, a sua família; sua relação familiar primeiro, antes de vir para cá, para você ter outro sentimento de valorização. Foi aí que pensei em fazer uma coisa que os levasse à "pedagogia da autonomia" do nosso colega, Paulo Freire, da "pedagogia da liberdade", "pedagogia da amorosidade" para aprendermos a amar novamente. E, para isso, caminharemos juntos.

E o projeto envolve tudo isso que foi academicamente falado, lindamente falado pelas pessoas presentes. Adorei a transgressão com paixão da Fundação Casa Grande.

Então, pensei: vamos lá, onde é que a gente vai caminhar para dar sentido à região onde essa moçada mora? Tudo que eu faço, tudo o que fiz, tudo que construí foi coletivamente. Não fiz nada sozinho, não faço nada sozinho, não penso nada sozinho. Mas crio coletivamente, faço coletivamente com os meus colegas, com os meus parceiros, com o Exército brasileiro, com o

Iphan, com o Ibama, com o Instituto Chico Mendes, com todos os órgãos que nos apoiam como o Roteiro Missão Cruls que objetiva proporcionar a estudantes de Brasília formação intelectual e emocional de forma a transformá-los em cidadãos críticos e sensíveis à temática do patrimônio e diversidade cultural do País. Menos a Secretaria de Educação do DF que nunca me deu um grão de arroz para fazer a caminhada. Como fazer para eles entenderem e gostarem um pouco dessa região em que eles moram?

Não é valorizando o Plano Piloto, que é tão insensato. Vamos falar do passado. Para quem conhece a *Sinfonia da Alvorada* de Vinícius de Morais e Tom Jobim, está lá "O princípio era o erro." Até o presidente Juscelino Kubitschek, com aquele seu discurso lindo dizia: "[...] Do alto do Planalto Central, essa solidão que em breve se transformará no palco dos mais altos [...]" Essa solidão era cheia de vida, cheia de dança e música, e saberes, e fazeres e tudo o mais. Mas parece que não tinha nada e chegou tal qual a Missão Cruls e construiu Brasília.

A partir da Missão Cruls, chefiada pelo astrônomo e engenheiro de origem belga Louis Cruls, radicado no Brasil, que em 1892 demarcou o quadrilátero onde 60 anos depois seria construída Brasília é que decidi iniciar nosso projeto. Então, como é que vou fazer para essa moçada gostar disso?

Incluindo trechos do roteiro da Missão Cruls, em outubro de 2004 reuni 42 alunos dos 2° e 3° anos do 2° grau, na faixa entre 16 e 18 anos, para percorrer 110 km, em sete dias, entre Brazlândia e Planaltina. Durante a caminhada, aulas de geografia, história, política, diversidade cultural e a história de criação do Distrito Federal. Brazlândia já existia há 65 anos, e Planaltina acabara de completar 150 anos.

Mas não é só caminhar, os alunos têm todo um treinamento com o Corpo de Bombeiros, com a Polícia Militar, a Polícia Ambiental, o Exército e com o Grupo de Escoteiros. Aprendem a montar barracas, aprendendo tudo. Tudo é aula, o fazer café é aula, porque é café de bandeirante, eles caminham e chegam ao pouso onde todos os grupos têm funções. E depois, ao final do dia, os alunos promovem relatórios. Todo ano fazemos essa caminhada por várias regiões do entorno do Distrito Federal, para entendermos qual é a nossa cara, qual é a nossa identidade. Qual é o nosso patrimônio.

Qual é o sentido da nossa vida? E os meninos "piram". As exposições fotográficas montadas por eles desde 2001 são de "pirar". Porque é muito

bonito, o garoto se enxerga, ele se apaixona por aquilo que está vendo e por ele próprio, que é o mais importante. E, a partir daí, eles se transformam, seus pais ao final da caminhada me perguntam: "O que você fez com o meu filho?" e eu respondo – Eu não fiz nada; e completam: "Mas ele mudou, ele lava prato, ele ajuda a mãe, ele respeita, ele pede por favor". Eu acho que isso faz toda a diferença do mundo. E faz diferença até para quem seguir, também, por caminhos um pouco mais acadêmicos.

Em 2008, para comemorar o centenário de nascimento de João Guimarães Rosa, o projeto mergulhou na obra do consagrado escritor brasileiro, adotando como região de pesquisa o Vale do Urucuia e adjacências, em Minas Gerais. Os alunos foram levados a estudar e a refletir os textos desse escritor, entendendo-os como identidade e patrimônio de um povo. Os participantes do projeto também puderam conhecer a região e o meio ambiente natural e humano formadores da base da obra de Guimarães Rosa. Com a pesquisa, foi possível analisar criticamente a vida cotidiana em nossas escolas, levando os alunos a uma reflexão sobre os objetos de pesquisa trabalhados. Com isso, desenvolveu-se uma maior compreensão das questões da atualidade e das múltiplas facetas da realidade contemporânea. O ponto alto do projeto foi a caminhada quando cerca de 60 estudantes, 20 monitores (ex-alunos formados pelo projeto) e professores, uma equipe do Corpo de Bombeiros do DF e um destacamento da Polícia Ambiental de Brasília caminharam pelos cerca de 300 quilômetros que ligam o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, no município de Chapada Gaúcha (MG), ao Jardim Botânico de Brasília. Nesse percurso, os estudantes revezaram-se entre as caminhadas de até 30 km diários, aulas especiais abordando os temas do projeto com professores de Brasília e dos locais visitados, bem como vivências culturais no período da noite.

Eu não tenho o tempo necessário para falar tudo que eu gostaria. Então, quero agradecer ao Iphan por esta oportunidade. E quero, também, parabenizar a todos vocês, por trabalharem com cultura nesta terra, com o patrimônio, que considero fundamental. Temos de fazer isso, mas com maior responsabilidade. Tudo aqui é dinheiro público. Desculpem, mas é o que eu penso, é o que sinto. Temos de ter responsabilidade para com o futuro desta Nação. Acredito demais nesta terra e neste povo, nas pessoas que recebem os nossos alunos, que também fazem pesquisa de campo ao longo do ano, porque, antes de fazer a caminhada, nós fazemos várias pesquisas de campo.

Teve um senhor de 92 anos, em Unaí, que falou: "Obrigado, este é o dia mais feliz da minha vida." E por quê? "Porque deu sentido, você está me ouvindo?" É de chorar. E cansei de chorar nessa caminhada, chorar pelos calos, meus amigos, chorar de dor, chorar pela coragem desses meninos de se transformarem, de querer uma escola nova, de querer ser corajosos, ousados.

Já que está se falando tanto em sistema, em rede, me lembro de um grupo, em Brasília, que tocava nos bares, na rua, e falava assim: "Liga tripa, contra a fome e contra o tédio e contra o bode, nós se une." E cantavam, e cantavam, e era uma loucura. E a gente dançava, não tinha quem não dançasse. Eu tenho outro amigo, maluco, que faleceu em 1984, precocemente, o Aloísio Batata, um ator de arrebentar corações e almas. Ele falava assim: "Olha, Luís Guilherme, eu não sou comunista, não, eu sou insistencialista". Nunca me esqueço do que o Batata me falou: "Eu sou 'insistencialista', eu vou morrer acreditando que é possível construirmos um país melhor, um futuro melhor, pessoas melhores". É possível salvar as coisas.

Eu sou pessimista quanto a algumas conferências mundiais e, às vezes, até com alguns fóruns nacionais. Mas é fundamental o esforço, a paixão, a dedicação de vocês, de todos os doutores, técnicos, assessores, os mais simples, as pessoas que trazem água para gente, que cuidam do som. Parabéns! Não é fácil ficar aí, sentado, meu irmão. Parabéns a todos!

É muito importante esse esforço coletivo e é difícil a academia ouvir quem está no ensino médio. Eu tenho alunos que passaram no concurso do Supremo Tribunal Federal e continuam grudados no ensino médio e eu digo – Sai daqui meu filho, vai embora! E ele: "Não, professor, eu quero continuar na caminhada, quero fazer esse ano de novo". E agora, são monitores, para incentivar os novos alunos. Já estamos trabalhando com o ensino fundamental, e existem outras escolas envolvidas no projeto.

Só para lembrar, o projeto da caminhada está inserido no projeto Revivendo Êxodos, que discute várias questões e não abrange apenas as ciências humanas. Todos os nossos professores trabalham, muitos odeiam o projeto, porque dizem: "eu não ganho para isso, eu odeio campo, eu não piso na areia, eu não tomo banho frio".

Então, têm coisas impressionantes na caminhada. Primeiro, a disciplina é fundamental, não é passeio. Eu sou duríssimo com os meus alunos, podem perguntar para eles. Nós não passeamos, nós mergulhamos. Então, é necessário um envolvimento profundo dessas crianças, desses jovens, com a proposta. É necessário levantar às seis da manhã; estar pronto às sete horas; começar a caminhar às sete e meia e andar de quatro a cinco horas por dia; estar pronto para assistir aula à tarde e com a comunidade, à noite. Antigamente, eu chamava de ação pedagógica, ação civil, um debate com a comunidade, mas não é. É aula, tudo é aula. Os alunos têm contato com a comunidade à noite para aprender artesanato, para aprender o modo de vida deles, para aprender como se faz garapa, para aprender como se vive, como é que se pensa, como se dança, como se cria nessas regiões. Então, eles vão sendo envolvidos em tudo e não se trata apenas de observar. Tem apresentação de congada, de jongo e eles participam, têm de dançar e se interessar, pesquisar e escrever. Sem contar, traduzir tudo em algo também acadêmico, em relatório.

Foram algumas caminhadas: em 2004, de Brazlândia (DF) a Planaltina (DF), 110 quilômetros em sete dias; em 2005, ano em que começamos a nossa parceria com o Iphan, fizemos 280 quilômetros a pé, de baixo de sol, entre o Morro da Serra dos Pireneus, no Parque Estadual dos Pireneus (GO) até o Palácio do Catetinho, em Brasília, em 16 dias; em 2006, fizemos 240 km de Formosa (GO), marco zero da Missão Cruls, ao Parque Nacional de Brasília; em 2007, fizemos várias ações de pequenas caminhadas; em 2008, comemorando o Centenário de Guimarães Rosa, fizemos 1.300 km, sendo 300 km a pé, passando por diversas cidades na Chapada Gaúcha (MG), até chegarmos ao Jardim Botânico do Distrito Federal.

São várias ações que ligam e posso exemplificar. Todas as pessoas, todas as escolas, todas as TVs, todos os programas dizem que é preciso economizar água, porque o planeta vai ficar seco, daqui a 20 anos não vai existir mais água no mundo. Sabe como você ensina a economizar água? Banho de três minutos, um minuto com água, outro sem água e mais um minuto com água. É assim, e são dez alunos de uma vez só numa barraca do Exército. Sabe como se aprende a valorizar a água também? Caminhando 30 quilômetros com um cantil de um litro. E, aí, falamos: não beba, senão você vai morrer de sede. E ele bebe no primeiro quilômetro, no décimo quilômetro ele está perguntando a Deus o que está fazendo naquele lugar.

A Casa do Patrimônio e a Jornada do Patrimônio Cultural de Recife

*Frederico Almeida**

*Superintendente do Iphan/PE

Resumo

Trata-se de um relato sobre a criação, em Recife, da Casa do Patrimônio, que sintetiza um conceito trabalhado desde o ano de 2006. A proposta é promover uma aproximação entre comunidade e patrimônio cultural. A mudança de espaço físico se configurou numa atitude em direção a uma mudança de conceito na política de preservação do patrimônio. Nesse novo conceito, voltado para atuar com as comunidades, foram realizadas várias oficinas para capacitar professores e alunos para reconhecer o patrimônio cultural de sua localidade e promover ações de turismo cultural. Ainda no conceito da Casa do Patrimônio foi desenvolvido o programa Conhecer para Preservar em cidades como Goiana, Ipojuca e Igarassu, no Estado de Pernambuco, que passam por um processo de perda de identidade, diante do acelerado desenvolvimento local.

Palavras-chave

Casa do Patrimônio, Inclusão social, Educação patrimonial.

Vou apresentar uma experiência que estamos tentando desenvolver. Nesta semana, vamos inaugurar o Casarão do Patrimônio, a partir de um conceito de casa de patrimônio em que estamos trabalhando desde 2006 e que se concretiza neste ano de 2009. Trabalho há 26 anos no Iphan e, como engenheiro civil, notava que a gente se preocupava, principalmente, com a formulação de uma tecnologia e de uma técnica de restauro, para em seguida, vermos esse bem patrimonial pichado por um jovem exatamente, porque não existe uma apropriação desse bem.

Havia, portanto, uma angústia nesse tratamento que revelava uma distância muito grande entre o patrimônio e as pessoas que o utilizavam.

Então, percebia a necessidade de trabalhar urgentemente essa questão. E acredito que um dos caminhos é a educação patrimonial com a inclusão social. Acredito que temos de inserir o patrimônio cultural no processo socioeconômico do país e, se o patrimônio é riqueza, fazer com que essa riqueza seja utilizada por essas pessoas.

Esse é um conceito que vem sendo construído para encontrar formas com as quais podemos trabalhar. O que me parece mais interessante é que se trata de um processo que deve ter alguns métodos, aos quais chegaremos juntos. O importante é, exatamente, que as ações não se tornem isoladas. Para mim, é fundamental que trabalhemos de forma sistêmica para conseguir a efetividade das nossas ações de educação patrimonial. E, consequentemente, a apropriação de nosso patrimônio pela população.

Em Pernambuco, a Casa do Patrimônio surgiu a partir da ideia desenvolvida em uma reunião que aconteceu em Pirenópolis, em 2008. Começamos a trabalhar e, paralelamente, buscávamos a oportunidade de trocar a nossa sede. Começamos, então, a visar à mudança de sede como uma atitude em direção a um novo conceito no tratamento do patrimônio.

Dessa forma, a Casa do Patrimônio, em Pernambuco, foi desenvolvida para se transformar numa marca de alegria. Primeiramente escolhemos um tema, que foi quase unânime, não somente em Recife, como em Olinda. Pensamos em usar o frevo, como simbologia dessa alegria do povo pernambucano. Para criar a marca da Casa do Patrimônio utilizamos um fragmento do quadro *Pitombeira dos Quatro Cantos* que retrata um bloco carnavalesco do Olinda, do artista Bajado, nascido em Pernambuco, conhecido mundialmente e que faleceu em 1996 aos 84 anos.

Como eu disse, anteriormente, a ideia era promover mudanças, tanto em nível conceitual, quanto do espaço físico. Nossa sede era um sobrado, localizado na rua Benfica, no bairro de Madalena, em Recife. O espaço, hoje, abriga o Museu da Abolição que ainda funciona de forma muito tímida, mas que terá condições para desenvolver seu trabalho. Passamos, então, para o Palácio da Solenidade, o antigo Palácio Episcopal, um colégio tradicional de Recife, que fechou em 2006. Estava abandonado e firmamos uma parceria com a Universidade Católica, proprietária do imóvel, para trabalhar, inclusive, os conceitos num processo educativo conjunto.

O conceito já existia e foi sendo aplicado. Antes mesmo de 2006 já realizávamos várias oficinas com a comunidade local para tentar promover

essa apropriação do patrimônio. Vejo que a Casa do Patrimônio é um local de ações, não só do Iphan como instituição normativa e fiscalizadora, mas de ações com a sociedade. Não se trata de um local em que se venha trabalhar, também não se trata de convidar as pessoas apenas para discutir a gestão do patrimônio cultural; é a tentativa concreta de trabalhar junto com a comunidade, trazê-la para dentro do Iphan. Essa decisão não deve estar restrita ao Estado de Pernambuco, mas deve se estender a todos os Estados.

Como essa é uma casa de patrimônio da capital, entendemos que é o local apropriado para congregar essa ideia e, desde 2007, várias ações da educação patrimonial foram realizadas com a comunidade. Por exemplo, em Goiana, nós estamos instruindo o tombamento e verificamos uma resistência muito grande da população. Fomos até lá para tentar promover a apropriação desses bens, mostrar sua importância. Desenvolvemos um projeto chamado Conhecer para Preservar, com três cidades: Goiana, Igarassu e Ipojuca, que também estão passando por uma fase bastante acelerada de descaracterização e de falta de identidade. Principalmente Ipojuca que está em expansão por causa do Porto de Suape, de forma que está havendo um rápido aumento da população e, consequentemente, da cidade, que está, hoje, desarticulada por completo desse processo. O projeto Conhecer para Preservar também faz parte do conceito Casa do Patrimônio.

Começamos a trabalhar as Casas do Patrimônio, a partir dos conceitos desenvolvidos pela direção central. A Casa do Patrimônio transformou-se, em 2009, em um nome que congrega um conceito e, a partir dele, passamos a unir todas as ações em torno dessa casa/conceito. As ações educativas fazem parte de um processo que precisa estar articulado com as ações estruturadoras. A ideia é a consolidação e renovação de parcerias com agentes educacionais, através de sua capacitação. Acredito que isso é muito importante, pois trabalhamos também a inclusão social, de forma que a sociedade possa sentir que aquele patrimônio lhe pertence e, assim, passe a utilizá-lo. Sentir que o patrimônio é de todos nós.

Iniciamos o desenvolvimento de ações educativas com a capacitação de professores do Liceu de Artes Ofícios do Colégio Duarte Nóbrega, que fica próximo de nossa sede e depois essas ações se estenderam para as demais escolas do Liceu Duarte Nóbrega. Essa capacitação foi interessante porque os professores não conheciam o patrimônio da localidade onde atuavam – o Bairro da Boa Vista – e a partir daquela ação começaram a perceber o que tinha de bonito ao seu redor e a sua importância.

Fico muito emocionado quando vejo o professor Luís Guilherme de Brasília, fazendo suas caminhadas, muitos quilômetros, procurando vivenciar o patrimônio cultural daquela comunidade. É fascinante você ver o seu amor por esse projeto. Acredito que todos nós que trabalhamos com patrimônio, o fazemos com paixão. É um desafio, uma bandeira que carregamos e temos de trabalhar com todas as armas. A educação é fundamental para que possamos levar as pessoas a se apropriarem desse bem.

Estava falando sobre um programa de roteiros da Boa Vista que estamos desenvolvendo com os alunos e professores do Liceu Duarte Nóbrega e esperamos que essa proposta seja implementada já em 2010. Iniciamos a capacitação dos professores e os alunos vão fazer um roteiro do bairro onde fica localizada a Casa do Patrimônio, a nossa casa.

Em cooperação com a Fundação Fé e Alegria ligada à Universidade Católica, por meio da ONG Moradia e Cidadania, recriamos um ponto de cultura para capacitar monitores para desenvolvermos roteiros, tanto para a Boa Vista, quanto para os bairros de Recife. O objetivo é levar também essa capacitação para a redondeza, com vistas ao turismo.

Outro assunto com o qual trabalhamos foi a expansão da biblioteca que, na antiga sede, ficava nos fundos e acabava sendo utilizada somente pelos intelectuais, ou seja, o pessoal da universidade e pelos estudantes, mesmo assim, de forma muito tímida. Para mudar essa prática, mudamos a biblioteca e o setor de documentos para a parte da frente da sede, reunindo tudo num Centro de Documentação. Esse Centro será denominado Airton Carvalho, como homenagem ao diretor no período de 1937 a 1991 e que nos foi muito caro. O Centro reúne mais de 600 obras raras, mais de dez mil títulos, mapoteca e um acervo muito grande ao qual a população passou a ter mais acesso. Para nós é uma conquista porque trabalhamos para toda a população e não para alguns.

Estamos ainda trabalhando com alunos universitários e, recentemente, fizemos uma oficina de capacitação em maquetes na Universidade Católica. Juntamente com os alunos foram feitas maquetes de quatro cidades: Olinda, Recife, Igarassu e Goiana. Elas estão à disposição e vão participar de uma exposição. Sem contar que essas maquetes farão parte do nosso patrimônio.

A nova sede, como já disse, é um Palácio Episcopal, de propriedade da Universidade Católica que o cedeu numa parceria com duração de 30 anos. A sede do Iphan está instalada na parte superior; e na parte inferior da casa

funcionará um espaço para exposições e interlocução com a sociedade, onde ficará a biblioteca, o auditório e as oficinas. Estamos começando com uma exposição temporária para que, posteriormente, possamos realizar uma exposição de longa duração. E é válido lembrar que não estamos realizando ações somente com o Palácio Episcopal, estamos atuando, também, em Olinda e Igarassu. Já temos, inclusive, um imóvel em obras em Igarassu, onde funcionará o nosso escritório técnico. A Casa do Patrimônio formará uma rede local. Essa rede, claro, vai se interligar com todas as outras redes nacionais e não apenas com as casas do Iphan. Pretendemos que se torne uma rede, como vem sendo proposto neste fórum.

Para divulgar a nova sede e esta nova proposta de trabalho conjunto com a sociedade, decidimos e planejamos criar uma campanha com as seguintes atividades:

- Jornada do Patrimônio Cultural – 39 parceiros institucionais expondo em pequenos quiosques os trabalhos de preservação cultural que vêm desenvolvendo. Trata-se de um espaço para propor uma conversa sobre essas ações. E esse espaço de diálogo acontecerá durante todo o dia. A intenção é trazer esses parceiros para dentro da nossa Casa do Patrimônio.
- Campanha por meio de *outdoor* criada pelo Iphan para aproximar o patrimônio cultural de toda a sociedade.

E para finalizar, quero convidá-los a visitar a exposição que vamos realizar, intitulada "O sopro do tempo". O tema surgiu a partir de uma peça que encontramos no Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco, que sintetizou bem a diversidade do nosso patrimônio cultural. Trata-se de uma flauta de osso animal, com dois mil anos, localizada no interior do Estado, em 1983 junto de um crânio apelidado de Flautista da Furna do Estrago, numa referência ao local onde foi encontrado, o Sítio Arqueológico Furna do Estrago no município de Brejo da Madre de Deus, em Pernambuco.

Identificamos essa flauta como uma peça emblemática da diversidade cultural. É patrimônio material, patrimônio móvel, patrimônio arqueológico e nos remete à relação do homem nordestino com a cultura.

Educação Patrimonial

Subtemas

Perspectiva de interação e ação nas comunidades

Perspectivas de inserção na educação formal

Coordenadora: **Sônia Rampim Florêncio** (Iphan)

Relatora: **Elizabete Vicari** (Associação Cultural Amigos do Museu do Folclore Edison Carneiro)

Comunicações

Casa do Patrimônio de Iguape/SP, **Carlos Alberto Pereira Júnior** (Prefeitura de Iguape/SP)

Fundação Casa Grande e a arqueologia social inclusiva, **Rosiane Limaverde Vila Mendonça** (Laboratório de Arqueologia da Fundação Casa Grande/CE)

Programa Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania, **Juca Villaschi** (Departamento de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto/MG)

Patrimônio cultural como ferramenta para pedagogia social da inclusão, **Heloísa Helena Fernandes Gonçalves da Costa** (UFBA)

Programa de Educação Patrimonial João Pessoa, Minha Cidade, **Josilane Aires** (Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa)

Projeto Re(vi)vendo Êxodos: uma vivência em patrimônio identidade e meio ambiente na escola pública, **Luís Guilherme Baptista** (Escola de Ensino Médio Setor Leste – Brasília/DF)

A Casa do Patrimônio e a Jornada do Patrimônio Cultural de Recife, **Frederico Almeida** (Iphan/PE)

Relato

Desafios para a formulação da Política Nacional de Educação Patrimonial

- Ausência de políticas de educação e formação que articulem processos institucionais;
- Articulação institucional entre as diferentes ações educativas implementadas pelos diferentes departamentos (Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – Depam, Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI, Departamento de Articulação e Fomento – DAF), como por exemplo, oficina-escola, cursos de capacitação de guias turísticos e taxistas, ações educativas e de fomento às culturas populares do Centro Nacional de Folclore, entre outras;
- Gestão compartilhada das Casas do Patrimônio, em consonância com o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, por meio de:
  - . envolvimento das instituições educacionais formais e informais nos processos de educação patrimonial
  - . estímulo para que Estados e municípios criem instrumentos legais que garantam suas participações continuadas nas Casas do Patrimônio
  - . definição de instrumentos jurídicos e normativos para as Casas do Patrimônio
  - . criação de conselhos gestores e ou consultivos formados por parceiros comprometidos com a gestão e manutenção das Casas do Patrimônio;
- Entendimento do conceito ampliado de patrimônio cultural no Sistema Nacional de Patrimônio.

Desafios para a estruturação do SNPC, no que concerne à temática da educação patrimonial

- Elaboração de mecanismos adequados que permitam a implementação das propostas indicadas pelo Fórum;
- Adoção de ferramentas que garantam a comunicação e a circulação de informações;

• Estabelecimento de instâncias de construção coletiva, concertação e deliberação.

Potencialidades para a formulação da Política Nacional de Educação Patrimonial

• O Projeto Casas do Patrimônio que se fundamenta na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento entre o Iphan, a sociedade e os poderes públicos locais;

• Ações educativas que se estruturam a partir de diferentes perspectivas e abordagens;

• O acúmulo do ponto de vista teórico e prático, resultado de um conjunto de investimentos que a área de Promoção do Patrimônio Cultural brasileiro, do Iphan, vem fazendo ao longo dos anos, no sentido de estruturar e consolidar um campo de trabalho para as ações educativas voltadas para o conhecimento e a preservação do patrimônio cultural brasileiro, quais sejam: as várias iniciativas de educação patrimonial implementadas pelas Superintendências e instituições ligadas ao Iphan e por diferentes organizações da sociedade pelo Brasil afora; reuniões técnicas realizadas no sentido de tentar organizar e estabelecer uma ação coordenada no campo de ações de educação patrimonial; encontro nacional, onde se busca discutir e propor parâmetros nacionais para ações de educação patrimonial desenvolvidas nas escolas, nos museus e na sociedade; cursos sobre educação e patrimônio cultural organizados por diferentes universidades do país; oficinas de capacitação em educação patrimonial e fomento a projetos culturais para as casas do patrimônio.

Potencialidades para a estruturação do SNPC no que concerne à temática da educação patrimonial

• Casas do Patrimônio como programa centrado na articulação institucional;

• A premissa de construção coletiva do conhecimento que permeia o conceito de educação patrimonial como ferramenta de articulação institucional;

• Os seminários e encontros periódicos relativos à educação patrimonial serão fóruns de debates interinstitucionais que fortalecerão os laços entre os parceiros do sistema.

Parcerias estratégicas para a formulação da Política Nacional de Educação Patrimonial

- Diferentes instituições das três esferas de governo;
- Organizações da sociedade civil locais;
- Instituições de ensino e pesquisa;
- Ministério da Educação.

Parcerias estratégicas para a estruturação do Sistema Nacional no que concerne à temática da educação patrimonial

- Instituições responsáveis por outros instrumentos de gestão institucional relativos à preservação do patrimônio, tais como: a Paisagem Cultural, os Planos de Salvaguarda, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), as instruções de processos de tombamento e registro, dentre outros.

Objetivos para os próximos dois anos (2010-2011)

- Criação de um Programa Nacional de Educação Patrimonial;
- Mapeamento dos investimentos e políticas de fomento consoantes com as noções ampliadas de patrimônio, museologia social, educação dialógica, conceitos ampliados de arte e cultura no SNPC;
- Articulação da rede das Casas do Patrimônio com as redes já estabelecidas tanto pelo Ministério da Cultura quanto dos demais parceiros a serem mapeados;
- Articulação com instituições de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e convênios;
- Criação de banco de ações referenciais em educação patrimonial.

Ações estratégicas que devem ser implementadas nos próximos cinco anos (2010-2014)

- Qualificação do corpo técnico e administrativo do Iphan para atuação nas Casas do Patrimônio;
- Elaborar instrumentos específicos e adequados e/ou aperfeiçoar os já existentes de forma a destinar recursos para as ações educativas relativas ao patrimônio (formulação de planejamento orçamentário; destinação de recursos vinculados às pesquisas arqueológicas; vinculação orçamentária ao FNC; criação de editais);

• Criação de instrumentos que permitam o fomento da rede das Casas do Patrimônio, principal eixo para a consolidação da Política de Educação Patrimonial;

• Construção de instrumentos de monitoramento e avaliação dos impactos gerados pela inclusão do tema educação patrimonial nas matrizes curriculares.

Ações estratégicas que devem ser implementadas em 2010

• Estabelecer parâmetros para que a ação educativa aconteça de forma articulada com outros atores, considerando que essa perspectiva requer a adoção de princípios que levem em conta as seguintes perspectivas:

. disseminação de saberes e protagonismo dos atores locais

. participação da comunidade de forma integral

. construção de novas possibilidades de percepção e de atribuição de sentido ao bem cultural (visitas assistidas, expedições patrimoniais, contação de histórias, blogs, círculos de literatura e arte, dentre outras

. promoção da autoestima da comunidade possibilitando a (re)significação e a relação positiva com a cidade e com o patrimônio

. formas compartilhadas de agir que permitam a construção de um sentimento de pertença das pessoas com o lugar;

• Implementar ações educativas integradas a uma perspectiva de desenvolvimento sustentável que incida na mobilização da economia local, mapeando cadeias produtivas relativas ao patrimônio cultural do lugar agregando valor; gerando renda; promovendo a cidadania, possibilitando a inclusão social;

• Elaboração de regimento próprio para as Casas do Patrimônio;

• Definição de instrumentos jurídico e normativos para as Casas do Patrimônio.



Paisagem cultural e patrimônio natural: conceito e aplicabilidade

*Carlos Fernando de Moura Delphim**

Resumo

Inicialmente, a legislação ambiental privilegiou a dimensão biológica e ecológica da conservação da natureza, omitindo a importância de sua integração com o homem e a necessidade da preservação conjunta do natural e do cultural. Embora o Decreto-Lei nº 25/37 definisse o patrimônio histórico e artístico nacional como sendo o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação fosse de interesse público, incluindo os monumentos naturais, além dos sítios e paisagens dotados pela indústria humana, pouco se fez para preservá-los. Em 2000, após constatar as importantes funções de interesse público desempenhadas pela paisagem, a Convenção Europeia de Paisagem reconheceu que a paisagem contribui para a formação de culturas locais; que representa um componente fundamental do Patrimônio Cultural e Natural; que contribui para o bem-estar humano e que é um importante elemento na qualidade de vida das populações.

*Coordenador geral de Patrimônio Natural e Paisagem Cultural/Iphan

Palavras-chave

Paisagem cultural, Patrimônio natural, Preservação.

Introdução

A natureza exige um narrador. Todos os fenômenos preocupam-se em escrever a sua história. O planeta, o calhau são seguidos da sua sombra. O penedo, rolando, deixa as suas arranhaduras sobre a montanha; o rio, o seu leito no solo; o animal, seus ossos no estrato; o feto e a folha, seu modesto epitáfio na hulha. A gota que cai, esculpe-se na areia ou na pedra. Nenhum pé calca a neve, ou percorre o solo sem que imprima, em caracteres mais ou menos duráveis, uma descrição da sua marcha.[1]

1. Ralph Waldo Emerson.

Os participantes deste I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural organizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional poderão ter uma visão mais clara do que é uma paisagem cultural.

> *Cada ato do homem inscreve-se nas memórias dos seus companheiros, nos seus próprios costumes e sobre o seu próprio rosto. O ar está cheio de sons, o céu, de sinais, a terra não é senão memorando e assinaturas, e cada coisa está coberta de alusões, que falam aos inteligentes*.[2]

2. *Idem.*

No Brasil, enquanto a legislação cultural se ocupava de forma mais intensa com bens móveis e edificados, a legislação ambiental privilegiou a dimensão biológica e ecológica da conservação da natureza, omitindo a importância de sua integração com o homem e a necessidade da preservação conjunta do natural e do cultural. Na verdade, o ser humano pode ser percebido como um elemento de destruição ou de preservação ou, bem mais do que isso, o que seria sua realização maior, um meio de restauração da natureza. Malgrado uma legislação cultural bastante rica, sobretudo depois do texto constitucional, até muito recentemente, a prática da preservação de bens culturais em nosso país atuou de forma convergente em poucos objetos, os chamados bens culturais, focando a atenção e concentrando sua ação, de forma parcial, em artefatos distribuídos por tempos e espaços muito exíguos.

Ainda que se reconheça a importância do papel pioneiro daqueles que trabalharam inicialmente na preservação do patrimônio cultural brasileiro, não se pode deixar de considerar que a definição do objeto e a extensão da abrangência do período daquilo que foi proposto para preservação foi muito curta e insuficiente para a defesa de outros aspectos. O olhar dos pioneiros, embora vanguardista para definir os termos legais do Decreto-Lei nº 25 de 1937, não foi igualmente arrojado na ação institucional, já que não ultrapassava os limites de um tempo muito próximo. Além de abarcar um repertório pouco amplo, o conceito de passado dos órgãos de preservação cultural pouco se estendia além dos séculos XVII e XVIII, em um olhar que incluía apenas épocas nas quais o ser humano imprimiu sua presença, avançando de forma precária em tempos pré-históricos.

Embora o Decreto-Lei nº 25/37 definisse o patrimônio histórico e artístico nacional como sendo o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação fosse de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico e

que equiparasse esses bens aos monumentos naturais, aos sítios e paisagens dotados pela indústria humana, pouco se fez para preservar estes últimos itens. Além disso, como ficou implícito que a proteção dos bens naturais deveria ser afeita a órgãos florestais – mais tarde denominados ambientais –, a ação do órgão cultural se concentrou nos bens móveis e edificados, ficando as paisagens relegadas a um segundo plano. Isso, contudo, não impediu o tombamento de diversas paisagens compostas por formações montanhosas, como as do Rio de Janeiro.

Em 1961, a Lei nº 3.924 fez com que o Iphan deixasse de contar com a figura do tombamento como forma exclusiva de proteção do patrimônio, estendendo a responsabilidade institucional à arqueologia e colocando os sítios, monumentos e bens arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza, existentes no território nacional, sob a guarda e proteção do Poder Público e incumbindo o Iphan de protegê-los. Uma compreensão mais recente passou a considerar que a arqueologia histórica deve ser objeto de proteção através dessa mesma lei.

A Unesco, em 1972, adotou a Convenção sobre Patrimônio Mundial Cultural e Natural, dissociando o conceito de patrimônio. Esse conceito, que deveria ser considerado de forma una, foi fracionado em duas vertentes: o Patrimônio Cultural e o Patrimônio Natural. A primeira vertente considerava bens culturais os monumentos, conjuntos e locais de interesse. A segunda considerou bens naturais os monumentos constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos dessas formações que apresentem valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico ou pelas formações geológicas e fisiográficas e zonas estritamente delimitadas que constituem *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação, bem como os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural. A cisão de um conceito uno e indissociável como é o conceito de patrimônio em dois aspectos – cultural e natural – foi um grave equívoco. A Unesco logo se apercebeu o quanto tal dissociação era inconveniente e reviu a inadequação passando a utilizar-se apenas da denominação Convenção sobre Patrimônio Mundial.

No Brasil, uma lei de 1985 disciplinou a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a

bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Embora essa lei tenha equiparado a responsabilidade pela paisagem aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e a qualquer outro interesse difuso ou coletivo, pouco repercutiu no âmbito dos órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural brasileiro.

O maior avanço na defesa do Patrimônio Cultural deve-se à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. O artigo da Cultura dilatou de forma considerável o conceito até então preponderante de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao substituí-lo pelo conceito de Patrimônio Cultural Brasileiro. A Constituição definiu os bens culturais segundo duas dimensões. À dimensão material, até então a única a ser considerada nas ações de preservação do patrimônio, vinculou-se outra, de caráter imaterial. Os bens não seriam mais tomados apenas individualmente, mas também em conjunto e seriam considerados Patrimônio Cultural Brasileiro quando portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Sob o ponto de vista material, os termos da Carta Magna, além de incluir os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, com os quais o Iphan já lidava, passaram a considerar aqueles que apresentassem valor paleontológico, ecológico e científico. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, foi incumbido de promover e proteger o Patrimônio Cultural Brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

O Iphan, órgão até então apetrechado para cuidar com exclusividade dos bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio histórico e artístico, não se preocupou ou não teve condições de cumprir imediatamente a busca de novas formas de acautelamento, estabelecida pela nova Constituição. Somente em 2004 um decreto veio tratar especificamente daquilo que se denominou Patrimônio Imaterial, conceito que a Unesco, sob a denominação de Patrimônio Intangível, define como sendo as práticas, representações, expressões, conhecimentos, técnicas, instrumentos, objetos, artefatos e lugares a eles associados, bem como comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos reconhecidos como parte do Patrimônio Cultural.

Embora o tombamento seja a forma de reconhecimento do valor imaterial dos bens que o Iphan protegeu, não existia ainda o reconhecimento formal de bens intangíveis. Somente depois da promulgação do decreto em

2000 foi instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e desde então esses bens passaram a ser inscritos nos Livros de Registros do Iphan sob as categorias Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares.

Em 2000, após constatar as importantes funções de interesse público desempenhadas pela paisagem sob os pontos de vista cultural, ecológico, ambiental e social, o Conselho Europeu discutiu a elaboração de uma Convenção Europeia de Paisagem. Essa Convenção reconheceu que a paisagem contribui para a formação de culturas locais; que representa um componente fundamental do Patrimônio Cultural e Natural; que contribui para o bem-estar humano; que é um importante elemento na qualidade de vida das populações. A evolução das técnicas de produção agrícola, florestal, industrial e mineira, das técnicas nos domínios do ordenamento do território, do urbanismo, dos transportes, das infraestruturas, do turismo, do lazer e as transformações da economia mundial tendem a provocar a aceleração da transformação das paisagens, que exigem medidas para sua preservação como uma herança comum.

Independentemente dessa Convenção, os técnicos que hoje compõem a Coordenação geral de Patrimônio Natural do Iphan já se ocupavam, desde o final da década de 1970, ainda que de forma não oficializada, com a preservação do Patrimônio Natural, das paisagens culturais e dos jardins históricos. Para essa equipe a paisagem é percebida em todos seus estratos espaciais e temporais e todos seus componentes devem ser objeto de avaliação e, sempre quando possível, de proteção. A necessidade de se instaurar uma nova figura mais flexível do que o tombamento, ainda que não fosse de proteção, mas de reconhecimento dos valores paisagísticos, levou a presidência do Instituto a promover, em 2008, estudos para a definição de uma nova forma de acautelamento de Sítios e Paisagens Culturais.

A PAISAGEM CULTURAL BRASILEIRA

> *Na natureza, esse autorregistro é incessante e a narração é a marca do selo. Ela não ultrapassa, mas também não fica aquém do fato. Todavia, a natureza tende a elevar-se e, no homem, a narrativa é alguma coisa mais do que a marca do selo. É uma nova e mais delicada forma de originalidade. A evocação é viva, como o objeto recordado é vivente. No homem, a memória é uma espécie de espelho, que, tendo recebido a*

imagem dos objetos que o rodeiam, é tocado de um sopro de vida, e os dispõe numa nova ordem. Os fatos passados não permanecem aí inertes, porém uns se apagam, e outros brilham de tal sorte que, subitamente, vemos um novo quadro, composto de ações memoráveis.[3]

3. *Idem.*

O mais importante passo na defesa da paisagem dado pelo Iphan, foi a publicação, no *Diário Oficial da União*, da Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, que estabeleceu a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. A portaria definiu a paisagem cultural como sendo uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. Trata-se de uma nova e inovadora forma de acautelamento de bens culturais, que funde os aspectos naturais e culturais, habitualmente cindidos na legislação brasileira e que envolve as comunidades locais e os cidadãos em sua preservação.

A declaração de um bem como Paisagem Cultural Brasileira é conferida pela Portaria nº 127 sob a forma de uma chancela, um selo de reconhecimento de amostras singulares dos territórios, em que a inter-relação entre a cultura humana e o ambiente natural confere à paisagem uma identidade singular. Qualquer pessoa natural ou jurídica é parte legítima para requerer a instauração de processo administrativo visando à chancela de Paisagem Cultural Brasileira. O requerimento para essa chancela, acompanhado da documentação pertinente, poderá ser dirigido às superintendências estaduais do Iphan, em cuja circunscrição o bem se situar, ao presidente do Iphan ou ao ministro da Cultura.

A chancela implica o estabelecimento de pacto envolvendo o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada. Esse pacto deve contar com a elaboração de um planejamento que defina normas de uso e gestão da paisagem, tendo em vista sua defesa e cuidando para que sua qualidade seja sempre melhorada. A chancela da paisagem cultural difere do tombamento, que é compulsório, por partir dos próprios protagonistas envolvidos com a paisagem. Se esses atores não cumprirem os compromissos assumidos em um pacto comum, a paisagem perderá a chancela de valor e qualidade como Paisagem Cultural Brasileira.

Verificada a pertinência do requerimento para chancela da Paisagem Cultural Brasileira, o Iphan abre um processo administrativo. Finalizada a instrução, o processo administrativo será submetido à análise jurídica e expedição de edital de notificação da chancela, com publicação no *Diário*

Oficial da União e abertura do prazo para manifestações ou eventuais contestações ao reconhecimento pelos interessados. As manifestações serão analisadas e as contestações, julgadas pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan, que remeterá o processo administrativo para deliberação ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Aprovada a chancela por esse Conselho, a súmula da decisão será publicada no *Diário Oficial da União*, sendo o processo administrativo remetido pelo presidente do Iphan ao ministro da Cultura para a homologação final.

Essa portaria significou uma profunda modificação da visão tradicional daquilo que constitui o patrimônio cultural e permitiu que os bens fossem percebidos à forma como são hoje considerados. Atualmente, nosso olhar já não se detém em contornos tão exíguos, mas aponta para o passado mais remoto possível. A ciência moderna nos permite saber até mesmo quando surgiu o Universo. Nosso conhecimento registra o surgimento de todos os processos geológicos, biológicos e humanos de formação do nosso planeta. A visão atual foi dilatada de uma forma muito mais considerável que a visão que nos antecedeu. Contentávamos simplesmente com a preservação de uma edificação, por exemplo, uma igreja barroca, sem nos preocuparmos com tudo aquilo que rodeava e envolvia essa igreja, com que material foi feita, com que pedra, que madeira, de onde proveio essa pedra, essa madeira, a matéria-prima com que foi erigida. Quem sabe o que existe sob uma igreja, uma cidade, por exemplo, por baixo de Ouro Preto, de Olinda, de Corumbá, de Natal, de Manaus, da cidade de Goiás? Pedra, moledo, areia, terra, barro, argila? Aos responsáveis pelo patrimônio cultural brasileiro faltava uma forma maior de percepção daquilo que constitui o patrimônio em sua definição *lato sensu*, percepção imprescindível a qualquer decisão de intervir nesses bens.

Por outro lado, trabalhar com patrimônio não é apenas trabalhar com o passado, é trabalhar com o futuro, para o futuro. É necessário acabar com esse equívoco que considera a tarefa de cuidar de bens culturais uma ocupação ligada a ocorrências e atividades pretéritas. Nenhum fato antigo deve ser compreendido como um episódio exclusivo do passado. Nenhum objeto do passado tem no presente o significado que teve outrora, nem virá a tê-lo no futuro.

A nova figura do patrimônio cultural associa e faz com que interajam, no tempo e no espaço, todos os componentes naturais e culturais existentes em um mesmo contexto, em um mesmo sítio, em um mesmo território, já

que volta a atenção para o âmbito muito mais amplo e abrangente, um novo domínio que abarca e no qual se procura preservar todos os bens culturais, de forma conjugada e integrada, no meio ambiente local ou planetário. No Iphan essa compreensão se antecipou às ultimas recomendações do Conselho Internacional de Sítios e Monumentos, o Icomos, recomendações expressas em carta ainda não finalizada, que trata das mudanças climáticas e do patrimônio cultural. Tais recomendações já haviam sido expressas em 1988, pela Área de Patrimônio Natural da Fundação pró-Memória, embrião da atual Coordenação geral de Patrimônio Natural do Iphan, durante um Congresso do Icomos em Cabo Frio. O alerta foi publicado em um pequeno livro chamado *Carta de Cabo Frio*.

O campo de interesse da paisagem cultural ganhou nova amplidão por ter logrado abranger tudo aquilo que fora definido pela Constituição Federal como Patrimônio Cultural. O Iphan não é mais apenas um instituto de patrimônio histórico e artístico. É muito mais. Graças à Constituição, os órgãos culturais se dedicam agora a sítios de relevante interesse, com um ou mais componentes de valor urbano, rural, industrial, histórico, arqueológico, artístico, paisagístico, étnico, antropológico, estético, científico, ecológico, paisagístico, afetivo simbólico, religioso, sagrado e outros. Mais do que isso, preocupa-se e ocupa-se da interação entre todos esses valores. Ressaltem-se, especialmente, os sítios que contenham importantes testemunhos geológicos ou paleontológicos. As paisagens de valor geológico ou paleontológico justificam a importante presença dos nossos dois palestrantes do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e da USP.

Novas figuras de reconhecimento do valor do patrimônio cultural vêm surgindo no mundo e no Brasil. Cite-se, por exemplo, dentre outros instrumentos que passam a constituir o repertório e o interesse maior dos órgãos culturais, a recente figura dos itinerários culturais, sobre os quais Maria Regina Weissheimer vai nos falar. Tais instrumentos devem ser percebidos de forma conjunta e integrados na paisagem cultural.

Um itinerário cultural é uma via de comunicação definida materialmente, com dinâmica e funções históricas próprias, a serviço de um objetivo concreto e determinado que necessita ser o resultado e o reflexo de movimentos interativos de pessoas e de trocas pluridimensionais, contínuas e recíprocas de bens, de ideias, de conhecimentos e de valores. Deve testemunhar períodos significativos entre povos, países, regiões ou continentes. Devem ter suscitado uma fecundação mútua, no espaço e no

tempo, das culturas implicadas, uma fecundação capaz de se manifestar tanto no patrimônio tangível como intangível; constituindo um sistema dinâmico e associando sua existência a relações históricas e culturais.

Qualquer proposta para um sistema nacional de patrimônio cultural deve considerar a inserção de qualquer bem patrimonial no conceito mais amplo que é o meio ambiente. Não se deve compreender o conceito de meio ambiente como algo afeito a entidades ambientais. Todos os órgãos da administração pública e da sociedade civil têm de atuar de forma conjunta quando se lida com a paisagem. Cada paisagem exige a parceria de um órgão. No caso de uma paisagem paleontológica ou geológica, tem-se de trabalhar com os órgãos de geologia e de paleontologia; uma paisagem que contém as florestas exige o concurso de órgãos como o Ibama.

Várias peculiaridades fazem com que a paisagem cultural brasileira distinga-se das demais formas de atuação na preservação do patrimônio cultural brasileiro. O conceito de patrimônio não é mais percebido de forma convergente em um determinado objeto cultural, estende-se a um contexto muito mais amplo. É mais abrangente, mais divergente, alcança pontos muito mais longínquos a partir do âmbito máximo de sua inserção. Como uma paisagem cultural, a percepção de uma igreja de Ouro Preto não pode ser isolada de toda sua bacia visual e de todo meio ambiente, incluindo o próprio planeta no qual está inserida, um planeta no qual as mudanças climáticas ameaçam todos os bens que compõem o patrimônio cultural. Hoje, a Unesco e o Icomos se ocupam de medidas para elaboração de uma nova carta relativa ao aquecimento global e aos efeitos que produzirão sobre os bens culturais.

Quem lida com a paisagem cultural, lida com um objeto visivelmente diferente de uma edificação, uma escultura, uma pintura. A paisagem é complexa, dinâmica, instável, polissêmica, flexível, variável, mutável. Ao longo dos anos, das estações do dia, a cada momento, a paisagem se modifica. A mesma paisagem tem um significado para cada pessoa; alguns a olham com olhos geológicos, outros a veem com uma sensibilidade poética. Muitos se interessam pela vegetação, outros pelos animais que a povoam. As formas de percepção envolvem desde enlevos místicos até interesses econômicos.

O compromisso com a preservação da paisagem cultural difere de outras formas de proteção do patrimônio já que não advém de um ato compul-

sório do poder público. Não é como o tombamento, nem como a arqueologia, mas parte de uma decisão voluntária e espontânea dos segmentos sociais interessados nessa paisagem. O reconhecimento de seus valores resulta na vontade de proteger, preservar e valorizar, de cada grupo.

Não existem normas preestabelecidas para todas as paisagens; cada paisagem vai exigir uma forma de atuação, o que é muito difícil para quem trabalha com normas muito precisas. Proteger uma paisagem rural é completamente diferente de proteger uma paisagem industrial, envolve ações inteiramente diferentes das que incidem sobre a defesa de uma paisagem paleontológica. As peculiaridades de cada uma definirão as condições de sua preservação e essa preservação será definida por meio de um pacto social, um compromisso estabelecido por um plano de gestão.

A preservação da paisagem cultural difere do tombamento por não ter o caráter de perpetuidade. Se, em um prazo de dez anos, quando houver uma avaliação de sua qualidade, não tiverem sido cumpridas as condições que justificaram a chancela, essa paisagem corre o risco de perder o selo de excelência que lhe foi conferido. A atuação de órgãos culturais na defesa das paisagens culturais deve ocorrer de forma conjunta e integrada com os demais órgãos públicos que detêm responsabilidades sobre os diferentes componentes da paisagem. Espera-se desses órgãos uma ação exemplar, por exemplo, se houver um fragmento de área florestada em uma paisagem cultural, o órgão responsável pelo cumprimento do Código Florestal será convocado para atuar de forma modelar na defesa do patrimônio ecológico e biológico que essa paisagem abriga.

Os bens tombados pelo Iphan como o Corcovado, o Pão de Açúcar, a Galinha Choca no Ceará não o foram por seus aspectos geológicos, mas, pelo valor paisagístico, ou pela curiosidade geomorfológica. O Iphan tem agora uma nova percepção do que é patrimônio e conta com a colaboração de seus amigos e parceiros de órgãos ligados à geologia e à paleontologia que, aliás, é uma disciplina compreendida na geologia e na biologia. A atuação dos órgãos culturais em relação à paisagem cultural brasileira será de coordenação e de integração de todas as instâncias: locais, regionais, estaduais e nacionais, um trabalho em rede, uma rede de patrimônio na qual cada fator interage com os outros.

Quando um bem abranger áreas de fronteiras com outros países, deverão ser buscadas formas de atuação internacional. A paisagem é um ente vivo.

Da mesma forma que ninguém vai partir uma semente ao meio para semeá-la, não tem sentido nós dividirmos, por exemplo, as Cataratas do Iguaçu, em um lado brasileiro e outro argentino. Há territórios cujas fronteiras não são políticas. Por exemplo, os territórios dos índios guaranis nas Missões não correspondem aos territórios políticos dos países. Elas ultrapassam as fronteiras do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O papel mais importante dos órgãos culturais, no trato da paisagem cultural, é o de coordenação dos diferentes protagonistas e das diversas ações envolvidas em sua preservação. Essas são algumas das mais imediatamente perceptíveis características que diferenciam a paisagem cultural de outras formas de tratamento do Patrimônio Cultural.

O papel indutor do Serviço Geológico do Brasil na criação de geoparques

*Carlos Schobbenhaus**
*Cássio Roberto da Silva***

Resumo

Geoparque é uma marca atribuída pela Rede Global de Geoparques Nacionais sob os auspícios da Unesco a uma área onde sítios do patrimônio geológico representam parte de um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável. Um geoparque deve gerar atividade econômica, notadamente através do turismo, e envolver um número de sítios geológicos de importância científica, raridade ou beleza, incluindo formas de relevo e suas paisagens. Aspectos arqueológicos, ecológicos, históricos ou culturais podem representar importantes componentes de um geoparque. O Projeto Geoparques do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) representa importante papel indutor na criação de geoparques no Brasil, uma vez que esse projeto tem como premissa básica identificação, levantamento, descrição, inventário, diagnóstico e ampla divulgação de áreas com potencial para futuros geoparques no território nacional.

*Coordenador nacional do Projeto Geoparques do Serviço Geológico do Brasil (CPRM)

**Chefe do Departamento de Gestão Territorial do Serviço Geológico do Brasil (CPRM)

Palavras-chave

Geoparque, Desenvolvimento sustentável, Turismo.

Introdução

As maravilhas geológicas da natureza têm sempre fascinado as pessoas e são parte fundamental de sua identidade cultural. As pessoas se deslocam para visitar montanhas, cachoeiras, grutas, desfiladeiros e outras belezas naturais. Dos Aparados da Serra a Fernando de Noronha ou mesmo do Grand Canyon a Huangshan, há inúmeros exemplos de feições geológicas relevantes, que desde longa data atraem os visitantes. Não se trata somente de ver formas de relevo espetaculares, mas de conhecer os processos que

modelaram a Terra. Assim, turistas também visitam sítios onde dunas de areia são formadas e rios causam erosão ou vulcões estão em atividade. É o entendimento da relação "forma-processo" que é importante na geologia e por extensão no geoturismo. Geoturismo envolve turistas observando as paisagens naturais, as formas de relevo e as rochas, bem como os processos que as moldaram ao longo do tempo. Muitas dessas belezas naturais também formam a base para o estabelecimento de áreas protegidas e a definição de Sítios do Patrimônio Mundial.

A filosofia subjacente ao conceito de geoparques foi introduzida pela primeira vez na Convenção de Digne, França, com a Declaração dos Direitos à Memória da Terra, assinada por especialistas de mais de 30 nações em 13 de junho de 1991, apontando, na ocasião, que seria chegada a hora de proteger o nosso patrimônio natural registrado nas rochas e paisagens, ou seja, o nosso patrimônio geológico. O conceito de geoparques representaria uma resposta direta, como um meio de proteger e promover o patrimônio geológico e o desenvolvimento sustentável local, por meio de uma rede global de territórios, possuindo uma geologia de valor destacado.

Assim, em 1997, em resposta direta à Convenção de Digne, a Divisão de Ciências Ecológicas e da Terra da Unesco introduziu o conceito de um Programa de Geoparques, para apoiar os esforços nacionais e internacionais de conservação do patrimônio da Terra. Em 2000, representantes de quatro territórios europeus se reuniram para abordar o desenvolvimento econômico regional através da proteção do patrimônio geológico e a promoção do geoturismo. O resultado dessa reunião foi a assinatura de uma convenção que declara a criação da Rede Europeia de Geoparques. O passo significativo seguinte para essa rede foi a assinatura, em 2001, de um acordo oficial de colaboração com a Unesco, colocando a rede sob os auspícios dessa organização.

Em 2004, os 17 geoparques europeus, então existentes, se juntaram aos oito novos geoparques nacionais chineses para formar uma Rede Global de Geoparques Nacionais (RGGN) sob os auspícios da Unesco. Em 2007, geoparques europeus já estavam distribuídos em 15 países desse continente. Outros países também foram estimulados por essa rede a desenvolverem projetos de geoparques, a exemplo do Brasil. Em 2006, a RGGN aprovou o Geoparque Araripe, no Ceará, o primeiro e, até o momento, o único geoparque das Américas. Em setembro de 2009 a RGGN era formada por 64 geoparques distribuídos em 19 países.

Sítios geológicos e geoturismo

Um sítio geológico ou um geossítio, segundo Brilha (2005), é definido como *ocorrência de um ou mais elementos da geodiversidade (aflorantes quer em resultado da ação de processos naturais, quer devido à intervenção humana), bem delimitado geograficamente e que apresente valor singular do ponto de vista científico, pedagógico, cultural, turístico ou outro*. Ainda segundo o mesmo autor, *o conjunto de geossítios inventariados e caracterizados numa dada área ou região constitui o Património Geológico*. O Patrimônio Geológico, em seu sentido mais amplo, integra os patrimônios paleontológico, petrológico, geomorfológico, hidrogeológico, mineralógico, sedimentológico, estratigráfico, tectônico e estrutural. Os sítios geológicos não são apenas objetos tridimensionais naturais, mas eles nos fornecem informações sobre uma quarta dimensão: a história da dinâmica da Terra e a história da vida da Terra.

Os sítios geológicos são, assim, locais-chave para o entendimento da história da Terra e da vida, desde a sua formação, e, por isso, devem ser preservados para futuras gerações (geoconservação). Isso somente poderá ser alcançado através da educação em geociências.

Cada vez mais países começam a desenvolver iniciativas para reconhecer importantes sítios geológicos, geomorfológicos ou paisagens naturais e culturais, em suas fronteiras. Tais geossítios ou sítios do patrimônio geológico são importantes para educar o público em geral sobre temas ambientais. Além disso, também servem como ferramentas para demonstrar o desenvolvimento sustentável e ilustrar métodos de conservação de sítios, ao lembrar que rochas, minerais, fósseis, solos, formas de relevo e paisagens são produtos e também registros da evolução de nosso planeta Terra, e como tais, formam uma parte integral do mundo natural.

O termo geoturismo é essencialmente entendido como "turismo geológico" e se centra na geodiversidade. É uma forma de turismo de interesse especial focado na geologia e na formação de paisagens. Independentemente da forma como ele é definido ou descrito, o "geo" em geoturismo significa geologia e geomorfologia. Geologia é o estudo da Terra e geomorfologia é o estudo das formas de terreno. Os recursos naturais incluem paisagens, relevos, afloramentos de rocha, tipos de rochas, sedimentos, solos, fósseis e minerais.

A parte "turismo" em geoturismo significa visitar geossítios, aprender, entender, valorizar e se envolver. Em um sentido mais amplo, geoturismo

compreende os elementos geológicos combinados com os componentes do turismo, como atrações, hospedagem, passeios, atividades de interpretação e de planejamento e gestão.

O Brasil tem um enorme potencial geoturístico e condições favoráveis para desenvolver plenamente essa atividade, de maneira a usufruir dos benefícios sociais que ela pode oferecer. Um dos principais benefícios é permitir aos turistas conhecer o patrimônio geológico que compõe o cenário geoturístico, levando a comunidade a valorizá-lo e, consequentemente, a promover a sua geoconservação.

A Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (Sigep)

Essa entidade, criada em 1997, ocupou-se, pela primeira vez no Brasil, do levantamento, descrição e publicação de sítios geológicos e paleontológicos, em sintonia com o World Heritage ou Patrimônio Mundial da Unesco. Essa é a iniciativa mais importante e abrangente no movimento pela conservação do patrimônio geológico nacional, à qual deverá se somar, agora, a nova iniciativa representada pelos Geoparques.

A Sigep é representada por doze entidades: Academia Brasileira de Ciências (ABC), Associação Brasileira para Estudos do Quaternário (Abequa), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), Sociedade Brasileira de Geologia (SBG), Sociedade Brasileira de Paleontologia (SBP) e União da Geomorfologia do Brasil (UGB).

A Sigep com site na internet (http://sigep.cprm.gov.br) publicou, em 2002, um primeiro volume sobre 58 sítios, desencadeando o interesse de geólogos em todo o país e levando ao surgimento de iniciativas isoladas, no contexto de crescente interdisciplinaridade e preocupação pelo meio ambiente. Há já um segundo volume impresso (2009), com novos 40 geossítios referendados por essa Comissão. O trabalho do Projeto Geoparques do Serviço Geológico do Brasil deverá ser sintonizado com as atividades dessa comissão, da mesma forma, com iniciativas similares em

alguns Estados. Merece destaque o Projeto Caminhos Geológicos do Estado do Rio de Janeiro que, iniciado na década de 2000, objetiva divulgar e preservar os monumentos geológicos por meio da instalação de painéis interpretativos escritos em linguagem acessível ao público leigo. Essa iniciativa, pioneira no Brasil, coloca efetivamente o geoturismo em prática, inserido no dia a dia da população. No Paraná, a Mineropar iniciou, em 2003, o projeto Sítios Geológicos e Paleontológicos do Paraná, que vem gerando vários produtos: painéis, folhetos, cursos de capacitação, tombamentos de sítios geológicos e implantação de Roteiros Geoturísticos. O sucesso é tão evidente que outros Estados seguem o exemplo, criando projetos de conservação e divulgação do patrimônio geológico, a exemplo do projeto Monumentos Geológicos do Rio Grande do Norte e Caminhos Geológicos da Bahia.

Conceito de geoparque da Rede Global de Geoparques Nacionais (RGGN)

Geoparque é uma marca atribuída pela RGGN sob os auspícios da Unesco a uma área onde os sítios do patrimônio geológico (geossítios) representam parte de um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável.

Um geoparque não é uma unidade de conservação, nem é uma nova categoria de área protegida, mas oferece a possibilidade de associar a proteção da paisagem e dos monumentos naturais com o turismo e o desenvolvimento regional. A ausência de um enquadramento legal de um geoparque é razão do sucesso dessa iniciativa em nível mundial.

De acordo com a RGGN, um geoparque:

- É uma área com limites bem definidos, envolvendo um número de sítios do patrimônio geológico-paleontológico de especial importância científica, raridade ou relevância estética ou cênica. Aspectos arqueológicos, ecológicos, históricos ou culturais podem também representar e devem ser vistos como importantes componentes de um geoparque;

- Representa, em princípio, um território (paisagem) que é suficientemente grande para gerar atividade econômica – notadamente através do turismo. Pequenos afloramentos ou exposições de rochas, mesmo tendo importância científica, normalmente não têm esse potencial;

• Terrenos que são de interesse geológico-paleontológico (e arqueológico e biológico), mas que não têm público permanente ou localizam-se em locais muito remotos para gerar atividade econômica, não deveriam servir normalmente como geoparques. O conceito de geoparque é elaborado para relacionar as pessoas com o seu ambiente geológico-paleontológico e geomorfológico; essa caracterização pode mudar com a evolução socioeconômica da região no tempo;

• Tem de prover pela educação ambiental, treinamento e desenvolvimento de pesquisa científica nas várias disciplinas das ciências da Terra, e dar destaque ao ambiente natural e às políticas de desenvolvimento sustentável;

• Deve ser proposto por autoridades públicas, comunidades locais e interesses privados agindo em conjunto;

• Deve fazer parte de uma rede global que, por sua vez, deve demonstrar e compartilhar as melhores práticas com respeito à conservação do Patrimônio da Terra e à sua integração em estratégias de desenvolvimento sustentável.

Em suma, um geoparque sob a assistência da Unesco deve:

• Preservar o patrimônio geológico para futuras gerações utilizando métodos de excelência em conservação. Medidas de proteção adequadas devem ser asseguradas pela autoridade de gestão do geoparque, em colaboração com os serviços geológicos, as universidades e outras instituições importantes (geoconservação);

• Educar e ensinar ao grande público temas geológicos e conceitos ambientais, prover meios e apoiar a investigação científica para as geociências em cooperação com as universidades; organizar atividades para o público e dar apoio logístico na comunicação do conhecimento geocientífico e dos conceitos ambientais, através de centros de informação, museus, visitas guiadas, materiais de divulgação, mapas, painéis, entre outros (educação ambiental);

• Assegurar desenvolvimento sustentável (geoturismo).

O impacto local é imediato, reforçando a identificação da população com sua região e promovendo seu renascimento cultural. Ao respeitar o meio ambiente, os geoparques estimulam, por exemplo, a criação de

empreendimentos locais inovadores, pequenos negócios, indústrias de hospedagem e novos empregos, gerando novas fontes de ganhos (por exemplo: geoturismo, geoprodutos). Proporcionam, assim, ganhos suplementares para a população local e a atração de capital privado, além do desenvolvimento científico inerente à função dos geoparques.

Rede Global de Geoparques Nacionais

A Rede Global de Geoparques Nacionais (Global Network of National Geoparks), criada pela Unesco em 2004, objetiva uma abordagem da paisagem (*landscape approach*) para a conservação do patrimônio geológico, pesquisa e desenvolvimento sustentável.

A geologia e a paisagem influenciaram profundamente a sociedade, a civilização e a diversidade cultural de nosso planeta, mas, até recentemente, não havia o reconhecimento internacional do patrimônio geológico de importância nacional ou regional, e não havia especificamente uma convenção internacional sobre o patrimônio geológico. A iniciativa da Unesco para apoiar os geoparques responde à forte demanda expressa por muitos países, através de uma rede internacional, no sentido de aumentar o valor do patrimônio da Terra, suas paisagens e formações geológicas, que são testemunhas-chave da história da vida.

A proteção e o desenvolvimento sustentável do patrimônio geológico e a geodiversidade, através da iniciativa Geoparks, contribui para os objetivos da Agenda 21, a Agenda da Ciência para Meio Ambiente e Desenvolvimento no século XXI, adotada pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD, Rio de Janeiro, 1992) e reiterada pela Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável 2002, em Johannesburg. A iniciativa Geoparks, por outro lado, acrescenta uma nova dimensão para a Convenção de 1972, relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural da Unesco, destacando o potencial de interação entre o desenvolvimento socioeconômico e cultural e a conservação do ambiente natural.

A Rede Global de Geoparques Nacionais opera em estreita sinergia com o Centro do Patrimônio Mundial da Unesco, o Homem e a Biosfera (MAB), Rede Mundial de Reservas da Biosfera, as empresas nacionais e

internacionais e organizações não governamentais ativas no domínio da conservação do patrimônio geológico. A Unesco encoraja qualquer forma de cooperação, nomeadamente nos domínios da educação, gestão, turismo, desenvolvimento sustentável, planejamento regional entre os membros da rede.

A Rede Global de Geoparques Nacionais fornece uma plataforma de cooperação e intercâmbio entre profissionais e peritos em matéria de patrimônio geológico. Sob a égide da Unesco e da cooperação com os parceiros da rede global, importantes sítios geológicos locais ou nacionais ganham reconhecimento em todo o mundo e lucram por meio do intercâmbio de conhecimentos e expertise entre outros geoparques. Ela permite beneficiar-se da experiência de outros membros da rede. A rede é composta por todas as regiões do mundo e reúne grupos que compartilham valores e interesses comuns, segundo uma metodologia de gestão específica. Além disso, serve para desenvolver modelos de melhores práticas e definir padrões de qualidade para os territórios que integram a preservação do patrimônio geológico, em uma estratégia para o desenvolvimento sustentável da economia regional. O estabelecimento de um geoparque traz sustentabilidade e benefício econômico real para as populações locais, geralmente através do desenvolvimento de um turismo sustentável e de outras atividades econômicas e culturais.

A Rede Global de Geoparques Nacionais, em rápido crescimento, promove serviços de elevada qualidade, partilhando entre os geoparques estratégias e boas práticas comuns para a preservação ambiental e desenvolvimento turístico e o intercâmbio de conhecimentos e apoios em diversas áreas. A gestão e as atividades dos geoparques nacionais da rede global regem-se pelas linhas de referência e pelos critérios definidos pela Unesco.

Para candidatar-se à Rede Global de Geoparques Nacionais, o geoparque aspirante deverá encaminhar um dossiê (*application dossier*) ou documento de candidatura à Divisão de Ciências Ecológicas e da Terra (Division of Ecological and Earth Sciences) da Unesco. A proposta será submetida a uma avaliação que inclui uma visita *in loco* de auditores indicados pela mencionada rede.

Projeto Geoparques do Serviço Geológico do Brasil (CPRM)

O Projeto Geoparques do CPRM representa importante papel indutor na criação de geoparques no Brasil, uma vez que esse projeto tem como premissa básica a identificação, levantamento, descrição, inventário, diagnóstico e ampla divulgação de áreas com potencial para futuros geoparques no território nacional. Para esse trabalho concorre o acervo de levantamentos geológicos existentes no País e a experiência do corpo técnico da empresa, além do aporte de estudos e propostas da comunidade geocientífica. Em alguns casos, essa atividade indutora é feita em conjunção com universidades e outros órgãos ou entidades federais, estaduais ou municipais que tenham interesses comuns, em consonância com as comunidades locais. A ação catalisadora desenvolvida pelo CPRM representa, entretanto, somente o passo inicial para o futuro geoparque. A posterior criação de uma estrutura de gestão do geoparque e outras iniciativas complementares são essenciais e deverão ser propostas por autoridades públicas, comunidades locais e interesses privados, agindo em conjunto.

O Brasil tem grande potencial para a proposição de geoparques, por sua enorme extensão territorial, aliada à sua rica geodiversidade com testemunhos de praticamente toda história geológica do planeta. Registros importantes dessa história, alguns de caráter único, representam parte do patrimônio natural da Nação e mesmo de toda a humanidade, justificando sua conservação. Esses registros, aliados a outros atributos, são a essência de um geoparque e são representados por diversos geossítios de tipologias diversas, ou não, desenvolvendo por vezes formas de relevo ou geoformas associadas a paisagens de excepcional beleza cênica. Alguns geoparques propostos pelo referido projeto incluem em seus limites partes de unidades de conservação ou parques naturais, em especial por apresentarem raras belezas cênicas. No entanto, os limites de um proposto geoparque normalmente não coincidem com os parques naturais ou outras áreas de reservas ambientais.

Propostas de geoparques do Brasil (2009-2010)

Algumas propostas de áreas com potencial de se transformarem em geoparques foram ou estão sendo estudadas pelo Projeto Geoparques em colaboração com entidades federais, estaduais ou municipais. Diversas propostas de geoparques já foram avaliadas e outras ainda serão avaliadas em 2010 e nos anos seguintes. Propostas levantadas em 2009 são: Fernando de Noronha (PE), Morro do Chapéu (BA), Pireneus (GO), Quadrilátero Ferrífero (MG) e Quarta Colônia (RS). Para o Geoparque Quadrilátero Ferrífero foi criado um Grupo Promotor coordenado por uma Gerência Executiva, sob a égide do Polo de Excelência Mineral e Metalúrgico do Governo do Estado de Minas Gerais, que, no fim de 2009, encaminhou dossiê de candidatura à Rede Global de Geoparques Nacionais da Unesco.

Em 2010, o Projeto Geoparques dará continuidade aos trabalhos ou iniciará novas atividades nas seguintes propostas:

Alto Alegre dos Parecís (RO)

Astroblema de Araguainha-Ponte Branca (MT/GO)

Bodoquena-Pantanal (MS)

Litoral Sul de Pernambuco (PE)

Cachoeiras do Amazonas (AM)

Caminhos dos Cânions do Sul (RS/SC)

Chapada Diamantina (BA)

Chapada dos Guimarães (MT)

Uberaba-Terra dos Dinossauros (MG)

Rio de Contas (BA)

Seridó (RN)

Serra da Canastra (MG)

Serra da Capivara (PI)

Alto Vale do Ribeira (SP)

Sete Cidades-Pedro II (PI)

Catimbau-Pedra Furada (PE)

Descrição resumida das propostas de geoparques

	Geoparque (proposta)	UF	Relatório Técnico	Categoria Principal
1	Quadrilátero Ferrífero	MG	2009	Estratigráfico, Paleoambiental, História da Mineração, Geomorfológico, Metalogenético
2	Morro do Chapéu	BA	2009	Estratigráfico, Geomorfológico, Histórico
3	Fernando de Noronha	PE	2009	Ígneo, Beleza Cênica
4	Pirineus	GO	2009	Estratigráfico, Tectônico, Geomorfológico, Histórico-cultural
5	Quarta Colônia	RS	2009	Paleontológico (tetrápodes), Estratigráfico
6	Catimbau – Pedra Furada	PE	2010 (parcial)	Ambiental, Geomorfológico, Arqueológico
7	Sete Cidades – Pedro II	PI	2010 (parcial)	Geomorfológico, Paleoambiental, Mineralógico
8	Alto Vale do Ribeira	SP	2010 (parcial)	Espeleológico, Paleoambiental, História da Mineração
9	Serra da Capivara	PI	2010 (parcial)	Estratigráfico, Arqueológico, Paleontológico
10	Chapada Diamantina	BA	2010 (parcial)	Geomorfológico, Paleoambiental, Beleza Cênica, Histórico-Cultural
11	Rio de Contas	BA	2010 (parcial)	Estratigráfico, Geomorfológico, História da Mineração
12	Cachoeiras do Amazonas	AM	2010	Estratigráfico, Espeleológico, Arqueológico
13	Astroblema Araguainha-Ponte Branca	MT/ GO	2010	Astroblema (estrutura de impacto de meteorito)
14	Chapada dos Guimarães	MT	2010	Geomorfológico, Paleontológico, Espeleológico, Beleza Cênica
15	Bodoquena-Pantanal	MS	2010	Espeleológico, Paleoambiental, Geomorfológico, Paleontológico, Metalogenético

16	Caminhos dos Cânions do Sul	RS/ SC	2010	Beleza Cênica, Geomorfológico, Ígneo
17	Serra da Canastra	MG	2010 (parcial)	Beleza Cênica, Geomorfológico
18	Seridó	PE	2010	Estratigráfico, Ígneo, Geomorfológico, Metalogenético, Histórico-cultural
19	Uberaba – Terra dos Dinossauros	MG	2010	Paleontológico, Estratigráfico
20	Alto Alegre dos Parecis	RO	2010 (parcial)	Estratigráfico, Geomorfológico, Beleza Cênica
21	Litoral Sul de Pernambuco	PE	2010	Ígneo, Estratigráfico, Beleza Cênica, Histórico-Cultural

1. Quadrilátero Ferrífero (MG)

Localização: região central de Minas Gerais conhecida como Quadrilátero Ferrífero.

Importância: Marco histórico da mineração do ouro e do ferro no Brasil; registros de fama mundial da geologia e metalogênese do Paleoproterozoico e Arqueano (Supergrupos Minas e Rio das Velhas); alguns sítios geológicos foram referendados pela Sigep: Serra da Piedade, Serra do Caraça, Pico de Itabirito e Mina de Passagem, que além de sua importância para o patrimônio geológico; antiga mina subterrânea de ouro de Mariana, explorada entre 1719 a 1996.

Dados adicionais: Fluxo turístico associado ao valor patrimonial e histórico-cultural; cidades e monumentos históricos do Brasil Colônia.

2. Morro do Chapéu (BA)

Localização: Município de Morro do Chapéu, leste da Chapada Diamantina, Bahia, incluindo partes dos municípios adjacentes.

Importância: Rica geodiversidade com importantes geossítios que registram história de sedimentação de unidades do Mesoproterozoico (grupo Chapada Diamantina) e Neoproterozoico (grupo Una) do Brasil, incluindo a presença de conglomerados diamantíferos (carbonados),

depósitos de origem glacial e registros de vida primitiva na Terra (estromatólitos). Quatro geossítios da região foram aprovados pela Sigep (Gruta dos Brejões, Escarpa do Tombador, Fazenda Arrecife e Fazenda Cristal). O inventário dos geossítios revelou três de importância internacional.

Dados adicionais: Registros da história e cultura de mineração do diamante; região inclui três Unidades de Conservação (Parque Estadual de Morro do Chapéu, Monumento Natural da Cachoeira do Ferro Doido e APA Vereda do Romão Gramacho). Em 1987, a CPRM implantou em Morro do Chapéu o Centro Integrado de Estudos Geológicos (CIEG), destinado ao treinamento da sua equipe técnica e apoio de campo aos trabalhos de universidades relacionadas às geociências.

3. Fernando de Noronha (PE)

Localização: Pequeno arquipélago situado na costa do Nordeste, a 545 km de Recife, cujo território faz parte do Estado de Pernambuco.

Importância: Conjunto de ilhas vulcânicas no topo emerso integrante de uma cadeia de montanhas desenvolvida numa zona de fraturas no assoalho oceânico, com orientação E-W, formada por rochas vulcânicas e subvulcânicas, produtos de dois eventos vulcânicos; *plugs,* piroclastos cortados por domos e diques fonolíticos e traquíticos do Mioceno Superior e rochas piroclásticas, derrames de ankaratritos e diques de nefelinito do Plioceno Superior; arenitos eólicos e fosfáticos; sedimentos de praias e dunas; recifes de algas; excepcional beleza cênica.

Dados adicionais: Proposto geoparque coincide integralmente com o território do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha e a adjacente Área de Proteção Ambiental (APA), zona de amortização do Parque Nacional (Parna), cuja administração é competência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); projetos Golfinhos Rotatores e Tamar do ICMBio; estrutura turística organizada com grande afluxo de visitantes.

4. Pireneus (GO)

Localização: Região limítrofe dos municípios goianos de Pirenópolis, Cocalzinho de Goiás e Corumbá de Goiás, a oeste do Distrito Federal.

Importância: Conjunto de serras com interessante história geológica, suportadas por quartzitos complexamente dobrados formando a Serra e Pico dos Pireneus, cuja parte principal compõe o Parque Estadual dos Pirineus e a Cidade de Pedra. Riqueza histórico-cultural ligada ao ciclo do ouro que retrocede ao início do século XVIII. A maioria dos sítios tem elevado valor geocientífico devido à raridade de formas estruturais ali existentes.

Dados adicionais: Rara beleza cênica; belas espécies de um complexo bioma do cerrado de altitude; interessante história de ocupação e tradições culturais, como romarias, Festa do Divino e Cavalhadas.

5. Quarta Colônia (RS)

Localização: Região central do Rio Grande do Sul.

Importância: Riqueza fossilífera do Triássico; origem dos dinossauros e mamíferos e evolução das coníferas; área de transição entre a Depressão Periférica e o Planalto da Serra Geral; infraestrutura para o turismo; interesse histórico-cultural; geossítio fossilífero da Linha São Luiz é de interesse internacional.

Dados adicionais: Iniciativas do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (Condesus – Quarta Colônia) para consolidação do Geoparque Quarta Colônia.

6. Catimbau – Pedra Furada (PE)

Localização: Parte dos municípios de Buíque, Tupanatinga, Ibimirim, Arcoverde, Pesqueira, Alagoinha, Venturosa e Pedra, Pernambuco; transição entre biomas Agreste e Sertão.

Importância: Área inserida na porção nordeste da Bacia Sedimentar do Jatobá e em rochas do embasamento cristalino; cânions de grande beleza cênica esculpidos em arenitos avermelhados com belíssimas estruturas sedimentares da unidade siluro-devoniana Tacaratu; formas erosivas de beleza estética incomum; pequenas cavernas em arenitos. No entorno ocorrem diversos sítios geomorfológicos (mirantes) sobre rochas ígneo-metamórficas proterozoicas, destacando-se a Pedra Furada, grande arco resultante da erosão sobre rocha granítica.

Dados adicionais: A proposta se insere parcialmente no Parque Nacional do Catimbau; área de proteção do bioma Caatinga; importantes sítios arqueológicos com pinturas rupestres.

7. Sete Cidades – Pedro II (PI)

Localização: parte dos municípios de Piracuruca, Brasileira e Pedro II, Piauí; Parque Nacional das Sete Cidades.

Importância: Registro da sedimentação fluviodeltaica do Devoniano da Bacia Sedimentar do Parnaíba; arenitos com intercalações de siltitos e folhelhos; localmente, diamictitos; tilitos, pavimentos e seixos estriados que denotam um ambiente glacial; estratificações cruzadas tabulares e sigmoidais; relevo ruiniforme da Formação Cabeças de especial beleza estética; famosas ocorrências de opala de Pedro II, formadas na zona de contato de arenitos da Formação Cabeças e *sills* de diabásio do Cretáceo.

Dados adicionais: Grande diversidade de formas erosivas nos arenitos originou sete grupamentos rochosos denominados de "cidades"; Parque Nacional administrado pelo ICMBio; prática do turismo ecológico bem estruturado com afluxo de turistas relativamente grande (cerca de 35.000/ano); área de proteção do bioma Cerrado em transição para o bioma Caatinga; vários sítios arqueológicos com pinturas rupestres datadas de 6.000 AP.

8. Alto Vale do Ribeira (SP)

Localização: Extremo sudeste do Estado de São Paulo.

Importância: Sistemas de cavernas com paisagens subterrâneas únicas do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira; relevo de beleza excepcional esculpido em rochas calcárias do Neoproterozoico; uma das maiores concentrações de cavernas do mundo (mais de 300); registros materiais dos primórdios da mineração de ouro no Brasil, já no século XVI.

Dados adicionais: Interesse histórico-cultural; cidades históricas do século XVI; conserva a maior porção de Mata Atlântica do Brasil declarado Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco; presença de concheiros com importantes vestígios arqueológicos.

9. Serra da Capivara (PI)

Localização: Extremo sudeste do Piauí, região de São Raimundo Nonato; Parque Nacional da Serra da Capivara e seu entorno.

Importância: Labirinto de cânions esculpidos em arenitos devonianos da margem sudeste da Bacia Sedimentar do Parnaíba; mais de 30.000 pinturas rupestres distribuídas em cerca de 800 sítios, com datações que comprovam a presença do homem, de maneira ininterrupta durante 48.000 anos; área cárstica no entorno do Parque Nacional com rica fauna do Pleistoceno e vestígios arqueológicos e paleoclimáticos associados; beleza cênica; vegetação formada por estepes, caatingas e floresta arbórea densa.

Dados adicionais: Em 1991, o Parque Nacional da Serra da Capivara foi declarado Patrimônio Mundial pela Unesco. Em 1986 foi criada a Fundação Museu do Homem Americano que em cogestão com o ICMBio, administra o Parque Nacional e seu entorno.

10. Chapada Diamantina (BA)

Localização: Região oriental da Chapada Diamantina, Bahia.

Importância: Ambientes de sedimentação e estratigrafia do Meso-proterozoico; marco histórico da mineração do diamante no Brasil; grande beleza cênica. Três geossítios da região foram aprovados pela Sigep (Serra do Sincorá, Morro do Pai Inácio e Poço Encantado).

Dados adicionais: Riqueza histórico-cultural ligada ao garimpo de diamante; polo importante de ecoturismo; abrange o Parque Nacional da Chapada Diamantina e seu entorno.

11. Rio de Contas (BA)

Localização: Município de Rio de Contas e áreas do entorno no extremo sudoeste da Chapada Diamantina, Bahia.

Importância: Importantes registros de rochas metamórficas sedimentares e vulcânicas do Paleoproterozoico, relacionadas ao Supergrupo Espinhaço; marco importante da história da mineração de ouro com garimpos fundados por bandeirantes paulistas que remontam ao século XVIII; trecho preservado do Caminho Real.

Dados adicionais: Forte apelo turístico; paisagens com relevo montanhoso; aspectos histórico-culturais diversos.

12. Cachoeiras do Amazonas (AM)

Localização: Município de Presidente Figueiredo, a norte de Manaus, Amazonas.

Importância: Geossítios com exposições de arenitos devonianos da borda norte da Bacia Sedimentar do Amazonas; rochas muito resistentes se destacam no relevo com cachoeiras corredeiras, cavernas e sítios arqueológicos.

Dados adicionais: Polo ecoturístico mais importante da região.

13. Astroblema Araguainha-Ponte Branca (MT/GO)

Localização: Municípios de Araguainha e Ponte Branca, Mato Grosso, cortados pelas cabeceiras do rio Araguaia; parte situa-se em Goiás.

Importância: Registro do maior astroblema da América do Sul, expondo cratera erodida com 40 km de diâmetro que se formou pela colisão de um meteorito contra a superfície terrestre, no início do Triássico, há cerca de 245 milhões de anos; geossítios de interesse internacional com feições deixadas nas rochas pelo impacto do corpo celeste.

14. Chapada dos Guimarães (MT)

Localização: Borda da Chapada dos Guimarães, nordeste de Cuiabá, Mato Grosso.

Importância: Sedimentos siliciclásticos de unidades do Paleozoico (grupos Rio Ivaí e Paraná) da base da Bacia Sedimentar do Paraná, depositados em inconformidade sobre rochas neoproterozoicas do Grupo Cuiabá; registros fósseis da renomada Fauna Malvinocáfrica; cavernas formadas em arenitos; beleza cênica excepcional.

15. Bodoquena-Pantanal (MS)

Localização: Extensa região abrangendo a Serra da Bodoquena, parte do Pantanal e a área de Corumbá-Ladário, Mato Grosso do Sul.

Importância: Registros da sedimentação do final do Proterozoico Superior; metalogênese de fama mundial com jaspilitos ferruginosos e óxidos de manganês; rochas carbonáticas, vestígios de glaciação, riqueza

espeleológica; sítios fossilíferos do Neoproterozoico com metazoário mais antigo da América do Sul (*Corumbella*) e megafauna do Pleistoceno (tigre dente de sabre); sedimentação do Quaternário (Pantanal); importantes vestígios arqueológicos; beleza cênica.

Dados adicionais: Estrutura turística bem desenvolvida, em especial no município de Bonito; registros histórico-culturais ligados à Guerra do Paraguai; biodiversidade. No final de 2009, foi instituído o *Geopark* Bodoquena-Pantanal por decreto estadual do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. O encaminhamento de dossiê de candidatura do geoparque à Rede Global de Geoparques Nacionais, sob a coordenação da Superintendência Estadual do Iphan/MS, está previsto para 2010. O Serviço Geológico do Brasil participa dessa atividade em parceria com a referida superintendência e outras entidades.

16. Caminhos dos Cânions do Sul (RS/SC)

Localização: Região lindeira do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; inclui os parques nacionais dos Aparados da Serra e Serra Geral e parte da planície costeira.

Importância: Magníficos cânions esculpidos nas escarpas dos Aparados da Serra sobre a extraordinária pilha de rochas formadas pelo Vulcanismo Serra Geral, durante o Mesozoico. Beleza cênica excepcional; Furnas (Sombrio) na quebra do relevo com a planície costeira, mostrando registros da elevação do nível do mar atual durante o Holoceno.

Dados adicionais: Os Aparados da Serra constituem o mais elevado e imponente sistema de escarpas de todo o território brasileiro; registro dos eventos tectônicos distensivos durante o processo de abertura do Atlântico que levou a separação dos continentes sul-americano e africano.

17. Serra da Canastra (MG)

Localização: Parte dos municípios de São Roque de Minas, Sacramento e Delfinópolis, sudoeste de Minas Gerais.

Importância: Unidades neoproterozoicas da faixa dobrada Brasília; relevo esculpido em quartzitos dobrados do Grupo Canastra; falha de empurrão sobre unidades pelito-carbonáticas do Grupo Bambuí; tectônica rúptil NW-SE com dezenas de intrusões kimberlíticas, algumas delas portadoras de diamantes; cotas entre 1.350-1.250m relacionadas à

superfície de aplainamento "Pós-Gondwana", do Cretáceo Superior; grande beleza cênica.

Dados adicionais: Proposta inserida na área do Parque Nacional da Serra da Canastra, criado para a proteção das nascentes do rio São Francisco; altitudes entre 900 e 1.500 m; predomínio de campos rupestres; paisagens de cenário excepcional; Cachoeira da Casca d'Anta e outras; possibilidade de observação de animais selvagens.

18. Seridó (RN)

Localização: Seridó Potiguar, região de Currais Novos e municípios do entorno, Rio Grande do Norte.

Importância: Um dos mais completos e importantes patrimônios geológicos do Nordeste; paisagem exuberante formada por granitos, gnaisses, quartzitos e arenitos; mineração representa um grande potencial geoturístico; destaca-se Distrito Mineiro de Brejuí, em Currais Novos; sítios paleontológicos; megafauna pleistocênica.

Dados adicionais: Riqueza cultural regional ímpar; registros da presença do homem e de animais pré-históricos; pinturas rupestres das tradições Nordeste, Agreste e Itaquatiaras; artesanato em minerais e rochas.

19. Uberaba-Terra dos Dinossauros (MG)

Localização: Município de Uberaba, Triângulo Mineiro.

Importância: Sítios paleontológicos de Peirópolis e Serra da Galga; uma das mais ricas faunas de vertebrados e invertebrados do Cretáceo Superior, em ampla área geográfica do município de Uberaba, Minas Gerais, relacionados à Formação Marília (Bacia Bauru); dinossauros, crocodilomorfos e outros répteis; fósseis e sedimentos relacionados retratam ecossistemas terrestres que antecederam às grandes transformações ambientais do final da era Mesozoica.

Dados adicionais: Museu Paleontológico em Peirópolis.

20. Alto Alegre dos Parecís (RO)

Localização: Município de Alto Alegre dos Parecís, sudeste de Rondônia.

Importância: Graben de Pimenta Bueno; arenitos, conglomerados,

folhelhos e siltitos; calcário dolomítico; Formação Fazenda Casa Branca do Carbonífero Superior depositada em ambiente fluvial; Formação Pimenta Bueno do Siluro-Devoniano depositada em ambientes fluviodeltaico e marinho/lacustre; granitoides e gnaisses mesoproterozoicos da Faixa Guaporé.

Dados adicionais: Belas áreas potenciais para eco- e geoturismo, servidas por estradas vicinais, de boa trafegabilidade na estação seca; contempla diversas cachoeiras desembocando em cânions florestados.

21. Litoral Sul de Pernambuco (PE)

Localização: Municípios de Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Porto de Galinhas e outros a sul de Recife, Pernambuco.

Importância: Região com grande potencial para a criação de um geoparque pelo caráter excepcional do patrimônio geológico, associado aos aspectos turístico, cultural, histórico e biológico. Destaca-se a Província Magmática do Cabo de Santo Agostinho, uma importante associação vulcano-plutônica-alcalina de composição ácida. Inclui rara ocorrência de granito cretácico do Brasil e o único exemplo conhecido de vulcanismo explosivo dessa idade no País com extensos derrames piroclásticos. Essa província magmática relaciona-se à Bacia de Pernambuco, cuja parte sedimentar emersa é representada por rochas originadas de leques aluviais da Formação Cabo, gerada no estágio rifte de evolução dessa bacia, durante o Aptiano-Albiano.

Dados adicionais: O Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti situa-se na área proposta para o geoparque e coincide com um promontório sustentado pelo granito do Cabo de Santo Agostinho, onde há importantes monumentos históricos, alguns dos quais remontam ao século XVI. A região como um todo tem grande afluxo turístico por suas belezas naturais excepcionais; apresenta forte potencial para o desenvolvimento do geoturismo.

Outras propostas de geoparques

1. Campos Gerais (PR)

Proponentes: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Minérios do Paraná (Mineropar), Paraná.

Localização: Região dos Campos Gerais, no Segundo Planalto Paranaense.

Importância: Unidades geológicas paleozoicas da Bacia do Paraná com relevante patrimônio geológico; história paleoambiental e geomorfologia didática; fósseis do Devoniano; diversos sítios referendados pela Sigep.

Dados adicionais: Insere três parques estaduais (Vila Velha, Monge e Guartelá); extenso levantamento do Patrimônio Natural realizado pela UEPG.

2. Ciclo do Ouro (SP)

Proponente: Prefeitura de Guarulhos.

Localização: Município de Guarulhos, São Paulo.

Importância: Importantes sítios do Patrimônio Geológico; valores histórico, arqueológico e ecológico, associados à extração de ouro desde o Período Colonial. Insere o geossítio Marundito do Pico Pelado (margarita-coríndon xistos) de interesse internacional e referendado pela Sigep.

Dados adicionais: Proposta de Geoparque criada por decreto municipal da cidade de Guarulhos, em dezembro de 2008.

Referências

AZEVEDO, N. A. (ed.). *Guarulhos-espaço de muitos povos*. 2ª ed. Prefeitura de Guarulhos-Noovha América, 2008, 128 p.

BRILHA, J. *Património geológico e geoconservação*: a conservação da Natureza na sua vertente geológica. Braga: Palimage, 2005, 190 p.

CARVALHO, C. N.; RODRIGUES, J. & JACINTO, A. (ed.). *Geoturismo & desenvolvimento local*. Idanha-a-Nova: Minom – Movimento Internacional para uma Nova Museologia-Centro Cultural Raiano-Câmara Municipal a, 2009, 308 p.

DINGWALL, P.; WEIGHELL, T. & BADMAN, T. A *contribution to the global theme study of world heritage natural sites*. Protected Area Programme, IUCN-WCPA-World Heritage, Sept. 2005, 51 p.

EDER, W. & PATZAK, M. *Geoparks – geological attractions*: A tool for public education, recreation and sustainable economic development. Episodes, 27(3):162-164, 2004.

JONES, C. History of Geoparks. *Geological Society, London, Special Publications*, v. 300, p. 273-277, 2008.

LIMA, F. *Proposta metodológica para a inventariação do patrimônio geológico brasileiro.* Tese de mestrado. Braga: Escola de Ciências, Universidade do Minho, 2008, 90 p.

MANSUR, K. & ERTHAL, F. O Projeto Caminhos Geológicos e seus desdobramentos no Estado do Rio de Janeiro. In: Congresso Brasileiro de Geologia, 42., Simpósio 26-Monumentos Geológicos, 2004, Araxá. *Anais... Araxá*: SBG, 2004; p. 204.

NASCIMENTO, M. A. L.; RUCHKYS, U. A. & MANTESSO-NETO, V. *Geodiversidade, geoconservação e geoturismo*: trinômio importante para a proteção do Patrimônio Geológico. Sociedade Brasileira de Geologia, 2008, 82 p.

PIEKARZ, G. F. & LICCARDO, A. *Programa Sítios Geológicos e Paleontológicos do Paraná*: Situação Atual e Tendências. Disponível em http://geoturismobrasil.com/artigos/SÍTIOS_GEOLOGICOS_PARANA%5B1%5D.htm

RUCHKYS, U. A. *Patrimônio geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais*: potencial para a criação de um geoparque da Unesco. Tese de doutorado. Instituto de Geociências da UFMG, 2007, 211 p.

SCHOBBENHAUS, C. *Projeto Geoparques*: proposta. Brasília: Serviço Geológico do Brasil-CPRM, 2006, 9 p., mapa (relatório interno).

_____. Potencial de geoparques do Brasil. In: Congresso Brasileiro de Geologia, 44., out. 2008, Curitiba. *Anais... O planeta Terra em nossas mãos*. Curitiba: SBG, 2008; p.403.

SCHOBBENHAUS, C.; CAMPOS, D. A.; QUEIROZ, E. T.; WINGE, M. & BERBERT-BORN, M. L. (ed.). *Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil*. Brasília: Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos – Sigep/Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM/Serviço Geológico do Brasil CPRM, 2002, 540 p.

SCHOBBENHAUS, C. & BRITO-NEVES, B. B. A geologia do Brasil no contexto da plataforma sul-americana. In: BIZZI, L. A.; SCHOBBENHAUS, C.; VIDOTTI, R. M. & GONÇALVES, J. H. (ed.). *Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil*. Brasília: Serviço Geológico do Brasil – CPRM, 2003, p. 5-54.

SILVA, C. R. (ed.). *Geodiversidade do Brasil*: conhecer o passado para entender o presente e prever o futuro. Rio de Janeiro: Serviço Geológico do Brasil – CPRM, 2008, 264 p.

UNESCO. *Guidelines and Criteria for National Geoparks seeking Unesco's assistance to join the Global Geoparks Network*. (June 2008), 10 p. Disponível em http://www.unesco.org/science/earthsciences/geoparks/geoparks.htm

WINGE, M.; SCHOBBENHAUS, C.; SOUZA, C. R. G.; FERNANDES, A. C. S.; BERBERT-BORN, M. L., QUEIROZ, E. T. & CAMPOS, D. A. (ed.). *Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil*. Brasília: Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos – Sigep/Serviço Geológico do Brasil – CPRM, 2009, v. 2, 515 p.

ZOUROS, N. The European Geoparks Network: geological heritage protection and local development. *Episodes*, 27(3):165-171, 2004.

A paisagem cultural e os Roteiros Nacionais da Imigração

*Maria Regina Weissheimer**

Resumo

O projeto dos Roteiros Nacionais de Imigração é uma iniciativa inovadora do ponto de vista da proteção do patrimônio cultural no Brasil, trabalha com uma abordagem territorial na busca da construção de uma política integrada – nas diversas esferas do poder público – para a preservação e a valorização do patrimônio e da paisagem cultural da imigração no sul do país. Através da assinatura de um acordo de cooperação entre Ministérios, Estado e municípios, efetivou-se um pacto para a elaboração de um planejamento regional e desenvolvimento sustentável que leve em consideração os principais aspectos do patrimônio que se pretende preservar: a ruralidade, a não monumentalidade e a dinâmica social, econômica e cultural que o caracteriza. Totalmente vinculado ao conceito de paisagem cultural com o qual o Iphan vem trabalhando, o projeto dos Roteiros Nacionais de Imigração representa uma aposta no futuro.

*Arquiteta e coordenadora de Paisagem Cultural/Iphan

Palavras-chave

Paisagem, Imigração, Patrimônio.

O projeto dos Roteiros Nacionais de Imigração foi oficialmente lançado em Santa Catarina, em outubro de 2007, com a assinatura de um acordo de cooperação que envolveu o Iphan, os Ministérios da Cultura, do Turismo e do Desenvolvimento Agrário, além do Sebrae/SC, do Governo do Estado de Santa Catarina e de 16 municípios catarinenses que têm bens culturais relacionados com o processo de imigração tombados pelo Iphan.

Trata-se de iniciativa inovadora e pioneira no âmbito de preservação do patrimônio cultural no Brasil que é resultado de uma reflexão aprofundada

sobre a atuação do Iphan na proteção do patrimônio cultural brasileiro e que introduziu uma nova abordagem de trabalho, tanto do ponto de vista formal como do ponto de vista estratégico.

Do ponto de vista formal, pode-se dizer que a experiência ampliou o horizonte de atuação do Iphan, muitas vezes restrito ao patrimônio de origem colonial ou de formas monumentais, introduzindo uma nova temática: a imigração como processo importante de constituição da diversidade cultural brasileira; e uma nova abordagem de base territorial, focada no processo e não no objeto. Do ponto de vista estratégico, estabeleceu-se o inventário de varredura – formatado a partir de informações básicas, mas que possibilitam o conhecimento do universo de estudo – como metodologia de trabalho e ferramenta a ser utilizada para a construção de ações mais amplas, que vão além do tombamento e introduzem questões objetivas do ponto de vista da gestão e da preservação. Além disso, para a efetivação do que é o principal objetivo do trabalho – a preservação do patrimônio cultural – entende-se que a parceria, instituída nos mais diversos níveis, é o caminho mais eficaz a ser percorrido.

O patrimônio do imigrante no Brasil

O reconhecimento do legado cultural do imigrante como parcela do patrimônio histórico brasileiro teve início no âmbito do Iphan com o tombamento do Palácio dos Príncipes, em Joinville, ainda em 1939, relacionado com a imigração alemã em Santa Catarina. Esse primeiro tombamento foi seguido da proteção do Cemitério Protestante, também em Joinville, em 1962.

A década de 1980 marcou o início de muitos estudos e inventários amplos relacionados à temática da imigração no sul do Brasil, dos quais se destacam os trabalhos do arquiteto Günter Weimer sobre a arquitetura teuto-brasileira no Rio Grande do Sul. Mais de 20 núcleos da imigração no Rio Grande do Sul tiveram seus estudos iniciados também nessa década, através da ação desenvolvida pela Regional do Iphan intitulada Preservação e Valorização da Paisagem Urbana com Núcleos da Imigração Alemã e Italiana no Rio Grande do Sul. Esses estudos culminaram com o tombamento isolado da Casa da Neni, em Antônio Prado, no ano de 1985, complementado, em 1990, pelo tombamento do conjunto urbano da arquitetura ítalo-brasileira de madeira, também em Antônio Prado. No Rio Grande do Sul, destaca-se também o tombamento da Casa Presser, em

1985, exemplar da arquitetura rural teuto-brasileira em Novo Hamburgo e a Ponte do Imperador em Ivoti.

Ainda na década de 1980, o tombamento do Casarão do Chá, exemplar excepcional da arquitetura nipo-brasileira ligado à imigração japonesa no Estado de São Paulo, em Moji das Cruzes/SP (1985), desviou um pouco o foco dos tombamentos relacionados à imigração que, na sua ampla maioria, ainda se refere à imigração europeia. Entretanto, até 2007 as ações de proteção do patrimônio dos imigrantes, apesar de sua extensão e riqueza, permaneceram pontuais e quase desconhecidas, ao contrário da ampla ação de proteção que tiveram desde os primeiros tempos, um exemplo é o acervo da arquitetura colonial.

O projeto dos Roteiros Nacionais de Imigração teve como base a compreensão da dinâmica social, econômica e territorial em que estão inseridos os bens culturais das regiões de imigração em Santa Catarina. Em linhas gerais, a constituição do patrimônio cultural dos imigrantes no Estado catarinense se assemelha aos outros Estados da região Sul e Sudeste do Brasil, cujo processo de formação se iniciou a partir da vinda de grupos estrangeiros, especialmente europeus, para os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e São Paulo, principalmente entre o início do século XIX e meados do século XX.

Estima-se que o Brasil, nesse período, tenha recebido mais de cinco milhões de imigrantes que incrementaram o painel étnico e cultural do país. Muitos foram destinados à substituição da mão de obra escrava nas fazendas de café em São Paulo, onde se destacaram grupos de italianos e japoneses. Nas províncias do Sul, a política de colonização foi oficialmente iniciada com a implantação, em 1824, da Colônia São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. A Lei de Terras, promulgada em 1850, que concedia o direito de propriedade a estrangeiros, alavancou uma nova fase de imigração, quando despontaram as iniciativas privadas, cujo expoente mais famoso foi o Doutor Hermann Blumenau, fundador da colônia com seu nome, cuja sede é hoje o município de Blumenau, em Santa Catarina. A forma de implantação das colônias, dada pela distribuição de pequenos lotes de terra (de pouca testada e de grande comprimento), localizados ao longo das picadas[1] que acompanhavam os cursos d'água; a implantação das unidades de produção familiar de base policultora e a adaptação, em solo brasileiro, das técnicas construtivas e tradições trazidas dos seus países de origem, resultou, muitas vezes, em verdadeiras "ilhas culturais", que se mantinham

1. Estradas de terra abertas pelos pioneiros quando da demarcação dos lotes. As picadas deram origem às estradas rurais que estruturavam cada colônia, existentes até hoje.

afastadas ou com pouco contato com os núcleos e vilas mais antigas, quase sempre localizadas no litoral.

O movimento migratório estabelecido produziu transformações significativas no contexto brasileiro, que resultaram na ampliação da diversidade cultural do país, na introdução de novos grupos étnicos, em formas singulares de ocupação e usufruto da terra e, como consequência, em paisagens culturais, urbanas e rurais, bastante específicas.

Imigração para o Brasil, por nacionalidade, por décadas de 1884-1893, 1924-1933 e 1945-1949. Fonte IBGE

Nacionalidade	**Década**								**Total**
	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933	1945-1949	1950-1954	1955-1959	
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339	61.723	5.188	12.204	4.633	**176.422**
Espanhóis	113.116	102.142	224.672	94.779	52.405	4.092	53.357	38,819	**644.602**
Italianos	510.533	537.784	196.521	86.320	70.177	15.312	59.785	31.263	**1.507.695**
Japoneses	-	-	11.868	20.398	110.191	12	5.447	28.819	**176.735**
Portugueses	170.621	155.542	384.672	201.252	233.650	26.268	123.082	96.811	**1.391.898**
Sírios e Libaneses	96	7.124	45.803	20.400	20.400	N/A	N/A	N/A	**93.823**
Outros	66.524	42.820	109.222	51.493	164.586	29.552	84.851	47.599	**596.647**
Total	**883.668**	**852.110**	**1.006.617**	**503.981**	**717.223**	**80.424**	**338.726**	**247.944**	**4.630.693**

Os Roteiros Nacionais de Imigração e a construção de uma nova política de proteção do patrimônio cultural

Lançada em 2009, a chancela da Paisagem Cultural é um instrumento novo que visa a uma abordagem territorial dos contextos culturais, considerando os diversos processos históricos e as manifestações materiais e imateriais do patrimônio cultural. Conforme o artigo 1º da Portaria Iphan nº 127/2009, "Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores".

O projeto dos Roteiros Nacionais de Imigração nasceu a partir de um amplo e detalhado estudo iniciado pelo Iphan/SC em parceria com a

Fundação Catarinense de Cultura – FCC (órgão estadual de proteção do patrimônio cultural) e algumas prefeituras, no ano de 1983. Desde então se pensou em uma ação não apenas de inventário e proteção dos bens culturais através do tombamento, mas em uma proposta mais completa e abrangente, considerando as especificidades do patrimônio cultural dos imigrantes no sul do Brasil e sua necessidade de valorização.

Partiu-se da constatação de que apenas uma ação de tombamento não seria suficiente para preservar as peculiaridades do patrimônio da imigração no sul do Brasil, caracterizado pela ruralidade (neste caso baseada na produção familiar de pequena escala, policultora, de pequenas propriedades – contrastando com o restante do Brasil, cuja economia agrícola caracterizava-se pelas grandes propriedades monocultoras, calcadas na mão de obra escrava); pela não monumentalidade do acervo edificado (a maioria dos bens de valor identificados refere-se à arquitetura residencial rural, complementada por estruturas singelas, como ranchos, galpões, estufas e outras edificações voltadas para o apoio às atividades agrícolas) e pela dinâmica das manifestações culturais (traduzidas na culinária, nas línguas ainda faladas em casa, nas danças, músicas, festejos e tantas outras expressões).

Uma das consequências do modelo adotado para implementação das colônias de imigrantes foi a consolidação de uma importante rede urbana, atrelada ao desenvolvimento econômico e industrial dessas regiões. É fato a constatação de que a maior densidade de rede urbana do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, onde o processo migratório recebeu inúmeros incentivos e onde atingiu maior êxito que em outros lugares, localiza-se nas regiões de imigração como, por exemplo, a Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul; o Vale do Itajaí, a região de Joinville e São Bento do Sul, em Santa Catarina; e a região metropolitana de Curitiba, no Paraná.

Entretanto, é importante perceber que o processo de urbanização e industrialização, decorrente desse modelo de ocupação territorial, resultando na riqueza econômica das regiões, representa, hoje, se não for bem trabalhado, uma ameaça para a preservação do patrimônio cultural da imigração, especialmente no contexto rural.

Ao longo dos estudos constatou-se o êxodo crescente de jovens que partem do meio rural para o urbano em busca de alternativas mais rentáveis de sobrevivência, já que a economia de baixa escala da pequena propriedade

tem encontrado dificuldades de sobrevivência diante dos processos de padronização, mecanização e ampliação da produção. Este foi um dos maiores desafios encontrados desde o início da concepção do projeto: garantir a permanência do homem no campo, de modo a valorizar seu modo de vida e seu patrimônio cultural, manter a produção rural e, como consequência, preservar as paisagens culturais da imigração no sul do Brasil.

Para isso, o Iphan procurou reunir parceiros e identificar, para além das ações tradicionais de preservação do patrimônio cultural, outros mecanismos capazes de fomentar, incentivar e valorizar o patrimônio e as paisagens que se propunha proteger. Em 2007, o Iphan buscou nos Ministérios do Turismo e do Desenvolvimento Agrário o apoio necessário para dar início a esse trabalho integrado, cuja estruturação se dava em duas vertentes principais: a do desenvolvimento do turismo cultural nessas regiões e do fomento à agricultura e produção familiar.

Pela via do turismo, além da possibilidade de estruturação de caminhos rurais como atrativos turísticos e de visitação de algumas das pequenas propriedades, destaca-se a possibilidade de comercialização de produtos tradicionais em pontos estratégicos – em centros de visitação e comercialização, ou mesmo na rede hoteleira – como alternativa de agregação de valor e renda pelo turismo. São muitos os casos em que há o interesse da família em integrar o projeto, mas sem receber visitantes. Para esses casos, o ponto fundamental do projeto é o fomento à produção rural e de produtos tradicionais – como pães, compotas, geleias, embutidos, artesanato, dentre outros.

O ponto mais importante, contudo, é o fomento à atividade agrícola, baseada na pequena propriedade e na produção familiar. Para isso, buscou-se o apoio do Ministério de Desenvolvimento Agrário, através de sua Secretaria de Agricultura Familiar.

Integram também o Acordo de Cooperação o Sebrae/SC, o Governo do Estado de Santa Catarina (através de seus órgãos de turismo, proteção do patrimônio cultural e fomento agrícola) e 16 municípios onde o Iphan tombou bens em nível federal.

A ação de proteção através do tombamento teve como embasamento os estudos e os inventários realizados ao longo de mais de duas décadas e também foi singular, considerando o histórico dos tombamentos realizados pelo Iphan em mais de setenta anos de existência. Além de abordar e

enfatizar o patrimônio do imigrante no Brasil, com todas as suas especificidades (ruralidade, não monumentalidade e dinâmica cultural) que o distingue dos demais contextos brasileiros (como o dos ciclos econômicos do ouro, do açúcar ou do café), a proteção se deu de forma integrada nos três níveis – federal, estadual e municipal. Aos 61 bens tombados pelo Iphan (dentre os quais o conjunto rural de Testo Alto e Rio da Luz, entre Pomerode e Jaraguá do Sul, e o conjunto urbano de Alto Paraguaçu, em Itaiópolis) somaram-se mais duas centenas de bens tombados pela Fundação Catarinense de Cultura em nível estadual e outras centenas que devem ser protegidas pelas Prefeituras.

Dentre as ações previstas pelo Acordo de Cooperação, que é o documento base de oficialização do projeto dos Roteiros Nacionais de Imigração, está:

> a) O reconhecimento do legado histórico dos imigrantes como integrante do patrimônio cultural do Brasil pelo Ministério da Cultura e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e do patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, por meio da Fundação Catarinense de Cultura;
>
> b) A chancela de vários dos seus cenários urbanos e rurais como paisagens culturais brasileiras;
>
> c) O encaminhamento aos Conselhos Consultivos ou órgãos equivalentes do Iphan, do Estado e dos Municípios envolvidos, do pedido de tombamento de uma série de bens representativos do processo de imigração em Santa Catarina, de acordo com os resultados obtidos em pesquisa realizada pelo Iphan;
>
> d) O estabelecimento de legislação e medidas administrativas destinadas à preservação dos bens tombados, de suas áreas de entorno e da paisagem ambiental das regiões selecionadas;
>
> e) A estruturação de caminhos rurais para o recebimento de fluxos turísticos compatíveis com suas possibilidades de absorção;
>
> f) O estabelecimento de pontos de recepção a visitantes e comercialização de produtos tradicionais;
>
> g) A criação de ecomuseus, em conjunto com os municípios envolvidos e com o Estado de Santa Catarina;

h) A qualificação dos museus e das bibliotecas municipais pelo MinC, pelo Iphan e pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, por meio da Fundação Catarinense de Cultura, em conjunto com as prefeituras signatárias desse Termo;

i) A parceria entre órgãos federais, estaduais e municipais na implementação de políticas de preservação do patrimônio e de desenvolvimento econômico e social das regiões selecionadas;

j) A divulgação do patrimônio integrante dos Roteiros Nacionais de Imigração, nos âmbitos internacional, nacional, regional e local;

k) A valorização das pequenas propriedades, do arranjo produtivo local e, principalmente, da agricultura familiar.

Cada signatário tem ainda atribuições específicas para o cumprimento do acordo, em que se destaca a criação de fundos municipais de patrimônio cultural, de legislações para a proteção do patrimônio onde ainda não existirem, a instalação de estruturas técnicas mínimas – muitas vezes restringindo-se à disponibilização de um técnico – para o acompanhamento das ações do projeto e estruturação de centros de recepção e vendas de produtos tradicionais.

Uma das ações em curso, coordenadas pelo Iphan, é o diagnóstico das condições locais de produção e comercialização dos produtos rurais. Este estudo visa registrar as formas tradicionais de produção de pães, geleias, embutidos e queijos – que são alguns dos principais produtos das regiões de imigrantes – com vistas à formulação de metodologia de análise e certificação de produtores, considerando as condições de produção e de sustentabilidade das propriedades – consumo, venda e distribuição dos produtos. Busca-se avançar na discussão sobre a certificação de origem de produtos tradicionais que, no Brasil inteiro, têm sofrido sérias restrições decorrentes das legislações sanitárias em vigor. Essa é uma das linhas de trabalho e pesquisa suscitadas a partir do projeto e de ações que consideram a paisagem como elemento fundamental para a preservação do patrimônio cultural.

O pacto, no caso do projeto dos Roteiros formalizado através de um Acordo de Cooperação, é, conforme a portaria da Paisagem Cultural, um dos passos necessários para a chancela. Considera-se a experiência de Santa Catarina um exemplo bastante adiantado do modelo que pode ser adotado para a preservação do patrimônio cultural do imigrante e de outros

contextos tradicionais semelhantes, tomando como base as premissas colocadas pelo instrumento da Paisagem Cultural.

A iniciativa é inovadora do ponto de vista da proteção do patrimônio cultural no Brasil, pois introduz questões que vão muito além do ato do tombamento e posterior fiscalização e conservação dos bens tombados. Além disso, é atual do ponto de vista de construção de políticas públicas de preservação e valorização do patrimônio cultural, por considerar a necessária articulação e transversalidade entre as diferentes instâncias do poder público. Trata-se de um projeto que pressupõe elevado grau de envolvimento e negociação entre os diversos atores envolvidos, seja com o poder público, seja com a sociedade civil – organizada ou não.

Atualmente, o projeto encontra-se em fase de implementação e expansão em Santa Catarina. Novos municípios vêm se integrando ao projeto; o inventário continua sendo realizado em regiões não atendidas na primeira fase do projeto; ações de conservação e restauração de imóveis tombados, de diagnóstico das propriedades rurais e de fomento aos produtos tradicionais e atividades agrícolas, vêm sendo desenvolvidas, ao mesmo passo que se busca um planejamento estratégico com as prefeituras (especialmente após as eleições de 2008, quando muitos municípios passaram por mudanças na administração). Outros Estados, como Rio Grande do Sul e Paraná também realizam ações de inventário para conhecer o acervo do patrimônio do imigrante e propor ações semelhantes de proteção e valorização desses contextos e paisagens tradicionais.

Pode-se dizer que a experiência dos Roteiros Nacionais de Imigração é um modelo possível de parceria para preservação de contextos dinâmicos, com abordagem territorial. Em última instância, trata-se de um arranjo que visa o planejamento regional, buscando soluções possíveis para a efetiva preservação das paisagens culturais brasileiras.

Paisagem cultural do Rio de Janeiro

*Rafael Winter Ribeiro**

*Professor adjunto do Departamento de Geografia da UFRJ, pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território – Geopol, no Departamento de Geografia da UFRJ e do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento – Laced, no Departamento de Antropologia da UFRJ

Acredito ser proveitoso abordar a definição de paisagem cultural de acordo com a Unesco, ou seja, a maneira como esse conceito foi construído. Em seguida, mostrar como estamos elaborando o dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a Patrimônio Mundial na categoria "paisagem cultural".

A categoria "paisagem cultural" foi adotada pela Unesco em 1992 e surgiu como reflexo do incômodo gerado pela forma como alguns bens estavam sendo inscritos. A lista de patrimônio mundial foi criada em 1972 e havia duas maneiras de incluir um bem: como bem natural ou como bem cultural. A Unesco tinha, à época, dez critérios, sendo seis culturais e quatro naturais. Era necessário para se inscrever na lista informar que aquele determinado bem obedecia a pelo menos um daqueles critérios. Se fosse critério de ordem cultural, era, então, considerado bem cultural, e se fosse natural o bem entraria nessa categoria. Entretanto, começaram a surgir bens que se enquadravam nos dois critérios.

Por esse motivo, foi criada em 1992 a categoria de bem misto, denominada "paisagem cultural" no mesmo ano em que no Rio de Janeiro acontecia a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, evento que discutia o homem e a natureza de maneira unida, através de uma abordagem mais próxima e menos apartada.

A partir de uma reunião de especialistas realizada na França, foi proposto o item "paisagem cultural" como aquele que iria superar essa dicotomia entre o natural e o cultural, na lista de patrimônio mundial. Ganham foco, portanto, aqueles sítios que colocam em evidência a relação entre homem e natureza, desenvolvendo uma visão muito próxima de uma tradição da própria geografia que remonta ao final do século XIX e início do século XX, com base na teoria de Paul Vidal de La Blache, fundador da Escola de Geografia Francesa que promovia o conceito de geografia humana como o estudo do homem e sua relação com o meio ambiente. O objetivo era mostrar a interação entre homem e natureza, interação entre o homem e o

seu meio ambiente e como isso era determinante na construção de determinados gêneros de vida e de construção de uma paisagem.

Segundo a Unesco "as paisagens culturais são os bens culturais que representam as obras combinadas da natureza e do homem". Trata-se de uma maneira de ver a paisagem cultural, embora existam outras maneiras de defini-la. Mas, para encaminhar à Unesco a candidatura de um bem nessa categoria, todo o processo deverá ser fundamentado de maneira que se ressalte e comprove sua associação entre a natureza e o homem.

Tudo isso, no entanto, ainda é bastante vago e abrangente. Como geógrafo, penso que uma cidade é um espaço urbano e não consigo deixar de vê-la como uma paisagem cultural porque, para mim, é uma paisagem cultural. Só que, de certa maneira, a paisagem cultural na Unesco é "capturada" para ser trabalhada junto com áreas rurais ou com populações tradicionais ou, ainda, com pequenas áreas urbanas, associadas à área rural. O rural, na verdade representa a natureza, e o urbano representa a cultura, em grande parte. Acaba sendo isso, em algumas áreas, a maneira que o homem alterou aquele ambiente rural.

Trata-se, portanto, de uma concepção que nasce bastante abrangente e que foi sofrendo restrições à medida da sua aplicação Mas, continuemos com o guia operacional da Unesco para chegarmos ao ponto em que se diz que as paisagens culturais refletem, comumente, as técnicas de utilização viáveis das terras. Tal afirmação leva em consideração as características e limites do ambiente natural ao qual eles estão estabelecidos. Assim como a relação espiritual e específica com a natureza. Trata-se, portanto, de algo muito próximo de uma visão associada aos ambientes rurais.

Vamos analisar, um pouco, a maneira como esse tema foi incorporado à lista da Unesco. Hoje, já existem 66 bens inscritos como paisagem cultural no Patrimônio Mundial. E, fazendo esse levantamento, o que encontramos? Terraços de arroz nas Filipinas; as paisagens da plantação e indústria para produção de tequila no México; Vinhedos, uma das coisas que me saltam aos olhos, nessa lista, são as inscrições de áreas de vinhedo. E nesse gênero tem desde a área de Saint Émilion na região de Bordeaux, na França, ao Douro em Portugal; a Ilha da Madeira é outra região inscrita como paisagem cultural que corresponde a toda área de inscrição para produção de vinho.

Há uma dificuldade muito grande de influência urbana na paisagem. Não existe, até hoje, nenhuma grande área urbana, inscrita como paisagem

cultural. Existem algumas áreas que associam o urbano com rural, de forma que temos, por exemplo, na Itália, uma paisagem cultural composta por pequenos aglomerados urbanos. Mas não podemos dizer que aquilo seja uma grande metrópole, uma grande área urbana. Da mesma forma, tinha Dresden, no Vale do Elba, na Alemanha, que foi retirado da lista, recentemente, por problemas de gestão. A primeira cidade da América do Sul que tentou candidatar a paisagem cultural foi Buenos Aires, cuja inscrição foi negada a partir de parecer produzido pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) e pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). E agora, o Rio de Janeiro surge como primeira tentativa de inscrição de uma grande área urbana, como categoria de paisagem cultural.

O dossiê de candidatura do Rio de Janeiro vem sendo construído desde 1999, salvo engano. Inicialmente, a partir do Parque Nacional da Tijuca, inscrito como sítio natural. Depois de seguidas avaliações do Icomos e da IUCN, mudamos o foco da candidatura para paisagem cultural, pensando em incluir a cidade. No início deste ano, o processo de elaboração do dossiê foi retomado. Durante as discussões vários bens foram indicados, como o Pão de Açúcar, as Praias de Copacabana e Ipanema, e a Floresta da Tijuca, sobre a qual ninguém tinha dúvida. Havia ainda o centro da cidade, com toda a parte histórica; sem contar o porto. Enfim, não dá para explicar o Rio de Janeiro sem o porto, sem a excursão portuária. E não nos esquecemos do Sambódromo que, para todos, deveria ser incluído, pois escolas de samba e Carnaval são elementos importantes na formação da identidade carioca. E a lista de sugestões foi acrescida da Quinta da Boa Vista que foi residência da família Imperial, em São Cristóvão por tratar-se de experiência única no mundo – uma corte que sai da Europa e vem para a América. O Maracanã também foi sugerido; e da mesma forma o Morro da Mangueira.

Enfim, chegamos ao final desse exercício com uma área que englobava quase toda a cidade. Achávamos que todos tinham algo a propor, e isso é importante na identidade do Rio de Janeiro. Começamos, então, a fazer o caminho contrário. Se a candidatura é como paisagem cultural, tempos de privilegiar a relação homem e natureza. Dessa forma, deveríamos incluir um número menor de bens, uma vez que o maior problema em relação à Unesco é que os dossiês anteriores propunham uma área muito extensa.

E começamos a pensar como poderíamos relacionar o mínimo do Rio de Janeiro e contar a história da relação entre o homem e a natureza nessa

cidade. Muita coisa seria excluída, mas o foco é a paisagem cultural. Até poderíamos fazer candidaturas como centros históricos, com uma série de outros propósitos, mas, no caso, o foco é paisagem cultural, e isso deve ficar claro, para a Unesco. E como essa ideia poderia ser construída? Começamos a estudar a relação da cidade com o Parque da Tijuca, sítio excepcional pelas suas proporções geológicas e geomorfológicas.

A construção de uma cidade única no mundo e essa relação do homem com a montanha, com a floresta e com o mar. E começamos a desenhar o que seria viável incluir no dossiê de candidatura. A grande dúvida era se deveríamos incluir a cidade, já que sabíamos da dificuldade da Unesco em aceitar área urbana como paisagem cultural. A Floresta da Tijuca, portanto, era o primeiro foco, isso ninguém questionava. Mas, como incluir as outras áreas?

Optamos por dividir em três setores: o primeiro setor é a Floresta da Tijuca e o Parque Nacional da Tijuca, que incluía a área do Parque e a sua zona de amortecimento. O segundo setor foi chamado de "as bordas d'águas desenhadas", com a entrada da baía de Guanabara e o Jardim Botânico. Quer dizer, aquilo que foi alterado e redesenhado pelo homem. Nesse caso, existe a presença muito forte do paisagista Roberto Burle Marx, tanto no Aterro do Flamengo, quanto na urbanização da orla de Copacabana. Trata-se de uma estratégia de negociação para tentar incluir essa área, pois reconhecemos sua importância, inclusive, como exemplo de como foram agenciados os aterros e os desmanches de morro. É um exemplo, de fato, a forma como a cidade foi construída. Incluímos, nesse segundo setor, a faixa urbana que alcança os bairros do Flamengo, Copacabana, Botafogo, Laranjeiras e parte da Lagoa. No terceiro setor, incluiu-se a entrada do Pão de Açúcar e o morro do Pico, do outro lado em Niterói, onde pegamos os fortes e toda a área militar.

O foco da candidatura ainda precisa ser construído mais consistentemente. Estamos incluindo de uma maneira muito geral os aspectos mar, montanha e floresta tropical de metrópole que se desenvolveu nesses sítios, mas a própria Unesco já afirmou que precisamos ser mais objetivos em relação ao critério de "valor universal excepcional".

Não vou me alongar nos aspectos técnicos do dossiê, mas citar alguns pontos em que trabalhamos quanto aos critérios que devemos atender. Em um deles, indicamos o Jardim Botânico como uso científico da natureza.

Principalmente, porque desde o período colonial esse Jardim vem promovendo o intercâmbio com outros jardins botânicos no mundo. E, no segundo momento, o modernismo de Burle Marx, com o paisagismo que colocou, pela primeira vez, as plantas tropicais nessa prática.

Outro critério no qual estamos nos enquadrando é a ideia das paisagens desenhadas e a forma como modificamos toda a orla do Rio de Janeiro. Uma alteração que não foi feita de qualquer maneira, houve um planejamento de uso e de qualidade na maneira como essa mudança foi realizada. Por isso, o Aterro do Flamengo é um dos focos centrais dessa candidatura. Sem contar, o primeiro esboço do calçadão de Copacabana, todo feito em pedra portuguesa, com desenho de Burle Marx.

Existe ainda, a ideia da paisagem dos símbolos e as imagens associadas a essa paisagem. Quando se fala em cidade tropical, o Rio de Janeiro é uma das marcas das mais citadas e importantes. Quando se fala em América do Sul, o Rio de Janeiro é o destaque. Basta utilizarmos, como exemplo os cartazes de linhas aéreas nos quais se ressalta o Rio de Janeiro como símbolo representativo da América do Sul.

Outro foco importante para se definir é a área das linhas divisórias. Já imaginamos duas linhas principais, uma no Corcovado e outra no alto do morro do Pico, em Niterói, para nos ajudar a fechar essa área. E marcamos, ainda, uma série de outros ângulos. O Rio de Janeiro é uma cidade que se vê de cima, onde você tem uma quantidade muito grande de mirantes pelo próprio sítio, como condição natural do sítio, e procuramos valorizar isso na construção do dossiê, incluindo algumas vistas.

A maneira como construímos a história não seguiu uma ordem cronológica. Pegamos momentos e aspectos importantes na construção dessa paisagem. Colocamos, por exemplo, a questão da defesa da cidade e como a construção dos Fortes foi um marco para o início do agenciamento dessa paisagem, o que inclui o uso dos morros para a construção desses pontos estratégicos de defesa. O outro ponto de destaque é o que chamamos de "cidade produtiva", quando, tanto a cana-de-açúcar como o café se espalharam pela cidade e transformaram a sua paisagem.

Uma das questões fundamentais para a Unesco é a proteção. Como é que vamos proteger essa área? Quando começamos essa discussão, Carlos Fernando Andrade, Superintendente Regional do Iphan, no Rio de Janeiro, dizia: "Façam um mapa de todas as áreas protegidas da cidade do Rio de

Janeiro, vocês verão que está quase tudo protegido". Construímos esse mapa e, na nossa área, tem proteção nos três níveis, federal, estadual e municipal e tanto no aspecto ambiental, quanto cultural. E o que vemos é que praticamente todas as áreas estão sobre algum tipo de proteção. O que não está protegido por nenhuma lei cultural ou por nenhuma proteção ambiental está protegido pela legislação urbanística. Assim, estamos desenhando um comitê técnico, comitê institucional, que vai cuidar dessa candidatura.

Uma vez o Rio de Janeiro aceito pela Unesco como Patrimônio Mundial, esse comitê técnico deverá também agregar os agentes, das três instâncias do governo, para construir um comitê gestor, através do qual, as questões de gestão desse sítio possam ser compartilhadas.

Novos instrumentos de proteção: a chancela da paisagem cultural

*Juliana Santilli**

Resumo

O artigo analisa o conceito constitucional de patrimônio cultural e a criação de um novo instrumento jurídico de proteção e salvaguarda dos bens culturais: a chancela das paisagens culturais brasileiras, instituída pela Portaria nº 127, de 30 de abril, de 2009, do presidente do Iphan. Trata-se de uma iniciativa inovadora, que busca criar um instrumento de proteção adequado às características e contextos socioambientais brasileiros, e que tem se tornado uma referência para outros países latino-americanos, de rica biodiversidade e diversidade cultural, como o Brasil. As paisagens culturais são o resultado da inventividade e da criatividade do homem na interação com o ambiente natural. A chancela das paisagens culturais adota uma visão sistêmica, que considera um conjunto de elementos interdependentes e suas interações, e não apenas um bem cultural específico. Esse novo instrumento poderá ser, também, utilizado para promover a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade.

Palavras-chave

Chancela, Paisagem cultural, Biodiversidade, Diversidade cultural.

* Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e pesquisadora do Programa Populações Locais, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais, do Institut de Recherche pour le Développement e da Unicamp

Antes de falar do novo instrumento de proteção ao patrimônio cultural, recentemente criado pelo Iphan – a chancela das paisagens culturais brasileiras –, gostaria de destacar o grande avanço representado pela Constituição brasileira em relação à proteção e salvaguarda dos bens culturais.

A Constituição aprovada em 1988 consagrou uma nova e moderna concepção de patrimônio cultural, mais abrangente e democrática. A

Constituição ampliou o conceito de patrimônio cultural (art. 216), reconhecendo sua dupla natureza – material e imaterial – e incluindo, entre os bens culturais, as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver e as criações científicas, artísticas e tecnológicas dos diferentes grupos sociais brasileiros. A concepção adotada pela Constituição foi a de que não é possível compreender os bens culturais sem considerar os valores neles investidos e o que representam – a sua dimensão imaterial – e, da mesma forma, não se pode entender a dinâmica do patrimônio imaterial sem o conhecimento da cultura material que lhe dá suporte. A definição constitucional abrange as manifestações culturais de caráter processual e dinâmico e valoriza a cultura "viva", enraizada no cotidiano das sociedades, conforme destaca Maria Cecília Londres Fonseca.

Outra inovação constitucional importante é a determinação expressa de que os bens culturais sejam considerados não apenas individualmente, mas também em seu conjunto, de forma sistêmica, e que sejam portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O multiculturalismo permeia todos os dispositivos constitucionais dedicados à proteção da cultura. Está presente na obrigação do Estado de proteger as manifestações culturais dos diferentes grupos sociais e étnicos, incluindo indígenas e afro-brasileiros; de reconhecer direitos territoriais e culturais a esses povos e de promover o tombamento dos documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. Rompeu-se com o modelo assimilacionista e homogeneizador e ganharam força as noções constitucionais de titularidade coletiva de direitos, de uso e posse compartilhados, de recursos naturais e territórios e de respeito às diferenças culturais. É a valorização da rica sociodiversidade brasileira e o reconhecimento do papel das expressões culturais de diferentes grupos sociais na formação de nossa identidade cultural.

Além do tombamento (destinado à proteção de edificações, obras de arte e outros bens de natureza material, regulado pelo Decreto-Lei 25/37), a Constituição prevê o registro e o inventário, instrumentos voltados para a tutela de bens culturais de natureza imaterial. Estabelece, ainda, que "outras formas de acautelamento e preservação" deverão ser estabelecidas pelo Poder Público, com o apoio da comunidade, para promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro (art. 216, § 1º). Ou seja, o texto constitucional já previu a criação de outros instrumentos jurídicos de proteção aos bens culturais, complementares aos instrumentos existentes.

Recentemente, o presidente do Iphan assinou a Portaria nº 127, de 30 de abril, de 2009, que regula um novo instrumento jurídico: a chancela das paisagens culturais brasileiras. O novo instrumento, além de estar solidamente alicerçado na Constituição brasileira, conta com o respaldo das três convenções internacionais, que constituem os pilares da promoção da diversidade cultural: a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais e a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, todas elas já incorporadas ao sistema jurídico brasileiro. A primeira convenção define o patrimônio imaterial como o conjunto de "práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e *lugares culturais* que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural". Reconhece, ainda, que o patrimônio cultural imaterial é "constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, *de sua interação com a natureza* e de sua história".

Já a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (mais conhecida como Convenção para a Proteção da Diversidade Cultural) reconhece expressamente "a importância dos conhecimentos tradicionais como fonte de riqueza material e imaterial e, em particular, dos sistemas de conhecimento das populações indígenas, e sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável, assim como a necessidade de assegurar sua adequada proteção e promoção". Reconhece, ainda, os diversos modos de criação, produção e manifestação das expressões culturais e a necessidade de se adotar medidas para proteger e promover a diversidade das expressões culturais, contra a padronização e homogeneização cultural, promovidas pelas diversas formas de globalização.

Em relação à Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, interessa principalmente aos objetivos desse trabalho o conceito de paisagem cultural (*cultural landscape*), adotado pela Unesco a partir de 1992, que promove uma visão integrada das relações entre homem e natureza e como elas se refletem nas paisagens.

A Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovada em 1972, estabeleceu a inscrição de bens como patrimônio mundial em duas categorias diferentes: patrimônio natural ou patrimônio cultural. Rafael Ribeiro destaca que havia, no texto da

convenção, um antagonismo entre as categorias cultural e natural, reflexo da origem bipartite da preocupação com o patrimônio mundial, oriunda de dois movimentos separados: um que se preocupava com os sítios culturais e outro que lutava pela conservação da natureza. Mais tarde, verificando-se a existência de bens que podiam ser classificados nas duas categorias, foi criada a classificação de bem misto, para aqueles que tinham sua inscrição justificada tanto por critérios naturais quanto culturais, mas sem uma análise da integração entre ambos.

Foi apenas em 1992, no mesmo ano em que se realizou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, que a Unesco adotou a categoria "paisagem cultural", valorizando todas as inter-relações entre homem e meio ambiente, entre o natural e o cultural. As paisagens culturais, para serem incluídas na lista do patrimônio mundial, devem ser selecionadas pelo seu valor universal, pela sua representatividade em termos de uma região geocultural claramente definida e pela sua capacidade de ilustrar elementos culturais distintos dessa região. O conceito de paisagem cultural abarca, também, as ideias de pertencimento, valor e singularidade do lugar, conforme destaca Rafael Ribeiro.

As paisagens culturais são classificadas em três categorias, para fins de inscrição como patrimônio mundial:

> a) Paisagens claramente definidas (*clearly defined landscapes*), que são aquelas desenhadas e criadas intencionalmente, como jardins e parques construídos por questões estéticas;
>
> b) Paisagens evoluídas organicamente (*organically evolved landscapes*), também chamadas de "essencialmente evolutivas", que se subdividem em paisagens-relíquia ou fóssil (*relict or fossil landscapes*), cujo processo de construção terminou no passado, e paisagens contínuas ou vivas (*continuing landscapes*), em que os processos evolutivos ainda estão em curso;
>
> c) Paisagens culturais associativas (*associative cultural landscapes*), que têm o seu valor determinado de acordo com associações feitas acerca delas, como as associações espirituais de povos tradicionais com determinadas paisagens.

Não há, ainda, nenhum sítio brasileiro reconhecido como Paisagem Cultural na lista de patrimônio mundial da Unesco, e discute-se a candidatura da Paisagem Cultural do Rio de Janeiro.

Entre as paisagens culturais inscritas na lista da Unesco, estão alguns sistemas agrícolas tradicionais e locais, ricos em biodiversidade: os terraços de arroz das cordilheiras filipinas (data da inscrição: 1995); as primeiras plantações de café do sudeste de Cuba, situadas no pé de Sierra Maestra (data da inscrição: 2000); a paisagem agrícola do sul da ilha de Öland, no mar Báltico, na Suécia (data da inscrição: 2000), que é dominada por um platô de calcário, onde o homem se adapta, há 5.000 anos, a um ambiente hostil; a paisagem cultural da região vinícola de Tokaj, na Hungria (data da inscrição: 2002); as paisagens vinícolas da ilha vulcânica do Pico, que integra o arquipélago de Açores (data da inscrição: 2004) e do Alto-Douro, em Portugal (data da inscrição: 2001). Todas foram reconhecidas como paisagens de "excepcional valor universal", nos termos da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial da Unesco.

Além das paisagens culturais de "excepcional valor universal", reconhecidas pela Unesco, o Brasil criou um instrumento nacional de reconhecimento das "paisagens culturais brasileiras", denominado "chancela" e regulado pela Portaria nº 127, de 30 de abril, de 2009, do presidente do Iphan. Trata-se de uma iniciativa pioneira, que busca criar um instrumento de proteção adequado às características e contextos socioambientais brasileiros, e que tem se tornado uma referência para outros países latino-americanos, como Peru e Equador.

De acordo com essa portaria, a "paisagem cultural brasileira" é uma "porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores". A "paisagem cultural brasileira é declarada por chancela instituída pelo Iphan", e qualquer pessoa natural ou jurídica é parte legítima para requerer a instauração de processo administrativo, visando à chancela de uma "paisagem cultural brasileira".

A chancela implica o estabelecimento de um pacto entre o Poder Público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando à gestão compartilhada das porções do território nacional, assim reconhecidas. O arquiteto de paisagem e técnico do Iphan Carlos Fernando de Moura Delphim define a paisagem cultural como "um sistema complexo, dinâmico e instável, onde os diferentes fatores evoluem, de forma conjunta e interativa", e defende a necessidade de que a legislação a proteja contra eventuais danos e ações lesivas.

A chancela das paisagens culturais brasileiras considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território e deve ser revalidada num prazo máximo de 10 anos. O seu objetivo é contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados pela Constituição.

Segundo a Carta de Bagé, aprovada em 2007, a paisagem cultural é "o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza, e, reciprocamente, da natureza com o homem". Entre os sítios que estão sendo considerados para chancela paisagens culturais brasileiras estão o Vale do Ribeira (SP), a Serra da Bodoquena (MS), o Vale do Itajaí (SC), Canudos (BA) e os Céus de Brasília.

O Vale do Ribeira corresponde a uma região geográfica formada por 25 municípios, banhados pela bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape. A região abriga a maior biodiversidade do Estado de São Paulo e faz parte da Reserva da Mata Atlântica, reconhecida como patrimônio natural da humanidade, pela Unesco, em 1999. Tem grande diversidade cultural, representada por quilombolas, caiçaras, comunidades indígenas, núcleos de colonização imigrante, agricultores familiares e pescadores tradicionais. Há também na região muitos sítios arqueológicos e núcleos urbanos com construções coloniais. É o que destaca o relatório *Paisagem cultural: inventário de conhecimento do patrimônio cultural no Vale do Ribeira*, da Superintendência Regional do Iphan em São Paulo, coordenado pela arquiteta Flávia Brito do Nascimento. O relatório descreve as ações de identificação de bens culturais no Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo.

Estão sendo também consideradas, para fins de chancela paisagens culturais brasileiras, as localidades de Testo Alto (no município de Pomerode) e Rio da Luz (no município de Jaraguá do Sul), no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. O trabalho *Roteiros nacionais de imigração. Santa Catarina,* desenvolvido pelo Iphan, sob a coordenação de Dalmo Vieira Filho e Maria Regina Weissheimer, apresenta e valoriza a contribuição dos imigrantes oriundos de países como Alemanha, Itália, Polônia e Ucrânia para o patrimônio cultural brasileiro. O referido trabalho destaca que no Vale do Itajaí a pequena propriedade rural policultora e a produção baseada na mão de obra familiar foram as peças-chave para o desenvolvimento e a sustentabilidade das propriedades, desde o tempo da colonização até hoje.

Mesmo quando as colônias de imigrantes se desenvolveram e alguns de seus membros enriqueceram, a base social se manteve lastreada nos minifúndios agrícolas, e as casas de pequenos produtores formam o cerne da arquitetura dos imigrantes no sul do Brasil. Junto das casas são encontrados jardins, hortas (onde preponderam tomates, repolhos, couves, alfaces, abóboras, pepinos, amendoim, pimentas e temperos, todos bastante utilizados nas refeições) e pomares no fundo das casas (com abacates, caquis, carambolas, jabuticabas, pitangas, laranjas, limões, goiabas e araçás). As bananeiras e a cana-de-açúcar estão sempre presentes, e os palmitos são guardados para ocasiões especiais. Em geral, os pequenos lagos, com patos e marrecos, se localizam nas proximidades, e os bambus, por suas múltiplas utilidades, são vistos como indispensáveis. Nas áreas de imigrantes poloneses e italianos as parreiras são quase sempre obrigatórias, permitindo a tradicional fabricação doméstica do vinho. Esses exemplos mostram o potencial uso da categoria "paisagem cultural" para proteger a nossa rica biodiversidade e a diversidade cultural.

A rica biodiversidade brasileira, tanto silvestre como cultivada (também chamada de agrobiodiversidade ou biodiversidade agrícola), é também objeto de tutela constitucional. A Constituição brasileira determina expressamente (art. 225, par.1º, II) a obrigação do Poder Público de preservar a diversidade e a integridade do nosso patrimônio biológico e genético, assim como de salvaguardar o rico patrimônio sociocultural brasileiro (art. 216), que inclui os conhecimentos e saberes associados à biodiversidade, desenvolvidos por comunidades locais e tradicionais. Afinal, a biodiversidade é essencialmente um produto da intervenção do homem sobre os ecossistemas: de sua inventividade e criatividade na interação com o ambiente natural. Os conhecimentos, práticas e inovações, desenvolvidos e compartilhados por comunidades locais e tradicionais, são um componente-chave da biodiversidade e não se pode tratar a biodiversidade (silvestre ou agrícola) dissociada dos contextos, processos e práticas culturais e socioeconômicas que a determinam e condicionam.

A chancela das paisagens culturais pode ser também um novo instrumento de proteção à biodiversidade, tanto de seus componentes materiais (espécies, variedades, ecossistemas, etc.) como imateriais (conhecimentos e saberes associados à biodiversidade). Trata-se de um instrumento complementar a outros já existentes, como o registro de bens culturais imateriais, instituído pelo Decreto nº 3.551/2000. Os diversos

instrumentos jurídicos de proteção ao patrimônio cultural devem ser utilizados de forma integrada, considerando-se as suas sinergias e complementaridades.

O Decreto nº 3.551/2000 criou os livros de registro de saberes, celebrações, formas de expressão e lugares. No Livro de Registro dos Saberes são inscritos os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades (por exemplo, o ofício das paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo, e o ofício das baianas de acarajé, na Bahia). No Livro de Registro das Celebrações são inscritos os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social (por exemplo, o Círio de Nazaré, em Belém, Pará). No Livro de Registro das Formas de Expressão, são inscritas as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas (por exemplo, arte gráfica Kusiwa dos índios Waiãpi, do Amapá). No Livro de Registro dos Lugares são inscritos os mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (por exemplo, a Cachoeira de Iauaretê, lugar sagrado para os povos indígenas do Alto Rio Negro, localizada no distrito de Iauaretê, município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas). Esses são apenas alguns exemplos. (Para uma relação completa dos bens inscritos nos livros de registro do Iphan, consultar: www.Iphan.gov.br).

Além desses quatro livros, o Decreto nº 3.551/2000 prevê a abertura de novos livros pelo Iphan. O principal objetivo do registro é reunir e sistematizar o mais completo conhecimento e documentação sobre o bem cultural que se quer reconhecer como patrimônio cultural do Brasil, a fim de propiciar sua ampla difusão e valorização social, segundo Ana Cláudia Lima e Alves. O registro tem natureza declaratória e deve contar sempre com o apoio dos grupos sociais envolvidos. Os bens culturais protegidos pelo registro não geram, necessariamente, produtos e serviços com um valor econômico, ainda que tenham forte valor cultural, simbólico, político, social, etc.

Além da outorga do título de "patrimônio cultural do Brasil", o registro gera a obrigação dos poderes públicos de promover ações de salvaguarda, a fim de apoiar a sua continuidade e as condições sociais e materiais que possibilitam a sua existência. O registro considera, ainda, o caráter dinâmico e processual dos bens culturais imateriais, e o Iphan deve fazer a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos, a cada 10 anos, a fim de decidir

sobre a revalidação (ou não) do título de patrimônio cultural do Brasil.

Ana Cláudia Lima e Alves destaca que, diferentemente do entendimento erroneamente consagrado pelo senso comum, entende-se tradição como as práticas e expressões da cultura que são transformadas, reiteradas e atualizadas através dos tempos, mantendo sua essência e seus sentidos para o homem contemporâneo. O Decreto nº 3.551/2000 institui, ainda, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que adota como instrumentos, além do registro, o inventário nacional de referências culturais e os planos de salvaguarda, em que são definidas as formas mais adequadas de salvaguardar o bem, que podem ir desde a ajuda financeira a detentores de saberes até a organização comunitária ou a facilitação de acesso a matérias-primas.

A Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN) enviou ao Iphan um pedido de registro do sistema agrícola dessa região, como patrimônio cultural imaterial, no Livro de Registro dos Saberes, em julho de 2007. Segundo relatam Laure Emperaire, Lúcia van Velthem e Ana Gita de Oliveira, tal demanda resultou da articulação com dois programas de pesquisa interdisciplinar sobre a agrobiodiversidade e os conhecimentos tradicionais associados, na Amazônia,[1] que demonstraram como a diversidade agrícola constitui a expressão de uma identidade cultural e se integra na noção de patrimônio cultural imaterial. Segundo Laure Emperaire, Lúcia van Velthem e Ana Gita de Oliveira, no contexto do rio Negro, sistema agrícola pode ser entendido como "um conjunto de saberes, mitos e relatos, práticas, produtos, técnicas, artefatos e outras manifestações associadas, que envolvem os espaços manejados e as plantas cultivadas, as formas de transformação dos produtos agrícolas e os sistemas alimentares locais".

Explicam essas autoras que a noção de sistema vincula o bem cultural a um conjunto mais complexo de relações, e abre a perspectiva de registro (pelo Iphan) de elementos mais vastos do patrimônio cultural brasileiro, como a inscrição de sistemas agrícolas, entre os quais o do rio Negro, que se caracterizam por um conjunto de elementos interdependentes e não por um único objeto ou bem específico. Acrescentam ainda que: "o sistema agrícola do Rio Negro detém rica agrobiodiversidade: as pesquisas realizadas em duas comunidades do Médio Rio Negro – Tapereira e Espírito Santo, e na cidade de Santa Isabel do Rio Negro levantaram 243 espécies cultivadas e 73 variedades de mandioca. Cada família cultiva entre 17 e 97 espécies

1. Pesquisa realizada no âmbito de dois programas: "Manejo tradicional da mandioca na Amazônia brasileira", 1998-2000, convênio CNPq-ISA – IRD, nº 91.0211/1997-3, com financiamento do BRG, CNPq e IRD; 2005-2009 e "Populações locais, agrobiodiversidade e conhecimentos tradicionais associados na Amazônia" (Pacta), convênio CNPq-Unicamp/IRD – UR 169, nº 492693/2004-8, com a participação da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN). Financiamento: IRD, CNPq, ANR-Biodivalloc e BRG. Autorização 139 (DOU 04.04.2006).

diferentes e de 6 a 20 variedades de mandioca. Além da diversidade associada à mandioca, identificou-se uma alta diversidade de pimentas, abacaxis, inhames e bananas, o que confirma a importância regional do Rio Negro, em termos de conservação da diversidade agrícola". Para essas autoras, o pedido de registro do sistema agrícola do rio Negro como patrimônio cultural imaterial é "um exemplo concreto de como os instrumentos e as políticas de salvaguarda do patrimônio cultural podem ser utilizados em favor da agrobiodiversidade, da diversidade cultural e dos sistemas agrícolas locais".

Para Carl Sauer, as plantas cultivadas são "artefatos culturais", e para Laure Emperaire, são "objetos biológicos na sua natureza, mas culturais na sua essência". A cultura está presente até mesmo no termo "agri-cultura", e a palavra "cultura" tem, historicamente, o sentido de cultivo da terra. Cultura, biodiversidade e agricultura estão, portanto, intimamente relacionadas e não podemos prescindir da utilização dos instrumentos jurídicos de salvaguarda do patrimônio cultural para reconhecer, valorizar e proteger os sistemas agrícolas locais, ricos em biodiversidade, e todos os seus componentes, tangíveis e intangíveis: plantas cultivadas, técnicas, práticas e saberes agrícolas. Para tanto, dispomos de um sólido arcabouço jurídico, fundamentado na própria Constituição e em convenções internacionais já ratificadas pelo Brasil.

O novo instrumento criado pelo Iphan, a chancela das paisagens culturais brasileiras, também poderia ser útil para a conservação e para a utilização sustentável da biodiversidade, fortalecendo as noções constitucionais de titularidade coletiva de direitos, de uso e posse compartilhados de recursos naturais e territórios e de respeito às diferenças socioculturais. Seriam promovidos, ainda, modelos de gestão compartilhada e sustentável dos territórios, com a participação não só do Poder Público como também da sociedade civil e das comunidades locais. Finalmente, a chancela poderia ser utilizada para salvaguardar o componente intangível (ou imaterial) da biodiversidade agrícola, os conhecimentos tradicionais associados à agrobiodiversidade, que incluem as práticas de cultivo, o controle biológico de pragas e doenças, a seleção, o desenvolvimento e o melhoramento de variedades localmente adaptadas, a manutenção da fertilidade do solo, etc.

Referências

ALVES, Ana Cláudia Lima e. A instrução dos processos de registro de bens culturais imateriais. Belo Horizonte: EAD/DUO Informação e Cultura, 2008. Curso Patrimônio Imaterial: Política e Instrumentos de Identificação, Documentação e Salvaguarda, módulo 3, aula 6, Unesco.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *Política Nacional de Paisagem Cultural*. Rio de Janeiro: Iphan, 2006.

EMPERAIRE, Laure; VELTHEM, Lúcia & OLIVEIRA, Ana Gita de. Patrimônio cultural imaterial e sistema agrícola: o manejo da diversidade agrícola no médio rio Negro (AM). In: *Reunião Brasileira de Antropologia*, 26ª, 1º-4/6/2008, Porto Seguro, BA.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – Iphan & FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE – Funarte. *Registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília, 2003.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. 11ª Superintendência Regional, Santa Catarina. *Roteiros nacionais de imigração. Santa Catarina*. Florianópolis, 2007. Supervisão e Coordenação: Dalmo Vieira Filho e Maria Regina Weissheimer.

LONDRES FONSECA, Maria Cecília. Da modernização à participação: a política federal de preservação dos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24. Brasília: Iphan, 1996.

NASCIMENTO, Flávia Brito do (coord.) *Paisagem cultural*: Inventário de Conhecimento do Patrimônio Cultural no Vale do Ribeira. São Paulo: Superintendência Regional do Iphan, 2008.

RIBEIRO, Rafael W. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan-Copedoc, 2007.

SAUER, Carl. As plantas cultivadas na América do Sul tropical. In: RIBEIRO, Berta (org.). *Suma etnológica brasileira*: etnobiologia. 3ª ed. Petrópolis: Vozes-Finep, 1986, p. 59-90.

A paisagem cultural do Vale do Ribeira, São Paulo

*Flávia Brito do Nascimento**
*Simone Scifoni***

Resumo

Fruto das experiências desenvolvidas pela Unesco desde 1992 e das proposições estabelecidas na Convenção Europeia da Paisagem, o tema das paisagens culturais coloca-se na atualidade como uma forma inovadora de conceber a proteção e a gestão do patrimônio cultural. Em primeiro lugar, porque permite superar a dicotomia até hoje presente na atuação dos órgãos públicos de preservação, no que diz respeito ao tratamento entre o patrimônio material e imaterial, entre o natural e o cultural, entendendo-os como um conjunto no qual os seus diferentes significados se articulam num todo vivo e dinâmico. Por outro lado, a forma como têm sido desenvolvidas as primeiras experiências na esfera pública patrimonial em território nacional, mostra outra faceta igualmente interessante na atuação em paisagem cultural. Este artigo procura refletir sobre a aplicação deste novo modelo de proteção do patrimônio cultural que vem sendo desenvolvida no Estado de São Paulo.

Palavras-chave

Paisagem cultural, Patrimônio cultural, Vale do Ribeira.

*Arquiteta da Superintendência do Iphan em São Paulo

** Professora do Departamento de Geografia da FFLCH/USP

Paisagem cultural: conceituação e método

Há uma longa discussão sobre o conceito de paisagem cultural, oriunda, por um lado, da produção acadêmica, sobretudo na ciência geográfica e, por outro lado, da experiência internacional a partir dos trabalhos da Unesco e da Convenção Europeia da Paisagem (RIBEIRO, 2007). Esses trabalhos somam-se às iniciativas mais recentes levadas a termo pelo Iphan, de elaboração de normatizações, visando traçar uma linha de atuação no interior das políticas públicas para o patrimônio. Para explicitar os caminhos

teóricos adotados no estudo sobre a paisagem cultural do Vale do Ribeira alguns elementos essenciais dessa discussão serão aqui apresentados.

Apesar da proteção da paisagem no Brasil estar prevista desde a edição do Decreto-Lei nº 25, de 1937, no âmbito do Iphan a renovação das práticas possibilitou colocar a paisagem cultural como novo mecanismo de proteção do patrimônio, a partir da regulamentação estabelecida pela recente Portaria nº127, de 30/04/2009.[1]

Ao optarmos pelo Vale do Ribeira como uma área de pesquisa e atuação profissional, no âmbito do Iphan, o enfoque da paisagem cultural mostrou-se o mais pertinente para tratar as questões do patrimônio cultural na região, já que possibilitou um olhar a partir do território, pressupondo o reconhecimento das relações singulares entre os grupos sociais e a natureza.

Os documentos produzidos pelo Iphan que regulamentam e orientam as ações, no que diz respeito à paisagem cultural,[2] conceituam-na como uma porção do território com características peculiares, produto de relações que os grupos sociais estabelecem com a natureza, que podem aparecer fisicamente, sob a forma de marcas, e/ou por meio de valores que lhe são atribuídos socialmente. O caráter peculiar ou especial, próprio de algum lugar, é o elemento essencial que faz com que uma determinada paisagem possa ser reconhecida como de importância cultural e, portanto, passível de mecanismos públicos de proteção. Assim, o peculiar é o que dá uma identidade, capaz de diferenciá-la num contexto espacial mais amplo. O que lhe confere uma dada identidade pode ser, em um primeiro plano, resultado de marcas inscritas no espaço ou de formas reconhecíveis e delimitáveis, as quais compõem uma unidade orgânica (RIBEIRO, 2007).

No que diz respeito a essa morfologia da paisagem, as marcas inscritas aparecem como produto de diferentes momentos históricos, que se cristalizam no espaço geográfico, são formas-objeto ou rugosidades (SANTOS, 1978, 2004). Para esse autor, as rugosidades nos permitem entender combinações particulares do trabalho, da técnica e do capital. São testemunhos de um momento do modo de produção e de um momento do mundo, pois a "paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos" (SANTOS, 2004, p. 54). Essas formas-objeto são, segundo o autor, tempo passado cristalizado no espaço, mas são, também, tempo presente, pois abrigam nova essência ao participar da vida atual como formas indispensáveis à reprodução social.

1. Dentre os trabalhos que o Iphan vem desenvolvendo em território nacional, a partir do conceito de paisagem cultural, deve ser citado o estudo pioneiro intitulado Roteiros Nacionais de Imigração – Santa Catarina. Trata-se de uma ampla pesquisa que mapeou e identificou o patrimônio cultural referenciado em grupos de imigrantes italianos, ucranianos, alemães e poloneses no Estado catarinense, os quais contribuíram para a formação do que se chama de "identidade nacional".

2. Carta de Bagé, artigo 2º e Portaria Iphan nº 127, art.1º.

Considerando os aspectos relativos à morfologia da paisagem, cabe destacar que as marcas traduzem diferentes temporalidades, não somente o tempo da história humana, mas também, o tempo da natureza. A paisagem é sempre uma herança, de processos naturais milenares, de um lado, e, do trabalho humano, que produziu diferentes formas de apropriação social da natureza, de outro (AB'SABER, 2003). Herança de processos naturais que apresentam outra temporalidade, pois são frutos de dinâmicas de longa duração que modelaram o relevo, definiram os caminhos preferenciais para as águas dos rios, formaram camadas de solo e determinaram a evolução dos quadros biológicos, constituindo uma base material, a matéria-prima para a ação cultural. "[...] um patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades" (*Op. cit.*, p. 9).

A paisagem traz, portanto, a marca das diferentes temporalidades da relação sociedade-natureza, aparecendo, assim, como produto de uma construção que é social e histórica e que se dá a partir de um suporte material: a natureza. A natureza é matéria-prima a partir da qual as sociedades produzem a sua realidade imediata, através de acréscimos e de transformações dessa base material. A paisagem como produto do trabalho humano não significa a eliminação dos traços da natureza, os quais se encontram sempre ali presentes, embora, algumas vezes, imperceptíveis.

Nesse sentido, a perspectiva da paisagem cultural implica que se identifiquem as relações estabelecidas, nos vários momentos históricos, entre as comunidades locais e a natureza, considerada matéria-prima para a apropriação social. Essas relações entre comunidade e natureza explicam como se deu a produção dos objetos materiais (cidades, edificações, campos de cultivo) e da vida imaterial (festividades, lendas, tradições, crenças, elementos simbólicos, memória coletiva).

Em um segundo plano de análise, é possível afirmar que a "identidade da paisagem" pode ser dada não somente pela forma, mas também pela maneira como as populações a apreendem, ou seja, pela ideia de pertencimento, conforme estabelece a Convenção Europeia de Paisagem.[3] Outra vertente de discussão no pensamento acadêmico entende que a paisagem não é somente o visível, ela incorpora valores humanos e pode ser interpretada a partir de seu conteúdo simbólico ou da relação íntima e afetiva que os grupos sociais estabelecem com os lugares onde a vida humana se reproduz (RIBEIRO, 2007). Nesse plano, o que dá identificação a uma determinada paisagem

3. Em seu artigo 1º.

pode não corresponder somente à unidade orgânica das formas, mas também ao significado de fazer parte daquele lugar.

É importante lembrar, ainda, que a paisagem não é simples adição ou somatória de elementos ou formas, ela é, antes, resultado de uma combinação dinâmica, um sistema de relações que são naturais ou ecológicas e humanas (sociais, políticas e econômicas), que mantêm articulados vários pontos e lugares em um território (BERTRAND, 1972, 1978).

Segundo esse autor, estudar a paisagem é, antes de tudo, um problema de método que envolve pensar de forma integrada as seguintes questões:

- *Noção de escala*: como definir o recorte territorial da paisagem a partir da sua unidade orgânica? Isso implica fenômenos de escala local ou regional? Como definir a escala do processo?

- A *cartografia da paisagem* deve partir da compreensão de que toda delimitação é arbitrária se considerarmos o caráter fluido e descontínuo dos fenômenos. A cartografia da paisagem coloca a necessidade de generalizações e de busca dos processos dominantes e/ou hegemônicos e de suas rupturas;

- Questões que envolvem a classificação ou a *taxonomia da paisagem*: implica pensar o processo-chave que define uma dinâmica em comum, que dá à unidade orgânica uma combinação local e única de fatores. No entanto, é preciso considerar que há especificidades internas que definem subunidades menores, porém articuladas ao todo por relações espaciais e temporais.

Segundo critérios da Unesco,[4] a delimitação da paisagem cultural deve levar em conta, ainda, o fato de a extensão e o limite terem de garantir a sua funcionalidade e inteligibilidade. Nesse sentido, a delimitação da paisagem não precisaria, necessariamente, abarcar a totalidade, podendo constituir-se a partir de um recorte do todo que seja ilustrativo e representativo das qualidades e do caráter do conjunto.

O Vale do Ribeira e a paisagem cultural

O Vale do Ribeira corresponde a um conjunto de terras banhadas por rios da bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape, que compreende 23 municípios localizados no Estado de São Paulo, além de outros no Paraná.[5] Trata-se de uma paisagem singular que reúne, ao mesmo tempo e de

4. Orientações para inscrição de tipos específicos de bens na Lista do Patrimônio Mundial, Anexo III do documento Orientações para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, Unesco. Disponível em whc.unesco.org.

5. Importante esclarecer que o Iphan atua com superintendências regionais, correspondendo aos Estados da Federação. Neste caso, o trabalho foi proposto e realizado pela Superintendência Regional de São Paulo, circunscrito ao Vale do Ribeira paulista. A expectativa é que seja realizada a expansão do estudo com vistas à proteção pela paisagem cultural no Estado do Paraná.

maneira articulada, várias dimensões do chamado patrimônio cultural: edificações, bens naturais, manifestações culturais imateriais e sítios arqueológicos.

Por entre os últimos remanescentes de florestas nativas biodiversas, que recobrem a topografia acidentada da Serra do Mar e a maior planície sedimentar litorânea paulista (a baixada do Ribeira), nasceram e floresceram núcleos urbanos ligados aos primórdios da exploração colonial do ouro ou à monocultura comercial de arroz do Brasil Império, como as cidades de Iguape, Iporanga e Cananeia. Formaram-se ali, também, núcleos de colonização estrangeira que testemunham as primeiras experiências de imigração japonesa no Brasil, cujos vestígios materiais encontram-se, ainda hoje, dispersos em área rural dos municípios de Iguape e de Registro.

A natureza forneceu os recursos necessários à produção da vida material: seja o ouro de lavagem, somente encontrado serra acima, em terrenos cristalinos e nas nascentes do rio Ribeira de Iguape; seja as terras planas e encharcadas, ambiente propício para a monocultura do arroz; ou no próprio rio Ribeira de Iguape, principal avenida fluvial por onde circulava toda a vida material e social da região. Sendo assim, a construção das cidades e o seu patrimônio edificado testemunham a relação histórica de apropriação humana das condições naturais presentes.

A formação da diversidade cultural na região guarda, também, uma ligação estreita com a natureza. Os modos de vida e as manifestações culturais dos diferentes grupos, sejam eles ribeirinhos, quilombolas, caiçaras, colonos estrangeiros, comunidades rurais ou urbanas, aparecem como o resultado da forma como eles aprenderam a se relacionar com os recursos naturais existentes, provedores da vida: da cerâmica e cestaria típica às celebrações que tem no rio, o principal protagonista, como o Tooro Nagashi, em Registro, quando são jogadas no rio Ribeira réplicas de barcos iluminados em memória das almas dos afogados, ou a Festa de Nossa Senhora do Livramento, em Iporanga, uma procissão aquática que segue o rio. A natureza marca, ainda, o cotidiano das comunidades ribeirinhas e caiçaras que tem nas águas o seu principal meio de vida e de circulação: o tempo da lua, das chuvas, das marés.

A paisagem cultural do Vale do Ribeira representa, assim, a íntima relação estabelecida entre os vários grupos sociais, ali presentes, com a natureza, relação que explica como se deu a produção dos objetos materiais e da vida imaterial. O fio condutor para a compreensão das relações entre

comunidades e natureza é o próprio rio Ribeira do Iguape, por seu importante papel na construção da identidade e da história regional: vincula-se à trajetória da ocupação do território paulista, tendo servido de elemento aglutinador das cidades, eixo de ligação entre o litoral e o planalto, principal via de comunicação e fonte de recursos para a economia regional.

A construção da proposta para proteção da paisagem cultural

Do ponto de vista metodológico do trabalho da paisagem cultural do Vale do Ribeira, foi realizada, inicialmente, uma série de levantamentos de campo, que permitiu o conhecimento do rico potencial patrimonial do Vale do Ribeira de Iguape, já descrito. Em paralelo, foram travados contatos com entidades e instituições locais, de modo a conhecer as expectativas e as demandas na área do patrimônio cultural, bem como os projetos em andamento. Tais ações foram feitas tendo em vista as diretrizes da Chancela da Paisagem Cultural, que, segundo o artigo 3º da Portaria nº 127, parte do reconhecimento do caráter dinâmico da cultura e de uma realidade que convive com transformações, não cabendo, portanto, a ideia de congelamento no tempo. Quando se trata da proteção da paisagem, essas transformações devem compatibilizar-se com formas de desenvolvimento social e econômico sustentáveis, de maneira a garantir a preservação e a valorização do patrimônio cultural.

Para proporcionar a eficácia na proteção desse patrimônio cultural, levando-se em conta a sua dimensão como recorte do território, a chancela da paisagem cultural demanda o estabelecimento de um pacto a ser firmado entre o poder público e a sociedade. O pacto constitui-se a partir de um processo de envolvimento e de interlocução nas localidades, com aqueles parceiros preferenciais interessados em sua concretização, buscando a formulação de uma proposta de proteção.

Visando à construção desse pacto, de 2007 a 2009 foram feitos contatos, conversas e reuniões técnicas com diversas instituições governamentais atuantes no Vale do Ribeira em âmbito federal, estadual e municipal, com as organizações não governamentais, movimentos sociais, associações de moradores, sindicatos, cooperativas, universidades, entre outros setores. Dentre essas ações que buscaram a interlocução local destacam-se: a realização de um encontro de trabalho para discussão de um planejamento estratégico conjunto para a proteção do patrimônio, envolvendo as diversas

esferas; oficinas de educação patrimonial objetivando a participação social na identificação dos patrimônios a serem protegidos, com respectiva produção de material a partir deste olhar local; organização e abertura de uma Casa do Patrimônio em Iguape pela Superintendência Regional do Iphan em São Paulo, em parceria com a Prefeitura de Iguape, como um espaço de diálogo constante com as comunidades e de fomento à pesquisa e à reflexão sobre a temática; reuniões com movimento social para elaboração conjunta de uma proposta de proteção. A partir dessas discussões, foi definido um conjunto de critérios para delimitação da paisagem cultural do Vale do Ribeira de Iguape na sua porção paulista e para proteção dessa paisagem cultural, os quais são apresentados a seguir.

Como critério essencial para a definição dos limites da paisagem adotou-se o princípio de que "a parte pode representar o todo", ou seja, de que não é, necessariamente, preciso incluir um vasto território entendido como a totalidade dos processos, sendo que um recorte desse espaço pode ilustrar as relações históricas, estabelecidas pelos grupos sociais na apropriação da natureza. Tal critério baseia-se, fundamentalmente, na preocupação em garantir uma operacionalidade para a gestão do território protegido, cuja extensão pode, por vezes, comprometer o objetivo maior da proteção do patrimônio.

Além disso, ressalta-se o fato de que a região foi objeto, ao longo dos anos, de uma diversidade de categorias de áreas naturais protegidas por instituições federais, estaduais e inclusive, internacionais, que já garantem atribuição de valor à natureza e, portanto, proteção legal. O que ficou fora dessa proteção foi, justamente, o que é agora objeto da abordagem da paisagem cultural, ou seja, aquilo tudo que ilustra a relação histórica entre sociedade e natureza. Portanto, há de se observar que a proposta de perímetro abrange, em parte, algumas áreas já protegidas e, em parte, outras que ainda não o são.

Neste caso, o recorte não é a somatória de elementos, ao contrário, ele busca ilustrar e representar a riqueza e a diversidade do todo, a partir das relações estabelecidas entre as partes. O recorte buscou garantir, também, a funcionalidade, a inteligibilidade e a possibilidade de leitura articulada do todo. Assim, as conexões se fazem a partir do eixo central da abordagem da paisagem cultural, ou seja, pelo rio Ribeira de Iguape.

Compreende-se a paisagem cultural não como uma somatória de objetos, lugares ou pontos do espaço, mas como um sistema de relações

que mantêm conectados os lugares do território, a partir de aspectos que são estéticos, históricos, espaciais, simbólicos, funcionais e ambientais (RIBEIRO, 2007). As relações permitem entender a paisagem como um todo orgânico, que deve ser gerenciado, portanto, como uma unidade.

Adotando-se o critério do rio Ribeira de Iguape como o elemento de conexão, a delimitação do perímetro seguiu a ideia de uma paisagem linear ou paisagem-corredor, como expressão de uma rede cultural tecida, historicamente, ao longo de um eixo principal de comunicação e transporte.

O limite da paisagem cultural inicia no ponto de entrada do rio Ribeira, em território paulista (já que as nascentes são no Estado do Paraná), e termina na sua foz, no oceano, acompanhando uma faixa de dois quilômetros de cada lado da margem. A definição dessa faixa procurou incorporar as cumeadas dos morros e serras que delimitam as vertentes que formam a feição do vale propriamente dito, que conformam o que se pode dizer de uma paisagem fluvial. Nos trechos em que a planície se abre e forma uma várzea ampla e baixa, não havendo encostas próximas a definir o vale, o limite de dois quilômetros buscou incluir aquelas feições articuladas à sua dinâmica milenar e que contam a sua história, ou seja, as lagoas marginais e antigos meandros do rio. Além disso, tendo em vista a funcionalidade, inteligibilidade e a possibilidade de leitura articulada da paisagem, sugeriu-se ampliar a faixa de proteção dos dois quilômetros para os trechos de margem do rio Ribeira de Iguape que se encontram no Estado do Paraná, prevendo-se ações de articulação entre as duas Superintendências dos Estados.

Buscou-se, com a identificação dessa área, preservar a paisagem fluvial de meandros encaixados e suas vertentes limítrofes, além dos trechos de várzea com suas lagoas marginais e as barras dos principais afluentes, associado ao rico potencial arqueológico existente. Além do relevante valor paisagístico, tais áreas são suporte físico necessário à proteção e à continuidade de uma diversidade de cultura imaterial e são locais de relevante valor para a memória regional (portos e pontos de ancoradouros, barras de rios, locais de travessia por balsas, entroncamentos, entre outros).

Nessa faixa de dois quilômetros, algumas cidades foram incluídas no perímetro da paisagem cultural como assentamentos urbanos singulares e únicos, caso de Ribeira e Iporanga. Outras duas cidades, Eldorado e Registro, situadas à margem do rio, também fazem parte da paisagem cultural. O objetivo é garantir a relação das cidades e de sua gente com seu rio, e a proteção do curso e de sua faixa marginal.

Como os significados dos pontos dessa rede cultural são dados pelos intercâmbios e pela dinâmica do movimento ao longo da história, a esse segmento linear ao longo do rio foram conectando-se outros lugares representativos do processo. Seguindo o rio em direção à jusante foram incluídas as estradas que constituíram antigos caminhos de tropa, de caráter complementar, que ligavam o rio Ribeira às minas de ouro de Apiaí (estradas de Ribeira, Itaoca e Iporanga).

Em continuidade com as terras cortadas pelas estradas, incluem-se, no perímetro da paisagem cultural, os parques estaduais como Petar, Intervales e Carlos Botelho e o Mosaico de Jacupiranga, assim como o Parque Natural Municipal do Morro do Ouro. Além das características naturais, a seleção desses parques leva em conta o fato de que essas unidades abrigam sítios arqueológicos históricos e pré-históricos, ruínas e vestígios materiais relacionados ao garimpo de ouro dos primórdios da ocupação no Vale do Ribeira, ou à mineração de chumbo do início do século XX.

Aos parques estaduais conectam-se os territórios quilombolas, levando-se em consideração que muitas das terras reconhecidas como tal estão sobrepostas às unidades de conservação. Essas terras testemunham modos de vida e modalidades de uso do solo que são herança de séculos de relação entre esses grupos sociais e a natureza, considerada base material para a reprodução da vida humana, e são o *locus* onde se desenvolve uma cultura imaterial rica e diversificada. Como o Vale do Ribeira concentra a maior quantidade de territórios quilombolas, muitos deles ainda não reconhecidos ou em processo de reconhecimento, o perímetro da paisagem inclui parte desse conjunto, o que foi possível em função dos estudos já elaborados pelas instituições competentes. A seleção não leva em conta uma diferença de importância ou uma hierarquia de valores existentes, mas, ao contrário, o princípio da conectividade espacial, tendo em vista o critério central de paisagem linear ou paisagem-corredor.

Nas áreas ocupadas por populações tradicionais[6] e suas respectivas atividades de subsistência, as quais são suporte físico para o desenvolvimento de diversas manifestações culturais que representam relevante patrimônio imaterial, devem ter garantidas as condições necessárias ao seu exercício, transformação e continuidade no tempo, de acordo com os seus padrões culturais e suas tradições. Entende-se por tradição o processo histórico pelo qual os elementos da cultura são continuamente reinterpretados e incorporados ao modo de vida, e não como algo que é imutável.

6. Conforme estabelece o Decreto Federal nº 6.040/2007 e a Lei Federal nº 11.428/2006.

A última grande área a se conectar ao perímetro da paisagem é o chamado lagamar, adotando-se como limite a Área de Proteção Ambiental Federal (APA) Cananeia-Iguape-Peruíbe. Inclui-se, assim, toda a fachada atlântica sul, onde se desenvolveu importante navegação de cabotagem até o princípio do século XX, e onde se encontram antigas cidades portuárias, vilas e bairros caiçaras – com seus modos de vida peculiares, incontáveis sítios arqueológicos históricos e pré-históricos e o próprio ecossistema estuarino-lagunar, um dos mais significativos de todo o planeta.

Como parte da paisagem da imigração japonesa no Vale do Ribeira, foram incluídos, ainda, no perímetro proposto, os bens culturais da imigração japonesa, identificados e propostos para tombamento federal no ano de 2008. Trata-se de 14 bens entre edificações fabris, moradias, igrejas, as primeiras mudas de chá trazidas ao Brasil e matrizes de toda a produção nacional, que estão em análise pelo Iphan.

Considerações finais

Vinte anos se passaram desde que a Constituição Federal inaugurou uma noção renovada de patrimônio cultural, imprimindo novos postulados, os quais já se encontravam presentes no debate acadêmico sobre o tema: a superação de uma visão exclusivamente centrada nos "fatos memoráveis" da história oficial nacional; o reconhecimento de uma memória plural, representativa de diversos grupos que compõem a sociedade brasileira; a desvinculação do valor cultural ao caráter excepcional ou monumental dos bens, valor agora identificado nos portadores de referência à ação, memória e identidade dos diversos grupos sociais; a inclusão dos bens intangíveis como uma nova categoria de patrimônio a ser protegida e reconhecida; o entendimento do patrimônio natural como uma natureza incorporada à memória social e parte da vida humana; e, finalmente, a tutela do patrimônio compartilhada entre os poderes públicos e a comunidade.

Entretanto, uma questão se apresenta como fundamental à reflexão: até que ponto esse longo percurso de vinte anos resultou em mudanças efetivas nas práticas e na tutela institucional pública? De que forma esses novos postulados constitucionais se refletem nas políticas públicas patrimoniais?

Norteado por essas duas questões de fundo, o presente artigo procurou apresentar uma experiência de trabalho que vem sendo desenvolvida pelo Iphan, por meio de sua Superintendência em São Paulo, enfatizando que,

sem a articulação local e a possibilidade de se entender o patrimônio cultural a partir das lógicas e atribuições locais, pouco se terá avançado.

Mais do que apresentar um trabalho, o presente artigo objetivou, essencialmente, colocar em debate conhecimentos e reflexões produzidas por meio das práticas institucionais públicas, acreditando que por meio da socialização dessas experiências e de sua discussão crítica é que se tornará possível construir, coletivamente, as bases sólidas para a tutela patrimonial.

O pacto de construção da chancela consubstanciado no Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira só terá pregnância se seus conceitos forem exaustivamente apropriados, reapropriados e discutidos em variados âmbitos de interesse e atuação.

Referências

AB'SABER, A. N. *Os domínios da natureza no Brasil. Potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global. *Caderno Ciências da Terra*, 13. São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de Geografia, 1972.

BERTRAND, Georges. Le paysage entre la nature et la societé. *Revue Geographique du Pirénées et du Sud-oest*, 49(2):239 - 258, Toulouse, 1978.

CAMUS, A. *Diário de viagem*. 5ª ed. Trad. Valeria Rumjanek. São Paulo: Record, 2004.

CONVENÇÃO Europeia de Paisagem, Florença, 20/10/2000.

IPHAN. *Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural*. Rio Grande de Sul, 18/08/2007.

IPHAN. *Portaria nº 127 de 30/04/2009.* Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

KRONE, R. Informações ethnographicas do Valle do Rio Ribeira de Iguape. In: *Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo. Exploração do Rio Ribeira de Iguape*. São Paulo: Typographia Brazil, 1914.

PETRONE, Pasquale. *A baixada do Ribeira. Estudo de Geografia Humana*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, Boletim nº 283, 1966.

RIBEIRO, R. W. *Paisagem cultural e patrimônio*. Brasília: Iphan, 2007.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2004.

UNESCO. Orientações para inscrição de tipos específicos de bens na Lista do Patrimônio Mundial. In: *Orientações para aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, anexo III*. Disponível em whc.unesco.org. Acessado em 17/05/2005.

Paisagem Cultural e Patrimônio Natural

Subtemas

Conceito e aplicabilidade

Gestão territorial

Coordenador: **Carlos Fernando de Moura Delphim** (Iphan)

Relatora: **Schyrley Fátima Nogueira da Silva Cavalcanti Alves** (UFLA/Faepe)

Comunicações

Paisagem cultural e patrimônio natural: conceito e aplicabilidade, **Carlos Fernando de Moura Delphim** (Iphan)

*Os sítios geológicos do Brasil e a chancela da paisagem cultural***, Carlos Schobbenhaus** e **Cássio Roberto da Silva** (Serviço Geológico do Brasil – CPRM)

Roteiros nacionais de imigração, **Maria Regina Weissheimer** (Iphan)

O Geoparque da Serra da Bodoquena, **Paulo Boggiani** (USP) *

Paisagem Cultural e patrimônio natural: gestão territorial, **Carlos Fernando de Moura Delphim** (Iphan) *

Paisagem cultural do Rio de Janeiro, **Rafael Winter Ribeiro** (UFRJ)

Novos instrumentos de proteção: a chancela da paisagem cultural, **Juliana Santilli** (Ministério Público do Distrito Federal)

A *experiência do Vale do Ribeira*, **Flávia Brito do Nascimento** (Iphan) e **Simone Scifoni** (Departamento de Geografia/USP)

* Devido a problemas de transcrição da gravação estas palestras não puderam ser publicadas.

Relato

Considerações iniciais

A julgar pela aceitação, grau de envolvimento e entusiasmo dos participantes, as discussões desenvolvidas durante as mesas-redondas sobre conceito, aplicabilidade e gestão territorial revelaram o acerto do Iphan ao instituir a nova figura da Paisagem Cultural Brasileira. Os palestrantes do setor de geologia e paleontologia deixaram claro o contentamento com o fato de um órgão de preservação poder atuar na defesa desses bens, até então muito pouco considerados, quando de reconhecido valor patrimonial. Ficou claramente visível também que o Iphan, sempre que possível e pertinente, deve participar, em sua área de competência, da criação de geoparques, em âmbito nacional ou internacional, contribuindo para enriquecer dossiês de proposição de geoparques à Unesco com informações e propostas de defesa e preservação para o patrimônio cultural brasileiro. Ficou evidente que, tão importante como os conceitos de pluralidade cultural e biodiversidade, é a consideração pelos órgãos culturais àquilo que constitui a geodiversidade.

O aparecimento de um instrumento menos restritivo e impositivo do que o tombamento ou do que as Unidades de Conservação, estas sob a responsabilidade do setor ambiental, foi acolhido de forma extremamente grata pelos participantes de diferentes regiões do país, cada qual deles lidando com questões altamente diferenciadas, para as quais o tombamento não seria solução adequada.

Espera-se que ao entusiasmo dos participantes correspondam ações institucionais, em nível técnico legal e administrativo. Sugeriu-se a realização de um grande encontro, tendo como tema principal a paisagem cultural brasileira, nos moldes deste I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Esse encontro nacional sobre a paisagem cultural deverá contar com a presença de especialistas das diversas áreas que abrangem o tema da paisagem cultural e apresentar mesas-redondas sobre: paisagens urbanas, paisagens rurais, paisagens ferroviárias, paisagens industriais, paisagens geológicas e paleontológicas, paisagens simbólicas e outras.

Sendo a paisagem cultural brasileira um novo setor na estrutura do Iphan e, portanto, sem a mesma experiência dos outros setores, existem ainda nessa fase inicial mais perguntas do que respostas. De uma forma geral, pode-se dizer que os desafios para a formulação da política nacional estão subdivididos como se segue.

Desafios gerais do patrimônio cultural

• Integração e diálogo entre diferentes órgãos e esferas governamentais e a sociedade;

• Sensibilização dos diversos setores que intervêm na paisagem quanto à sua importância e à necessidade de uma otimização qualitativa dos projetos que afetem a paisagem.

Desafios específicos da paisagem cultural

• Compreensão do conceito de paisagem cultural por parte de ambientalistas e de especialistas em patrimônio cultural;

• Transmissão do valor da paisagem cultural à sociedade sob o ponto de vista da memória e da história do Planeta, da vida e da humanidade;

• Compreensão da estreita e indissociável relação entre geodiversidade, biodiversidade e diversidade cultural por parte de especialistas e da sociedade;

• Instaurar o Iphan como órgão catalisador de ações referentes à paisagem;

• Inserção do tema paisagem na educação, desde o ensino fundamental até o ensino médio, estimulando estudos em nível superior e de graduação.

Dentre os desafios para a estruturação do SNPC nota-se a importância de promover ações para que os Estados e municípios assimilem o conceito e a importância das paisagens culturais no que se refere à sua abrangência e complexidade. Há necessidade de integrar os diferentes protagonistas governamentais e da sociedade civil em questões referentes à paisagem. Discutiu-se a premente exigência de se definir gestores da paisagem, considerando a deficiência de especialistas, a descontinuidade política e a importância de se prever e assegurar fontes de recurso.

Potencialidades para formulação da política nacional

As potencialidades para a formulação da política nacional no que tange a paisagem cultural evidenciam a necessidade de:

• Proteger, valorizar e promover o reconhecimento de paisagens banais;

• Criar uma forma holística de percepção do mundo que não se limite de forma convergente a um objeto cultural, mas que se estenda a todo o contexto paisagístico no qual ele se inclui;

• Revelar novos aspectos da paisagem cultural;

• Atuar com recursos e com rubricas de outros Ministérios que apresentem interfaces com assuntos referentes à paisagem;

• Apoiar as frentes parlamentares já existentes de patrimônio cultural;

• Apoiar a criação de novas frentes parlamentares para defesa das paisagens culturais.

Potencialidades para estruturação do SNPC

Para se estruturar o Sistema Nacional é necessário primeiramente que se pense nuclearmente e, num segundo momento, que a responsabilidade seja também transmitida aos Estados para, posteriormente, se estabelecer a criação de células municipais. Nessa esfera da estruturação do Sistema Nacional é ainda importante:

• Definir as condições de atuação do Iphan, especificamente da Coordenação de Paisagem e Patrimônio Cultural na criação de geoparques;

• Decidir as condições de atuação do Iphan, especificamente da Coordenação de Paisagem e Patrimônio Cultural na elaboração de propostas de paisagens culturais para a Unesco;

• Estimular a criação em Estados e municípios da Chancela de Paisagem Cultural de forma integrada ao Sistema Nacional de Paisagem e Patrimônio Cultural;

• Prever formas de financiamento nos três níveis administrativos.

Parcerias estratégicas para a formulação da política nacional

No âmbito das parcerias estratégicas para a formulação da política nacional é importante ressaltar que no contexto da paisagem cultural as políticas variam e são definidas segundo os valores predominantes de cada paisagem, respeitando-as na dinâmica de seu movimento, o que pode implicar o fato que muitos significados da paisagem possam ser substituídos, acrescentados de novos ou suplantados por outros que surgem ao longo de suas incessantes transformações.

De forma geral são indispensáveis as parcerias do Ministério da Educação, Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério das Cidades, Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Sistema de Satélites de Múltiplas Missões (SSMM) ou Satélite Geoestacionário Brasileiro (SGB). Em casos específicos tem-se o Ministério da Agricultura, Ministério Público, Ministério de Minas e Energia, assim como os demais setores do Ministério da Cultura e do Iphan.

Parcerias estratégicas para a estruturação do SNPC

Para a estruturação do Sistema Nacional acredita-se serem de grande valia parcerias internacionais com órgãos de pesquisa ou setores governamentais de países que tenham experiências na política e na gestão de suas paisagens, criando convênios e intercâmbios com o intuito de trocar experiências e desenvolver o conhecimento. Para essa estruturação é ainda imprescindível que o Iphan estabeleça parcerias com universidades federais brasileiras, órgãos estaduais, municipais ou locais, empresas privadas ONGs e Oscips que possam estar envolvidos com o valor da paisagem cultural.

Objetivos para os próximos dois anos (2010-2011)

Como objetivos para os próximos dois anos espera-se a declaração das propostas-piloto:

- Paisagem Cultural do Rio de Janeiro/RJ, Serra da Borborema/PB;
- Paisagens culturais/Patrimônio naval e Roteiro da Imigração;
- Conclusão do Dossiê Guararapes e do Dossiê Canudos;
- Implementar o Sítio das Cattleya guttata, no Espírito Santo;
- O Domo de Araguainha, em Goiás;
- A Ilha de Cabo Frio e Nova Friburgo, no Rio de Janeiro;
- Os Pampas, as Missões, Jaguarão e Caçapava do Sul, no Rio Grande do Sul;
- A Colina do Horto, em Juazeiro, com o sítio sagrado do Padre Cícero, no Ceará;

• O Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais;

• A Serra da Bodoquena e o Pantanal no Mato Grosso do Sul;

• Elaborar os inventários dos Jardins de Glaziou, de Burle Marx, e promover o resgate histórico de praças e jardins de uma maneira geral, investigando outros autores desses projetos até agora incógnitos;

• Promover encontros regionais e nacionais de gestores de jardins históricos;

• Pesquisar as paisagens rurais e as paisagens industriais e elaborar Itinerários culturais;

• Contatar e estabelecer meios para se criar um Atlas das Paisagens no Brasil, cujo projeto-piloto deverá ser definido;

• Conta-se ainda que nos próximos dois anos, o Iphan estabeleça parcerias com universidades, ONGs, Oscips, e ainda com a Unesco, o Icomos, o IUCN, o Conselho Europeu da Paisagem, o Instituto Andaluz e o Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (LADYSS);

• Espera-se a criação de uma câmara para tratamento da paisagem cultural no Conselho Consultivo do Iphan, e a promoção do diálogo dessa câmara com os representantes e os colaboradores dos demais temas desse I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural (Bens Móveis e Integrados, Educação Patrimonial, Patrimônio Edificado, Patrimônio Ferroviário, Patrimônio Imaterial, Capacitação e Gestão, Pesquisa, Documentação e Informação e Sítios Urbanos);

• Aguarda-se ainda a criação da categoria paisagem cultural no Prêmio Rodrigo de Melo Franco de Andrade.

Ações estratégicas que devem ser implementadas nos próximos cinco anos (2010-2014)

Para os próximos cinco anos há a necessidade de se montar um projeto-piloto de um banco de dados em um mapeamento interativo das paisagens de valor federal, estadual e municipal. Esse banco de dados deverá indicar a posição geográfica, informações históricas, textos de referência e material iconográfico e promover estudos e investigações para ampliar o elenco de paisagens e itinerários culturais.

Esse projeto-piloto deverá ser definido para o ano de 2010. Os convênios para sua execução deverão ser firmados e deverão ser estimulados e apoiados os eventos de difusão da paisagem cultural.



Financiamento para recuperação de imóveis privados pelo Programa Monumenta

*Éricka Diogo**

* Coordenadora geral de Bens Imóveis do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan

Resumo

O texto apresenta a experiência desenvolvida pelo Programa Monumenta para promover a recuperação dos imóveis de moradores dos centros de cidades históricas brasileiras.

O grande desafio foi construir um modelo de financiamento capaz de alcançar beneficiários das mais distintas camadas da população, garantindo a permanência dos moradores e os usos tradicionais nos centros preservados.

Palavras-chave

Centro histórico, Recuperação de imóveis.

Programa Monumenta: o modelo inicial

O Programa Monumenta foi concebido, no final da década de 1990, sendo formalizado por meio de um acordo de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento no final de 1999. Até 2006, quando o programa foi incorporado ao Iphan, o Ministério da Cultura respondeu pela execução do Programa junto com os governos municipais e estaduais.

O objetivo proposto inicialmente foi o de dinamizar o processo de preservação do patrimônio histórico dos núcleos urbanos sob proteção federal, por meio de uma atuação que integrasse desde a restauração de monumentos até a capacitação de mão de obra, visando gerar condições de desenvolvimento local e garantir a manutenção e a continuidade das ações pelos próprios atores municipais.

A estruturação das ações para cada cidade se fundamentou na implementação de atividades ligadas ao turismo cultural, tido como

principal, ou única, alternativa viável para aliar o desenvolvimento local à preservação. O aproveitamento econômico do patrimônio ocorreria logo que um conjunto integrado de ações fosse implementado. Assim, os monumentos nacionais recuperados abrigariam atividades e funções que dariam sustentação às novas atividades, ligadas ao turismo, ou fortaleceriam as já existentes. Os espaços públicos, praças, ruas, orlas ou parques se integrariam e se articulariam com os monumentos nacionais, promovendo um uso mais intenso e qualificado desses espaços.

O aproveitamento do potencial de exploração das atividades turísticas nas áreas recuperadas, como fonte de sustentação do patrimônio, já havia feito parte do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH[1] – no período de 1973 a 1986. Esse direcionamento buscou, de certa forma, responder à questão, que se colocava até a década de 1960, de como superar uma atuação de preservação do patrimônio restrita a salvar alguns bens das dinâmicas e dos processos de transformação e expansão urbanas, resultantes do desenvolvimento industrial nas cidades brasileiras. No entanto, apenas a proteção de um bem relevante para o patrimônio cultural não se mostrou suficiente para sua preservação, e muito menos para reinseri-lo na dinâmica urbana, mantendo-o em uso.

1. O Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas – PCH foi instituído em 1973 da Seplan, Iphan e Embratur.

A participação da sociedade civil (moradores, usuários, proprietários, empreendedores) no Programa Monumenta se daria por meio do apoio a projetos de capacitação e promoção de atividades econômicas e da recuperação dos imóveis privados localizados nas áreas de intervenção.

A melhoria das condições de uso e, principalmente, de moradia das edificações localizadas nos centros históricos deveria ser realizada pelos próprios moradores e usuários, que teriam a possibilidade de contrair um financiamento em condições bastante acessíveis para a reforma dos imóveis. Essa recuperação permitiria que as funções originais dos edifícios, eventualmente acrescidas de novas, fossem retomadas em condições adequadas. A permanência dos moradores nos centros históricos, independentemente de suas rendas, seria favorecida pelas condições facilitadas dos financiamentos, tanto para moradias quanto para os comércios, para os negócios.

Outro objetivo perseguido pelo Programa foi o de criar condições para certa autonomia municipal na preservação do patrimônio cultural, reduzindo sua dependência dos governos federal e estaduais, por meio da criação ou, em muitos casos, do fortalecimento de uma estrutura local de

gestão com a constituição de um Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural. Os recursos, oriundos do conjunto de intervenções promovidas pelo Monumenta e do aporte orçamentário municipal anual, são destinados às ações de preservação e conservação do Patrimônio Cultural. A gestão do Fundo é feita de forma compartilhada com o Conselho Curador, que tem formação paritária entre representantes do poder público e da sociedade civil.

Esse tipo de protagonismo municipal, no entanto, ainda é muito incipiente e representa um enorme desafio, uma vez que as ações de preservação têm se caracterizado por uma atuação centralizadora, relegando aos municípios uma posição menos ativa no processo.

A implementação do programa

O universo potencial foi de 80 cidades com patrimônio cultural sob proteção federal; foram atendidas de forma integral 26[2] delas e as demais puderam participar de editais de apoio a projetos pontuais nas áreas de capacitação e promoção de atividades econômicas.

As ações do Programa compreenderam: restauração de monumentos nacionais, requalificação urbanística de espaços públicos, financiamento para a recuperação de imóveis privados, fortalecimento institucional, capacitação, promoção de atividades econômicas e educação patrimonial. Todas as cidades, independentemente do porte, da estrutura social ou da dinâmica local, deveriam desenvolver todas essas ações.

O enfoque principal de cada projeto variou de acordo com as características urbanísticas locais. Em algumas cidades, como São Francisco do Sul (SC) e Corumbá (MS), por exemplo, a intervenção mais estruturante foi a requalificação da orla, fluvial ou marítima; em outras, essa intervenção se deu através da requalificação das praças e parques, como foi o caso de Vale dos Contos e do Horto Botânico de Ouro Preto (MG). Houve, ainda, cidades em que a recuperação dos imóveis privados assumiu esse papel, entre elas, Natividade (TO), Porto Alegre (RS) e Goiás (GO).

As transformações estruturais

Algumas críticas[3] foram feitas ao modelo de sustentabilidade do Monumenta, porque nem todas as cidades envolvidas teriam ou têm potencial e demanda para desenvolver atividades turísticas capazes de

2. Alcântara (MA), Belém (PA), Cachoeira (BA), Congonhas (MG), Ouro Preto (MG), Mariana (MG), Serro (MG), Diamantina (MG), Lençóis (BA), Salvador (BA), Recife (PE), Olinda (PE), São Cristóvão (SE), Laranjeiras (SE), Penedo (AL), Porto Alegre (RS), Pelotas (RS), São Francisco do Sul (SC), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Oeiras (PI), Icó (CE), Natividade (TO), Goiás (GO), Corumbá (MS), Manaus (AM).

3. SANT'ANNA, Márcia. *A cidade-atração*: a norma de preservação no Brasil dos anos 90. Tese de doutorado apresentado a Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

promover uma mudança na dinâmica de proteção e depreciação do patrimônio. Além disso, a própria implementação do Programa comprovou que era necessário identificar outras atividades capazes de alterar a dinâmica local, fossem elas existentes ou passíveis de introdução.

A supervalorização do turismo cultural, como tábua de salvação para todos os males dos centros históricos, já foi duramente criticada. Paulo Ormindo[4] lembra que essa noção correspondeu aos interesses da indústria turística para diversificar e expandir suas atividades e que esse modelo, replicado em diversas cidades, levou a situações extremas em que se comprometeu a ocupação tradicional do lugar, transformando moradias e pequenos comércios em restaurantes e galerias de arte.

4. ORMINDO, Paulo. La lenta construcción de modelos de intervención en centros históricos americanos. In: *Centros Históricos de América Latina y el Caribe*. Quito: Unesco-BID-Ministerio de Cultura y Comunicación de Francia e Flacso, 2001.

A partir de 2003, o Programa passou por um redirecionamento das ações, a Coordenação Nacional, em conjunto com os municípios e Estados, lançou o foco prioritariamente em dois sentidos: promover projetos ligados às reais potencialidades de desenvolvimento econômico e social das cidades, ampliando as possibilidades para além do turismo cultural, e priorizar a recuperação dos imóveis privados, principalmente por sua importância na manutenção da moradia e dos usos tradicionais nos sítios históricos.

Buscou-se, também, dar uma dimensão urbana para as intervenções de qualificação do espaço público, de modo a valorizar o uso cotidiano desses espaços pelos moradores. Isso aconteceu em Ouro Preto, com os já citados Vale dos Contos e Horto Botânico, em São Francisco do Sul, com a orla da baía da Babitonga, e em Lençóis e Cachoeira, com suas orlas fluviais.

Quanto às novas dinâmicas de desenvolvimento local, destaca-se a articulação do Monumenta com o Ministério da Educação para a instalação de *campi* de Universidades Federais em Cachoeira, na Bahia, e em Laranjeiras, em Sergipe. Ambas viveram sérios processos de estagnação econômica que levaram o patrimônio local a uma grave situação de arruinamento e inutilização. Grande parte dos casarões construídos nessas cidades, no auge da economia agrícola, encontra-se, hoje, em ruínas, chegando, em alguns casos, a comprometer a segurança dos transeuntes. E, justamente, duas dessas grandes ruínas foram restauradas para abrigar as instalações universitárias. As novas atividades estão movimentando a dinâmica local, criando demandas tanto para a geração de emprego e renda quanto para a recuperação e utilização do sítio histórico.

O enfoque dado ao financiamento para a recuperação dos imóveis privados, por sua vez, deveu-se ao entendimento de que se trata de um instrumento capaz de consolidar a questão da moradia como eixo estrutural das estratégias de recuperação dos centros históricos, tanto nas grandes, como nas pequenas cidades. Por meio dele, valoriza-se a dimensão humana no uso cotidiano do patrimônio.

Para entender esse papel da moradia é importante lembrar que os processos de crescimento urbano geram em diversas cidades, particularmente nas grandes, o esvaziamento e a degradação das áreas centrais, caracterizados principalmente pela redução do número de moradores, subutilização dos imóveis, deterioração do patrimônio histórico, precarização das moradias, concentração de atividades informais, mudança no perfil socioeconômico dos moradores, dos usuários e das atividades locais, além da transferência de organismos públicos e privados para outras localidades.

Em muitos casos, a esse esvaziamento central se soma a extensão da mancha urbana para as periferias para o assentamento da população de baixa renda, e em direção a novas áreas de especulação imobiliária para assentar atividades ligadas às classes de maior poder aquisitivo.

Essa situação resulta na subutilização dos recursos disponíveis nas áreas centrais, como infraestrutura, sistema de transportes, estoque imobiliário (constituído também por bens de relevância histórica). Provoca também o adensamento populacional de baixa renda em áreas não servidas de infraestrutura e distantes dos locais de trabalho e a concentração de atividades econômicas em áreas de especulação imobiliária.

Trata-se, assim, de uma forma de crescimento urbano caracterizada pela separação das diferentes classes sociais no município e pela má utilização dos recursos públicos, pois, além de não utilizar o que já existe, exige a ampliação de infraestrutura e serviços públicos para áreas antes não ocupadas.

No caso das pequenas e médias cidades, a segregação territorial pode não ser tão acentuada, porque com frequência as classes mais altas saíram da própria cidade e não apenas da localidade. É muito difícil encontrar alguma cidade que ainda tenha as famílias abastadas que construíram os palacetes e casarões como seus atuais moradores.

Em algumas das cidades pequenas, principalmente naquelas em que a arquitetura protegida não é monumental, a desaceleração econômica

desencadeou um empobrecimento da população, sem gerar rotatividade e esvaziamento. As famílias permanecem morando nos sítios históricos, mas não têm recursos para fazer as manutenções necessárias e dependem de algum suporte financeiro para continuar morando em condições adequadas.

A moradia é uma questão-chave para a reabilitação dos centros históricos por vários motivos. Ormindo,[5] por exemplo, destaca que esses centros sempre tiveram caráter multifuncional, e é nesse aspecto que estão sua vitalidade e dinamismo. Além disso, a moradia cria vínculos afetivos com os edifícios e com o bairro, que facilitam a conservação e a presença de população fixa e estabelece uma economia própria do bairro, representada pelo comércio de primeira necessidade, a produção artesanal e os serviços. O autor reforça, ainda, que as tipologias arquitetônicas dos centros históricos são basicamente habitacionais ou mistas e que a eliminação progressiva dessa função significa não somente sua descaracterização funcional como também arquitetônico-patrimonial.

5. ORMINDO, Paulo. La lenta construcción de modelos de intervención en centros históricos americanos. In: *Centros Históricos de América Latina y el Caribe. Op. cit.*

O PCH já havia mostrado há mais de 30 anos o impacto positivo desse tipo de ação, como destacou Márcia Sant'Anna: *A experiência de financiamento da recuperação de imóveis com recursos do Banco Nacional da Habitação, realizada em Olinda, embora não tenha sido desenvolvida por completo, foi, sem dúvida, a que apontou o caminho mais seguro para tornar a preservação uma atividade autossustentada e de valor social. Mostrou que o financiamento da atividade privada de conservação pode ser capaz de tornar a preservação de áreas urbanas uma tarefa compartilhada entre particulares e poder público*.[6]

6. SANT'ANNA, Márcia. *A preservação dos sítios históricos no Brasil (1937-1990)*. Palestra apresentada no IV Encontro Sirchal. Salvador, junho de 2000.

Os desdobramentos finais do PCH propunham a criação de uma linha de crédito para a recuperação de imóveis históricos para uso habitacional (documento de 1978), mostrando claramente a importância do aproveitamento habitacional do patrimônio construído. Apesar disso, todas as ações que antecederam o Monumenta não conseguiram avançar e consolidar uma linha de crédito com essa finalidade.

Ermínia Maricato também fala da importância da moradia social nas intervenções, para que sejam democráticas e possam garantir o direito à cidade para todos. No caso específico da reabilitação das áreas centrais, ela destaca o seguinte: *A revitalização de velhos centros urbanos exige a defesa do pequeno negócio como estratégia para a manutenção de empregos e também das características históricas do patrimônio construído. Nem sempre esse patrimônio*

é de primeira grandeza, como o são os imóveis tombados, devido ao seu valor histórico, arqueológico e artístico. Mas grande parte das características do Centro é dada pelo patrimônio "banal" ou comum. Este fornece parte dos padrões de parcelamento do lote, tipologia de construção, relação dos imóveis com a rua, materiais construtivos, detalhes de adornos, etc. Nesse caso, a reciclagem de edifícios adquire relevância.[7]

7. MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana.* São Paulo: Vozes, 2001, p. 140.

Outro aspecto valorizado e reconhecido foi a mistura de usos em uma mesma edificação em geral, o comércio no térreo e a moradia nos andares superiores –, presente em diferentes contextos urbanos brasileiros. Muitas edificações acabaram perdendo essa característica em decorrência das mudanças nos perfis socioeconômicos dos proprietários e consequente dificuldade de manutenção e conservação de grandes imóveis. É muito frequente, hoje, a existência de depósitos nos andares superiores dos casarões ou mesmo a subutilização completa desses pavimentos, como acontece nos centros de Belém e do Rio de Janeiro.

A preservação dessa característica funcional nas áreas centrais é fundamental, porque permite a permanência de uma atividade produtiva que pode inclusive gerar receitas diretas para a manutenção do imóvel e se aliar à da moradia. No Rio de Janeiro, tentou-se viabilizar uma operação desse tipo com dois casarões situados na rua Regente Feijó, próximos da praça Tiradentes, que fazem parte do Programa Novas Alternativas.[8] Com comércio no térreo e habitação nos andares superiores, a recuperação deveria ser feita com recursos do Monumenta e do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), gerido pela Caixa Econômica Federal. Os moradores pagariam o retorno dos recursos investidos pelo PAR, e o aluguel ou a venda das unidades comerciais seriam suficientes para assegurar o retorno dos recursos investidos pelo Monumenta ao Fundo Municipal de Preservação.

8. O Programa Novas Alternativas, criado pela Secretaria de Habitação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, é um programa habitacional para a área central da cidade.

É importante destacar que a reforma de edifícios históricos para a adequação a novos usos ainda é uma prática incipiente no Brasil. É necessário o desenvolvimento de técnicas, de produtos e de mão de obra adequado às características desse tipo de reforma, podendo resultar no impulso às atividades do segmento no setor da construção civil.

Um panorama da recuperação dos imóveis privados

A atuação do Programa em 26 cidades,[9] localizadas em 16 Estados, permitiu verificar os impactos positivos dessa ação em contextos urbanos

9. O Programa Monumenta atua diretamente em 26 cidades brasileiras, no entanto, o financiamento para os imóveis privados não fez parte das ações de Salvador, que teve uma intervenção diferenciada na 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico.

absolutamente distintos, das principais metrópoles às pequenas cidades do interior do país. E, sem dúvida, um modelo único gerou resultados bem diferentes.

O total de recursos previsto para ser investido nos financiamentos destinados à recuperação dos imóveis privados foi de R$ 50 milhões. Esse valor corresponde a aproximadamente 20% do total reservado pelo Programa para todas as suas ações.

Até maio de 2010, R$ 18,3 milhões foram aplicados, viabilizando a recuperação de 386 imóveis, localizados em 20 das 26 cidades participantes do Programa. As cidades restantes, até aquela data, ainda não haviam efetivado a ação. Cerca de metade dos imóveis recuperados abrigam famílias com renda inferior a três salários mínimos, assim como os tomadores de crédito que receberam valores iguais ou inferiores a R$ 20 mil.

Os impactos da ação foram, sem dúvida, mais relevantes nas pequenas cidades, que têm um sítio histórico proporcionalmente grande em relação à área urbana e, consequentemente, uma área e um conjunto de intervenções significativo. Considerável parcela da população urbana foi atendida. Pessoas que julgavam jamais ter condições de reformar suas casas, pela pouca ou nenhuma capacidade de investimento, foram beneficiadas pelo financiamento. Natividade (TO), uma cidade com pouco mais de nove mil moradores, é um exemplo especialmente notável nesse sentido, praticamente os 60 imóveis recuperados eram de famílias com renda inferior a três salários mínimos.

Alguns superintendentes do Iphan chegaram a relatar a importância do instrumento para quem trabalha nas cidades históricas, porque os moradores não querem se livrar dos imóveis que fazem parte das suas histórias, mas não tinham alternativas para a conservação dos bens.

A cidade de Lençóis (BA), localizada na Chapada Diamantina, tem uma população de 9.600 moradores, dos quais quase 2.300 moram em 570 imóveis do conjunto histórico (28% do total da cidade). Demandaram recursos do Programa e foram classificados, conforme os critérios do Edital de Seleção, 228 propostas (correspondendo a 40% do conjunto histórico, 11% dos imóveis da cidade e quase 10% da população). Nem todas as propostas foram convertidas em contratos de financiamento, mas o número indica quão significativo pode ser o impulso dessa ação no conjunto urbano, e quão positivo o impacto na qualidade de vida dos moradores.

Em outras cidades, a relação entre o número de imóveis localizados nas áreas protegidas e o total de imóveis da cidade também é significativo. Em Cachoeira (BA), estão sob proteção 16% dos imóveis (1.200 imóveis); em Serro (MG), 21% (1.000); em Diamantina (MG), 13% (1.300); em Ouro Preto (MG), 11,5% (1.900). Apenas esses exemplos somam mais de 5.400 imóveis que são potenciais candidatos à recuperação.

O universo potencial de trabalho no Monumenta foram todos os milhares de imóveis localizados nas áreas de proteção das 80 cidades que, agora, no âmbito do PAC Cidades Históricas, se amplia para 173 cidades. Esse recorte inclui todas as cidades anteriores, somadas àquelas com processo de tombamento em andamento e àquelas com lugares registrados ou em processo de registro, além de todas as capitais nacionais.

Outro resultado que merece destaque é a intervenção em edifícios de grande relevância para a preservação do Patrimônio Histórico e do conjunto urbano, mas que não são protegidos isoladamente como monumentos nacionais. É o caso da recuperação da moradia onde viveu Aleijadinho, em Ouro Preto (MG), do tradicional Clube XXIV de Janeiro, em São Francisco do Sul (SC), e das ruínas dos casarões da praça da Aclamação e da praça do Mercado, em Cachoeira (BA).

A situação de arruinamento ou risco de desabamento de edifícios nessas condições, que podem comprometer até a segurança de moradores, levou o Ministério Público, com respaldo no Decreto-Lei 25/1937,[10] a mover ações judiciais contra o Iphan para forçá-lo a executar diretamente as obras de estabilização nos casos em que os proprietários demonstraram não ter condições financeiras de promovê-las.

10. O Decreto-Lei 25/1937 organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Em casos assim, o Iphan enfrenta duas situações bem típicas, deparando-se ora com pessoas que de fato não têm condição financeira para conservar os imóveis, ora com proprietários, muitas vezes vários, que não se interessam pela preservação do patrimônio e esperam apenas o momento de se desfazer do bem ou que o mesmo se desfaça.

O financiamento para a recuperação dos imóveis privados pode ser o instrumento adequado para que o Iphan enfrente esse tipo de problema, uma vez que propicia aos proprietários e usuários uma alternativa viável para conservar seus imóveis e colocá-los novamente em condições de uso.

Apesar dos avanços já alcançados, esse movimento de recuperação de imóveis antigos e usados, sem dúvida, depende também de uma mudança

da cultura de preservação do patrimônio histórico no Brasil. Foram vários os testemunhos nesse sentido, como o caso da coordenadora do Programa em Porto Alegre, Briane Bicca, que fez um intenso trabalho de convencimento com os proprietários da área histórica e percebeu que a receptividade dos proprietários, inicialmente, foi muito ruim, pois todos queriam demolir seus imóveis e criar vagas de estacionamento. Imaginavam, com isso, se verem livres da manutenção dos prédios em más condições que causam incômodo aos responsáveis e não dão mais retorno financeiro. Gradativa, mas muito lentamente, os proprietários foram entendendo melhor o potencial das suas propriedades e o que lhes era proposto pelo Monumenta. Revendo o olhar sobre seus imóveis, passando a vislumbrar neles, quem sabe, alguma perspectiva mais positiva de colocá-los novamente no mercado imobiliário, que foi o que, de fato, fez as pessoas se moverem e não o discurso cultural.

E foi justamente em Porto Alegre que o Programa conseguiu desenvolver outra especificidade: a recuperação de grandes edifícios condominiais de uso residencial, ação que reforça a presença qualificada de moradia nas áreas centrais. As possibilidades de concessão de financiamento para a figura jurídica do condomínio de moradores e de uma garantia adequada às características desses tomadores viabilizaram esse tipo de operação.

Essa modalidade, incluída no programa de financiamento, ataca uma questão importante das áreas centrais: o esvaziamento de prédios. As grandes capitais brasileiras, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, têm um grande número de domicílios vagos e subutilizados, o que resulta em enorme desperdício de infraestrutura. A falta de investimento na manutenção e na conservação gera um parque de imóveis privados degradados ou ultrapassados, que vão ficando para trás, enquanto a cidade vai crescendo em outras direções. Esse movimento pode ser infindável se as cidades não voltarem a crescer para dentro, recuperando o investimento, público e privado, feito em outras épocas.

Embora São Paulo e Rio de Janeiro tenham um enorme potencial para esse tipo de financiamento, os resultados foram insignificantes, por conta do caráter pontual da intervenção do Monumenta. A questão da reabilitação das áreas centrais, nesses casos, tem uma complexidade específica que, sem dúvida, se reflete nesses resultados.

Um último aspecto a abordar é o da demanda gerada nos locais de atuação do Programa por uma mão de obra especializada e qualificada, tanto de mestres e artesãos, quanto de empreiteiros, construtores e projetistas. Nas cidades pequenas, observou-se o impacto das obras até na disponibilidade de materiais de construção, como ocorreu em Natividade (TO). Nas cidades maiores, mais especificamente em Porto Alegre, onde a intervenção focou grandes imóveis, houve o envolvimento de um número significativo de agentes que nunca haviam trabalhado com prédios de importância histórica – entre eles, arquitetos e pequenas e grandes empresas de construção, reforma e conservação de condomínios.

O que se notou foi a motivação pelo tema e a incorporação do rigor técnico por esses agentes privados, que identificaram oportunidades reais de trabalho profissional. A renda e os empregos, diretos e indiretos, gerados pelas obras ainda não foram medidos, mas devem ser observados na avaliação dos resultados obtidos pelo Programa.

A continuidade do financiamento no PAC Cidades Históricas

É justamente essa experiência que deve se consolidar como um instrumento da Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro a ser implementada como uma das ações estratégicas do PAC Cidades Históricas. A continuidade dessa ação se dará por meio da organização dos meios jurídicos, financeiros e técnicos na estrutura institucional do Iphan**.**

El modelo de financiamiento de la recuperación del centro histórico de Quito

*Dora Arizaga Guzmán**

* Ecuatoriana, arquitecta, especializada en restauración y rehabilitación del patrimonio cultural y en Administración de Proyectos Culturales. Creadora del Fondo de Salvamento del Patrimonio Cultural de Quito (FONSAL), y su directora por 9 años. Consultora de Unesco en centros históricos

Resumen

Actuar en un sistema complejo, como lo es un centro histórico, demanda de múltiples acciones, el contar con suficientes recursos y fuentes definidas y permanentes es crucial en cualquier proceso de recuperación, pero este no es exclusivo ni único, requiere de que existan instrumentos de gestión que posibiliten el cumplimiento de objetivos y, sobre todo, que garanticen la sustentabilidad de las acciones.

El caso del centro histórico de Quito es la muestra de un proceso que esperamos sea sin retorno, iniciado en el año 1997, lamentablemente después de un terremoto que afectó a gran parte de la estructura edificada del centro histórico de Quito. A este, han convergido muchos esfuerzos y actores que han llevado a una institucionalidad del proceso y sobre todo a la continuidad, obteniéndose como consecuencia, en unos casos, la reversión de algunos de los problemas que lo aquejaban por más de cincuenta años de descuido y abandono, y en otros, la disminución de estos.

Entre los principales logros está el de la reversión de las imágenes negativas y estigmas sociales que pesaban sobre el centro, lo que ha significado que la población de la ciudad regrese al centro histórico, con inversión, para usarlo con vivienda, con usos de servicios culturales y de servicios complementarios, y desde el punto de vista de la institucionalidad, el generar capacidad para gestionar y ejecutar intervenciones de rehabilitación especializada no solo en el centro histórico sino para todas las áreas históricas del distrito metropolitano, y el sentar las bases para conseguir el desarrollo local, y la sustentabilidad social.

Palabras claves

Centro histórico de Quito, Financiamiento, Gestión.

Preámbulo

Con un profundo agradecimiento por la deferencia hecha por el Iphan, a que en el seno de la discusión de este tan interesante foro en el que se analiza el "Sistema Nacional do Patrimônio Cultural: Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão", se haya incluido el análisis del centro histórico de Quito, como estudio de caso en materia de financiamiento, aspecto importante para su recuperación, pero no único ni aislado.

Si bien, en esta oportunidad se presentan aspectos inherentes al tema solicitado, es de justicia precisar que la experiencia de recuperación de este centro, corresponde a un proceso sostenido, que inicia sus acciones en 1987 luego de un terremoto y, cuya recuperación ha representado grandes esfuerzos en diferentes líneas, lo que ha obligado a actuar como un verdadero laboratorio, con fases de experimentación y de reflexión sobre muchos de los retos y desafíos que demanda actuar en un sistema complejo, como lo es un centro histórico de una ciudad capital.

El tema del financiamiento es crucial en cualquier proceso de recuperación, pero este debe ir acompañado también de los suficientes instrumentos de gestión que posibiliten el cumplimiento de sus objetivos y, sobre todo, que garantice la sustentabilidad de las acciones.

Algunos datos generales sobre el centro histórico de Quito

Quito es la capital política de la República del Ecuador, ubicada en la cordillera de los Andes a 2800 m.s.n.m. y es la primera ciudad latinoamericana declarada patrimonio cultural de la humanidad en 1978. Sus orígenes españoles datan de los primeros años de la colonización (1534), fundada sobre ricas bases pre-hispánicas.

La población, según el censo de población y vivienda (2001) es de 1.529.563 hab, con una superficie de 19 014.Ha. El centro histórico ocupa 483 Ha, que representa el 1,80% del total de la superficie de la ciudad, en este habitan 50.000[1], con índices de pobreza del 53,8%; pese a esta baja población, al centro acude diariamente cerca de 300.000 ciudadanos por actividades económicas y de comercio, y es el principal atractivo de la ciudad, cerca de 430.000 turistas lo visitaron en el 2008.

1. El centro viene perdiendo población, de 80.000 habitantes identificados en 1990 (momento que se hacen los estudios sobre el plan maestro), a 50.000 del censo en el 2001.

Los principales problemas

Luego de un proceso de más de 50 años de falta de atención oportuna de los gobiernos locales, los mayores deterioros de esta zona de la ciudad se expresan en: la inadecuada ocupación de espacios públicos por el comercio informal, el deterioro de la infraestructura y equipamientos de servicios básicos, problemas de accesibilidad, degradación del medio ambiente construido y natural, falta de mantenimiento de las edificaciones, el cambio de usos de suelo, en especial el de sustitución de la vivienda por el comercio, la desarticulación cultural de la población que lo habita, la disminución de la calidad de vida, la desvalorización del suelo y del valor inmobiliario, la ausencia de incentivos para inversiones, la falta de conciencia y valoración de la comunidad[2] sobre el área, ahondada por las amenazas y riesgos naturales (Sismicidad[3], vulcanismo, deslaves, entre otros).

La propuesta municipal para el rescate del área histórica

Revertir el proceso de deterioro anotado se convierte para la municipalidad en uno de sus principales retos, y es en el año 1988, en el que se plantea una propuesta general de ordenamiento del territorio y de gobierno local para la ciudad de Quito, en el que se inserta como parte de las políticas públicas de desarrollo y de la programación municipal, al centro histórico y las áreas históricas de todo el territorio del distrito metropolitano, bajo los siguientes objetivos: "Profundizar la democracia", en el sentido de que el patrimonio cultural es parte fundamental de la ciudadanía, de su identidad y vehículo para la inclusión y equidad, es decir para ejercer el derecho al acceso del espacio público sin exclusiones y restricciones. "Promover la descentralización" en lo administrativo y en lo funcional para mejorar los servicios y como una manera de estar más cerca territorialmente de la comunidad. Y "promover la participación y el nuevo papel del municipio metropolitano como promotor, facilitador, autor de normas y mediador para la promoción del desarrollo local".

La propuesta que se hace para el centro histórico es la recuperación de su principal característica "la heterogeneidad" en sus usos, en lo social, en lo económico, en lo cultural, para lo cual se elabora un modelo de gestión, que cuenta con estrategias de intervención, programas y proyectos, todos orientados al principal desafío de conseguir el desarrollo local y la sustentabilidad social.

2. En una encuesta de hogares a nivel de ciudad (1992), se consultó a diferente población para que va al centro y la respuesta del 60% de los consultados fue para compras. Otra pregunta fue: en qué zona de la ciudad le gustaría vivir, el 11,25% respondió que en el centro.

3. Último terremoto en marzo de 1987, y la erupción del volcán Pichincha en 1999.

Partiendo de identificar los principales desafíos, que como se anotó anteriormente se ubican en los ámbitos de los cambios y sustitución de usos (comercio por vivienda), la degradación física, los problemas sociales, y el estigma que pesa en la zona porque en el imaginario de la generalidad de los ciudadanos está el de la violencia, el de la prostitución, el de la inseguridad, el de la mala calidad de vida; también se ubican los potencialidades que no han sido debidamente visibilizadas y sobre las que se establecerán las oportunidades para ser aprovechadas como su ubicación, la cantidad de edificios sub utilizados que permiten densificarlos y usarlos, el valor del suelo aun no especulativo, captar la plusvalía que genera la inversión pública en las obras de espacio público y equipamiento de servicios para contar con suelo y edificaciones para la ejecución de programas y proyectos con proyección social. Acompañan a lo anotado el desarrollo de los instrumentos operativos para su intervención, y estos son tres: el plan estratégico de la ciudad y del centro histórico, la estructura de gestión interinstitucional y el financiamiento.

Actores involucrados en la gestión[4]

El proceso iniciado no puede ser conocido, sino se indican a los principales actores involucrados en la recuperación del centro histórico, pues sin estos no puede darse la continuidad de las políticas públicas formuladas, tanto en lo que representa la voluntad política, como de la participación social de los habitantes del centro, de la ciudad toda, y de la opinión pública, por lo que estos corresponden fundamentalmente a dos grandes grupos, la administración pública, y la comunidad organizada.

La municipalidad como ente responsable del gobierno de la ciudad y del desarrollo local juega un rol clave, a partir de institucionalizar el proceso y de adaptar su estructura administrativa con las suficientes dependencias que interactúan coordinadamente entre las que tienen que ver con el centro histórico y con la ciudad, están son:

La Administración de la Zona Centro[5] tiene las competencias de control, de la puesta en marcha del plan de conservación del centro histórico, de ofrecer los servicios públicos y atender las demandas ciudadanas. Su ámbito de trabajo supera el área del centro histórico reconocido como patrimonio mundial, es la responsable de 33 barrios, que desde la época de la colonia hasta la actualidad mantienen sus características y límites territoriales y de identidad.

4. Con el cambio político de nuevas autoridades municipales (agosto 2009) se están revisando las competencias y la organización interna administrativa.

5. La estructura administrativa del distrito metropolitano de Quito cuenta con 8 administraciones zonales, las cuales contienen a 32 parroquias urbanas y 33 parroquias rurales y suburbanas. Las parroquias urbanas están divididas en barrios. Las administraciones zonales administrativamente son desconcentradas, cada una tiene su presupuesto, y su plan de desarrollo zonal, todas dependen políticamente del Alcalde del distrito metropolitano y del concejo municipal.

El orgánico funcional permite su funcionamiento, tanto en la relación y vinculación que mantiene con la estructura política administrativa municipal (Alcaldía, Concejo Municipal, Comisión del Centro Histórico), así como con los entes administrativos de gestión delegada como las empresas de servicios municipales y, las autónomas (el FONSAL, y la empresa de centro histórico), con las cuales trabaja permanentemente.

En su organización interna administrativa, cuenta con 4 áreas que responde a la aplicación de las políticas de desarrollo del gobierno local: la primera es la de coordinación zonal de desarrollo, en la que se trabajan los temas de salud y medioambiente, oportunidades productivas, seguridad y saneamiento. La segunda es la coordinación de territorio, en la que se trabajan los aspectos técnicos de solución a las demandas comunitarias obtenidas de la relación con la comunidad a través de los cabildos comunitarios y barriales. La tercera es la coordinación de gestión y control urbano, en la que se realiza las actividades de aplicación de las normas y ordenanzas municipales, la aprobación de las intervenciones, el seguimiento, el control y la aplicación de sanciones e incentivos. Y por último, la cuarta, es la de coordinación y administración de servicios relacionada con el soporte interno administrativo de las oficinas de la administración zonal.

La Secretaría de Desarrollo Territorial es la que marca las orientaciones de planeación del distrito metropolitano y de los planes zonales. Adscrita a esta entidad, está la **Corporación de Salud Ambiental** y el **FONSAL**, este último, creado a raíz del terremoto del 2007, recibe recursos del Estado nacional (pre asignación) y se constituye en el principal ejecutor de las políticas públicas del centro histórico y de las áreas históricas del distrito metropolitano, previamente determinadas en los instrumentos de planeación.

La Secretaría de Desarrollo Económico, con la corporación de promoción económica y la corporación de turismo, que se encarga de atender la generación de empleo y de promover el turismo en la ciudad, siendo el centro histórico el principal producto de atención.

La Secretaría de Desarrollo Social y Equidad se encarga de las infraestructuras de servicios culturales de la ciudad a través de las fundaciones del museo de la ciudad, y del teatro Sucre, así como de la seguridad y convivencia ciudadana y la corporación de salud, aspectos

fundamentales para mejorar la calidad de vida y garantizar servicios públicos a la comunidad.

Las empresas públicas municipales, vinculadas con los servicios públicos básicos de aseo, agua, saneamiento, vialidad, obras públicas en general. A estas pertenece la empresa de capital mixto INNOVAR, constituida por la antigua empresa del centro histórico[6] y por proyectos estratégicos de la ciudad que requieren tratamiento y atención especial y diferenciada.

La Comisión del Centro Histórico, instancia política y técnica, conformada por el INPC[7], la iglesia que es poseedora de un altísimo porcentaje de bienes culturales muebles e inmuebles (iglesias y conventos de valor histórico), un delegado de los residentes del centro histórico, un delegado del colegio de arquitectos, tres concejales (políticos) elegidos por votación popular, y los técnicos del municipio que provienen de las instancias de planeación, control y de ejecución, estos últimos tienen solo voz informativa.

Esta comisión se encarga de revisar las políticas públicas sobre la intervención en el centro histórico, evalúa y aprueba proyectos, apoya a la administración de la zona centro, y atiende a las demandas de los grupos organizados de la comunidad, las corporaciones, los grupos de vecinos…

Los grupos organizados, instancia social con diversos intereses y conformaciones que demandan, apoyan, participan, de las actividades y acciones que se realizan en el centro histórico, y está conformado principalmente por Ongs, corporaciones, grupos de vecinos**,** y cabildos comunitarios.

Cronología de las intervenciones.

Para entender el proceso de recuperación, es importante anotar las diversas etapas de intervención, ya que estas marcan el ciclo de maduración de la gestión en el centro histórico de Quito. La primera, es la reacción emergente ante el terremoto de marzo de 1987, que implica recuperar las estructuras afectadas por éste y, constituye a la vez, el inicio de la construcción de las bases para la gestión de los proyectos de desarrollo social, productivos, de financiamiento y otros. Esta fase se da entre 1988 y 1992 con la creación del FONSAL (Fondo de Salvamento del Patrimonio Cultural de Quito)[8].

6. Ente creado a partir del préstamo BID, para facilitar su ejecución y posibilitar la incorporación del sector privado para la rehabilitación del centro histórico.

7. El Instituto Nacional de Patrimonio Cultural (INPC), delegó a la municipalidad, la responsabilidad de la conservación y gestión del centro histórico, bajo la premisa, de que el gobierno de la ciudad y el desarrollo de la ciudad debe incluir las políticas de conservación del patrimonio cultural de ese territorio.

8. El fondo de salvamento es creado por ley, luego del terremoto del año 87, se nutre del 6% del impuesto a la renta que se recupera en el cantón Quito. A su vez el municipio decidió crear una tasa del 3% a los espectáculos públicos que se realizan en la ciudad. Estas figuras han sido fundamentales para la continuidad del proceso de recuperación.

La segunda etapa, en el año 1993, se crea la administración zonal para el centro; con el nacimiento de esta entidad, se institucionaliza el proceso, se da la desconcentración administrativa municipal, y se la dota de los instrumentos de planeación (plan maestro), con el cual se desarrollan las diferentes políticas, en especial las sociales y de participación vecinal, para esto aparte de la asignación municipal cuenta con un importante apoyo y financiamiento de la comunidad europea, con la que se ejecutan acciones en el campo de la educación y salud con grupos vulnerables (niños, jóvenes, mujeres y adulto mayor).

La tercera etapa es la creación de la empresa del centro histórico, en 1995, que representa un nuevo modelo de gestión, complementario a los anotados, en el que se auspicia la participación de capital mixto, proveniente del sector público y del privado. Esta nueva institución administra el crédito internacional del BID por 52 millones de dólares, para el desarrollo de proyectos que buscan rentabilidad financiera y económica, tales como: estacionamientos, vivienda, equipamiento, desarrollo social, reubicación ambulantes, oportunidades financieras, entre otras.

La cuarta etapa, que se inicia en el 2009, está marcada por los cambios constitucionales (2008) e institucionales que con seguridad plantearán reformas sustanciales en el modelo de gestión que tiene el centro histórico de Quito. Los roles y responsabilidades que por mandato constitucional tienen los gobiernos locales en la gestión del patrimonio cultural, y la aplicación de la política de gobierno, de revisar las pre-asignaciones como el FONSAL llevarán a la revisión de las instituciones existentes, tanto de la empresa de centro histórico como la propia estructura del fondo de salvamento.

Estructura de financiamiento

El financiamiento del proceso de recuperación del centro histórico de Quito, corresponde a las tres instituciones anotadas: Administración de la Zona Centro, el Fondo de Salvamento del Patrimonio Cultural (FONSAL) y la Empresa de Centro Histórico (ECH), que se complementan en su accionar, pero que debido a sus fuentes de financiamiento, constituyen sistemas relativamente autónomos. Se integra a éstas, los recursos que invierten las empresas municipales de servicios básicos y que atienden a las demandas de las administraciones zonales en las áreas de sus competencias (aseo, vialidad, transporte, agua, alcantarillado, iluminación, etc.)

La Administración de la Zona Centro

Se nutre de las transferencias que realiza la administración central del Municipio de Quito, y que corresponden al presupuesto general necesario para el funcionamiento (gasto corriente) y para acciones específicas. Esta asignación representa aproximadamente 2,4 millones de dólares anuales (2005). Durante el período 1999-2002, recibió adicionalmente una donación de la Unión Europea de 3,5 millones de dólares para proyectos de desarrollo social, y en el 2003 la Ong italiana COSPE aportó 978 mil euros para concluir algunos proyectos iniciados por la comunidad europea.

En este periodo se desarrolla con fuerza políticas sociales y con el financiamiento de la Unión Europea se atiende a los siguientes programas**:**

- De salud: prevención de embarazo precoz, atención integral a enfermedades prevalentes de la infancia, salud sexual y reproductiva, psico profilaxis de parto, prevención y atención de violencia intrafamiliar, programas de prevención de alcoholismo y tóxico dependencias.
- De Medio ambiente: la siembra de 30.000 plantas en parques quebradas, construcción de baterías sanitarias, instalación de basureros en zonas verdes y centros educativos.
- De formación de centros de la mujer y la familia para atención a la comunidad, sensibilización, información y capacitación.
- De recuperación pedagógica en escuelas fiscales, con capacitación de profesores, y de mejoramiento de la calidad educativa. La creación de un centro de formación técnico profesional que ofrece carreras cortas en las áreas de confección, cerámica, hotelería y turismo.
- De equipamiento: la creación de un Centro de Hotelería y de Turismo, de cerámica y de confección, y la instalación de una tienda para venta de productos artesanales.

El Fondo de Salvamento del Patrimonio Cultural (FONSAL)

Nace por ley en 1987 para atender a las afectaciones del patrimonio cultural del centro histórico de Quito ocasionadas por el terremoto de marzo de ese año. Los recursos que se le asignan corresponden al 10% del

presupuesto general del Fondo de Emergencias Nacionales (FONEN), durante los años 1988, 1989 y 1990, ampliándose hasta el año 1993. El monto de la asignación presupuestaria ascendía a $3millones de dólares anuales.

A este monto, la municipalidad de Quito lo incrementa con la creación de una tasa del 3% al precio de entradas a espectáculos públicos que se realicen en la ciudad de Quito, y lo que se recupere como multa de las transgresiones que se den en el centro histórico.

Este fondo se hace permanente a partir del año 1988, en que se produce una reforma a la Ley de Control Tributario y Financiero, con la creación de un impuesto nacional del 8% sobre el valor del impuesto a la renta causado en cada capital de provincia, salvo dos ciudades Guayaquil y Portoviejo. Este porcentaje fue reducido en 1989, al 6%.

La administración del fondo es municipal, a través de un Directorio, presidido por el Alcalde, e integrado por el Director del Instituto Nacional de Patrimonio Cultural y el Presidente de la Casa de la Cultura Ecuatoriana, actúa como secretario, el director ejecutivo de la institución.

Como se anotó, la estructura de financiamiento de este fondo lo constituye en un alto porcentaje, las transferencias del impuesto a la renta, y las tasas municipales, en menor porcentaje, están las que correspondes a las donaciones de gobiernos amigos, y las obtenidas de crédito interno del Banco Ecuatoriano de Desarrollo (BEDE). Durante el periodo 1988–2000 se realizaron 231 obras, de las cuales el 45% corresponde a restauración arquitectónica y artística; y el 55% a dotación de equipamiento e infraestructura, mejoramiento de aceras y calzadas, y mejoramiento de equipamiento e infraestructura.

Esta institución tiene un peso gravitacional en el aporte de los recursos que se destinan al centro, solo para ejemplarizar, los años 2006-2007, ascendieron a US$ 58.000.000,00, (2006-US$ 23.000.000,00; y 2007-US $35.000.000,00).

La Empresa del Centro Histórico ECH – INNOVAR

Se crea en el año 1994, como una institución de economía mixta para *[…] impulsar, promover y ejecutar proyectos, operaciones y negocios orientados a desarrollar y preservar las áreas y monumentos del Distrito Metropolitano de Quito, así como a facilitar, en condiciones adecuadas la rentabilidad, el*

aprovechamiento de monumentos y sítios de interés histórico, turístico o de especial valor arquitectónico en el cantón.[10]

10. Estatuto jurídico de creación de la empresa de centro histórico.

En 1996, comienza a operar con el préstamo otorgado por el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) por 41 millones de dólares y 10 millones aporte del gobierno nacional como contraparte. Una vez consolidada esta estructura, recibirá encargos de la municipalidad para la ejecución de proyectos específicos con la respectiva transferencia de recursos.

Con el crédito del BID, se desarrollan proyectos relaciones con: adecuación y equipamiento urbano, mejoramiento ambiental, sostenibilidad social y reactivación económica del centro histórico. En el año 1999 se amplía el programa y se enfatiza el concepto de sostenibilidad social con acciones vinculados con la comunicación para concienciar a la población sobre valores del centro histórico, ejecución de proyectos denominados de "vivienda solidaria" (reconstrucción y comercialización de viviendas), capacitación a microempresarios como parte del proceso de reubicación del Comercio Informal de las calles a Centros comerciales populares, los que albergaran entre 7.000 a 10.000 informales.

Se acompaña y se apoya a programas relacionados con "actividades culturales", como la identificación de paseos y rutas culturales, la celebración de la conmemoración de Quito Patrimonio de la humanidad en el 2003 y la declaración de Quito como Capital Iberoamericana de la Cultura. Otros proyectos que realiza son la construcción de centros comerciales, restaurantes y hoteles (3 centros comerciales, 1 restaurante y 1 hotel), campañas de salud pública, etc.

De las 3 instituciones anotadas y del análisis de gasto realizado en el periodo de 4 años (2000 a 2004) asciende a 125 millones de dólares, con un promedio de 30 millones anuales. El recurso proveniente del FONSAL es el más importante (58%), seguido por la Empresa del Centro Histórico (30%). La inversión de la Administración de la Zona Centro es mínima (2%), y el aporte del 10% de la Comisión Europea es una excepción en de la estructura de composición de la inversión realizada en el centro histórico.

Reversión del proceso de deterioro

Las acciones ejecutadas en varios frentes, han significado el regreso al centro histórico de la diversidad de la población, los jóvenes descubren el centro, las familias acuden sobre todo los domingos a disfrutar de un espacio

cultural y gratuito, los inversionistas han encontrado oportunidades para sus negocios, en vivienda, y recreación.

La estructura edificada y las intervenciones en la arquitectura civil se han recuperado sustancialmente con proyectos de vivienda, de turismo, de servicios, unos desarrollados por la empresa privada y otros por el propio municipio. Las condiciones de accesibilidad han mejorado positivamente, ofertando al peatón vías exclusivas y seguras y para el automóvil dotación de estacionamientos y limitaciones para el ingreso. El espacio público se ha recuperado con la adecuación de plazas y espacios públicos, con programación de actividades artísticas y sociales y con la reubicación de vendedores informales.

Conclusiones

El proceso de recuperación del centro histórico de Quito es el resultado de un conjunto de esfuerzos y de la continuidad de acciones realizado durante 22 años, obteniendo como consecuencia en unos casos, la reversión de algunos de los problemas anotados, y en otros, la disminución de estos.

Entre los principales logros se cuentan:

- La reversión del proceso de deterioro del núcleo central del Centro Histórico.
- La mejora sustancial de las condiciones de movilidad, seguridad, e higiene.
- La recuperación física del espacio público, las aceras, los parques, plazas y un alto porcentaje de edificios patrimoniales.
- La relocalización de comerciantes informales, esta acción ha ayudado a cambiar radicalmente la percepción social negativa, y ha apoyado positivamente a que la vivencia del centro sea mayor.

Lo anotado se traduce en:

- La reactivación del mercado inmobiliario con la oferta y demanda del uso residencial en el centro, a través de la rehabilitación de edificios históricos y construcción de nueva arquitectura.
- La revalorización del costo del suelo.
- El incremento de la oferta de servicios culturales y de servicios complementarios, que lo hacen atractivo para ser visitado con mayor frecuencia.

- La inversión con iniciativas privadas para negocios de turismo, hotelería, gastronomía, artesanía, etc.
- La creación de la capacidad institucional para gestionar y ejecutar intervenciones de rehabilitación especializada en las áreas históricas del distrito metropolitano.
- La generación de externalidades positivas aun no valoradas en términos comunitarios y que no se miden en términos monetarios; pero que sin duda, repercuten en el sentir y la percepción de la población del centro histórico, con verdaderos efectos sociales y económicos, que se ven en el auto estima, en el regreso al centro, y en la calificación de efectivo y bueno.

Como complemento a lo indicado, y que abona lo dicho, se incorpora una síntesis del análisis del BID, ente que financió parte del proceso, y con el cual se conformó una de las instituciones que labora en el centro y es la Empresa del Centro Histórico de Quito (ECH), a la que la califica como un proyecto innovador de Asociación Público Privado, caracterizado por el "Desarrollo de proyectos en asociación con privados", por "Actuar como operador inmobiliario en proyectos pioneros", y por ser "Promotor inmobiliario tradicional para vivienda de clase media y baja"; resalta también la capacidad para la "Ejecución de proyectos por encargo de la municipalidad" y por la "Construcción y operación de estacionamientos".

Indica como claves de éxito el hecho de contar con "Recursos para invertir", "el control de algunas propiedades en el Centro", y su "flexibilidad operativa" que le permitió adaptarse a los cambios de condiciones del centro".

Referências

BID. *Documento conceptual de proyecto:* Rehabilitación del Centro Histórico de Quito, Segunda Etapa EC-L1006 Ecuador abril 2004.

EMPRESA de Desarrollo Urbano de Quito, INNOVAR. *Informe de gestión año 2007*. Quito-Ecuador.

FOX, Catherine. *Alianzas tripartitas. Reconocimiento del tercer sector. Cinco estudios de casos en la revitalización urbana en América Latina*. BID 2005.

ROJAS, Eduardo; RODRÍGUEZ, Eduardo; WEGELIN, Emiel. *Volver al centro. La recuperación de áreas urbanas centrales*. Nova York: BID. 2004.

SAMANIEGO, Ponce Pablo. Financiamiento de centros históricos: el caso del Centro Histórico de Quito. En CARRION F. *El financiamiento de los centros históricos de América Latina y el Caribe*. Quito: Flacso-Lincoln Institute of Land Police, 2007, p. 203-244.

A reestruturação de áreas urbanas centrais: o Programa Morar no Centro

*Margareth Matiko Uemura**

Resumo

Diversas críticas de estudiosos e formuladores de políticas públicas mostram que as políticas de intervenção no território podem ser implementadas com fins econômicos ou como ferramenta de inclusão e garantia dos direitos de acesso à terra. Conhecer quais são os processos e mecanismos dessa política pública que, de fato, incluem e atendem a população de baixa renda nesses territórios e quais os que evitam a expulsão nos projetos de melhoria e valorização dessas áreas contribuiu para o debate com os gestores que formulam políticas públicas inclusivas, social e territorialmente. Em São Paulo, alguns projetos de reestruturação urbana foram elaborados, buscando traçar políticas que atendessem à população residente na área de intervenção, restabelecendo o tecido urbano e tendo a temática da moradia como um eixo reestruturador desses territórios.

* Arquiteta, atualmente orienta trabalhos de graduação final na Universidade Bandeirantes. Coordena pelo Instituto Pólis o Programa Moradia é Central em cinco capitais. É consultora do Iphan para a implementação do PAC-Cidades Históricas

Palavras-chave

Reabilitação de áreas centrais, Preservação do patrimônio urbano, Política urbana de moradia.

Introdução

A Reabilitação de Áreas Centrais, a partir da recuperação do seu patrimônio construído, destinando-o para o uso habitacional é pauta permanente dos debates com gestores públicos, movimentos sociais e academia, e se torna cada vez mais relevante a partir da constatação da vacância dos imóveis, do esvaziamento populacional e do alto déficit de moradias no Brasil[1].

Nas últimas décadas, os centros metropolitanos se caracterizaram por um intenso uso comercial e de serviços, durante o período diurno; e uma

1. Dados do Ministério das Cidades apontam que o déficit habitacional brasileiro em 2007 era igual a 6,2 milhões de domicílios sendo 5,1 milhões em áreas urbanas e 1,1 milhão em áreas rurais.

subutilização da infraestrutura instalada, no período noturno, devido, principalmente, à perda da função habitacional. Além da sensação de insegurança, presente não somente por conta da vacância, mas, também, do abandono de prédios inteiros, que se encontram em ruínas ou ocupados precariamente.

Em algumas capitais, como Salvador, São Luís do Maranhão, Belém e Rio de Janeiro, esses imóveis se caracterizam pelo seu valor histórico e cultural e estão em crescente processo de degradação. No entanto, as políticas para uso e recuperação ainda são pontuais: os investimentos estão concentrados nos grandes equipamentos, nas propostas de "embelezamento" e renovação, na perspectiva de reestruturá-las para outro público; e quando atuam na recuperação das áreas para uso habitacional o fazem de maneira pontual.

É o caso do Programa Novas Alternativas no Rio de Janeiro, cuja intervenção é exemplar na recuperação do patrimônio edificado, mas que não é executado em escala que atenda a demanda e tem recursos orçamentários diminutos.

No caso de Salvador, vários estudos críticos sobre os projetos de reestruturação da sétima etapa do Pelourinho foram publicados, criticando o processo de renovação urbana que expulsou as famílias moradoras. A partir dessas críticas, e de outras iniciativas do Ministério Público e dos antigos moradores, atualmente 103 famílias, das 330 que foram retiradas, serão atendidas.

Na implementação da Operação Urbana Faria Lima em São Paulo, o Estado também retirou as famílias de baixa renda desse território. As situações urbanas, embora distintas – área central com patrimônio histórico edificado e criação de uma nova centralidade –, não contemplam a possibilidade de atendimento das famílias pobres que lá estavam. O poder público incorpora valor a áreas antes desvalorizadas para a atuação do mercado.

Diversas críticas de estudiosos e formuladores de políticas públicas mostram que as políticas de intervenção no território podem ser implementadas com foco na atração de capital privado e na valorização imobiliária ou ser uma ferramenta de inclusão e garantia dos direitos de acesso à terra.

Conhecer quais são os processos e mecanismos dessa política pública que, de fato, incluem e atendem à população de baixa renda nestes territórios e quais os que evitam a expulsão nos projetos de melhoria e

Esse déficit habitacional total correspondia a 11,1% do total de domicílios particulares permanentes do país. Nas áreas urbanas esse percentual era de 10,8% e nas áreas rurais era de 12,9%. A grande maioria das famílias sem moradia adequada é de baixa renda e ganha até três salários mínimos (US$ 869,00). Essas famílias representam 89,4% do déficit habitacional total do país.

valorização dessas áreas contribuiu para o debate com os gestores que formulam políticas públicas inclusivas, social e territorialmente.

No final da década de 1990, em São Paulo, alguns projetos de reestruturação urbana foram elaborados, buscando traçar políticas que atendessem à população residente na área de intervenção, restabelecessem o tecido urbano e tivessem como temática a moradia como um eixo reestruturador desses territórios.

Com a aprovação do Estatuto da Cidade e a obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor, ampliaram-se as possibilidades de gestão do solo urbano, pelo poder público. Alguns municípios de Região Metropolitana de São Paulo[2] passam a dar diretrizes em planos específicos para territórios que perderam sua função econômica (áreas industriais e centros urbanos e históricos) com o objetivo de lhes dar novas funções, além de melhorar e prover habitação à população de baixa renda moradora.

O Programa Morar no Centro, em São Paulo, criou uma estratégia de atuação em que se procurou coordenar e articular as modalidades de atendimento habitacional, buscando formas de requalificação da área central de São Paulo, a partir da utilização de imóveis vazios, abandonados ou subutilizados, mantendo a população de baixa renda moradora.

Obviamente esse debate não se restringe às questões apresentadas neste texto, mas pretende deixar o registro de alguns entraves e desafios apontados e observados a partir da implementação do Programa que atendeu 3.300 famílias nas modalidades propostas: Locação Social (853 unidades habitacionais – UH), Bolsa Aluguel (2.034), e Provisão Habitacional (413 UH).

O Programa Morar no Centro

Em São Paulo, as famílias com renda familiar de até três salários mínimos têm sido as vítimas das políticas públicas que propõem processos de renovação e requalificação urbana, a partir dos quais, via de regra, ocorre a substituição da população de menor renda por outra de renda maior, impulsionada pelas operações imobiliárias que se aproveitam da oportunidade da renovação e exploram tal potencialidade em investimentos imobiliários lucrativos. No quadro de maior vulnerabilidade social, ainda estão as famílias moradoras de cortiços, sobre as quais recai um conjunto de ações de caráter "gentrificador" associado à fragilidade das políticas de

2. Os planos e projetos de reestruturação urbana, estabelecidos para o Centro de São Paulo (2000- 2004); Eixo Tamanduatehy (2002-2008) e Projeto Centro com Vida – município de Santo André/SP, buscavam atender a população moradora, baseados no diagnóstico que indica um esvaziamento populacional, no caso das áreas centrais, e uma ociosidade na utilização dos terrenos, caso das áreas industriais que perderam o uso para o qual foram destinadas. Os planos, de maneira geral, aliam gestão de terras privadas pelo uso de instrumentos urbanísticos, obras, financiamentos habitacionais e formas diferenciadas de subsídio para a população de baixa renda.

proteção jurídica ou de seguridade social, que, além de não impedirem a sua expulsão, eventualmente provocam a sua migração para áreas cada vez mais periféricas.

A população de baixa renda tem, nos cortiços, sua alternativa de moradia na área central. Porém, o valor desse aluguel é, por vezes, maior que no mercado formal. A oferta de habitação com qualidade é exígua ou inexistente para essa população.

Esses aspectos associados à existência de imóveis vazios com problemas fundiários e a uma subutilização caracterizada por uma tipologia mista, cuja vacância está nos pavimentos superiores, antes ocupados por habitação, e, atualmente, vazios ou utilizados como depósitos, configuram um cenário ideal para a ampliação de um programa de locação social, público ou privado.

Nesse contexto, o Programa Municipal Morar no Centro foi implementado com o objetivo de melhorar as condições de habitação de quem vive no Centro, promover a inclusão social da população de baixa renda e atrair novos moradores para a região, buscando: (a) reverter os processos de periferização e segregação socioespacial, ocupando os vazios urbanos, principalmente nas áreas centrais e nos subcentros que são dotados de infraestrutura e equipamentos urbanos; (b) estimular processos de requalificação/reestruturação de áreas específicas, a partir do uso habitacional; (c) promover a integração das políticas sociais/urbanas e habitacionais e (d) estabelecer uma estratégia fundiária para o uso destes imóveis.

O Programa previu sete formas de atendimento à população de baixa renda:

Locação Social[3]: atende famílias de um a três salários mínimos em unidades de propriedade municipal, alugando-as com subsídio proporcional à renda do morador.

3. Resolução CFMH n. 23, de 12 de junho de 2002.

Bolsa Aluguel: o programa atribui um subsídio utilizável na complementação do aluguel mensal no mercado privado, por um período de até 30 meses, podendo ser prorrogado por igual período. Oferece, também, caução de três meses do aluguel, ou seguro da Prefeitura, como garantia do contrato de locação. (Faixa de um a dez salários mínimos).

Moradia Transitória: consiste em apoio financeiro – Verba de Atendimento Habitacional – para locação de imóveis ou quartos em hotéis.

O prazo de atendimento é de um ano, podendo ser renovado por mais um ano.

Programa de Arrendamento Residencial (PAR): atende famílias de três a seis salários mínimos, com unidades habitacionais locadas com opção de compra.

Programa de Cortiços: notificação dos cortiços que não atendem a Lei Moura.[4] A sanção pelo não cumprimento das exigências da lei é a interdição e o lacramento do imóvel.

4. Criada em 1991, a Lei Municipal nº 10.928/91 tem por objetivo melhorar as condições de habitabilidade dos cortiços, adequando-os aos padrões mínimos de segurança, como forma de oferecer moradia digna a seus residentes.

Provisão Habitacional: consiste na construção de unidades habitacionais em terrenos ou prédios isolados. Essas intervenções tendem a ampliar a diversidade social e funcional e podem ser indutoras de outras iniciativas de reabilitação. Além de oferecer solução habitacional, a produção de novas unidades habitacionais, a partir da reforma ou reciclagem, de uso de edifícios vazios do Centro, transformando-os em moradia, contribui para reverter o processo de abandono de algumas quadras e recuperar o patrimônio arquitetônico.

Perímetros de Reabilitação Integrada do Habitat (PRIH): são intervenções em áreas delimitadas em bairros centrais, compreendendo um conjunto de quadras com concentração de moradias precárias. As intervenções no espaço físico serão acompanhadas de programas culturais, de saúde, de educação, de capacitação profissional e de geração de renda.

O Programa Morar no Centro foi iniciado em 2001, com a mudança de gestão municipal em 2005; somente duas modalidades permaneceram: a Locação Social e o Bolsa Aluguel. A primeira, para finalizar as obras já iniciadas; e a segunda, como forma de atendimento às famílias enquanto aguardam o remanejamento para a habitação definitiva. A utilização da Bolsa Aluguel como substituição à construção dos alojamentos provisórios (anteriormente construídos em madeira) é importante, mas a não aplicação como forma de ocupação permanente e subsidiada dos inúmeros imóveis fechados na área central é lamentável.

Essas duas modalidades, se ampliadas e agregadas à recente notificação dos cortiços que as subprefeituras da Sé e Mooca iniciaram em São Paulo, nos parece um importante passo na construção de políticas que visem à redução do número de famílias morando em situação de precariedade.

Nos centros das regiões metropolitanas, onde o custo da terra é mais elevado e onde há um grande estoque de imóveis com valor patrimonial com alto custo de reforma e de manutenção, os Programas ampliariam a oferta de habitação para baixa renda.

A política tradicional, e muito usual no Brasil, é a de provisão pela construção de novas unidades em grandes conjuntos habitacionais, e não a reforma de unidades e de prédios existentes. Essa política não atende à demanda de pessoas que têm seus empregos na área central, ela cria deslocamentos desnecessários e representa um alto custo social às famílias. Além de não enfrentar a questão da recuperação do patrimônio edificado (de valor histórico ou não) nas áreas centrais. Em média 16% a 20% de imóveis vazios estão em regiões metropolitanas, sem contar o estoque de imóveis subutilizados.

Na implantação do Programa de Locação Social, executado integralmente tal como foi concebido, algumas reflexões foram realizadas e buscamos mostrá-las neste texto para avançar nos temas, uma vez que acreditamos que essa seja uma modalidade a ser considerada para a reabilitação de Centros de Regiões Metropolitanas.

A primeira e a mais importante delas é que o Programa permite maior mobilidade à família e uma melhor adequação da unidade habitacional à composição familiar, evitando projetos "padronizados", atrelados apenas à viabilidade econômico-financeira. As linhas de financiamento públicas têm um teto máximo de recursos disponíveis, vinculados à possibilidade de endividamento das famílias e, mesmo levando em consideração os possíveis subsídios, eles não permitem unidades habitacionais com áreas para abrigar núcleos familiares mais numerosos[5].

Vários são os desafios e problemas a serem discutidos, tendo como referência a implementação do programa em São Paulo e as estratégias discutidas com os movimentos sociais, gestores e pesquisadores. A seguir apontamos alguns desses desafios.

Legislação

A implementação efetiva de instrumentos que possibilitem o acesso à terra, previsto no Plano Diretor como o Parcelamento e Edificação Compulsórios, a demarcação de Zonas Especiais de Interesse Social – Zeis em áreas vazias, a dação em pagamento, a transferência de potencial e a outorga onerosa.

5. Em São Paulo, a experiência que obteve maior diversidade de tipologias habitacionais foi a promovida pela Prefeitura de São Paulo entre 1989-1992, que produziu 12 mil UH em regime de autogestão por entidades e movimentos organizados, com acompanhamento de assessoria técnica. No entanto, a produção se concentra massivamente em áreas periféricas com a recuperação de dois casarões na área central, ocupados por cortiços (um tombado pelo patrimônio municipal).

A mudança de procedimentos administrativos e da legislação para aprovação de reformas, dado que os projetos de reforma com mudança de uso ou reforma de imóveis de interesse patrimonial são aprovados com prazo superior à execução da própria obra.

Financiamentos

As linhas públicas de financiamento são majoritariamente voltadas para a construção de unidades novas e não incentivam a reforma de imóveis edificados. Além disso, os subsídios deveriam ser diferenciados quando se trata de patrimônio tombado. A linha de financiamento para imóveis privados do Iphan é um exemplo da possibilidade de realizar reformas, em parte ou em toda a edificação, e ainda permite a reforma de áreas condominiais.

As modalidades de financiamento para a provisão também não propiciam a mescla de renda em um mesmo empreendimento, pois a seleção de demanda é realizada pela capacidade de endividamento e, consequentemente, pela renda. Portanto, a possibilidade de mesclar tipologias habitacionais e famílias com rendas variadas fica restrita.

No Programa de Locação Social foi possível ter tipologias diferenciadas nos empreendimentos executados pelo município, mas não se promoveu a mistura de renda, uma vez que o Programa se propôs a atender famílias oriundas de cortiços existentes na área central. Isso tem trazido inúmeros problemas de gestão condominial, devido à dificuldade de as famílias arcarem com a manutenção das áreas comuns. No caso de continuidade do Programa de Locação Social, há um debate recente para ampliar o atendimento às famílias com renda de até dez salários, visando viabilizar os custos da gestão condominial.

O Programa de Bolsa Aluguel permite maior diversidade e inclusão da população de baixa renda em unidades habitacionais ofertadas no mercado, pois possibilita a locação de imóveis em prédios já ocupados.

Subsídio

Além dos subsídios para a população de baixa renda, seria possível, como previsto no Plano Nacional de Habitação de Interesse Social (PLANHAB), criar um "subsídio locacional" para as áreas centrais, além de incentivar a utilização das áreas demarcadas como Zeis.

Programas

Implementar políticas que articulem todas as modalidades de atendimento habitacional: provisão (vendas de Unidades Habitacionais novas ou reforma); arrendamento com opção de compra; locação social; bolsa aluguel; carta de crédito; apoio à reforma, em parte da edificação, em áreas condominiais ou em perímetros de reabilitação.

Em São Paulo, desde 2006, foi colocada em prática a ação de notificação para melhoria das condições de habitabilidade dos cortiços e sua interdição, caso não sejam cumpridas as exigências estabelecidas legalmente. Essa ação, vinculada ao atendimento habitacional dos moradores cujos cortiços foram interditados, também tem dado resultados positivos.

Trabalho socioeducacional

Todos esses programas mencionados, quando se direcionam para a demanda de até três salários mínimos, deveriam articular ações com outras Secretarias, principalmente nas áreas de saúde, educação e assistência social, proporcionando um trabalho de desenvolvimento social vinculado à família, para uma inclusão socioterritorial.

Gestão Condominial

Diversos problemas observados na gestão condominial estão relacionados ao custo de manutenção do condomínio e podem ter soluções de diversas naturezas:

- com relação à falta de sustentabilidade financeira pelo baixo rendimento dos moradores, o poder público poderia diversificar a faixa de renda da população moradora ou subsidiar parte do custo condominial;
- os projetos poderiam ter uso misto e gerar renda a partir do uso (ou locação) do térreo do prédio;
- projetos com menor número de unidades habitacionais são mais fáceis de serem administrados e apresentam custos mais baixos de manutenção;
- soluções técnicas para reduzir o custo de manutenção podem ser adotados nos projetos, como separação nos medidores de contas de água e de luz;

• permitir formas diferenciadas de gestão condominial. Os condomínios administrados por movimentos organizados, cuja demanda foi previamente selecionada, têm resultados mais favoráveis.

São muitos obstáculos que ainda devem ser ultrapassados a partir da implementação dos empreendimentos habitacionais – Vila dos Idosos; Parque do Gato, Olarias, Senador Feijó e Asdrúbal do Nascimento, ocupados por 853 famílias, na área central de São Paulo. Mas há avanços sociais e urbanos inegáveis que foram conquistados a partir dessa experiência.

O poder público (federal, estadual e municipal) historicamente produziu 2.833 unidades habitacionais na área central, sendo 709 financiadas pela Caixa Econômica Federal; 858 pela CDHU e 1.266 pela Prefeitura (provisão e locação). Grande parte tem qualidade urbanística e arquitetônica, mas a quantidade ainda é irrelevante.

O desafio de desenvolver uma política de reabilitação de centros pode ser uma oportunidade de combinar a produção de novas moradias com a preservação do patrimônio edificado e da identidade cultural e social, mantendo a principal característica do centro: o rico patrimônio cultural e a diversidade social e de atividades.

Referências

FERREIRA, João S. W. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: *Anais do Simpósio "Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização"*, 21 a 26 de agosto de 2005. Bauru: UNESP/SESC, 2005.

_____. *O mito da Cidade-Global*: o papel da ideologia na produção do espaço urbano. Petrópolis: Vozes, 2007.

FIX, Mariana. *Parceiros da exclusão. Duas histórias da construção de uma "nova cidade" em São Paulo*: Faria Lima e Água Espraiada. São Paulo: Boitempo, 2001.

NAKANO, Kazuo. Dinâmicas dos Subespaços da área central de São Paulo In: SOMEKH, Nádia; COMIN, Álvaro. *Caminhos para o Centro*: Estratégias de Desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: CEM/CEBRAP e EMURB, 2004.

NOBRE, Eduardo A. C. Intervenções urbanas em Salvador: turismo e "gentrificação" no processo de renovação urbana do Pelourinho. In: *Anais do X Encontro Nacional da ANPUR*. Belo Horizonte: Anpur, 2003.

Legislação

SÃO PAULO (Cidade) CÂMARA MUNICIPAL. Lei nº 10.928 de 8 de janeiro de 1991 – Lei Moura. Regula e garante as condições de moradia e direitos dos moradores de cortiço. São Paulo, 1992.

SÃO PAULO. Resolução CFMH n. 23, de 12 de junho de 2002. Programa de Locação Social e Instrução Normativa SEHAB 01/03. Regulamenta o Programa de Locação Social, em 07 de maio de 2003. www.prefeitura.sp.gov.br

BRASIL, Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estabelece diretrizes gerais da Política Urbana.

Publicações

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Cadernos Mcidades*: Desenvolvimento Urbano PNDU nº1, nº 6, Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Cadernos MCidades PNH nº 5*, Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Cadernos*, 2005.

INSTITUTO PÓLIS. *Moradia é Central*: inclusão, acesso e direito à cidade. São Paulo: Instituto Pólis, 2009.

Novos procedimentos de fiscalização para o patrimônio edificado

*Sandra Rafaela Magalhães Corrêa**

* Arquiteta do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan

Resumo

A fiscalização do estado de preservação e conservação dos bens tombados é responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, prevista no artigo 20 do Decreto-Lei nº 25/37. No entanto, as dificuldades, devido, principalmente, à falta de estrutura e ao escasso quadro de servidores da instituição, levaram a um processo fragmentado e praticado de forma diferenciada pelas superintendências espalhadas pelo país. Tal fato e a não regulamentação da cobrança de multas por danos ao patrimônio cultural, cuja aplicação está prevista no mesmo decreto, levaram ao desenvolvimento de um trabalho que tem por objetivo reorganizar os procedimentos de fiscalização e regulamentar a cobrança de multas no âmbito do Patrimônio Edificado no Iphan.

Palavras-chave

Fiscalização, Regulamentação, Multas.

A fiscalização relacionada à vigilância do estado de preservação e conservação dos bens tombados é responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde sua criação. Tal obrigação está no artigo 20 do Decreto-Lei nº 25 de 1937: "As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-las sempre que for julgado conveniente [...]". Nesses mais de 70 anos a instituição tem empreendido um trabalho árduo, considerando sua estrutura, nem sempre suficiente.

O recente crescimento da instituição, representado pelo acréscimo de recursos humanos e financeiros e, consequentemente, do número de ações

de proteção ressaltou ainda mais a importância da fiscalização para garantir a preservação dos bens tombados. Nesse sentido, consideramos o I Encontro de Escritórios Técnicos do Iphan, ocorrido em São Francisco do Sul, em julho de 2008, um momento de inflexão. Naquele evento, os técnicos presentes que trabalhavam diretamente com a fiscalização na instituição ressaltaram a necessidade de estabelecer procedimentos padronizados para todo o território nacional. Por outro lado, o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam/Iphan), entendendo a fiscalização como instrumento de atualização dos dados sobre os bens protegidos, destacou a necessidade de padronização na coleta de informações para alimentar o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), que estava sendo elaborado. Além disso, havia um consenso sobre a urgência de regulamentar a aplicação das multas previstas no Decreto-Lei nº 25/37, mas nunca sistematicamente efetivada, e atender aos princípios da Lei nº 9.784/99, que trata dos processos administrativos na administração pública federal. Com isso, foi criado o grupo de trabalho Rotinas de Fiscalização e Padronização de Procedimentos, constituído por onze técnicos das, então, Superintendências Regionais do Iphan, cobrindo as cinco regiões do país, com o objetivo de elaborar uma proposta para enfrentar tais desafios.

A partir daí o grupo de trabalho realizou um primeiro estudo sobre a situação da atividade de fiscalização no Iphan, contemplando o mapeamento, o diagnóstico e a análise de procedimentos e rotinas de fiscalização de algumas unidades da instituição. Elaborou-se um "questionário diagnóstico", que foi preenchido pelos membros do grupo, de acordo com o praticado na Superintendência onde trabalhavam. Os eixos desse questionário foram:

- rotina de fiscalização;
- análise de projetos encaminhados e consulta prévia;
- documentação utilizada e acompanhamento técnico.

Esses eixos foram analisados de acordo com a natureza de todos os bens sob responsabilidade do Depam: conjuntos de bens imóveis, bens imóveis isolados, bens móveis e integrados e bens arqueológicos.

Com tais dados coletados, o esforço seguinte foi de agregá-los e partir para uma primeira análise, buscando os pontos frágeis e fortes dos processos

existentes. As maiores fragilidades encontradas relacionavam-se, principalmente, com:

- dispersão de documentos;
- diferença de procedimentos entre as unidades;
- pouca eficácia nas ações tomadas após a verificação de irregularidades;
- escassa disponibilidade de informações básicas sobre os bens a serem fiscalizados e os procedimentos a serem adotados;
- individualização da prática;
- falta de capacitação específica do fiscal;
- pouca legitimidade dada pela instituição para a atuação do fiscal;
- a fragmentação do ato fiscalizador.

Com base nesse diagnóstico teve início a elaboração de uma proposta, com o objetivo de esclarecer e padronizar as ações de fiscalização de Patrimônio Material, possibilitar a interface da atividade de fiscalização com a gestão de informação dos bens tombados pelo Iphan e regulamentar a cobrança de multas. Definiu-se, então, que o primeiro passo, para a reorganização da atividade de fiscalização, seria feito no âmbito do Patrimônio Edificado, no qual se incluem os conjuntos urbanos e rurais tombados, na medida em que, nesta área, o processo encontrava-se bastante avançado, com uma periodicidade de verificação razoável na maioria das Superintendências.

Para estruturar o trabalho a ser realizado, foram feitas perguntas como: quais são os poderes que têm que ser dados ao fiscal para que a atividade seja mais eficiente e que os papéis fiquem mais bem definidos? Como as ações podem ser mais eficazes, considerando o quadro institucional do Iphan? Como a atividade de fiscalização pode atualizar ou, mesmo, construir dados sobre os bens protegidos? Como definir indicadores para produzir quadros estatísticos reais da atividade de fiscalização? E, por fim, como regulamentar a cobrança de multas por danos ao patrimônio tombado, conforme previsto no Decreto-Lei nº 25/37?

As discussões entre os membros do grupo de trabalho realizaram-se, primordialmente, por meio de troca de mensagens eletrônicas (e-mail),

estruturando um fluxograma e definindo os documentos que seriam utilizados em cada etapa da fiscalização. Esse foi o cerne da proposta, já que o fluxograma se mostrou uma ferramenta muito útil para a definição dos papéis e para o esclarecimento dos processos. Outra questão importante foi a definição do que é a fiscalização e quais os objetivos que ela deve atingir, já que percebemos a existência de uma confusão na fiscalização realizada para garantir a preservação dos bens tombados e a fiscalização/gestão de contratos. Nesse sentido, definiu-se que "a fiscalização do Patrimônio Edificado, no âmbito do Departamento de Patrimônio Material, é regida pelo Decreto-Lei nº 25, de 1937, especialmente pelos artigos 17, 18, 19 e 20, devendo zelar pela preservação do patrimônio cultural por meio do seu poder de polícia administrativa, no que se refere à preservação dos bens tombados em nível federal". Também o fiscal teve seu papel delimitado: "o agente fiscal do Iphan configura-se como um técnico que atua na área de preservação de patrimônio edificado, sendo habilitado a cumprir todas as etapas da fiscalização, ou seja: identificação, vistoria, denúncia e análise da intervenção". Os objetivos específicos são:

- Estabelecer um conjunto de ações cautelares sistematizadas e constantes para assegurar a preservação dos bens culturais tombados;
- Controlar as condições de conservação e preservação dos bens culturais tombados;
- Estabelecer a interface da atividade de fiscalização com o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, contribuindo para a avaliação e o monitoramento da política de preservação do Iphan;
- Divulgar e fazer cumprir os direitos e deveres dos cidadãos que usufruem de bens tombados pelo Iphan;
- Garantir igualdade de tratamento a todos os cidadãos que usufruem de bens tombados pelo Iphan;
- Ser instrumento de exemplaridade para a atuação em bens tombados;
- Garantir a interlocução com cidadãos e outras instituições.

Definida a atividade e seus objetivos, além do fluxo de seus principais processos, passou-se à reflexão de quais procedimentos seriam necessários para cumprir os objetivos determinados. Procurou-se definir, no âmbito da

fiscalização, os papéis dos técnicos, superintendentes, coordenadores técnicos, Depam e Presidência, de acordo com os seus papéis institucionais. Além disso, buscou-se uma maior independência do técnico no ato fiscalizador, de forma a dar mais eficácia ao se identificar uma irregularidade. Era, na verdade, um verdadeiro quebra-cabeça, na medida em que, além de se definir como seria feita a fiscalização propriamente dita, teve-se que pensar em todos os processos encadeados: a designação dos fiscais; a possibilidade de defesa, as instâncias de recursos e seu julgamento; a cobrança da multa; a montagem do processo administrativo; a possibilidade de ação judicial, a coleta de dados, os procedimentos para autorização de intervenções. Para isso, também se avançou numa proposta que resultará em Instrução Normativa específica, propondo-se quatro categorias: reforma simplificada; obras de reforma, demolição, ampliação e construção nova; obras de restauração e equipamentos publicitários. Com isso, são delimitados os documentos a serem encaminhados pelos cidadãos para solicitar a autorização do Iphan, proporcionalmente ao tipo de intervenção pretendida. Por outro lado, essas categorias também serão utilizadas para a fiscalização que deverá exigir documentos compatíveis com a intervenção irregular constatada.

Por outro lado, a viabilização da coleta de dados sobre as intervenções identificadas pela fiscalização tem por objetivo atualizar permanentemente os dados sobre os bens. Atualmente, não temos ferramentas sistematizadas para tal, ou seja, de modo geral os inventários são feitos, apresentando um panorama do(s) bem(s) num dado momento e após algum tempo os dados ficam desatualizados, especialmente quando se tratam de conjuntos urbanos – extremamente dinâmicos. Isso dificulta sobremaneira a gestão dos bens tombados, já que não se tem informações confiáveis (em termos de atualização) sobre os bens protegidos. Para avançar nesse sentido, quando se identificar uma irregularidade as intervenções serão devidamente qualificadas por meio dos formulários Laudo de Constatação e Diagnóstico do Estado de Conservação, formando um histórico dos bens fiscalizados. Esses formulários serão parte do Sistema Integrado de Gestão e Conhecimento, dialogando com o banco de dados gerados pelos inventários.

Com relação à regulamentação para cobrança de multas, o principal desafio era definir como iria ser feita a valoração econômica dos danos, já que o Decreto-Lei estabelece o valor da multa, em sua maioria, com base em porcentagem do valor do dano causado ao bem tombado. A questão

era mediar a subjetividade da mensuração do valor cultural e a objetividade necessária para a cobrança de multas. De fato, valorar o custo da perda cultural é inestimável. Nesse sentido, afirma Sônia Rabello de Castro:

> *Na circunstância específica das multas, contudo, não se deve ater ao valor inestimável do bem cultural, já que, se assim fosse, a multa seria incobrável. A fim de viabilizar o previsto na lei, há que se considerar dano às condições materiais necessárias à eventual recuperação daquele bem. Não obstante, muitas vezes, a recuperação de um bem tombado mutilado não seja completa e integral, há de se avaliar a recuperação possível, e a partir dela, perquirir o valor da multa.* (CASTRO, 1991, p. 116)

Com isso, categorizaram-se duas situações: danos reversíveis ou irreversíveis. O conceito de irreversível refere-se aos casos de destruição total do bem ou de intervenções que, para serem reparadas, incorrerão irremediavelmente em falso histórico,[1] não sendo recomendada sua reconstrução. Nesse caso, deverá ser utilizada a metodologia constante na NBR/ABNT 14653, publicada em 2008, que trata da avaliação de bens, sendo a sua sétima parte específica sobre "patrimônios históricos e artísticos". Tal norma apresenta uma série de variáveis para avaliação do bem cultural.

Com relação aos danos considerados reversíveis, o valor calculado será o necessário para recuperar materialmente a integridade do bem. Nesse caso, o Iphan elaborará um orçamento estimativo, quantificando os serviços a serem executados, que será base para o cálculo da multa. Com isso, saímos do campo da subjetividade e demos instrumentos possíveis de serem utilizados pelas unidades descentralizadas.

Na fase inicial de implementação o controle será manual, por meio dos processos administrativos. No entanto, prevê-se a elaboração de um sistema informatizado para controle de documentos, prazos e cobranças de multas que será associado ao Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG/Iphan).

Estabelecido o fluxograma e os procedimentos necessários, passou-se à construção da instrução normativa – que regulará a proposta, e ao manual de procedimentos. A normativa está sendo elaborada em conjunto com a Procuradoria Federal (Profer), buscando estruturar todo o processo de fiscalização, desde a designação de fiscais, os procedimentos administrativos,

1. Sobre falso histórico: "Termina [a restauração] onde começa a hipótese". ICOMOS. Carta de Veneza (1964). In: CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 93. "(...) não é necessário forçar o restabelecimento da unidade potencial da obra até o ponto de destruir a autenticidade, ou seja, sobrepor uma nova realidade histórica inautêntica de todo prevalente, sobre a antiga". BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004, p. 67.

os níveis recursais, as cobranças de multas, até a definição dos documentos de autuação e de análise. De fato, é um processo em que as áreas técnica e jurídica têm de se alimentar continuamente, discutindo-se cada passo e suas consequências, reconhecendo os limites legais e a limitação de atuação dos técnicos da instituição.

Em meio a esse processo, discutiu-se a possibilidade de associação da Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/98) e seus decretos regulamentares ao Decreto-Lei nº 25/37 para a regulamentação de fiscalização do Iphan. A defesa dessa proposta advinha do ganho proporcionado por aquela lei, no que se refere à ampliação do escopo da fiscalização do Iphan, podendo agregar bens que não são tombados, mas cuja responsabilidade de preservação é do Iphan, como o Patrimônio Ferroviário (Lei Federal nº 11.473/2007), Paisagem Cultural (Portaria Iphan nº 127/2009) e Patrimônio Imaterial (Decreto Federal nº 3.551/2000). Ademais, a Lei de Crimes Ambientais possibilita outras formas de punição, como apreensão de instrumentos e advertência, além de apresentar situações atenuantes e agravantes relacionadas à infração e ao infrator para efeito do cálculo da penalidade. No entanto, sua associação requeria, sob o ponto de vista da Procuradoria do Iphan – Profer, uma alteração legislativa. Com isso, definiu-se que uma primeira regulamentação se ateria ao Decreto-Lei nº 25/37, mas que o Iphan continuaria a reflexão sobre a utilização da Lei de Crimes Ambientais em momento posterior.

Em julho de 2009, a primeira versão do Manual de Procedimentos foi encaminhada às Superintendências do Iphan para análise e considerações. O propósito desse material é orientar os técnicos para que saibam como agir e que documentos devem usar em cada situação, além de explicar os conceitos presentes no marco legal da atividade. Nesse mesmo mês o grupo de trabalho reuniu-se em Brasília, quando também se fez presente a Profer. A partir dos apontamentos oriundos tanto das Superintendências quanto dessa reunião em Brasília, foi realizada uma série de modificações naquela primeira proposta do Manual, e em agosto seguinte uma segunda versão foi apresentada no Seminário de Qualidade na Conservação de Monumentos a um grande número de técnicos do Iphan. Neste semestre ainda se fez uma nova revisão, abarcando-se as sugestões feitas pelo Ibama, por meio da Coordenação de Normatização de Fiscalização (Conof) daquele instituto, considerando sua rica experiência no que se refere à fiscalização.

Finalizada a Instrução Normativa, entende-se como fundamental a capacitação dos fiscais. Ela tem por base o entendimento de que a fiscalização não é apenas "ronda e denúncia", mas um longo processo que pressupõe conhecimento técnico e legitimidade de atuação. Além disso, considera-se que a proposta é uma mudança significativa nos procedimentos atuais, aumentando o nível de complexidade da fiscalização. Ademais, a nova definição de papéis deve ficar clara para todos os agentes envolvidos para que não haja conflitos hierárquicos e de responsabilidades.

Com o objetivo de se reforçar as ações de prevenção, também foi elaborado material gráfico – cartazes e cartilhas – para distribuição à população usuária dos bens tombados. Tal material alerta para o fato de qualquer intervenção em bem tombado prescindir de autorização emitida pelo Iphan. Além disso, esclarecem sobre os principais procedimentos de fiscalização e de autorização para intervenções, quais documentos devem ser encaminhados em cada caso, além de informações gerais sobre o ato de tombamento e seus efeitos.

Conclusão

Os próximos passos devem ser dados na direção da regulamentação para todos os bens de natureza material. No entanto, é preciso ressaltar que é um trabalho complexo, que deve se basear no sistema legislativo que incide sobre os bens, também considerando a estrutura atual da instituição e a viabilização da gestão dos dados colhidos na fiscalização. O Iphan sempre careceu de quadro técnico para exercer a sua atividade, a despeito de ser responsável por todo processo de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural, assunto extremamente especializado. Nesse contexto, em documentos e discursos de técnicos e dirigentes da instituição percebe-se que, entre trabalhos essencialmente intelectuais, como inventários e estudos de tombamento, a fiscalização, muitas vezes, era vista como trabalho menor. A nosso ver, esse discurso baseia-se no entendimento de que é na fiscalização que ocorre a famosa percepção de que o Iphan é o órgão do "não".

De fato, a fiscalização é um trabalho árduo, pesado e conflituoso. No entanto, ela é a oportunidade de se estabelecer relação direta com a sociedade e, se feita de maneira eficaz e igualitária, pode contribuir significativamente para a melhora da imagem da instituição. Se observarmos mais atentamente o que diz a população das áreas tombadas pelo Iphan, a maioria das reclamações não é contra o "não", mas relaciona-se à forma

como ele é dito: de maneira nem sempre igual, eficaz e clara. Assim, os efeitos do tombamento podem ser mais pesados para alguns do que para outros, e os seus benefícios podem não ser repartidos igualitariamente na medida em que nem sempre se consegue a preservação, de fato, dos bens tombados, porque a fiscalização não tem alcançado plenamente seus objetivos. Não podemos esquecer que a fiscalização é o principal termômetro de como as políticas do Iphan estão sendo recebidas pela sociedade.

Por outro lado, a escassez do corpo técnico é dificultadora do processo, na medida em que a fiscalização está carregada de procedimentos complexos e que, portanto, tomam tempo significativo dos técnicos responsáveis. Hoje, os técnicos do Iphan trabalham com todo o escopo pertinente à sua área de atuação, além da própria fiscalização. É preciso ressaltar, no entanto, que a proposta não entende que o fiscal deva apenas trabalhar com a fiscalização, mas que precisa haver um número proporcional de fiscais para os bens tombados, considerando a abrangência de atuação de um técnico do Iphan.

Por fim, é importante sublinharmos que esse é apenas um passo para o desenvolvimento da atividade fiscalizadora no Iphan, que conta com larga experiência. A implementação dos novos procedimentos será monitorada, tendo por objetivo a avaliação do processo, comparando-se a situação antes e depois de sua prática estabelecida. No entanto, consideramos que o processo descrito aqui já beneficiou significativamente a atividade, dada a relevância que a fiscalização ganhou na instituição, que está mais coerente com seu papel primordial na preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Referências

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, 30 de novembro de 1937. Conceitua e organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12239&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao. Consulta em abr.2010.

BRASIL. Lei nº 9.605, 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm. Consulta em abr. 2010.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Trad. de Beatriz Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

CASTRO, Sônia Rabello de. *O Estado na preservação dos bens culturais*: *o tombamento*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

O papel do fiscal e a capacitação de agentes

*Jair Schmitt**

Resumo

O relacionamento entre o Iphan e o Ibama e, principalmente, a reestruturação e o aprimoramento do trabalho de fiscalização ambiental é o foco deste texto. O autor retrata ainda o processo de criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis – Ibama, bem como os desafios enfrentados para a regulamentação do ofício de agentes do meio ambiente, além da capacitação desses profissionais, responsáveis pela fiscalização e punição dos crimes ambientais em todo o país.

Palavras-chave

Fiscalização ambiental, Regulamentação, Capacitação.

* Coordenador de Normatização de Fiscalização do Ibama

Primeiramente gostaria de agradecer o convite e a oportunidade de contribuir para o evento e parabenizar os organizadores por tomar a iniciativa de organizar o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. A nossa participação se deve, sobretudo, ao relacionamento que o Ibama tem com o Iphan, no intuito de colaborar com a reestruturação e aprimoramento da fiscalização. O que me cabe é focar um pouco no papel do agente de fiscalização, e principalmente, no processo de capacitação para desenvolvimento do capital intelectual que envolve essa atividade.

O primeiro desafio foi a própria criação do Ibama, em 1989, pela Lei nº 7.735. Até então, a questão ambiental federal era tratada de forma descentralizada pelos seguintes organismos: Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), equivalente hoje ao Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF); Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe); e Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (Sudhevea). Este novo Instituto unificou a gestão

ambiental no país, pois foi criado com a finalidade de coordenar, executar e fazer executar a política nacional do meio ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização e controle dos recursos naturais renováveis.

Em relação à fiscalização, até 1998 não havia uma normativa para crimes ambientais; uma lei capaz de tratar os deslizes como crimes e infrações. Existia um regramento bastante precário, da própria instituição. Em 1998 a Lei nº 9.605, de Crimes Ambientais surgiu como um grande referencial, porque deu poderes à fiscalização ambiental e, logo em seguida, notoriamente, surge o Decreto nº 3.179/99 que a regulamenta e trata das sanções específicas. Em 2008, este decreto foi revogado pelo Decreto nº 6.514.

Talvez o grande divisor de águas na atuação do órgão, quando se trata de fiscalização ambiental, tenha sido a autorização para realização, em 2002, de concursos públicos para o Ibama. Até então, existia uma grande quantidade de servidores, entre quatro e cinco mil, com média de 20 anos de serviço público, a maioria oriunda de várias culturas de trabalho; alguns redistribuídos de outras instituições na década de 1990, por causa das reformas do governo Collor de Mello. Esses concursos foram, portanto, um importante marco na evolução da instituição.

Em 2003 e 2004, vivemos outro momento importante quando durante a crise causada pelo desmatamento da Amazônia, o órgão foi desviado para tentar combater o desmatamento, embora essa missão não fosse exclusivamente do organismo federal, mas também das instâncias estaduais e municipais. Nesse período foi constituído o Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento da Amazônia (PPCCD) e, a partir desse momento, começaram a se estabelecer desafios de atuação que exigiam qualidade técnica e capacidade de trabalho. Começaram a surgir as primeiras ações dos infratores ambientais, que se sentiam coibidos de atuarem na ilegalidade.

O ano de 2006 também foi um marco importante porque, até então, o Ibama exercia as funções de gestão de conservação e de biodiversidade, de maneira geral. Nesse ano, foi criada uma autarquia, especialmente, para isso que é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Trata-se de um marco importante, quando o Ibama pôde assumir, efetivamente, o seu papel de poder de Polícia Ambiental, em espécie, pela fiscalização ambiental e por outras atividades de controle e regulamentação de recursos naturais.

Destacando esse papel de poder de Polícia Ambiental, a fiscalização também exercia o poder de regramento mais específico, com uma regulamentação nova, mas basicamente, começamos a sentir o relacionamento com o Meio Ambiente, anterior à regulamentação de 1998. Agora, em 2009, criamos um novo regulamento e a fiscalização ambiental tenta mudar diretrizes e caminhos para a sua atuação.

Diante de todo esse contexto, questionamos muito qual é o papel do agente de fiscalização que exigimos para a instituição? Qual a visão do cumprimento de sua missão e como se dará a execução dessa atividade? Todo esse contexto gerou um desafio porque a finalidade da instituição é exercer o poder de Polícia Ambiental nessa regulamentação, mas, também, existem outras competências associadas a cuidar da fiscalização, principalmente, a própria atividade supletiva de fiscalização. Quando os órgãos estaduais e municipais não atuam por incapacidade, competência, ou por omissão mesmo, a tarefa recai, sempre, para o órgão federal, tratando-se, portanto, de uma ampla cobrança.

Considero importante esclarecer o que é a fiscalização ambiental em um órgão como o Ibama, pois existem muitas interpretações a esse respeito quando nada mais é do que uma expressão de poder de polícia. Na verdade, a instituição visa atuar preventivamente num caso de infração ambiental e, posteriormente, quando constatada a infração, aplicar as sanções administrativas cabíveis. Seja multa, punição, ou apuração. Vislumbra-se sempre a atuação como uma ação mais ostensiva do que como análise processual. Na instituição, no entanto, existem outros ritos de trabalho associados à autorização de uso de recursos naturais e licenciamento ambiental. Não tratamos esse trabalho, necessariamente, como fiscalização. Fiscalizar um empreendimento licenciado ou autorizado para a exploração de recursos naturais até faz parte do trabalho de fiscalização, mas, nem sempre analisar processos tem a ver, essencialmente, com fiscalização. Trata-se, mais precisamente, de uma atuação interna, em função de segmentação da entidade.

E qual é o marco legal que o Ibama visa analisar? É, basicamente, o descrito na Lei nº 9.605/98 para crimes ambientais. Seu artigo 70 prevê que os órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, do qual o Ibama faz parte como executor, teriam o poder de instaurar processos administrativos por infração ambiental.

Qual a motivação ambiental que faz o instituto fiscalizar? Primeiramente, a sua missão que é acompanhar e monitorar a alteração dos recursos naturais e da paisagem, e medir se essas alterações, se esses usos, são legais. Uma missão difícil que precisa de planejamento com metas. Há ações nas quais a fiscalização atua organizada por biomas, como a Amazônia, a Caatinga, o Cerrado, a Mata Atlântica, o Pantanal, e alguns recursos naturais que são transversais a esses biomas. É o caso da fauna e a própria biopirataria; enfim, existe uma série de desafios a serem enfrentados. Há casos em que é necessário responder às demandas investigadas pelo Ministério Público ou ainda atender determinações judiciais que afetam o Instituto como denúncias.

Em geral, no processo de fiscalização ambiental, existe o trabalho de investigação, principalmente, em casos mais emblemáticos além do trabalho de obtenção de informações para concluir a autoria e a materialidade da infração. O trabalho não se aplica, necessariamente, em todos os casos, a diligências e atividades; é algo que se valora ou tenta se valorar na instituição, que busca informações para instruir bem o processo. Envolve uma parte de planejamento, sobretudo em grandes operações que exigem a intervenção em campo com a presença da Polícia Militar, para prevenir qualquer ato ilícito. Outra etapa da fiscalização é a execução, propriamente dita, na qual é feita a diligência e checagem dos eventos. Também são lavrados os termos que levam a entidade a embargar, prender ou autuar.

Por último, não menos importante, vem o trabalho de apuração processual, quando o agente do Ibama aplica uma multa ou instaura algum procedimento. Para isso, um processo administrativo é aberto na instituição através de um fluxo de procedimentos que vai apurar aquela infração ambiental e determinar uma multa. Essa multa, na verdade, representa uma acusação ao cidadão de que ele cometeu um delito. Assim, ele toma ciência da infração e tem um prazo aberto para se defender. Obviamente, ele tem o direito de defesa e, somente depois, o órgão vai analisar e julgar a confirmação da multa. Julgará ainda, sobre a manutenção ou majoração do valor da multa. Em resumo, seria essa ideia de apuração processual, fechando o ciclo em função do planejamento, da denúncia, da demanda da Justiça ou da requisição do Ministério Público.

A cultura organizacional do Ibama ainda está focada em quatro instituições. Os agregados que foram redistribuídos permitiram a união de culturas organizacionais diferentes para formar uma quinta instituição que

seria o Ibama. De forma que existe um pacto grande na ação organizatória, principalmente naquele quadro de servidores que existia a partir de 1989. E não é diferente de outras instituições com aspectos positivos e negativos como em qualquer administração pública.

A situação de reenquadramento de servidores com mais de 30 anos de carreira, na administração pública, é bastante complexa. Por exemplo, alguns eram motoristas e por força do reenquadramento passaram ao quadro de técnicos sem que houvesse sua qualificação. Isso, evidentemente, se refletia na fiscalização.

Hoje, o Ibama tem 1.222 agentes ambientais federais que, na verdade, se trata da função de fiscal. O órgão denomina de agentes, mas chamamos de fiscais e não são cargos, mas pessoas designadas para exercer a atividade de fiscalização. Tanto pode ser um analista ambiental que é um técnico de nível superior, ou um analista administrativo, embora focado na sua atividade, mas, às vezes, esse profissional acaba exercendo outra função. Tem ainda o técnico ambiental, o técnico administrativo ou o auxiliar administrativo. Na distribuição desse quadro prepondera o analista ambiental, em função dos novos concursos, mas até recentemente, tínhamos pouquíssimos técnicos de nível médio.

Nesse contexto, como obter um bom trabalho de fiscalização ambiental com algumas limitações de pessoal sem formação acadêmica? Além disso, falamos em números, 1.222 fiscais, talvez pareça um número grande para alguns contextos, mas no Ibama é um número, realmente, pequeno. A própria Polícia Militar Ambiental de Minas Gerais, que no passado trabalhava apenas com a questão ambiental, tem cerca de 2.000 homens; São Paulo tinha 2.015. E isso, para trabalhar em um Estado, enquanto o Ibama por conta, inclusive, dessas polícias ambientais, tem 1.200 fiscais com panorama de distribuição no país inteiro. Pensando nesse contingente percebemos, até por quilômetro quadrado por município, que essa demografia dos servidores acaba sendo muito baixa. Cito um exemplo bem clássico no Brasil. No Distrito Federal existe um servidor e um fiscal para cada hectare ou quilômetro quadrado. No Estado do Amazonas, por exemplo, o maior estado brasileiro com área preservada, do ponto de vista da Floresta Amazônica, com 24% de área de desmatamento, existe apenas um fiscal para cada 25 mil quilômetros quadrados de área. Trata-se, portanto, de um parâmetro desproporcional. São os desafios que enfrentamos.

Em 1999, o regulamento de fiscalização do Ibama foi atualizado tornando-se a Lei Orgânica do Fiscal. Ela regulamenta o que esse agente ambiental deve fazer, quais os preceitos legais deve seguir, qual a sua atitude em relação à organização e planejamento da fiscalização. Todo regulamento tem como função disciplinar a execução da atividade e, por conta disso, "sufoca" o servidor.

Falarei um pouco também sobre o desenvolvimento da fiscalização ambiental, tendo como premissa a capacitação. Entendemos que no Ibama, para se desenvolver qualquer atividade, principalmente evoluir o padrão da fiscalização ambiental, é necessário capacitar e qualificar as pessoas. Tomamos como referência de capacitação o Decreto nº 5.707/06 que trata da Política e das Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal. No âmbito da fiscalização foi criado o Programa Nacional de Formação em Fiscalização Ambiental com objetivo geral de ampliar, aprimorar e qualificar o quadro de servidores envolvidos com fiscalização ambiental, a partir de um processo dialógico de formação continuada e articulada à realidade socioambiental.

Hoje, quais são os requisitos para um servidor do Ibama se tornar fiscal do instituto? É imprescindível ser funcionário efetivo, pois acreditamos que a fiscalização é uma atividade específica do Estado. *A priori*, é uma questão de conjuntura, uma questão de esforços e limitação de pessoal. Todos os servidores podem ser elevados à condição de fiscal, para isso, ele terá de fazer um curso de formação em fiscalização, que é um curso básico preparatório. Se sua avaliação mostrar aproveitamento e rendimento, o servidor é designado "agente federal", por meio de portaria do presidente do Ibama. Esse servidor assume nas unidades vinculadas aos Estados, superintendências, escritórios ou mesmo na sede, atuando com as equipes de fiscalização federal. É uma questão de regimento da instituição.

Restringir a fiscalização a servidores da instituição foi a forma que encontramos para garantir uma gestão por meio do conhecimento da instituição além de tratar com seriedade a questão da fiscalização. Por ser uma atividade sensível e, muitas vezes, frágil com riscos até de desvio de conduta, o fato de estar vinculado ao quadro de pessoas efetivas permite um maior acompanhamento, com uma postura mais enérgica por parte da instituição. Há algumas situações que servem para alertar a todos, em que os servidores são lotados por motivações políticas e não têm tanto compromisso com o trabalho. Passamos por isso também.

Inicialmente, falamos de uma fiscalização que contemplava quatro eventos de capacitação, o *curso de fiscalização*, pelo qual todos os servidores têm de fazer, pois é a base para o desenvolvimento de competências equivalentes; o *curso de coordenadores operacionais*, que é focado em desenvolver lideranças na fiscalização ambiental, inclusive, para coordenar equipes; uma *oficina de atualização de fiscalização ambiental*, que é um processo continuado para aprender normas e procedimentos, principalmente para o pessoal que está em quadros mais antigos; *curso para instrutores*, pois defendemos que 90% dos instrutores sejam do quadro da instituição porque os envolvidos em processos têm de ter conhecimento do *modus operandi* e dos contextos da instituição. Por isso, investimos anualmente na capacitação de instrutores. E, eventualmente, alguns cursos específicos, para os públicos internos e externos, em função de uma especialidade ou necessidade, principalmente do público interno, na sua maioria, administrativos.

Quando idealizamos o Programa Nacional de Formação em Fiscalização Ambiental, o Decreto nº 5.707/06 ainda não tinha sido publicado. Felizmente, o referido programa estava alinhado com as diretrizes e finalidades da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, que promove a eficácia dos serviços prestados, principalmente na relação com o cidadão. O fato é que muitas vezes um fiscal considera ter poder de atuação, inclusive, sobre o patrimônio alheio. E ele não tem direito além daquele previsto pela lei. Por isso, a necessidade de priorizar a formação do servidor público, o próprio desenvolvimento permanente desse servidor e a adequação de competências. Que ele não trabalhe por que está sendo requerido, exigido. É importante a divulgação, o gerenciamento das ações de capacitação profissional para que todos tenham a oportunidade de se capacitar, se desenvolver e evoluir na instituição.

É fundamental, ainda, a racionalização dos gastos com capacitação ambiental. No Ibama existe uma ação chamada Fortalecimento de Fiscalização Contratual, cuja previsão de gasto para esse ano é de R$ 4 milhões de reais. São mecanismos que envolvem a instrumentalização da fiscalização ambiental. Por um lado, esse valor pode parecer bastante alto, mas por outro, em função de nossa demanda, às vezes é insuficiente. Felizmente, essa ação é permanente, porque sem orçamento garantido, não é possível manter um plano de capacitação.

Vale destacar os instrumentos apresentados pela Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal do Governo Federal, com os quais temos trabalhado:

> *Plano Anual de Capacitação* – documento elaborado pelos órgãos e entidades para orientação interna, que compreenderá as definições dos temas, as metodologias de capacitação a serem implementadas, bem como as ações de capacitação voltadas à habilitação de seus servidores;
>
> *Relatório de Execução do Plano Anual de Capacitação* – documento elaborado pelos órgãos e entidades com informações sobre as ações de capacitação realizadas no ano anterior e a análise dos resultados alcançados;
>
> *Sistema de Gestão por Competência* – ferramenta gerencial que permite planejar, monitorar e avaliar ações de capacitação a partir da identificação dos conhecimentos, habilidades e das atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores.

Sobre as competências exigidas na fiscalização ambiental tenho a comentar que se trata de um conjunto de competências focado em técnicas instrumentais e comportamentais e, somente a partir de sua definição é que são construídos os custos e toda a questão curricular da formação do agente de fiscalização. Destaco ainda os níveis de evolução da capacitação; muitas vezes quem participa do curso é o amigo de quem toma decisão e não o funcionário com maior necessidade. Isso gera limitações de oportunidades.

Para 2010 já programamos alguns cursos: os básicos, que devem ser feitos por todos; os cursos intermediários específicos que ocorrem em função do local, ou seja, do contexto de trabalho em que cada servidor tem de atuar. Por exemplo, quem fiscaliza desmatamento precisa entender de identificação de madeira, medição de área, fazer mapas, enfim, questões ligadas ao tema; quem fiscaliza acesso ao patrimônio genético deve entender de genética, desenvolvendo capacidades específicas.

Outro fator importante é a padronização de procedimentos de capacitação com princípios na gestão de qualidade e no desenvolvimento de competências. Trata-se de um processo contínuo, que deve sempre ser aprimorado, identificando as falhas e as mazelas e lapidando, num trabalho bastante dinâmico.

Em função da demanda, do princípio da eficiência e da cumplicidade, implantaremos, a partir de 2010, o ensino à distância como modalidade de ensino de capacitação. Temos pessoal em todo o país e o custo para o deslocamento, diárias, entre outras despesas, é muito oneroso. Existem alguns eventos de capacitação que podem ser desenvolvidos a distância. Isso possibilita a ampliação da carga horária e dos conteúdos na grade curricular para melhorar a qualidade, principalmente, do curso básico.

Iniciamos os cursos na década de 1990, sendo que os de capacitação duravam 60 horas, aumentamos para 80 horas que representam duas semanas de trabalho normalmente. A partir de 1996 trabalhamos com 180 horas. Eu luto para conseguir mais verbas para inserir um curso de 360 horas. Com ele, conseguiríamos dar conta de uma grade de disciplinas mapeadas nas competências essenciais, que todo servidor, todo fiscal do Ibama deve ter.

Avaliar o aproveitamento do servidor é um processo de capacitação, mas trata-se de um processo sistemático de avaliação no decorrer do trabalho para apurar se o que foi ensinado no curso está sendo implementado. É importante verificar o impacto e os resultados que a capacitação traz para o instituto.

Esse, portanto, é um processo de lapidação, de identificação desses potenciais. Atualmente, "brigamos" por uma estrutura mais adequada de capacitação em fiscalização ambiental, temos algumas estruturas de salas de aulas, locais de treinamento, mas ainda está muito aquém da demanda. O desafio para 2010 é lutar para viabilizar um orçamento adequado.

Não tenham dúvida de que investir em pessoas é investir na instituição, na sua missão. Finalmente, gostaria de lhes dizer: honremos essa função que o Estado nos oferece como funcionários públicos.

Marco legal da fiscalização

*Heliomar Alencar**

* Procurador Federal/Iphan

Resumo

Os conflitos das leis que normatizam a proteção do patrimônio cultural e os impasses gerados pelas oposições entre esses marcos legais na esfera do Meio Ambiente são o tema do texto. Enquanto o Decreto-Lei nº 25/37 atribui ao Iphan a missão de punir as infrações que ameacem um bem tombado, a Lei nº 9.605/98 de Crimes Ambientais atribui essa função apenas ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e à Marinha. Esse choque entre os marcos legais se configura em um desafio a ser enfrentado para que as políticas de fiscalização e proteção ao chamado Meio Ambiente Cultural sejam efetivamente adotadas.

Palavras-chave

Meio ambiente cultural, Marcos legais, Intervenções.

Os marcos legais de proteção do patrimônio não são tantos assim, o mais antigo deles é o Decreto-Lei nº 25/37, no qual temos dois artigos principais, o 17 e o 18. O primeiro trata da questão da vedação no caso de destruição, depredação, mutilação dos bens tombados e proíbe a intervenção sobre esses bens sem a prévia autorização do Iphan. O artigo 18 fala da vedação das construções e intervenções nas áreas de entorno aos bens e conjuntos tombados. O Decreto-Lei nº 25/37 já caracterizava bem as infrações e determinava o tipo de sanções aplicáveis nesses casos. O fato é que o Iphan nunca tornou eficaz a aplicação da sanção administrativa e a multa, a qual, aliás, nunca foi aplicada no âmbito do Iphan. Em 1998 surge a lei de crimes ambientais, com um conceito novo que hoje é defendido pela totalidade dos doutrinadores de direito ambiental. O patrimônio cultural passa a ser compreendido como um dos aspectos do meio ambiente, tratado como Meio Ambiente Cultural.

A Lei nº 9.605/98, que trata dos crimes e infrações ao meio ambiente tem uma parte específica de crimes contra o patrimônio cultural, abrindo

espaço também nas questões de ordem administrativa para regulamentação de sanções contra os crimes que coloquem em risco o patrimônio. Essa regulamentação é anterior ao Decreto nº 3.179/99 revogado pelo Decreto nº 6.514/08, o qual trouxe quatro dispositivos específicos a respeito das sanções das infrações ao patrimônio cultural.

Comparando com o Decreto-Lei nº 25/37, percebemos que seria mais vantajoso o Iphan aplicar o regramento que consta no Decreto nº 6.514/08, primeiro porque ele tem uma gradação maior, a penalidade peculiar, a multa não é a única sanção prevista, há uma gradação de sanções. O Decreto regula primeiro advertência, multa diária, multa específica e outras sanções que incluem apreensões de bens, de objetos, demolição de obras irregulares e, nesse ponto, representa uma vantagem, porque o Decreto-Lei nº 25 é limitado, dispõe apenas sobre aplicação de multas e obrigação de reparar o dano, caso ele exista.

Além disso, o Decreto Ambiental tem uma amplitude maior, ao passo que o Decreto-Lei nº 25 se restringe aos bens tombados, ou seja, só é caracterizada a infração quando o dano ocorre em relação ao bem tombado. O decreto que regulamenta o bem tombado é mais amplo, abrange bens inicialmente protegidos, independe da existência de um ato de tombamento. Se pensarmos, por exemplo, numa paisagem que tenha sido chancelada pelo Iphan como patrimônio cultural, poderia ser defendida por meio desse dispositivo que consta no Decreto nº 6.514/08. Essa foi a primeira e principal possibilidade, mas há um porém, a Lei nº 9.605/98 determina que só pode aplicar as sanções administrativas por infrações ao meio ambiente, incluindo o patrimônio cultural, os órgãos integrantes do Sisnama e a Marinha, por meio das capitanias dos portos .

O fato é que o Iphan não faz parte do Sisnama e se analisarmos a Lei de Política Nacional de Meio Ambiente, que trata do Sistema Nacional do Meio Ambiente, perceberemos que ela cita como órgão gestor apenas o Ibama e, hoje, o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. Não há nenhuma referência aos órgãos de patrimônio cultural. Na verdade, a Lei de Crimes Ambientais é direcionada especificamente para o meio ambiente natural, floresta, flora, fauna. E, nesse ponto, houve um descompasso, na medida em que a Lei nº 6.938/81 já incorpora o conceito de meio ambiente como patrimônio cultural. De forma que a Lei nº 9.605/98 não tem esse refinamento e, em razão disso, concluímos que seria inviável a aplicação das multas previstas no Decreto nº 6.514/08, por parte do Iphan. Por isso,

voltamos a concentrar os esforços nas penalidades previstas no Decreto-Lei nº 25/37. Além dele, utilizamos esse trabalho de regulamentação e a Lei nº 9.784/99, que trata do processo administrativo no âmbito de administração federal, já que o Decreto-Lei nº 25 é muito econômico na descrição e na regulamentação do processo punitivo por infrações ao patrimônio cultural. Estamos, portanto, buscando subsídios na lei do processo administrativo federal.

Em razão dessa inaplicação ou ineficiência das sanções administrativas previstas no Decreto-Lei nº 25/37, o Ministério Público Federal abriu uma ação pública na 2ª Vara Federal de Petrópolis solicitando a obrigatoriedade de o Iphan regulamentar o processo de aplicação e que, efetivamente, passe a aplicar as multas, quando verificados os casos de infração com o patrimônio cultural. A ação é de 2007, e vimos desenvolvendo esse trabalho desde 2008, pelo menos, e essas discussões existem há mais de um ano. Recentemente, foi proferida a sentença condenando o Iphan a complementar essas ações no prazo de 90 dias. Houve o recurso, que não conseguiu suspender a decisão. Não é que o Iphan seja contrário ao que foi determinado, a questão é que não queríamos passar a impressão de que estávamos fazendo isso só porque houve uma questão judicial nesse sentido porque, na realidade, esse trabalho é anterior a essa sentença. O lado positivo que eu gostaria de destacar é que essa decisão reconhece a viabilidade de serem aplicadas as multas previstas no Decreto-Lei nº 25/37.

À medida que dispõe expressamente sobre essas multas e que a fundamentação da decisão é aprovada, levanta esses tópicos relativos a leis ambientais, mas a parte dispositiva é que sejam aplicadas as multas previstas no Decreto-Lei nº 25/37. Voltando a esse ponto, é importante registrar que essa discussão acerca da compatibilidade da Lei de Crimes Ambientais com o Decreto em questão foi um dos fatores que travaram qualquer andamento sobre a maneira de efetivar a aplicação de multas administrativas, porque, a partir da edição da Lei de Crimes Ambientais, surgiram vários desentendimentos. Uns passaram a defender que a lei havia revogado o Decreto-Lei nº 25/37, na parte em que trata das sanções administrativas; outros passaram a entender que não havia compatibilidade, caso contrário não defenderiam a revogação, mas entendiam que seria o caso de se aplicar apenas a Lei nº 9.605/98 e, por uma interpretação extensiva e ampliativa, poderia se considerar a possibilidade de que o Iphan viesse a se encaixar como órgão do Sisnama.

Enfim, essa discussão acerca da compatibilidade do Decreto-Lei nº 25/37 com a nova Lei de Crimes Ambientais trouxe um grande impasse no que tange as condições de trabalho e a proposta da regulamentação de multas. A aplicação desse Decreto-Lei é fundamental, seria preferível aplicá-lo a regulamentar a Lei de Crimes Ambientais. A ideia do Iphan, hoje, é que exercitemos o nosso poder de polícia e apliquemos as multas administrativas. O primeiro passo é o próprio órgão regulamentar a forma, instrumentalizar a questão, com base no que é certo, ou seja, o Decreto-Lei nº 25/37.

Patrimônio Edificado

Subtemas

Usos e sustentabilidade

Fiscalização e preservação

Coordenadora: **Éricka Diogo** (Iphan)

Relatora: **Mariely Cabral Santana** (Cecre/UFBA)

Comunicações

Financiamento para recuperação de imóveis privados pelo Programa Monumenta, **Éricka Diogo** (Iphan)

O modelo de financiamento para a recuperação do centro histórico de Quito, **Dora Arizaga Guzmán** (Unesco)

A reestruturação de áreas urbanas centrais, **Margareth Matiko Uemura** (Iphan)

Novos procedimentos de fiscalização para o patrimônio edificado, **Sandra Rafaela Magalhães Corrêa** (Iphan)

O papel do fiscal e a capacitação de agentes, **Jair Schmitt** (Ibama)

Marco legal da fiscalização, **Heliomar Alencar** (Procuradoria Federal/Iphan)

Relato

Desafios para a formulação da Política Nacional

• Reverter o quadro atual de precariedade das edificações localizadas nos centros históricos brasileiros, incluindo situações de risco de desabamento, que impedem tanto a instalação de novos usos quanto comprometem os usos existentes;

• Reduzir o esvaziamento e a subutilização de edificações localizadas nos centros históricos, garantindo diversidade funcional e social e considerando o papel estrutural da função habitacional;

• Estruturar programas específicos para os centros históricos no âmbito das políticas habitacionais, considerando a necessidade de

instalação de serviços complementares (escolas, creches, postos de saúde, comércio e serviços cotidianos);

• Aprimorar a atividade de fiscalização, criando as condições adequadas para o exercício da atribuição legal.

Desafios para a estruturação do SNPC

• Integrar as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural às de promoção do desenvolvimento social;

• Aperfeiçoar os processos de aprovação dos projetos pelo Iphan e integrar os sistemas de aprovação com órgãos das prefeituras;

• Enfrentar as questões relacionadas às vulnerabilidades sociais dos centros históricos;

• Criar instrumentos e condições que propiciem a permanência da população e dos usos propostos para a área inclusive os tradicionais;

• Facilitar a apropriação e a fruição do patrimônio cultural e das atividades que ocorrem nos centros históricos pela população da cidade;

• Garantir o funcionamento adequado das linhas de financiamento;

• Criar instrumentos e condições para o compartilhamento das atividades de fiscalização entre os entes públicos.

Potencialidades para a formulação da Política Nacional

• Localização da área – infraestrutura, serviços, acessibilidade, transporte;

• Grande quantidade de imóveis vazios e subutilizados propícios para novos usos;

• Valor cultural das áreas históricas, no âmbito local, nacional e internacional;

• Existência de grande quantidade de equipamentos culturais e edificações monumentais fechados ou ociosos – cinema, teatro, centros culturais, museus, bibliotecas, igrejas;

• Existência de demanda populacional para moradia nas áreas centrais com perfil diversificado.

Potencialidades para a estruturação do SNPC

• Combinação de recursos e instrumentos das políticas habitacionais e de preservação do patrimônio para a recuperação de edificações nas áreas centrais;

• Criação do PAC das cidades históricas e o desenvolvimento dos Planos de Ação entre as prefeituras, governos estaduais e Iphan.

Parcerias estratégicas para a formulação da política nacional

• Prefeituras;

• Governos estaduais;

• Órgãos federais (Ibama);

Parcerias estratégicas para a estruturação do SNPC

• Prefeituras;

• Governos estaduais;

• Órgãos federais (Ibama);

• Conselhos Gestores dos Fundos de Preservação do Patrimônio Cultural;

• Órgãos estaduais e municipais de preservação do patrimônio cultural;

• Sociedade civil;

• Agentes financeiros (CEF, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, BNDES).

Objetivos para os próximos dois anos (2010-2011)

• Recuperar as edificações localizadas nos centros históricos, garantindo diversidade funcional e social e o papel estrutural da função habitacional;

• Criar instrumentos para que proprietários e usuários recuperem as edificações, como alternativa para o Iphan atender a sua obrigação legal, estabelecida pelo Decreto-Lei nº 25/1937, de executar diretamente as recuperações nos casos comprovados de falta de recursos;

• Regulamentação dos marcos legais da fiscalização do patrimônio cultural;

• Ampliação das atribuições legais e das áreas de abrangências no âmbito da lei de crimes ambientais – Lei nº 9.605/1998, para a fiscalização do patrimônio cultural;

• Ampliação e capacitação do corpo técnico para as atividades de fiscalização;

• Integrar os instrumentos urbanísticos (Estatuto da Cidade) aos de preservação do patrimônio cultural para criar as condições necessárias à implantação das políticas públicas;

• Estruturação, pelas três esferas de governo e pelos agentes financeiros, de linhas de crédito e subsídios para a recuperação das edificações localizadas nos centros históricos, prioritariamente para a habitação, permitindo continuidade e complementaridade entre as políticas públicas;

• Ampliação dos agentes financeiros para a recuperação dos imóveis privados.

Ações estratégicas que devem ser implantadas nos próximos cinco anos (2010-2014)

• Desenvolvimento de uma política de conservação e manutenção pós-ocupação das edificações recuperadas;

• Compartilhamento dos critérios, procedimentos e instrumentos de fiscalização entre os diferentes agentes;

• Estruturar a ação de fiscalização do patrimônio cultural para as áreas de arqueologia, bens móveis e patrimônio ferroviário;

• Mobilizar novos agentes financeiros e órgãos públicos para a criação de linhas de crédito e subsídios voltados para as edificações localizadas nos centros históricos.

Ações estratégicas que devem ser implantadas em 2010

• Estruturação do financiamento para a recuperação de imóveis privados para todas as cidades históricas;

• Estruturação, de forma compartilhada, de fundos e conselhos de preservação do patrimônio cultural;

• Estruturação da atividade de fiscalização no Iphan, em relação ao corpo técnico (capacitação e ampliação do quadro); infraestrutura (equipamentos, sistema operacional); estrutura organizacional e critérios de valoração dos danos e das multas;

• Incluir na Lei nº 9.605/1998, de crimes ambientais o Iphan como órgão competente para aplicação das sanções relativas aos danos ao patrimônio cultural;

• Articulação com universidades e outras entidades para elaboração de projetos para a população com renda abaixo de três salários mínimos.



Ministério da
Cultura

